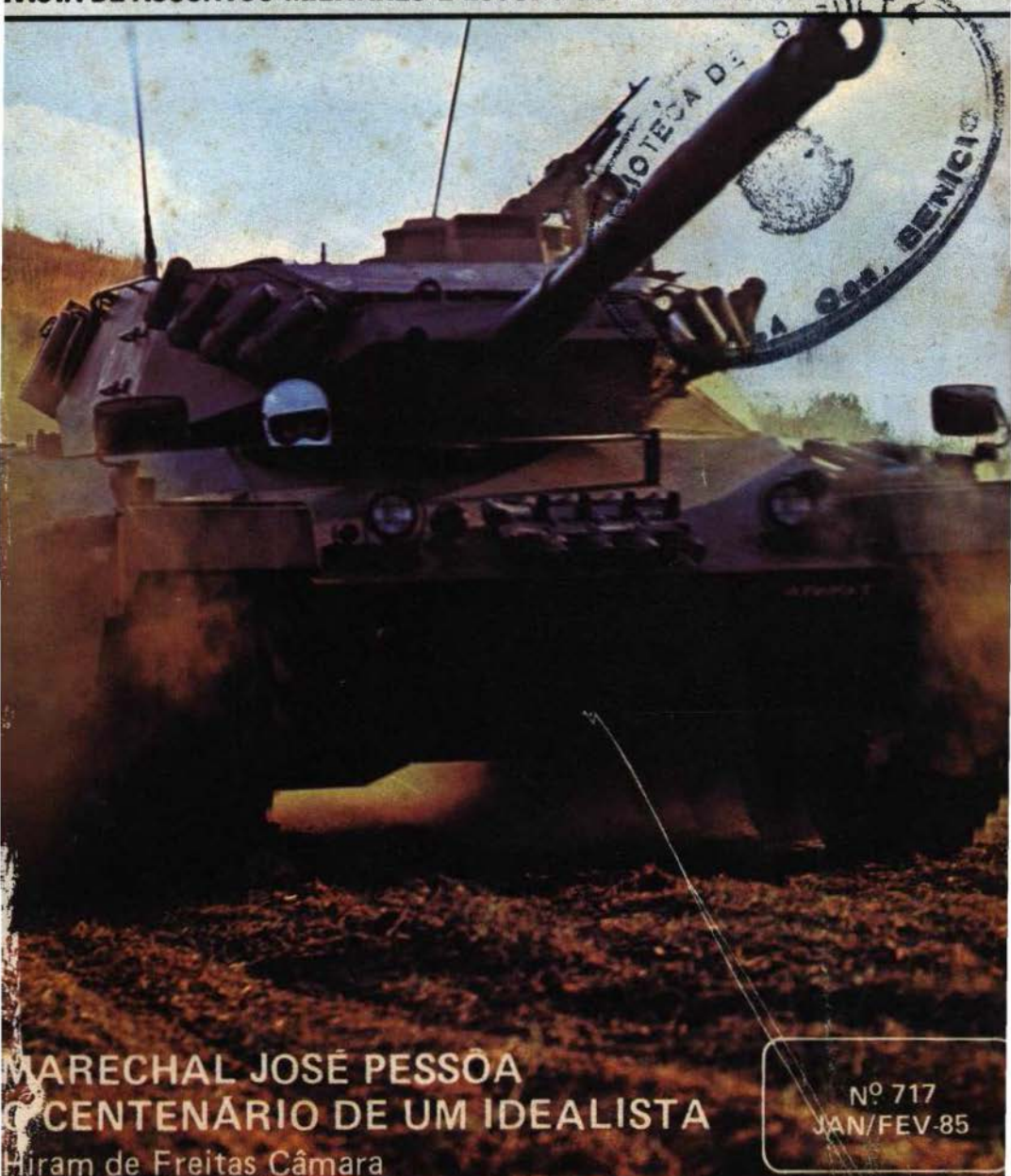




ISSN-0011-7641

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



MARECHAL JOSÉ PESSOA
O CENTENÁRIO DE UM IDEALISTA

Hiram de Freitas Câmara

Nº 717
JAN/FEV-85

**COM A CADERNETA
DE POUPANÇA
VOCÊ SEMPRE SAI
GANHANDO.**

Caderneta de Poupança.

Quem poupa conquista o que a vida tem de melhor.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1918

SUMÁRIO



POLÍTICA, GEOPOLÍTICA, ESTRATÉGIA

ESTRATÉGIAS MILITARES DOMINANTES NO MUNDO CONTEMPORÂNEO — Gen Div R/1 Carlos de Meira Mattos	33
MALTA, OUTRA "CUBA" NO MEDITERRÂNEO — Professora Therezinha de Castro	119
O INVERNO NUCLEAR: UM CASO PARA REDUÇÃO DE ARMAS E DEFESA — Jake Garn	127
INFLUÊNCIA ESTRANGEIRA NO EXÉRCITO BRASILEIRO — Professor Frank D. McCann.	83

ORGANIZAÇÃO, TÉCNICAS E TÁTICAS MILITARES

O QUE É A FOTO-INFORMAÇÃO? — Cap Cav Fernando de Oliveira Carvalho e 1º Sgt. Erivaldo Lima dos Santos	59
APOIO LOGÍSTICO INTEGRADO: NECESSIDADE DE PÓS-GRADUAÇÃO — Maj QEM Vicente Luz	139

ECONOMIA E FINANÇAS

POLÍTICA ECONÔMICA E PROBLEMAS CONJUNTURAIS — CMG RRm Geraldo José Lins.	131
--	-----

HISTÓRIA, EDUCAÇÃO, ESTUDOS SOCIAIS

MARECHAL JOSÉ PESSOA: O CENTENÁRIO DE UM IDEALISTA — Tec Cel Hiram de Freitas Câmara.	5
EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO OU DESENVOLVIMENTO PARA A EDUCAÇÃO — Cel Roberto Miscov Filho	45
PODER NACIONAL E ESTUDO CRÍTICO DA HISTÓRIA MILITAR — Cel Eng Claudio Moreira Bento	75
PANTALEÃO PESSOA, A FORÇA BRAVIA DAS CONVICÇÕES — Ministro João Leitão de Abreu.	151

INFORMAÇÕES	157
LIVROS	162
REGISTROS	168
DOCUMENTO	173

SEÇÃO DO IHGMB	170
--------------------------	-----

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores — Primeiros Tenentes: BERTHOLD KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUZA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I.

Grupo mantenedor: Berthold Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis (redactores); Francisco de Paula Cidade, Mario Clementino, Lima e Silva, Parga Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompeu Cavalcante, Euclides Figueiredo, Tañorda, Amaro Villa Nova, Maciel da Costa.

(Fac-simile da portada do N.º 1. Ano I - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

ANUNCIAM NESTA EDIÇÃO

ABECIP	2ª Capa	GRUPO JOÃO SANTOS	74
HAEGLER	3ª Capa	ENGESA	82
CAEEB	4ª Capa	TRANSBRASIL	118
		FURNAS	130
POUPEX	32	CPRM	138
ALPARGATAS	72/73	BIBLIEX	14/175



NOSSA CAPA:



O MB-3 Tamoyo é o último lançamento da Bernardini. Trata-se de um carro de combate médio, de 29 toneladas (peso em ordem de combate), tripulação de 4 homens (motorista, municionador, atirador e comandante). Seu armamento principal é um canhão 90 mm., além de uma metralhadora, calibre 7,62, que poderá ser adaptada sobre a torre do blindado, com controle remoto. O motor é um Scania DSI-14, com potência máxima de 650 HP; os reservatórios de óleo diesel são para 700 litros, garantindo uma autonomia de 500 km estrada/10 horas de combate. O desempenho: rampa frontal 60%; rampa lateral, 30%; trincheira, 2,40 m; vau, 1,3 m; raio mínimo de curva e pivot. Velocidade máxima: 67 km/h estrada.

O Tamoyo foi programado ainda para receber todos os dispositivos modernos de pontaria, como computador de controle de tiro, visor infravermelho, para tiro noturno ou até sistema laser de pontaria.

O Marechal José Pessoa foi o introdutor do Carro de Combate no Brasil.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional"

Diretor-Presidente: Gen Div Antenor de Santa Cruz Abreu

Diretor-Secretário: Cel Aldilio Sarmiento Xavier

Diretor-Administrativo: Cel Sady Nunes

Diretor Tesoureiro: Ten Cel R/1 Walter Soares Vieira

Conselheiros: Cel Celso José Pires

Cel José Fernando Maya Pedrosa

Cel R/1 Asdrubal Esteves

Conselho Fiscal: Cel Ayrton L. Bragança Tourinho de Bittencourt

Cel Lino Palha de Castro

Ten Cel Hiram de Freitas Câmara

Revista "A DEFESA NACIONAL"

Redator-Chefe: Gen Div Antenor de Santa Cruz Abreu

Redator-Executivo: Cel Aldilio Sarmiento Xavier

Coordenação Editorial: José Livio Dantas

Conselho Editorial: Gen Bda Taunay Drummond Coelho Reis

Cel R/1 Virgílio da Veiga

Cel Claudio Moreira Bento

CF José Correia de Sá e Benevides

Professor Jorge Boaventura

Florianio Serpa

Publicidade:

Expedição:

Raimundo dos Santos Pereira



PUBLICAÇÃO BIMESTRAL:

Assinatura anual (6 números) Cr\$ 21.000,00 p/1985

Exterior: US\$ 50.

Número avulso - Cr\$ 5.000,00

As importâncias **deverão** ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25

20.455 Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel.: 283-3030

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais ou notas publicadas em "A Defesa Nacional", desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.



Handwritten signature and text, likely a name and address, written in cursive script.



MARECHAL JOSÉ PESSÔA: O CENTENÁRIO DE UM IDEALISTA

Hiram de Freitas Câmara

Nota da Redação — A Diretoria de Assuntos Culturais Educação Física e Desportos (DACED) propôs e viu aprovado pelo Estado-Maior do Exército, em 03 de dezembro de 1984, o Projeto "Marechal José Pessoa", com a finalidade de proporcionar condições de lançamento de um livro comemorativo do Centenário, pela BIBLIEx. Para que o trabalho atinja plenamente os objetivos previstos, vem sendo enriquecido com dados colhidos em depoimentos prestados por diversas personalidades à Comissão de Pesquisa Histórica Básica, da qual têm tomado parte o Gen Bda R1 Umberto Peregrino, o Cel Aldílio Sarmento Xavier, o Cel Asdrubal Esteves, coordenador do Projeto Memória Militar do Clube Militar, o Cel Cláudio Moreira Bento, pesquisador de História Militar e Presidente daquela Comissão, o Cel José Fernando de Maya Pedrosa, historiador militar, a doutora em Ciências Políticas pela Universidade de Paris e coordenadora de Pesquisa de História Oral do CPDoc da Fundação Getúlio Vargas, Professora Aspásia Camargo e o pesquisador de História da Casa de Rui Barbosa, Marcos Luiz Bretas da Fonseca. O coordenador do Projeto "Marechal José Pessoa" é o TC Hiram de Freitas Câmara, também autor do texto-base "A força de um ideal". O livro deverá ser lançado em setembro de 1985. O Projeto conta ainda com a cooperação da Escola de Comunicações, que tem proporcionado condições para a gravação em VT de todos os depoimentos e visitas realizados.

Em 1985, o Exército Brasileiro terá a oportunidade de comemorar o centenário do nascimento do Marechal José Pessoa Cavalcante de Albuquerque. Nas fontes esparsas são poucas as que tratam e, raramente, de aspectos de vida militar do Marechal José Pessoa que é normalmente citado como idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Seria enganoso imaginá-lo, no entanto, meramente na concepção e construção material de uma casa mais confortável, onde o Exército viesse a formar seus oficiais, desde 1913 preparados na antiga Escola Militar de Realengo. Seria, no mínimo, não reconhecer a essência de sua atuação em favor do fortalecimento do espírito militar brasileiro. Seria, certamente, uma visão incompleta de seu ideal.

A concepção do Marechal José Pessoa sobre a formação de oficiais do Exército Brasileiro teve, na realidade, a força espiritual do idealismo e atendeu às motivações do momento histórico. Por outro prisma, esteve longe da utopia. Em 1930, entretanto, parecia por demais antecipado e, talvez, por esse motivo, não tenha conseguido vê-lo concretizado, totalmente, em vida. Mas foi essa concepção idealista o que lhe valorizou no momento de interseção de sua trajetória de vida com a do sistema do ensino de formação do Exército. Período esse que decorreu a partir de 1930 até seu falecimento, caracterizado por atuação direta ou indireta, em benefício daquele sistema.

O que se pretende nesse artigo é

reunir algumas idéias sobre esse homem invulgar, partindo de fatos significativos de sua vivência, e que possam iluminar pontos de apoio visando à compreensão de seu real valor para o ensino de formação de oficiais e para a própria evolução do Exército.

DE 1885 A 1930

O Marechal José Pessoa nasceu em Cabeceiras, na Paraíba, em 12 de setembro de 1885. Enriquecendo-se como ser humano na franqueza de uma infância aberta e solta, desenvolveu personalidade criativa, com o traço marcante da perseverança. Impulsivo, temperou-se na formação cristã de uma família tradicional. Não resistiu, no entanto, por muito tempo, ao apelo das atrações culturais de um universo fora dos limites da terra-berço, onde viveu sua infância e adolescência. Espírito irrequieto, parecia pressentir uma vida plena de experiências não rotineiras, na Capital Federal, pólo de atração natural da novel república, acenando a todos os espíritos as esperanças de ordem e progresso da legenda inscrita na bandeira recém-criada.

Aos 17 anos, o solo-berço, chão de seus folguedos, base de seus sonhos, era apenas lembrança. Retratos esparsos na memória, a mente acesa com a chama da vocação militar, no Rio de Janeiro. Ali estavam as Escolas Militares, quer a Prática do Realengo, quer a Militar do Brasil, na Praia Vermelha, sedes de seus melhores projetos de vida. Na primeira, começou a temperar seu espírito para a profissão, em

ambiente de desafios, pois de 1903 a 1904 corriam dias difíceis na Capital. Ali, o jovem aluno militar assistiu à desorientada revolta da Vacina Obrigatória. As ruas da cidade, em particular as da Praia Vermelha, Botafogo e Laranjeiras, mancharam-se de sangue de alunos da Escola Militar do Brasil, atraídos à morte por motivos políticos estranhos ao Exército, enquanto no Realengo, os alunos haviam permanecido leais ao comando e à Instituição. A experiência de 1903 ficaria gravada na mente do aluno Pessoa, ressaltando-lhe importante diferença de comportamento entre as duas escolas, a Prática, toda de execução e a da Praia Vermelha, naquele momento envolvida por profundo conteúdo filosófico e científico, sob influência positivista.

Não se pode negar que, anteriormente, a participação da Escola Militar da Praia Vermelha nos eventos da Proclamação da República havia coroado, no sentido histórico, seu largo prestígio precedente como centro cultural. Seu corpo docente, fortemente influenciado pelo positivismo, impulsionara a queda da monarquia e o advento da República. De suas cátedras, ascendera o General Benjamin Constant Botelho de Magalhães ao primeiro ministério republicano. Cumprido aquele desígnio histórico, a contínua participação política do corpo docente nos anos que se sucederam, conduziu os alunos ao centro da política partidária, influenciando negativamente em seu comportamento militar. A Escola de Realengo, por sua vez, e dada

a sua natureza, pouco tratava de cultura filosófica ou científica, nada de política e muito de arte militar aplicada. Nela, em 1904, o General Hermes Rodrigues da Fonseca estimulava a profissionalização de seus alunos, temperando-a com o fortalecimento do espírito militar, em ambiente de disciplina e intenso trabalho.

Mais de uma vez, no futuro, essa experiência seria um referencial para o ex-aluno José Pessoa, apontando-lhe à frente, duas diretrizes básicas:

- a formação do futuro oficial deveria buscar o equilíbrio ponderado entre a formação moral, a intelectual, e a técnico-profissional;
- o núcleo-gerador de oficiais da ativa deveria estar afastado dos grandes centros de poder político.

Em decorrência dos fatos ocorridos em 1903/04, o governo fechou as portas da histórica Escola Militar do Brasil, da Praia Vermelha, e reuniu os dois cursos em Porto Alegre, em local de emergência; ali, o aluno José Pessoa concluiria seus estudos militares, convivendo com o desconforto e a ineficiência de métodos de instrução obsoletos, comparados aos vigentes em outros Exércitos.

A chegada à tropa, Alferes, em 1909, coincidiu com a reforma do Exército realizada pelo Marechal Hermes da Fonseca. O momento de reformas internas na força terrestre estimulava a elevação de seu nível de operacionalidade e, por isso foi uma ótima fase para início de carreira.

Além desse fato, no bojo das medidas adotadas pelo ex-coman-

dante do Realengo, Ministro da Guerra e, posteriormente, Presidente da República, jovens oficiais eram mandados para a Europa. O contato com exército de nações européias, inicialmente Alemanha, depois França, teria profundos efeitos no Brasil.

O surgimento de uma geração de oficiais de primeira linha, conhecidos como "jovens turcos", viria despertar a sensibilidade profissional de várias gerações de oficiais brasileiros; igualmente brilhantes seriam aqueles instrutores que se tornariam conhecidos como a "Missão Indígena", selecionada para a Escola Militar do Realengo, em 1918, por ordem do General Cardoso de Aguiar, então Ministro da Guerra.

A alusão aos reformadores da revolução turca de Kemal Atatürk era feliz, pois os "jovens turcos" chegaram ricos em propostas reformistas, de natureza técnica, tática e organizacional. Lançadas, inicialmente, nas escolas e nos quartéis, essas propostas passariam a ser expressas, a partir de 1913, na revista "A Defesa Nacional", por eles fundada, em cooperativa. A Revista representou, assim, um reflexo tropical do traço de teorização germânica, filtrado através da sensibilidade latina e brasileira. Em 10 de outubro de 1983, completou ela setenta anos de existência. Durante esse período, tornou-se um dos principais veículos do pensamento militar brasileiro.

No ambiente castrense, a reforma do Marechal Hermes, a influência dos "jovens turcos", o estímulo à profissionalização da "Missão

Indígena" e o surgimento da Revista "A Defesa Nacional" foram fatores de emulação aos sentimentos de permanente evolução e renovação, que por se adequarem tão bem à sua personalidade, aqueceriam a mente do Alferes e Tenente José Pessoa.

Em 1911, Segundo Tenente, retornou ao chão de sua infância e adolescência. O sertão da Paraíba, era, então, abrigo do banditismo. Antônio Silvino, gibão de couro, peixeira cortante, espinho social na área, arranhava e sangrava a alma despida e pacífica daquele povo simples, do qual o Tenente Pessoa conhecia tão bem o sentimento.

A "Política das Salvações", conduzida pelo Senador Pinheiro Machado durante o governo do Presidente Hermes da Fonseca, foi o fato motivador dessa luta. Configurando intervenções federais nos estados, levou o Tenente José Pessoa a participar da pacificação da área sertaneja, nada a lhe lembrar, daquela feita, o chão de seus folgedos. Provou ali a coragem pessoal e a aptidão para a chefia. Praticou, na peleja "sem quartel", áspera como o solo da luta, a "disciplina militar prestante" dos versos de Camões, até adoecer, como resultado das condições da área de operações.

Cinco anos depois, servia o Tenente José Pessoa em São Paulo.

Na Europa, os Impérios Centrais haviam tomado a iniciativa de deflagrar a 1ª Guerra Mundial. As potências ocidentais do antigo mapa geopolítico haviam aceito o desafio. Situado em área periférica

em relação à Europa — centro do sistema ocidental de então — o Brasil permaneceu neutro por algum tempo. Logo, no entanto, a ameaça de envolvimento na guerra estimulou-lhe o sentido de defesa. O assunto prioritário para as forças armadas era, então, a necessidade do Serviço Militar Obrigatório, para o que se mobilizara grande parte da energia criadora de grande número de cidadãos, militares e civis, sendo um dos principais promotores da idéia, o General Augusto Tasso Fragoso.

À testa do movimento, dando-lhe o sentido cívico, o poeta de renome, Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac, realizou um amplo trabalho de difusão de mensagem de participação de todos os brasileiros nos esforços da defesa nacional. A causa, estimulante, logo apaixonou o Tenente José Pessoa. Instrutor Militar na Faculdade de Direito de São Paulo, que exercitou, então, todo seu ardor cívico, junto a homens jovens como ele próprio. Com tal entusiasmo lançou-se à missão, que deles obteve apoio pleno e espontâneo. Sob seu comando, formou-se unidade uniformizada, armada e disciplinada, toda de acadêmicos de Direito. Seu empenho, reconhecido por Olavo Bilac, foi registrado em mensagem exaltadora de seus méritos, de fundo sentido nacional.

Um ano mais tarde, o quadro mundial evoluiu. O Brasil havia declarado guerra aos Impérios Centrais, sob o impacto do afundamento de navios mercantes brasileiros, justificando-se, portanto, aquelas preocupações defensivas.

A declaração atingira o Tenente José Pessoa em estágio na França, onde freqüentava a Academia Militar de Saint-Cyr. Arregimentado no 503º Regimento de Cavalaria e no 4º Regimento de Dragões do Exército Francês — cursaria ainda a Escola de Carros de Combate de Versalhes.

O Brasil não participou da 1ª Guerra Mundial na mesma medida em que viria a fazê-lo na segunda. Sua presença no conflito ocorreu através da ação de proteção a comboios realizados pela Marinha de Guerra e pelo envio de missão médica, em apoio às forças aliadas. O governo, no entanto, autorizou a participação dos oficiais que se encontravam na Europa, junto às forças aliadas nas quais estagiavam. Assim, o Tenente José Pessoa batiu sua espada em campanha externa, retemperando-a na luta, participando do emprego de um novo engenho de combate — o carro de assalto — e absorvendo inovações doutrinárias. De volta ao Brasil, recebeu a Cruz de Combate da Guerra Européia, por suas ações nos campos de batalha da França e da Bélgica.

Pouco depois, motivado pela doutrina de emprego daquelas pequenas máquinas — os carros de assalto Renault e Whippet, promessas de transformação da arte da guerra — passou sua experiência de combate para um livro — “O tank na guerra européia”. Se, por um lado, alguns aspectos do livro vieram a ser alvo de reparos pelos mestres da Missão Militar Francesa, por outro, teve ele o valor histórico de ser a primeira publicação

sobre o tema, escrito na América Latina. Logo, trataria de convencer as chefias militares da necessidade de o Brasil ingressar na era dos blindados. Lançou-se nessa campanha, com o mesmo fervor com que o fizera em ações anteriores.¹

Os ventos sopravam a favor, nessa quadra de sua vida. Num prazo curto de carreira já era profissional destacado, herói da 1ª Guerra Mundial e autor de livro polêmico e renovador.

O imponderável contribuiu ainda, nessa fase, para que, em 28 de julho de 1919, assistisse à posse do juriconsulto Epitácio Pessoa, seu tio, na Presidência da República. O Dr Epitácio Pessoa retornara ao Brasil prestigiado por sua elevada participação na Conferência de Paz de Haia, e, no regresso, fora eleito. O nome desse brilhante paraibano não constava das mais audaciosas previsões para ocupar a mais alta magistratura da Nação, não por seu reconhecido valor, mas porque excêntrico em relação ao sistema de forças políticas dominantes na época, as lideranças republicanas de São Paulo e Minas Gerais. Ao orgulho, pois, o jovem oficial aliara a surpresa.

O período de 1919 a 1922 marcou-o com dois sentimentos opostos. Por um lado, a compra dos primeiros carros de assalto a entram na América Latina, para cuja idéia contribuía diretamente; o comando da companhia criada para recebê-los e empregá-los; a missão de acompanhar a visita ao Brasil do Rei Alberto e da Rainha Elizabeth, da Bélgica; o primeiro des-

file de unidade blindada no país, foram acontecimentos de uma fase, que, do ponto-de-vista de sua felicidade pessoal, provavelmente tenha sido das mais ricas de sua existência.

Mas, de outro ponto-de-vista, o Capitão José Pessoa assistiu em 1922 — como ocorrera em 1904 — o sangue de jovens militares molhar o chão da Capital Federal, no ardor de sua fé e de sua impulsividade, em nome do que julgavam ser seu dever. Dessa feita, fora na areia de Copacabana e nos morros de Gericinó. Mais uma vez assistira a uma revolta de ideal mais pressentido que definido, para a qual haviam contribuído políticos revolucionários e articuladores de pena aguda e ferina. Uma vez mais presenciara, tão logo disparado o primeiro tiro, aos jovens militares, na luta a campo aberto, sofrendo a ação da inevitável repressão governamental. A posição do Capitão José Pessoa foi a mesma da do então Capitão João Baptista Mascarenhas de Moraes, deplorando a perda de vidas tão ardentes e preciosas para a Nação e para o Exército. A dor da Revolução de 1922, como a de 1904, demarcou outra importante influência na fixação de diretrizes futuras em sua vida.

No mosaico que, a traços largos, vamos ensaiando sobre sua vivência, com a finalidade de estabelecermos pontos de apoio à compreensão da essência de seu ideal, outra peça que se encaixa com precisão é seu comando na Companhia de Carros de Assalto. Foi o exercício dessa chefia como Capitão, um verdadeiro laboratório de



O brasão original. Observar os fuzis e as lanças em riste, emoldurando a Estrela representativa da Escola. Transversalmente, observar o canhão. No centro sobre as Agulhas Negras em preto, o Castelo da Engenharia. Era a Integração das Armas que se buscava representar no Brasão denominada de Brasão das Armas. Desde o Realengo, após 1931, este Brasão passou a ser usado, com uma diferença: a legenda ESCOLA MILITAR onde se lê AGULHAS NEGRAS, por não estar ainda definido oficialmente o local onde a nossa Escola seria construída.



Brasão alterado para inclusão da 5ª Arma: a Aviação Militar. O então General José Pessoa não poderia concordar com tal modificação e conseguiu neutralizar a tentativa de deformação do símbolo original.



O Brasão alterado, ainda em vigor. Nos se vêem as Armas. Em homenagem ao Centenário do Marechal José Pessoa, o Brasão da Academia Militar poderia voltar a ostentar as Armas originais, históricas, e a legenda AGULHAS NEGRAS, de grande expressão simbólica.

sua concepção sobre a servidão militar, com a valorização do homem, da disciplina e do moral. Em país como o Brasil, ainda mais nos anos vinte — cada soldado, pensava ele, representava, após a desincorporação, um agente do desenvolvimento social ao retornar ao seu local de origem. Assim, julgava, todo esforço deveria ser realizado para valorizá-lo como cidadão e como ser humano. Homens convocados pela prática do Sorteio Militar, rústicos, analfabetos, acostumados a usar como talheres as próprias mãos, passavam a receber permanente atenção e educação social, envolvendo aspectos ligados à higiene, saúde e noções de saneamento básico. Antecipado em relação à época, o Capitão José Pessoa chegou a ser criticado por elevar seus cuidados a níveis que fugiam à realidade circunstante. Mas a evolução era o cerne de seu pensamento. Assim foi naquele comando e assim seria na concepção de seu ideal quanto ao ensino de formação.

Na verdade, mesas de soldados com toalhas alvíssimas, talheres de boa qualidade, copos e não canecas de lata, aulas de alfabetização, cuidados sanitários levados ao máximo possível, os bailes para os quais convidava a sociedade de Bangu e Realengo, tornavam a Companhia de Carros de Assalto atípica em relação às demais. Mas era fato, também, que ao lado desse esforço de valorização social do homem, convivia a dureza de um trabalho intenso, no próprio nascedouro de uma mentalidade de manutenção, de aprendizado daquele tipo de mecanização, de seu

emprego adequado às condições brasileiras, com a rigidez disciplinar, com o fortalecimento do moral de sua tropa. Por esse motivo, seus soldados, em pouco tempo, tinham espírito de corpo, orgulho em usar a “bandagem” — tipo de perneira de fita — e o capacete dos blindados. Um espírito de corpo que através de seu comandante era conduzido a bem da instituição, como demonstraria no cumprimento da missão, durante a Revolução de 1922, quando esses soldados fizeram ver serem tão bons operacionalmente, como à mesa, ou nos bailes.

Fique-nos dessa passagem, mais essa peça do mosaico: o comando da Companhia de Assalto, em 1922, demonstrara bem cedo seu cuidado com a valorização dos recursos humanos, compreendendo-se melhor todo o seu empenho nesse sentido, quando viesse a comandar a Escola Militar de Realengo, a partir de janeiro de 1931.

Em 11 de novembro de 1927, aos quarenta e dois anos de idade, o casamento com a Sra. Da Blanche Mary Edward Cavalcante de Albuquerque dar-lhe-ia o calor de seu próprio núcleo familiar. Elisabeth, a primeira menina, ganharia com o tempo, uma irmã, Joy, e um irmão, José. Este, seguindo a carreira militar, como oficial da Força Aérea Brasileira, viria a ser o Brigadeiro José Pessoa Cavalcante de Albuquerque.

Em 1930, o Coronel José Pessoa emergiria na crista da onda reformadora do início da chamada República Nova.

O ciclo revolucionário, iniciado em 1922, prosseguira nos movimentos de 1923 (dos "Libertadores", Rio Grande do Sul), de 1924 (5 de julho, São Paulo, de Isidoro Dias Lopes), nos volteios da Coluna Revolucionária, até 1927. Em outubro de 1930, o ambiente político radicalizara-se pelas consequências de um fato particularmente triste para a família Cavalcante de Albuquerque, o assassinato do Presidente do Estado da Paraíba, Dr João Pessoa, irmão do então Coronel José Pessoa.

Pertencente à Aliança Liberal, conglomerado de oposições, sua morte, atribuída a motivos políticos, acendeu o estopim da Revolução. No comando do Corpo de Bombeiros da Capital Federal, por um mês, logo substituído por seu irmão Aristharco, enquanto assumia encargos no Exército, o Coronel José Pessoa se destacaria no cumprimento de missões emanadas da Junta Militar constituída na Capital Federal. Sem dúvida, o duro golpe da morte do irmão influenciou sua decisão revolucionária, mas o fator definitivo de sua participação foi resultado de lúcida análise do momento histórico.

Seriam de natureza militar os fatos que dariam relevo à sua participação no movimento. Inicialmente assumiu o comando do 3º Regimento de Infantaria, sediado no velho prédio da antiga Escola da Praia Vermelha. Ali reviveu ele a experiência de São Paulo, constituindo unidade de civis voluntários, aos quais armou, enquadrou disciplinarmente e com os quais substituiu a guarnição do 3º RI.

Cumprindo novas ordens partidas do General Malan d'Angrogne, em nome da Junta, cercou e ocupou o Palácio Guanabara, sede do governo, nas Laranjeiras. Desempenhou-se com firmeza e tato, contribuindo para que o movimento inevitável chegasse ao fim, no Rio, sem derramamento desnecessário de sangue. Com atitude serena e segura, protegeu a vida do Presidente deposto até sua saída do Palácio.

Assim, o Coronel José Pessoa manteve sua coerência de vida, pelo exemplo de seu comportamento, tão importante naqueles momentos de crise. Conseguindo dominar, pela serenidade de suas ações e de suas palavras, os impulsos emocionais dos mais exaltados, seguiu o exemplo de Caxias.

A Capital Federal logo se tornou o palco da euforia vitoriosa, as ruas do centro apinhadas de gente civil e militar, com tropa desembarcando na gare da Central do Brasil, desfilando com seus uniformes de campanha, o ambiente embebido dos discursos esperançosos de renovação da estrutura republicana, de modernização administrativa e de adoção de novos instrumentos de progresso.

Nesse quadro, uma das expectativas de grandes reformas visava ao aprimoramento da Instituição — Exército, recém-saída do período revolucionário, que se estendera de 1922 até aquele ano, com o envolvimento parcial de seus quadros. Atendendo aos anseios de renovação da República, participou do movimento de 1930, dera-lhe a estrutura para a vitória e

o apoio para a consolidação. Além disso, motivara-se para desenvolver sua capacidade de desempenhar as responsabilidades crescentes de seu papel na segurança e no desenvolvimento de um país com promessas de potência pressentida.

O Presidente Provisório via como ação prioritária dinamizar a formação da oficialidade nos padrões desejados de fortalecimento de valores morais e éticos voltados para a defesa da integridade e da soberania nacionais. Já na Capital Federal, solicitou, ao Ministro da Guerra, General José Francisco Leite de Castro, a indicação de um nome para o comando da Escola Militar do Realengo. A escolha recaiu sobre o Coronel José Pessôa, que tanto se destacara nas ações

revolucionárias na Capital e a quem considerava oficial à altura da missão renovadora, impulsionada pelo entusiasmo, mas temperado pela vivência. Um oficial que provara, mais de uma vez, ser homem de se entregar à missão recebida com verdadeira paixão, com um fervor quase místico, sem o que, acreditava, nada de grandioso se faz.

JOSÉ PESSÔA E A ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS (1930-1952)

Esse sentido quase místico, de profunda renovação espiritual na formação dos jovens oficiais, dentro do momento histórico e que envolveu a missão com valores espirituais, diferenciou sua ação em



Escola Militar do Brasil, na Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

Realengo, de 1931 a 1934, dos comandos rotineiros. Naquele momento, havia motivação ainda mais forte a impulsionar aquele Coronel de quarenta e cinco anos. Mas, não obstante, quando convidado, e naquelas circunstâncias excepcionais, evitou aceitar o comando em um repente emocional. A resposta foi condicional — nenhuma ingerência estranha ao seu comando e construção de uma nova Academia Militar, fora do centro de polarização política do país. Nessas condições, o Coronel José Pessoa passou a viver o mais brilhante segmento de sua vida militar e aquele de mais profundas repercussões para a força terrestre.

Corpo e alma postos na missão, interpretou-a de modo a injetar-lhe a criatividade, o entusiasmo, a perseverança, o espírito militar, a disciplina e o senso comum, sempre presentes em suas ações anteriores. A missão era a de aprimorar a formação dos futuros chefes militares do Exército, a partir da motivação renovadora do momento histórico. Por esse motivo, a idealização de uma nova Academia Militar — Academia em seu sentido lato — fluiu como consequência lógica, como ambiente adequado àquela reforma espiritual, ao reencontro com a grandeza dos vultos históricos da nacionalidade brasileira. Por essa razão, inspiradamente, foi à História do Brasil, para iluminar o futuro da força terrestre com as luzes do Duque de Caxias, de Sampaio, de Osório, de Mallet, de Villagran Cabrita, todos, chefes militares cujos desempenhos haviam sido lembrados pelo General Tasso Fra-

goso em suas aulas magníficas sobre a Tríplice Aliança.² Todos, chefes militares capazes de galvanizar, por seus exemplos, a juventude militar em formação. Ao Duque de Caxias reservaria o lugar de honra na notável galeria. Seria ele o Patrono dos Cadetes, antes mesmo de ser Patrono do Exército, cuja justa escolha foi resultado lógico de efeito multiplicador sobre os oficiais formados a partir do histórico evento.

O fato é verdadeiramente importante, pois como testemunhou o Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes em suas "Memórias" o Duque, herói militar do século XIX, três vezes Ministro de Estado, Pacificador da Nação, estava esquecido desde sua morte em 1880, por essa mesma Nação, para a qual, mais que ninguém, contribuíra ao mantê-la una e pacificada.

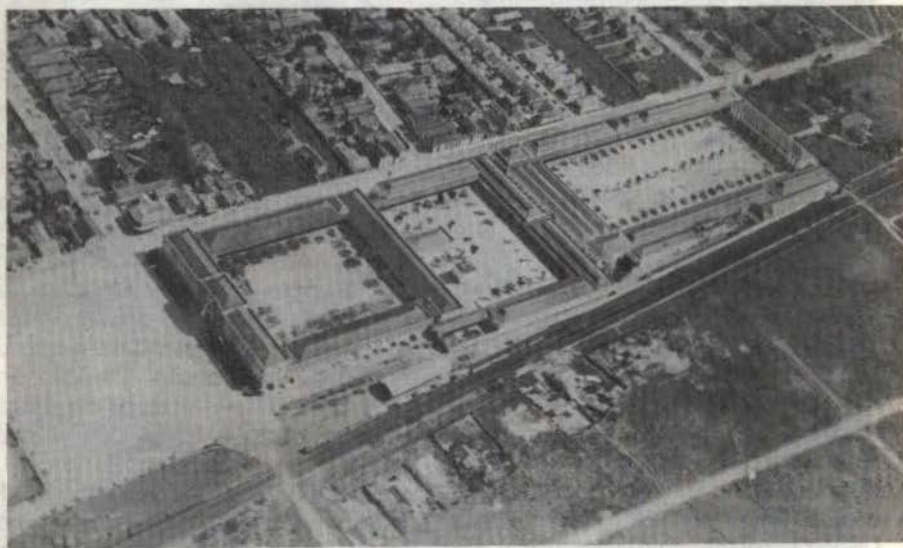
A Academia Militar, para o Marechal José Pessoa, não seria mera construção material, prédios funcionais, abrigo, sede. Imaginou-a acima do plano material, como templo de devoção a Caxias, ao dever à Nação, capaz de estimular permanentemente os laços de coerência entre a formação, a evolução, a atualização e o porvir da força terrestre, tão essenciais à manutenção de sua coesão. Templo onde se tentaria evitar erros do passado, abrigando a força dos valores mais ricos da nacionalidade brasileira. Ademais, fora dos centros de decisão política nacional, sem o risco de reabrirem-se marcas das velhas influências na alma militar, situada em região de clima ameno e

de topografia adequada ao aprendizado profissional militar.

A idealização da AMAN foi, portanto, a resultante racional de um momento histórico nacional, que encontrou no Coronel José Pessoa a experiência e a lúcida visão do futuro de uma Nação com crescentes responsabilidades militares, sob a influência do exemplo maior, de Luiz Alves de Lima e Silva.

Caracteriza-se, assim, o mais importante ponto de inflexão positiva no organicismo da evolução do ensino militar de formação da força terrestre no século XX: o evento que gerava o ideal do Cadete de Caxias. Este, o verdadeiro sentido do ideal do Marechal José Pessoa, do qual, a construção da AMAN seria, portanto, a concretização material.

Em 15 de janeiro de 1931, o Coronel José Pessoa assumiu o Comando da Escola Militar de Realengo. Seu comando teve uma função essencial, no sentido de atingir os objetivos intermediários que permitiriam a conquista do objetivo decisivo: a implantação de uma ideologia — no sentido filosófico da expressão — renovada, de formação de oficiais de carreira para o Exército Brasileiro, profundamente enraizada na História Nacional. Em Realengo, a partir de 1931, o Exército passou a formar oficiais com aquele espírito assim renovado, para difundir e dinamizar o ideal de Caxias na fase seguinte, após a concretização da nova Academia. A Escola Militar do Realengo, de 1931 a 1934, foi o laboratório daquele aprimora-



A Escola Militar do Realengo, já restaurada pelo General José Pessoa. Dela emanariam os oficiais que seriam Capitães na FEB e instrutores da Academia Militar das Agulhas Negras, a partir de 1944.

mento, capacitando-se a gerar os oficiais que viriam a ser os fatores de multiplicação dos valores espirituais e profissionais contidos naquele ideal, na Academia Militar das Agulhas Negras. Para isso, nada foi aleatório nesse esforço.

A ordem do dia de assunção do Comando do Coronel José Pessoa é o testemunho mais eloqüente da visão antecipada e objetiva desse paraibano criativo e perseverante. Naquele texto de grande importância para a história do ensino de formação de oficiais da força terrestre, encontra-se toda uma ideologia de formação de novos chefes militares, ligados ao passado, mas renovadores, à sombra acolhedora do espírito de Caxias. Não foi outro o motivo do conjunto de medidas adotadas ainda no comando em Realengo, com apoio dos Ministros Leite de Castro e Cesuino do Espírito Santo Cardoso e, indiretamente, do próprio Presidente, senão o de passar aquele núcleo propagador do ideal de Caxias — seus Cadetes — a essência de seus valores espirituais e morais, duradouros e permanentes. Após a efetiva criação da nova Academia, aquelas medidas evitariam a quebra da continuidade do espírito militar entre as gerações de Realengo e de Agulhas Negras.

Essa “passagem de bastão” seria consagrada treze anos após aquele 15 de janeiro de 1931. Em 23 de abril de 1944, a “nova Academia” abriria seus portões para um futuro sem limites. Se foi possível fazê-lo, sem solução de continuidade, entre a formação de Realengo e a da nova Escola, o Exército de-

ve tal fato a centenas de brilhantes oficiais instrutores do Realengo de 1931 e 1934 e aos que os sucederam de 1934 a 1944. Desse destacado conjunto de militares brasileiros, ressaltam-se três nomes, pelos critérios da permanência, da função e do sentido histórico, os então:

— *Coronel Professor Augusto da Cunha Duque Estrada*, renomado mestre militar, entusiasta da Reforma e um de seus mais profícuos implementadores, através de contínuas mensagens de fortalecimento moral e de crença no futuro do Exército e da Nação; seria ele o último comandante da Escola Militar do Realengo e o principal elemento de permanência e fixação dos valores da reforma, pelo largo período em que emprestou o brilho de sua inteligência e cultura ao ensino militar de formação;³

— *Capitão Mário Travassos*, ajudante da Escola ao tempo do comando do Coronel José Pessoa, homem de aprofundada cultura, mais tarde reconhecido internacionalmente como um dos mais lúcidos geopolíticos da América Latina e que inspirou em seu comandante o simbolismo das Agulhas Negras: tendo servido por muitos anos na Escola, foi outro importante elemento de fixação e permanência dos valores da reforma; seria o primeiro comandante da nova Academia, em 1944;⁴

— *Capitão Humberto de Alencar Castello Branco*, Instrutor-chefe de Infantaria, futuro chefe da Seção de Operações de Força Expedicionária Brasileira e mais tarde, comandante da Escola de Coman-

do e Estado-Maior do Exército, chefe do Estado-Maior do Exército e Presidente da República. A abrangência de seu pensamento militar, envolto sempre na imagem e no exemplo de Caxias, seria, em especial a partir de sua experiência em Realengo, um fator de coesão e de desenvolvimento de espírito militar, dentro do ideal de seu comandante.⁵

Os oficiais dessas gerações intermediárias representaram o elo de ligação entre Realengo e Agulhas Negras, vivendo, praticando, absorvendo e repassando a nova ideologia de formação. Por esse motivo, não se deve, senão didaticamente, sectionar as fases da história da Academia pelos locais de suas sedes (Casa do Trem, Rio Pardo, Praia Vermelha, Realengo, Porto Alegre, Agulhas Negras).

A ideologia da formação implantada pelo Exército como instância de suas próprias realidades por inspiração do Marechal José Pessoa, a partir de 1931, foi sob certo sentido, a síntese — também no sentido filosófico do termo — da História do Exército, da Nação independente e da própria Academia. O Cadete de Agulhas Negras representa a resultante da evolução do ensino de formação de oficiais do Exército, sintetizando os valores moral, ético, intelectual e profissional do Cadete de todas as Escolas Militares, de todos os tempos, Reino Unido, Império ou República. O Cadete de Agulhas Negras — como seus irmãos da Escola Naval e da Academia da Força Aérea — é, no sentido humano, síntese da Nação brasileira, representando o

que existe de mais elevado a nível de responsabilidade, probidade e lealdade. Força moral que se prepara para continuar dinamizando o futuro do Exército: os Cadetes serão seus chefes, após aperfeiçoados na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e formados para o exercício de Estado-Maior e para o generalato, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, tendo construído as edificações de seu espírito militar na carreira, sobre os sólidos alicerces firmados na AMAN.

Por sua função de alicerce moral, intelectual e físico, a Academia Militar recebe do Exército, como Instituição, e dos Oficiais, seus ex-Cadetes, atenção e carinho permanentes; por sua função essencial, são envidados todos os esforços para que a formação de oficialidade do Exército atinja o alto nível de eficácia necessária, com a dedicação diuturna de seus comandantes, instrutores e professores, todos com a consciência de que a melhor escola é a do exemplo, uma das principais mensagens do Marechal José Pessoa.

Os alicerces estabelecidos sob tal critério têm sido implantados desde 1931 na Academia Militar com todo o simbolismo do que denominamos nesse trabalho, uma nova ideologia de formação de oficiais do Exército, através:

— da *reforma realizada na Escola Militar do Realengo*, desde seu aspecto estético-formal até a mudança de métodos de educação militar em “*latu sensu*”, criando-se, já em Realengo, a mentalidade de uma nova Academia Militar;

— da *revalorização da graduação do Cadete*, praça especial, que desde 1889 havia sido abolida por um excesso de zelo republicano, por se tratar de título nobiliárquico; durante o período que durou até 1931, os jovens em formação nas Escolas Militares eram denominados simplesmente alunos ou alferes-alunos;

— da *criação do Corpo de Cadetes*, órgão escolar que enquadra os Cadetes; aberto a todos os jovens brasileiros, selecionados de modo a formar uma elite moral, ética, intelectual e física — e não econômica, política ou consangüínea — e que estimula o desenvolvimento de valores como a honestidade, a probidade, a lealdade e a responsabilidade; um organismo capaz de “aprimorar qualidades, mais do que corrigir defeitos”, no dizer do Marechal José Pessoa;

— da *adoção do Espadim do Cadete*, miniatura do sabre invicto de Caxias, “próprio símbolo da honra militar”, posto a serviço da guerra e da paz;

— do *uso dos uniformes históricos*, criados não pela estética formal ou pela tradição em si, mas pelo profundo significado histórico a interligar as gerações, baseados que foram na indumentária dos batalhões de 1851 a 1852;

— da expressiva e sóbria caracterização do *contorno orográfico das Agulhas Negras*, incrustado no Braço do Cadete e no Estandarte do Corpo de Cadetes, como simbólicas baionetas caladas da Segurança Nacional. As Agulhas Negras estiveram associadas à nova Academia, desde os primeiros dias de co-

mando do Coronel José Pessoa em Realengo, quando, acompanhado por alguns oficiais, escalou-as, decidindo-se ali, em presença da natureza pujante de Itatiaia, pelo nome da Nova Escola;

— da criação do *Estandarte do Corpo de Cadetes*, com o Braço, flâmula sagrada, representativa de toda a glória da Academia e tudo o que significa para a formação do espírito militar do Exército, portado tradicionalmente, desde 1931, pelo primeiro aluno da Escola;

— do conjunto de *Bandeiras Históricas*, conduzidas, exclusivamente, nas Paradas Militares e nas solenidades mais importantes da República, pelos Cadetes da AMAN, tradição que se manteve por muitos anos;

— do *projeto e execução da Academia Militar das Agulhas Negras*, de autoria do saudoso Dr. Raul Penna Firme — o “Arquiteto da AMAN” — inscrito na História da Academia Militar como um dos mais nobres credores da gratidão do Exército. A interação de sentimentos entre duas personalidades idealistas — o civil, arquiteto e o militar, o comandante — manifestou-se de forma equilibrada na filosofia de elaboração do projeto. A participação do Dr Raul Penna Firme ultrapassou, de muito, aquela normalmente desempenhada por um arquiteto. Fortalecendo, com o correr dos anos, sólidas amizades com o Marechal José Pessoa e, por extensão, verdadeira afeição à Academia e ao Exército Brasileiro, gerou ele um projeto inicial, impregnado de simbolismo histórico; um segundo, parecendo ser o

definitivo, ainda com traços do simbolismo inicial; e, finalmente, o terceiro, de impressionante funcionalidade. Ao deixar o comando da Escola Militar do Realengo, 1934, o General José Pessoa, graças ao Dr Penna Firme, deixava prontos os dois primeiros projetos, além de o local escolhido e uma pedra fundamental; lançada na Fazenda do Castello, em 1933, após a realização das primeiras manobras executadas pela Escola Militar do Realengo em Resende, em um ponto desconhecido, que não corresponde ao que se reconhece hoje, e que data de 1938, lançada pelo Presidente Getúlio Vargas;

— da reformulação do *Regulamento Disciplinar*, cuja mais profunda alteração foi corrigir uma distorção proveniente de velhos regulamentos, evitando-se, a partir

da reforma, que o Cadete cumprisse punições em xadrezes de corpos de tropa.

Deixamos, propositadamente em destaque, a mais abrangente de todas as medidas adotadas em benefício da valorização moral do ensino de formação, durante o comando do General José Pessoa:

— a *valorização do exemplo do Duque de Caxias*, o mais brilhante dos chefes militares do Exército brasileiro, elevando-o como vimos, em primeira instância, a Patrono dos Cadetes.

No entanto, a homenagem máxima do Exército ao Duque foi imaginada pelo General José Pessoa, através da construção de um Panteon, no qual repousariam para a eternidade dos restos mortais do Duque e de sua esposa Da. Ana



A Academia Militar das Agulhas Negras — o ideal realizado.

Luiza, entre os muros da AMAN, guardados por seus Cadetes.

Sempre no sentido de dotar a Academia desse simbolismo histórico, imaginou o General José Pessoa esse templo singelo, a um só tempo local de recolhimento e reflexão, mas, fundamentalmente, de exaltação da fé militar. São suas palavras:

"Devemos esforçar-nos todos para a construção desse Panteon, pois é uma dívida do Brasil para com a memória do maior de nossos generais".⁶

"Encontrei a melhor boa vontade da parte do Sr Ministro, o qual sugeriu espontaneamente um modo de serem atendidas essas necessidades, combinando créditos da Caixa de Economia da Guerra e do Plano Orçamentário", escreveu de outra feita ao General Manoel Rabello, Diretor de Engenharia, encarregada em 1938, da construção da nova Academia.⁷

"Agora, para que a providência fique completa, é preciso que a Orientação do Panteon permita que, através dos vitrais representativos da vida do grande soldado, se projetem sobre o sarcófago, no centro da nave, os primeiros e os últimos raios de Sol nascente e poente. Será este mais um elemento de mística a impregnar a Escola", escreve ao General Luiz de Sá Affonseca, Chefe da Comissão Construtora.

Não se esquece da Duquesa:

"A sala do relicário, além dos objetos particulares do Duque, deverá conter as cinzas da Duquesa, sobre cuja tumba escrever-se-á:

"Nenhum dos atos que costumam exaltar-me, nenhum, deixou de ser sugerido e inspirado por ela ou por lembrança dela".

Mas nenhuma das expressões de seu simbolismo ultrapassa em significado este pensamento:

"O monumento deve ser retirado para um sítio de plena quietude, para que se torne um recanto sagrado e possa ser visitado com recolhimento por todos os que desejarem render homenagens ao gênio, ao patriotismo e a glória. Aí serão realizados os atos religiosos e os de exaltação ao nome de nossos grandes generais".⁸

Durante todos os anos da construção, o Marechal José Pessoa confiou na presença de Caxias nos limites da Academia. O ano de 1944 chegou, a Escola abriu seus portões e o monumento estava ausente. O Marechal não veria em vida o Panteon entre seus Cadetes, mas à frente do Ministério da Guerra, na antiga Capital Federal, argumentos definitivos, à época, para sua localização.

Em 1984, o Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras retomou o assunto, encaminhando aos escalões superiores projeto de construção do Panteon, visando às comemorações do Centenário do nascimento do Marechal, no presente ano.

Que momento de profundo sentido militar, e de continuidade histórica, aquele em que os despojos de nosso herói, e Patrono, vierem a ser passados à guarda insubstituível e inigualável de seus cadetes, o que um dia, certamente, em resga-

te à dívida para com o Marechal José Pessoa, acontecerá.

A Arte dos Arquitetos está presente no projeto do templo com linhas simples, mas com solidez que o perpetuará, pois o valor do Panteon jamais deverá ser o da riqueza material, e sim o espiritual, pois era a alma do soldado brasileiro que ele queria valorizar.

Todos esses valores têm contribuído para fortalecer direta ou indiretamente a coesão do Exército, por seu efeito multiplicador, como mensagem comum, levada anualmente pelos Aspirantes-a-Oficial aos mais afastados quartéis do País, conduzindo, em suas mentes o espírito, a imagem e o exemplo do maior de seus soldados: Caxias.

Todos esses valores formalizaram a estrutura da ideologia de formação dos oficiais do Exército brasileiro, voltados para a fecunda participação nos destinos da Nação, dos quais não se podem alhear por dever constitucional. Como instrumentos dos esforços de Segurança e de Integração Nacional, são eles pontas-de-lança com profundo sentido nacional, projetados na periferia sensível do território — as fronteiras —; na Hilea Amazônica, bandeirantes modernos da Engenharia ou guardiões da selva e da colonização dos vazios do ecúmeno de nosso espaço em desenvolvimento; na orla oceânica; na caatinga; no cerrado; nos pampas. Uma participação aprofundada, produtiva, útil, em favor do Bem Comum, que fez com que o Exército brasileiro se consagrasse historicamente como segmento da organização nacional mais intrínseca-

mente popular — a “Nação em armas”, no dizer do historiador Francisco Ruas Santos.

São esses valores que têm contribuído — repassados aos corpos de tropa, aos NPOR e aos CPOR pelos oficiais formados pela Academia Militar — para o fortalecimento do espírito cívico, do sentimento patriótico; da capacidade de organização, de respeito às Instituições e do profícuo interesse pelo Brasil, de milhares de jovens brasileiros, anualmente, através do Serviço Militar Obrigatório, conduzido à sombra do exemplo conciliador de Caxias.

Sem dúvida, para o desenvolvimento desse espírito, muito contribuiu a reforma do Ensino de Formação de Oficiais, realizada a partir de 1931.

Em 1934, ao deixar o comando de Realengo, o General José Pessoa deixaria plantada a semente de seu ideal. Germinaria ela, de 1934 a 1938, sob chão árido como o do sertão de suas primeiras lutas. Mas as forças emanantes de seu próprio ideal permaneceram no âmago da Escola, impulsionadas, como já observamos, pelos quadros escolares do período.

No Comando do 1º Distrito da Artilharia de Costa, o General José Pessoa continuava sintonizado com a vida do Realengo, a dizer, com a sobrevivência da reforma. Escrevia artigos, soprando, vez por outra, a chama, quando se debilitava a idéia de construção da nova Academia. Mesmo em 1935, quando ocorreu a Intentona Comunista, contra a qual foi chamado a lutar, nada o afastava de sua perseve-

rança doutrinação, agora por mais fortes razões. Nesse evento de tristes conseqüências, brutal e desnecessário, o General José Pessoa recebeu ordens do Ministro Eurico Gaspar Dutra, para empregar a tropa sob seu comando no cerco e investimento do 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, o mesmo local de ação em 1930.

Apesar de todos os seus afazeres, os jornais continuavam a publicar seus artigos e entrevistas sobre a nova Academia. Por vez, evitava que algum dos valores da reforma fosse maculado.

De certa feita, com a inserção da 5ª Arma — a Aviação Militar — como curso na Escola, pensou-se em alterar o Brazão da Academia, adicionando-lhe externamente injustificadas e anti-estéticas asas. É comovente observar-se, hoje, com que ímpeto lançou-se o General José Pessoa em defesa daquele valor da reforma. De uma carta remetida ao então comandante da Escola, por essa ocasião, em que defendia a preservação dos uniformes históricos, ressalta o seguinte trecho: "Idêntico atentado vem sofrendo o Brazão de Armas da Escola Militar, com verdadeira deturpação de seu sentido histórico. É igualmente sabido que os braços de armas são distintivos e insígnias de nobreza de família, instituição ou pessoa, e não é admissível modificá-los ao arbítrio. No nosso caso, deu-se como justificativa o fato de que, em 1931, quando da criação do Corpo de Cadetes, estaria a Esquadilha de Aviação subordinada diretamente à Escola de Aviação Militar, razão por

que a 5ª Arma não figurou no Brazão adotado na ocasião. É fora de propósito pensar em modificar um Brazão de família ou de uma instituição todas as vezes que nascer um filho ou surgir uma idéia".⁹ Com elevado espírito, alertado, o Comandante restaurou o brazão tradicional.

No entanto, após o falecimento do Marechal José Pessoa, em determinado momento da vida da Academia, o Brazão passaria a apresentar outra importante alteração, causada pela criação de novos cursos, isto é, pelo "nascimento de novos filhos". Observando-se o Brazão original, impecável no equilíbrio de sua estética e completo em seu simbolismo, ressalta a diferença entre aquele e o atual, por um historicamente injustificável desarmamento do Brazão.

Nele, não mais se encontram os fuzis, as lanças e o canhão, que o caracterizavam com forte significado. Observa-se também a modificação da inscrição na legenda abaixo do Brazão. Antes, expressiva pelo simbolismo geográfico — Agulhas Negras, a exemplo de Saint-Cyr, Sandhurst ou West Point — atualmente, mais fria e funcional — Academia Militar. Em breve exercício de reflexões condicionais, poderíamos imaginar o vigor com que o Marechal José Pessoa teria se lançado em defesa da preservação histórica do Brazão de Academia Militar, se vivo estivesse, na época.

Quando o Brazão foi criado, em 1931, não se oficializara ainda Agulhas Negras como sede da nova Academia. Até que a escolha fosse

consagrada, o Brazão ostentaria simplesmente o mote Academia Militar. Tão logo o decreto presidencial de 1952 denominou-a de Agulhas Negras, o Brazão recebeu o seu verdadeiro e idealizado mote.

Mesmo quando no comando da 9ª Região Militar, em Mato Grosso, comandando as ações contra o banditismo de fronteiras, de Silvino Jaques, o General José Pessoa ativava a débil chama, até que, em 1938, os ventos soprados da Europa — às vésperas de um conflito total — ampliaram a motivação de uma nova Academia Militar, atingindo o nível das decisões inadiáveis, já em pleno Estado Novo.

De 1938 a 1944, a Diretoria de Engenharia do Exército, sob a direção do General Manoel Rabelo, construiu a nova Academia, com o projeto final do Dr Penna Firme. A cada passo da obra, o General José Pessoa era consultado. A correspondência entre os dois oficiais tivera como origem o convite autorizado pelo Ministro da Guerra, para que colaborasse com a Comissão de Construção, o que ele aceitara na forma de observador e colaborador atento, em perspectiva.

Em 14 de julho de 1943, antes, portanto, da inauguração, um Aviso Ministerial batizou a nova Escola, como "Militar de Rezende". Mais uma vez retornaria o General José Pessoa à arena, em defesa dos valores originais de seu ideal. Argumentava com razões inspiradas no simbolismo das Agulhas Negras, presente no espírito de todos os oficiais desde 1931. Em ofício remetido ao Ministro da Guerra,

quando Inspetor da Arma de Cavalaria, escreveu: "no cenário majestoso da natureza, observamos como verdadeiro símbolo erigido para os céus, traços muito escuros, com que a água das chuvas sulcava a montanha, num gigantesco trabalho de erosão, que a pátina dos tempos enegrecera: eram as Agulhas Negras".¹⁰

Reforçou, a seguir, sua defesa, argumentando ainda contra o nome da Escola vinculado ao do Vice-Rei que assinara a sentença de morte de Tiradentes. Em vão. Em 23 de abril de 1944, a "Escola Militar de Rezende" abriu seus portões.

Em 1944, assumiu a Presidência do Clube Militar, para qual foi eleito por sufrágio direto, o primeiro realizado desde a extinção do Estado-Novo.¹¹

Em 12 de setembro de 1949, aos sessenta e quatro anos de idade, a vida militar do General José Pessoa chegaria ao seu último dia na ativa. Dos valores de seu ideal, dois ainda não haviam sido implantados: o nome de Academia Militar das Agulhas Negras e a presença de Caxias entre seus Cadetes, no Panteon.

Naquele dia, a "Escola Militar de Rezende" prestou-lhe uma emocionante homenagem de despedida do serviço ativo. Foi um dia inteiro dedicado em sua honra. Suas palavras de agradecimentos, em sessão solene, reverberaram nas paredes do amplo e sóbrio auditório da Escola, recortando-se nítidas no silêncio absoluto e respeitoso de "seus" Cadetes, e ainda hoje ecoam na alma daqueles que

as ouviram. Em certo momento, com um sentido quase de prece, lançou aos "seus" Cadetes — emocionados — uma mensagem eterna para os Cadetes de todos tempos no Brasil.

"1. Eu creio na vossa inteligência e na cultura que estais adquirindo na Academia.

"2. Creio na vossa dedicação e na vossa fé nos destinos do Brasil.

"3. Creio no vosso patriotismo, que há de renovar o Exército e levá-lo à posição de mantenedor da paz no nosso continente.

"4. Creio na rija tẽmpera de vossa juventude, que tudo há de levar por diante num clima de honestidade, pureza de caráter, de trabalho fecundo e de coragem cívica.

"5. Creio na vitória de vossas armas e de vossos ideais.

"6. Creio no nosso Exército.

"7. Creio na grandeza e na pujança de nossa Pátria."

Chama-nos a atenção, a expressão Academia, quando naquela data, era ainda "Escola Militar de Rezende", denominação que ele jamais aceitou.

Não podemos deixar de ressaltar seus terceiro e quinto credos.

Observemos de início, o quinto, "creio na vitória de vossas armas e de vossos ideais", evocado certamente na consciência dos êxitos da Força Expedicionária Brasileira, no continente europeu.

É possível vincular-se a idéia ao fato, pelo papel desempenhado em sua gestão, na Presidência do Clube Militar, onde se alinhou aos esforços para o envio da Força à Itália,¹² e onde foi o primeiro a

romper a barreira que se ia formando em torno dos chefes militares que dela haviam participado, realizando a primeira expressiva homenagem ao Marechal Mascarenhas de Moraes.¹³

Ao enunciar esse credo, o Marechal levou os Cadetes a relembrar dos jovens Aspirantes e Tenentes formados na nova Escola, já heróis da 2ª Guerra Mundial, muitos deles contribuindo com sua experiência para a evolução do Exército nas Escolas e nos quartéis. Outros, como o Aspirante Mega, haviam se tornado símbolos da coragem e do sacrifício, repousando ainda, naquele ano de 1949, no Cemitério de Pistóia.

Entre os heróis da FEB estavam, no entanto, outros oficiais que haviam estado vinculados à nova ideologia de formação, como o Coronel Mário Travassos e o Tenente-Coronel Castello Branco, e muitos ex-cadetes de Realengo. Ali residia o cerne da certeza na "vitória de vossas armas e de vossos ideais", algo já provado na dura luta contra o totalitarismo.

No terceiro credo, vamos encontrar reunidos: a expressão elevada do *patriotismo*, no que de mais legítimo exista, em termos de segurança nacional, contrapondo-se às doutrinas internacionalistas: o sentido de *renovação*, a nos recordar o conceito do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco de que a "tradição é a base da evolução e não, da estagnação" — sentido esse permanente em toda a reforma preconizada: o *papel conciliador* da Nação brasileira, na imagem de mantenedora da paz no

Continente. Um papel que, de 1965 a 1966, por cerca de 500 dias, os soldados do FAIBRÁS, Destacamento Brasileiro da Força Interamericana de Paz, desempenharam no Caribe, por decisão do então Presidente Castello Branco, com espírito de isenção, granjeando o respeito e a admiração do povo dominicano, à época, oportunidade em que mais de uma centena de oficiais brasileiros batizaram suas espadas na pia batismal do mais elevado profissionalismo em missão externa. Um papel que, no sacrifício de vidas brasileiras em defesa dos valores democráticos, consagrou uma missão extraterritorial integralmente cumprida com êxito. Brota espontâneo desse credo, a ligação com missão de paz, não apenas pelo sentido de quase premonição do Marechal, mas pelo fato de que naqueles dias e noites, em contato conciliador com todos os lados do conflito, nas "incertezas" das madrugadas, fiscalizando pontos de controle, em delicadíssima missão de pacificar espíritos, com polidez e equilíbrio, estava presente o espírito de Caxias. E a ligação é ainda mais completa, ao nos lembrarmos de que, presente no comando da Força Interamericana de Paz estava o Gen Hugo Panasco Alvim, participante da FEB, assim como no comando do FAIBRÁS, estava um ex-cadete do General José Pessoa, fruto fértil daquela geração de 1931 a 1934, depois Instrutor-Chefe do Curso de Infantaria da AMAN, e que viria a ser General Comandante da Academia, em 1969 e 1970, o então Coronel Car-

los de Meira Mattos e no comando do 1º Batalhão do Regimento Escola de Infantaria (1º contingente), ex-Tenente da FEB, o então TC Paulo Campos Paiva. Pode-se, por fim, ligar-se essa missão — que somente deve honrar a Nação e o Exército brasileiros — ao fato de que a unidade-base do FAIBRÁS era o Regimento Escola de Infantaria, originado daquela mesma Companhia de Carros de Assalto, comandada pelo então Capitão José Pessoa, em 1922. Todas essas conexões só contribuem para estreitar os laços de respeito e admiração de todas as gerações posteriores a 1931, por aquele insigne chefe militar, que, em feliz inspiração, concretizou em valores permanentes o exemplo de Caxias, tão ressaltado pelos pracinhas brasileiros da década de 60, que deixaram um tributo de seu sangue, na única missão pacificadora do pós-2ª Guerra Mundial, cumprida com êxito total, em todo o globo.

Assim, com jeito de prece, despedia-se o chefe militar de seus cadetes.

Em casa, o Marechal José Pessoa Cavalcante de Albuquerque poderia então desfrutar o descanso merecido do guerreiro, no aconchego da família. Espírito irrequieto, no entanto, a lembrar o jovem de 17 anos, seu universo não se limitaria às fronteiras de seu lar, na última quadra de sua vida. Fugindo à placidez das águas mansas da aposentadoria compulsória, aceitou o convite do Presidente Café Filho para a Presidência da Comissão de Planejamento e Loca-

lização da nova Capital Federal,¹³ no Planalto Central, uma missão de contato com o terreno; e aceitou-a com o mesmo fervor de sempre, vencendo todas as naturais dificuldades materiais de uma interiorização não implantada. Ao seu lado, o leal amigo, Arquiteto Dr Raul Penna Firme e o sobrinho Dr Marcelo Pessoa. O trabalho desses homens foi decisivo para a mudança de Capital. Foram eles os verdadeiros responsáveis quer pela escolha do local onde hoje está localizada Brasília, quer pela idealização do plano-piloto, em missão não remunerada.¹⁴

Mesmo na reserva, em seu espírito — sempre ligado ao simbolismo da reforma de 1931 — ainda sentia a Escola Militar — a sua Academia — incompleta, quer pela inadequação do nome da Escola, quer pela falta do Panteon de Caxias entre seus Cadetes.

Em 23 de abril de 1952, oito anos após iniciar seu funcionamento em Resende, quando a Escola completava o 140º aniversário de existência, o Presidente Getúlio Vargas, o mesmo que dera início a todo o processo de reforma, agora em seu segundo período presidencial, assinou decreto passando a denominá-la Academia Militar das Agulhas Negras. Foi um dos dias mais felizes da vida do Marechal, que assim deixou registrado em seus escritos pessoais:

"Agora, o governo atual, que acompanhou de perto o desenrolar do empreendimento, desde a sua gênese, compreendendo a justiça, a razão de ser, o direito e a gratidão, que é o mais justo de todos

os sentimentos humanos, em novo Decreto, de 23 de abril de 1952, 130º da Independência e 63º da República, alterou o batismo de Escola Militar de Resende, para crismá-la com seu legítimo nome, o qual se ajusta tão simbolicamente — Academia Militar das Agulhas Negras.¹⁵

A partir de então, para que se complete o quadro de sua concepção, tem faltado em Agulhas Negras apenas o Panteon de Caxias, com todo o significado que, estamos convictos, um dia, em homenagem ao Patrono e ao Marechal José Pessoa, envolverá o retorno do cadete de 1818 ao convívio das gerações sucessivas de futuros oficiais do Exército.

Em 16 de agosto de 1959, a notícia do falecimento do Marechal José Pessoa Cavalcante de Albuquerque correu mansamente pelos corações dos jovens Cadetes que dele conheciam apenas retalhos de lendas mal costuradas pela memória dos mais antigos. Sentiam, no entanto, a emoção estranha de uma perda muito próxima. É possível entender como, para os que o conheciam, a chuva, correndo entre os sulcos das rochas das Agulhas Negras, parecesse lágrimas, naquela tarde fria.

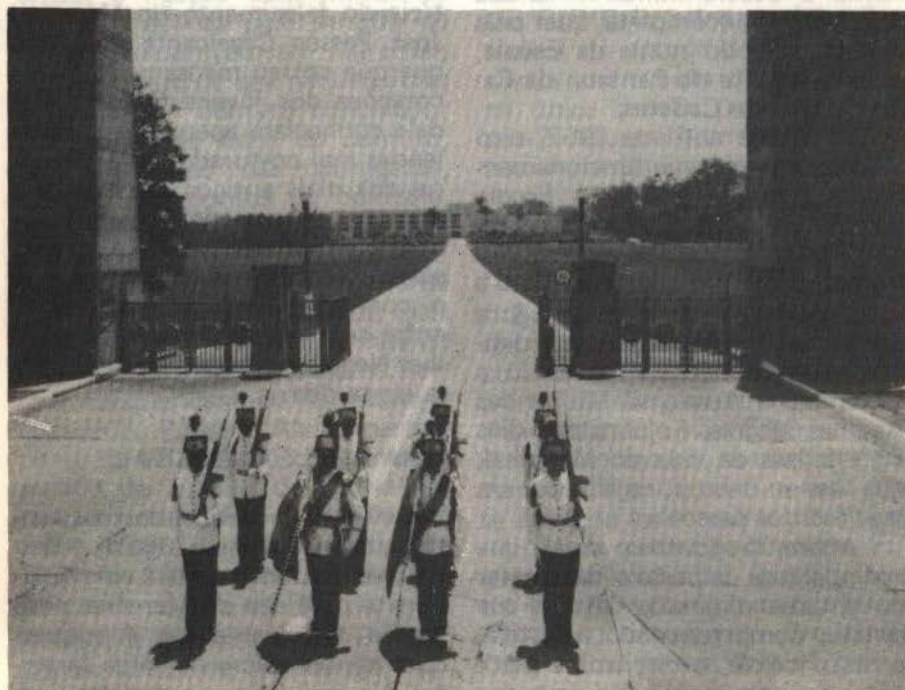
UMA REFLEXÃO FINAL

Deve ter ficado claro que este trabalho não visou a esgotar o rico filão de estudo que foi a vida dinâmica e profícua do Marechal José Pessoa Cavalcante de Albuquerque, em benefício da força terrestre. Na realidade, o autor deste ar-

tigo, na qualidade do Coordenador do Projeto "Marechal José Pessoa" apenas aponta trilhas que pesquisadores e analistas de pena mais fina e ágil poderão seguir neste ano do centenário do nascimento daquele chefe militar. Espera, no entanto, haver demonstrado, pelo menos, os valores da oportunidade e da justiça.

Ressalte-se que não foi apenas ao Ensino da Formação de Oficiais do Exército que o Marechal emprestou o vigor de sua energia criadora. Contribuiu também, de forma decisiva, para a renovação da Artilharia de Costa, da dinamização da Escola de Material Bélico e da evolução da Escola de Equitação do Exército; idealizou e plane-

jou ainda, um Centro de Instrução de Cavalaria, modelar, na região paulista de Pirassununga, onde mais tarde se construiu a Academia da Força Aérea. Mas, foi sua intersecção de vida com a rota traçada pelo Ensino de Formação de Oficiais do Exército que inspirou seus mais vibrantes e criativos momentos, quer pela abrangência de sua mensagem, quer pela profundidade de seu ideal. Foi no período que medeia entre o ano histórico de 1930 — quando recebe a nobre missão — e o ano de 1952 — quando vê o batismo da Academia como uma homenagem de gratidão — que ele traçou o seu mais límpido exemplo de perseverança e idealismo. Foi nele que se alimen-



tou o espírito de "seus" Cadetes, com a chama de uma nova Academia, que há de ser nova sempre, pois que permanentemente renovada, acompanhando a evolução da sociedade brasileira, gerando homens de firme estrutura moral, intelectual e profissional, com a consciência posta na Constituição do Brasil: Uma Academia Militar aprimorada das qualidades do jovem brasileiro, selecionado a partir de sua própria vontade e de sua própria vocação para a carreira das armas.

Os laços históricos estreitados pelo Marechal José Pessoa no espírito militar do oficial brasileiro não devem ser afrouxados. Permitir tal fato, mesmo por desinformação, será, em qualquer época, obra anti-nacional e anti-patriótica, com prejuízos à coesão do Exército Brasileiro. Este fato é o que aconselha a que se afirme a compreensão da origem filosófica dos elementos da Reforma implantada no Ensino de Formação de Oficiais, sempre que surgirem idéias que tentem desfigurar valores, cuja tradição alcança mais de meio século.

Cada alteração introduzida no Brazão, nos uniformes históricos, no Espadim de Caxias, na Canção da Academia ou em qualquer outro elemento essencial da formação do espírito militar do Cadete de Caxias, tenderá a enfraquecer aqueles laços. Alterações, hoje, só aquelas que façam retornar à origem do ideal de José Pessoa as peças maculadas.

Além disso, a manutenção da continuidade de valores que inter-

ligam todas as gerações de oficiais do Exército, fortalecida pelo ideal do Marechal José Pessoa, desde 1931, será o reconhecimento permanente e espontâneo da Força para com aquele que legou ao Ensino de Formação de Oficiais da Ativa um verdadeiro tesouro espiritual, em favor da coesão do Exército Brasileiro, que o tem fortalecido e honrado em benefício da Nação.

NOTAS

1. Ler DEL NERO Augusto, Agnaldo — PRIMEIROS PASSOS DOS BLINDADOS NO BRASIL, "A DEFESA NACIONAL", Março/Abril 1983 e PORTELLA ALVES, J. F., BLINDADOS ATRAVÉS DOS TEMPOS — BIBLIEX.
2. TASSO FRAGOSO, Augusto, Gen — As aulas sobre a campanha da Guerra da Tríplice Aliança, viriam a ser publicada em cinco volumes pela Imprensa Militar, em 1935.
3. O mestre, único representante do Magistério do Exército, a exercer o comando efetivo da Academia Militar foi homenageado pela memória acadêmica com o nome da Turma de 1944. Seu exemplo de chefia militar e de formação integral é reconhecido por todos os seus contemporâneos, ocupando lugar de destaque nas lembranças de seus ex-cadetes, até os nossos dias.
4. O General de Divisão Mário Travassos foi homenageado pela turma que em 1983 recebeu o Espadim, escolhendo seu nome para orná-la durante sua vida militar.
5. O Marechal Castello Branco deu nome à turma que recebeu o Espadim em 1968 e a Espada em 1971.
6. "O Panteon de Caxias" — notas pessoais do arquivo do Marechal.
7. "Panteon de Caxias" — notas pessoais do Arquivo do Marechal.
8. Idem.
9. Carta do Mal José Pessoa ao Gen Álvaro Fiúza de Castro, Cmt do EMR, datada de 18-4-1940 (arquivo pessoal do Marechal).

política impulsionada na busca de seus objetivos por meios violentos (Montesquieu, Rousseau, Clausewitz, Jomini, Mahan, Mackinder, Lenine), a Estratégia Militar é a arte de conduzir a Guerra.

Sendo a Estratégia uma decorrência de uma concepção política, assim a compreendendo podemos afirmar que a política escolhe objetivos para atender os interesses do Estado (ou da aliança de Estados) e a estratégia seleciona meios e estabelece prioridades para alcançar estes objetivos.

Houve época em que se fazia confusão sobre a relação de interdependência entre Política e Estratégia. Desde o início do século XIX essa confusão não é mais aceitável. Senão, vejamos o pensamento dos principais mestres da estratégia. Não há dúvida que foram, Clausewitz no século XIX, Liddell Hart e Beaufre no século XX. O primeiro teve como campo de observação as inovações trazidas ao campo da estratégia pela Revolução Francesa e as guerras napoleônicas. Sua genialidade está em ter sabido sintetizar e traduzir em idéias gerais as constantes estratégicas produzidas por essa época de inovações no campo da guerra; inovações relacionadas muito mais ao âmbito das transformações políticas e à genialidade de Bonaparte do que à evolução da técnica de produção de engenhos bélicos.

Liddell Hart participante da 1ª Guerra mundial e da 2ª Grande Guerra, retirou das observações colhidas nos campos de batalha desses dois conflitos maiores, os ensinamentos que soube traduzir

numa doutrina estratégica lógica e coerente. O General Beaufre colocou no quadro a estratégia moderna os efeitos de uma nova e terrível arma — a bomba atômica, a arma nuclear.

Desejando apoiar o nosso conceito inicial de que a estratégia é uma decorrência da política, vamos alinhar alguns pensamentos destes três clássicos da estratégia.

Clausewitz — “A guerra é a continuação da política por outros meios”.

Liddell Hart — “A melhor estratégia é aquela que atende ao objetivo político por meio de hábeis demonstrações de força, pela mobilidade, eventualmente sem travar a batalha”.

General Beaufre — “A guerra total é concebida em nível governamental, que fixa os domínios das estratégias militar, política, econômica e diplomática”.

Assim estabelecidos os campos doutrinários da política e da estratégia modernas, baseados no pensamento dos três mestres que mais se distinguiram no estudo da estratégia nesses últimos 200 anos, faremos algumas considerações que nos darão uma visão mais ampla do campo de estudo da estratégia militar contemporânea.

A ESTRATÉGIA MILITAR CONTEMPORÂNEA

Desde o início observamos que a palavra estratégia, de origem grega, *estratego era o general grego comandante de exércitos*, — do ponto de vista semântico vem evo-

luindo através dos tempos. Antes do século XVIII esta palavra se referia sempre à arte dos generais, tinha um sentido puramente militar.

A partir da Revolução Francesa de 1793 e das campanhas napoleônicas que se seguiram, as guerras que até então eram objeto de decisões fechadas de gabinetes e dependentes da capacidade dos tesouros reais em contratar exércitos mercenários, formados muitas vezes por profissionais estrangeiros, transformaram-se em guerras nacionais, com o povo em armas e a participação de toda a nação. Esta transformação política e social levou Clausewitz a escrever:

“As coisas mudaram com a eclosão da Revolução Francesa,” Uma nova força que ninguém antes poderia imaginar fez sua aparição em 1793. A guerra repentinamente transformou-se numa preocupação do povo inteiro e de um povo de 30 milhões de habitantes referindo-se a França. A participação do povo na guerra fez entrar a nação inteira em um jogo que antes era objeto de preocupação apenas do gabinete e de exércitos mercenários. Desde aí, deixou de haver limites para a guerra. Antecipava Clausewitz os conceitos de guerra total que 100 anos mais tarde foram teorizados pelo General alemão Ludendorff.

A guerra nacional envolvendo a nação inteira na sorte de conflitos bélicos produziu uma generalização do conceito de estratégia que, de arte de conduzir as batalhas, passou a ser a arte ou ciência de conduzir a nação para a vitória. É o próprio Clausewitz quem anteci-

pava esta evolução do conceito de estratégia quando escreve:

“A guerra não mais pertence ao domínio das artes ou das ciências, mas se relaciona com a existência social. Ela é um conflito entre grandes interesses decididos pelo derramamento de sangue. Parece-se mais com a Política”.

Destes pensamentos de Clausewitz que viveu alguns anos na Rússia Imperial onde teve uma cátedra de Professor em Ciência Política e Estratégia, Lenine extraiu o seu conceito de guerra permanente. Parafraseando Clausewitz, Lenine escreveu sua célebre frase de que “A política é a continuação da guerra por outros meios”.

Como o próprio Clausewitz previra, no futuro haveria além da estratégia militar, estratégias correspondentes aos campos de generalização do conflito bélico — político, econômico, social e outros.

No pensamento militar moderno predominam três escolas principais sobre a estratégia:

- . estratégia de ação direta;
- . estratégia de ação indireta; e
- . estratégia de dissuasão

Cada uma dessas escolas tem o seu pensador clássico. Clausewitz é o preconizador da primeira, Liddell Hart da segunda e o General Beaufre da terceira.

Embora Clausewitz tenha falecido em 1831, Liddell Hart em 1970 e o General Beaufre em 1975, distanciados no tempo de um século e meio, as idéias de Clausewitz continuam atuais e, em grande parte, foram adotadas pelo

grande pensador contemporâneo Raymond Aron. A este respeito vale aqui reproduzirmos o conceito do militar francês, Coronel Guy Doly, Professor da Escola de Guerra, no seu livro "Strategie France Europe" "Fora do acontecimento extraordinário que constituiu o aparecimento da arma nuclear em 1945, nada realmente de novo aconteceu no campo da estratégia."

Segundo Karl Von Clausewitz, no seu livro clássico "Da Guerra", o objetivo político da guerra é destruir as forças militares do inimigo e conquistar o seu território". Como estratégia militar para alcançar este objetivo político o escritor alemão prescreve — "travar a batalha, não há outro meio". Como princípios estratégicos do pensamento de Clausewitz encontramos: concentrar as forças e lançá-las contra a massa principal do inimigo, de sorte a chegar a decisão pela batalha, se possível em uma só ação e em um só momento. É a chamada estratégia de ação direta, contra as forças principais do inimigo (o seu centro de gravidade), realizando a surpresa estratégica. Estudando as campanhas de Napoleão, Clausewitz seleciona como fatores de surpresa estratégica — a mobilidade, a velocidade, as ações diversionárias e a divulgação de informações falsas, visando a iludir o inimigo sobre o ponto de aplicação do golpe decisivo.

Analisando a aplicação dos princípios estratégicos de Clausewitz na guerra contemporânea o Coronel Guy Doly, já citado, argumenta que no quadro do conflito mili-

tar moderno, entre as superpotências e as grandes potências, o chamado conflito leste-oeste, em que se confrontarão as forças da OTAN e do Pacto de Varsóvia, o objetivo de destruição das forças inimigas e ocupação de seu território, buscando o seu centro de gravidade, não parece mais real, porque isto exigirá um preço excessivo que nenhum dos contendores têm condições de pagar. Vamos ver, quando analisarmos as estratégias de ação indireta e a estratégia de dissuasão esta impossibilidade, com os meios bélicos atuais que possuem ambos os lados rivais, de se chegar a uma destruição maciça, como defende Clausewitz, sem incorrer no risco certo da destruição mútua. A resposta será tão violenta e mortífera como o ataque.

Fora do quadro do conflito leste-oeste, nas guerras locais e regionais, na chamada guerra convencional, poderemos, até certo ponto, considerar válidos os princípios, considerar clausewitianos, desde que, um dos lados seja capaz de concentrar superioridade de meios e aplicá-los de surpresa no centro de gravidade dos dispositivos de força inimigo.

Passaremos, agora, a analisar as idéias principais de outro clássico da estratégia, o inglês *Liddell Hart* que, ao contrário de Clausewitz, é o defensor da chamada *estratégia de ação indireta*.

Liddell Hart foi o primeiro autor a integrar os conhecimentos das duas guerras (de 1914—1918) e de (1940—1945). Os dois fatores que mais influenciaram nas operações

militares nesses dois conflitos e vieram a influir na estratégia contemporânea foram o emprego do avião e do carro de combate, emprego experimental na 1ª Guerra mundial e maciço na 2ª Grande Guerra. Dessas inovações da tecnologia e da indústria bélica, o escritor inglês tirou duas conclusões estratégicas: da importância da ação indireta e da mobilidade da manobra estratégica.

A 1ª Guerra Mundial, de que Liddell Hart foi testemunha, fora um massacre de quase quatro anos numa guerra imobilizada de trincheiras. Morreram 10 milhões de homens de ambos os lados. A chegada de meio milhão de norte-americanos, em 1917 Comandados pelo General Pershing, conseguiu desequilibrar o impasse estratégico dando superioridade de meios aos aliados e obrigando os alemães de Guilherme II, o Kaiser, a procurar um Armistício.

Os primeiros ensaios de emprego do carro de combate e do avião ambos rudimentares, de reduzido peso e raio de ação não foram instrumentos suficientes a alterar o impasse de equilíbrio estratégico que imobilizara os "fronts". Mas, o desenvolvimento da tecnologia na fabricação de aviões e carros de combate mudou o ambiente estratégico da 2ª Guerra Mundial, iniciada propriamente com a invasão da Polônia em 1939. A "blitzkrieg" alemã contra a França, composta por enorme massa de carros blindados, apoiada por densas nuvens de aviões de combate, abriu o quadro estratégico

característico desse conflito mundial.

A 2ª Guerra Mundial caracterizou-se como uma guerra de movimento. A idéia de imobilizar as frentes de combate nas fronteiras, por meio das posições superfortificadas, as famosas linhas Siegfried (alemã) e Maginot (francesa), revelou-se vã ilusão estratégica e desperdício. Em toda a parte, no Pacífico, no Atlântico, na África do Norte, no continente europeu, o que caracterizou a guerra foram os movimentos estratégicos de grande envergadura, como as operações anfíbias na invasão do Norte da África, da Sicília, do Sul da França e da Normandia, reunindo imensa massa de meios marítimos, aéreos e terrestres, e, também, as operações dos Exércitos no Norte da África e na Europa. Nenhuma barreira física ou humana foi capaz de conter por muito tempo o poder de choque das massas de blindados, seguidas de forças motorizadas e apoiadas pela aviação de acompanhamento ao combate e de bombardeio. A observação aérea e a mobilidade permitiam realizar a surpresa estratégica sobre um flanco ou retaguarda.

Este quadro da guerra de 1945 enriqueceu os conhecimentos estratégicos de Liddell Hart que se tornou o principal analista e escritor militar de sua época. Na síntese de suas apreciações no pós-guerra de 1939-1945, Liddell Hart oferece-nos suas conclusões que contrariam os princípios fundamentais da estratégia da ação direta de Clausewitz que,

como vimos preconizava "atacar com superioridade de forças e a violência máxima a massa principal das forças inimigas, procurando, para esta ação, a surpresa estratégica".

Liddell Hart, no seu livro sobre Estratégia, editado em 1954 contraria o pensamento de Clausewitz e propõe como nova estratégia, a *ação indireta* que pode ser assim traduzida:

"a estratégia mais conveniente é a que permite conduzir a batalha da maneira mais vantajosa e muitas dessas condições vantajosas, se aplicadas, poderão conduzir ao desequilíbrio das forças do inimigo com um mínimo de combate;

em síntese, a estratégia perfeita, será obter a decisão pela derrota do inimigo e sua rendição sem combate."

A estratégia de ação indireta, assim exposta, procura tirar o máximo proveito da mobilidade, da velocidade e da surpresa oferecidas pela tecnologia militar moderna para desequilibrar a estrutura do dispositivo inimigo. E, numa quase obsessão de virtuosidade estratégica, imagina até derrotar as forças militares inimigas pela simples manobra estratégica.

É interessante observar-se neste ponto de nossas considerações que Lenine, um discípulo de Clausewitz em assuntos estratégicos, colocando o seu ingrediente político-revolucionário na estratégia, já havia escrito: "a melhor estratégia consiste em retardar o início das operações militares até que a desagregação moral do inimigo nos

permita, facilmente desferir-lhe o golpe mortal". No conceito de Lenine encontra-se a semente da chamada "guerra revolucionária" que será objeto de nossa atenção em seguida, e que visa minar o moral do inimigo atuando essencialmente sob sua mente, através da propaganda, dos atos de terrorismo e de intimidação". É interessante se notar, também, que os conceitos estratégicos de ação indireta de Liddell Hart tiveram como precursores o chinês Sun Tzu (500 anos antes de Cristo) e seus discípulos contemporâneos Mao Tze Tung e o General vietnamês Giap.

Vale a pena, aqui, reconstituirmos a influência de Sun Tzu e de Mao Tze Tung, o primeiro precursor e o segundo grande mestre da estratégia de ação indireta. O livro clássico de Sun Tzu, "A arte da guerra", foi escrito nos últimos anos no século VI antes de Cristo. Consta que o autor o ofereceu ao rei Ho-lu, da dinastia Wu. Sua difusão no Ocidente deve-se ao Padre Amiot, um jesuíta missionário em Pequim. A tradução do Padre Amiot foi divulgada em Paris em 1772. Assim, podemos dizer que a teoria estratégica de Sun Tzu, inteiramente contrário ao pensamento estratégico de Clausewitz, teve predominante influência na Europa a partir dos anos do lançamento de sua obra clássica "Von Krüge", 1832, até hoje.

Sun Tzu considerava a guerra "um assunto de vital importância para o Estado", exigindo, por isto, apurado estudo e análise. Ele nos oferece a primeira tentativa conhecida de formular uma doutrina es-

tratégica, baseada por planejamento e em princípios de conduta das operações. Acredita que um estrategista hábil deve ser capaz de submeter as forças inimigas sem engajá-las na batalha, de ocupar as suas cidades sem necessidade de um cerco destruidor e de derrubar seu governo sem batalhas sangrentas.

Sun Tzu estava convencido de que a estratégia envolve uma habilidade manobreira mais do que o choque de forças. A superioridade numérica, por si só, não representa vantagem. Considerava Sun Tzu que os fatores morais, intelectuais e circunstanciais são mais importantes no confronto de Exércitos do que os fatores da força física e aconselhava os reis e comandantes a não se iludirem com a superioridade física de seu poder militar. O escritor militar chinês não concebia a guerra em termos de massacre e destuição; o verdadeiro objetivo estratégico, dizia, é conquistar o território e as forças inimigas intactas, ou tão intactas quanto possível.

Acreditava Sun Tzu que o planejamento estratégico meticuloso, baseado na informação correta sobre o inimigo eram fatores que contribuíam para uma decisão militar rápida. Sempre levava em conta os efeitos da guerra sobre a economia e, indubitavelmente, foi o primeiro a observar a inflação dos preços inevitável durante as guerras. Afirmava: "nenhum país é beneficiado pela guerra prolongada". Preocupava-se com os problemas logísticos de apoio ao Exército.

Sobre as qualidades de um bom general dizia: boa moral, emocionalmente sereno, controlado de atitudes, conhecedor da influência dos fatores terreno e das condições climáticas sobre a manobra estratégica. Antes da abertura das hostilidades, Sun Tzu aconselhava o lançamento de atividades clandestinas no interior do país inimigo, espalhando boatos falsos e informações contraditórias.

Os princípios de *Guerra Revolucionária* nós os encontramos inicialmente na concepção de Sun Tzu. Como vimos o estrategista chinês, o mais antigo mestre da estratégia de ação indireta, aconselhava-a antes do início das atividades bélicas e, também, durante as mesmas, a infiltrar-se no interior do país inimigo, espalhando boatos falsos e informações contraditórias, buscando enfraquecer o seu moral e a sua vontade de resistir. É a ação sobre a mente do inimigo.

Mao Tze Tung foi o principal discípulo de Sun Tzu. Nascido em 1893, Mao Tze Tung foi conquistado pelas idéias políticas de Marx e Engels, quando ainda muito jovem foi assistente da Biblioteca da Universidade de Pequim. Em 1920 era já um comunista acabado. Desde este momento lançou-se à grande missão de sua vida — criar uma nova China baseada nas idéias políticas de Marx e Engels. Crescendo na hierarquia do comunismo chinês, Mao Tze Tung tornou-se, ao mesmo tempo, um teórico da guerra revolucionária, e um general combatente incansável na luta contra as forças do Exército Nacionalista de Chiang Kai Shek. Par-

tindo dos conceitos básicos de Sun Tzu, ele desenvolveu uma estratégia, uma tática e uma logística para a guerra. Suas teorias impressionaram Lenine e foram incorporadas pelos soviéticos que as utilizam como um dos mais eficazes instrumentos de agressão aos países que pretendem conquistar ou neutralizar no quadro do conflito mundial. Atualmente vemos a guerra revolucionária em pleno desenvolvimento particularmente no Afeganistão e na América Central.

Em um dos seus livros, em 1937, disse Mao Tze Tung: "a primeira lei da guerra é preservar nossas forças e destruir as forças do inimigo". *Do ponto de vista estratégico*, Mao concebeu esta forma de guerra como passando por fases sucessivas, através das quais ela vai aumentando sua área de influência e o grau de submissão da nação atacada. A primeira fase é dedicada à organização, consolidação e preservação de uma base regional. A segunda fase visa a progressiva expansão dessa base. A terceira fase, é a fase da decisão, quando a destruição e conquista da nação é objetivada.

Quanto as táticas que Mao Tze Tung aconselha, acompanhando essas três fases da manobra estratégica da guerra revolucionária, desataremos:

Na primeira fase (de organização, consolidação, preservação de uma base regional) compreendendo:

- escolha do local para a base em região isolada e de difícil acesso;
- organizar um centro de treina-

mento de voluntários, agitadores e propagandistas;

- espalhar propagandistas entre a população próxima à base a fim de persuadir e convencer os habitantes, transformando-os em aditos da causa revolucionária.
- em consequência, criar em volta de cada base um cinturão protetor de simpatizantes em condições de assegurar o recrutamento de recrutas, a coleta de informações e o suprimento de alimentos;

O processo a desenvolver nessa fase é essencialmente conspiratório, clandestino, metódico e progressivo. As operações militares só são admitidas eventual e esporadicamente.

Na segunda fase (de expansão da base), a ação direta assume um papel cada vez mais relevante. As práticas mais usadas são:

- atos de sabotagem e terrorismo;
- sequestros de colaboracionistas e reacionários;
- ataques de surpresa a postos isolados da polícia ou do Exército e apropriação de armas e recursos logísticos.

O objetivo procurado nessa fase, além da expansão da área de influência pela propaganda, o terror e a intimidação, é a apropriação de armas, explosivos, dinheiro, material de saúde e equipamentos de comunicação. As ações são praticadas por guerrilhas que vão se tornando cada vez mais adestradas e melhor equipadas. Os habitantes das áreas envolvidas são submetidos à constante propaganda para

aderirem à causa revolucionária e dar à mesma as características de movimento de massa.

A terceira fase (fase da decisão ou destruição do inimigo) como se vê, dependerá do êxito alcançado nas fases anteriores. A teoria de Mao Tze Tung, para esta fase, estabelece a previsão de que as guerrilhas já consolidadas se integrem num Exército revolucionário capaz de desafiar o inimigo (as forças do Estado) em combates do estilo guerra convencional. Esta fase deve ser prolongada por negociações, com postura de ameaça militar, durante as quais as forças revolucionárias aproveitam para melhorar suas posições (no campo militar, político, social e econômico). Durante as negociações, pouca ou nenhuma concessão deve ser esperada do comando das forças revolucionárias, cujo único objetivo é criar pelo cansaço, pelo jogo de impasses sucessivos, melhores condições para garantir sua unidade e garantir o processo vitorioso de sua causa.

O sucesso da "guerra de guerrilhas", como usualmente é chamada a guerra revolucionária, a partir da segunda fase, depende essencialmente da montagem de uma boa rede de informações que assegure sempre às forças revolucionárias conhecimento preciso sobre as atividades e possibilidades das forças governamentais e lhe permita tirar a máxima vantagem das ações de surpresa.

No tocante à *logística* das guerrilhas é o próprio Mao quem diz em sua teoria que "a guerrilha não

tem retaguarda". Seus suprimentos devem ser retirados da própria área envolvida. O inimigo é a principal fonte de recursos em armas, equipamento e munição. O próprio Mao escreveu certa ocasião: "eu tenho pedidos de suprimentos aos arsenais de Londres assim como aos de Hanyang e, o que é mais importante, esses pedidos nos são entregues pelas unidades de transportes do inimigo que assaltamos". O pior é que não se tratava de uma brincadeira de Mao, mas de uma crua verdade. Vários comboios de armas e de suprimentos destinados ao Exército Nacionalista de Chiang Kai Shek caíram inteiros em mãos das forças de Mao, vítimas de ataques de surpresa, muitas vezes em convivência com elementos nacionalistas adesistas.

Com a explosão das duas bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, em 1945, houve um tremendo impacto no campo da estratégia militar. Surgia uma nova arma de poder destruidor e mortífero nunca antes imaginado, e contra a qual não se vislumbrava nenhum recurso de defesa. A ameaça de guerra nuclear como que paralisou, por algum tempo, a mente dos estrategistas militares. Inicialmente, o monopólio da bomba nuclear esteve com os Estados Unidos. Em 1949 a União Soviética explode sua primeira bomba atômica pondo fim a este monopólio. Passa a haver uma resposta estratégica para a bomba atômica, — a represália atômica. Começa a escalada atômica. Estados Unidos e União Soviética aumentam seu arsenal e repetem suas explosões em

campos de prova afastados em ilhas do Pacífico.

O crescimento dos arsenais apavora a humanidade, ante o perigo de uma hecatombe de dimensões mundiais. A antiga bomba atômica, de fissão nuclear é substituída por outra muito mais poderosa, de fusão nuclear — a bomba de hidrogênio. Ao mesmo tempo as superpotências — Estados Unidos e União Soviética — colocam sua tecnologia e indústria a serviço dos vetores de transporte das bombas — é a corrida dos mísseis que de continentais passam a intercontinentais e hoje exploram o espaço sideral alcançando outros planetas.

É neste quadro — de engenhos nucleares fabricados aos milhares, cada vez mais potentes e mortíferos, e de mísseis transportadores de raio de ação ilimitado e também cada vez de maior precisão, que surge a estratégia de dissuasão do *general francês Beaufre*.

Segundo o General Beaufre, sintetizador brilhante de estratégia da guerra total de nossa época, — “a estratégia é a arte da dialética das vontades empregando a força para resolver seus conflitos. É a vontade dos homens, a vontade dos povos e ainda hoje é necessário que eles tenham vontade de combater e vencer”.

Sobre a guerra nuclear, escreve Beaufre que a dissuasão nuclear é a estratégia que visa paralisar o inimigo pelo risco de ser destruído pela represália nuclear. É a situação que estamos vivendo atualmente. Os arsenais nucleares acumulados pelos Estados Unidos e União Soviética e os mísseis que

possuem, criam o ambiente paralisante da auto-destruição do atacante. Como o objetivo político da guerra é a vitória e não a auto-destruição, aí se encontra o efeito paralisante da estratégia de dissuasão nuclear do General Beaufre, mas o General Beaufre, em sua estratégia da guerra total não se fixa apenas nos aspectos do conflito nuclear. Escreve ele:

“A dissuasão nuclear, paralisando o conflito bélico, deixa uma margem muito estreita de liberdade de ação estratégica: aquela que é explorada pela estratégia soviética sobre a comunidade mundial. A ação política e econômica, a utilização de movimentos revolucionários e mesmo conflitos locais que procuram escapar à paralisia imposta pela dissuasão nuclear”.

CONCLUSÕES

A estratégia militar contemporânea, — de ação direta, de ação indireta em cujo contexto se inclui a guerra revolucionária e de dissuasão nuclear, pode ser aplicada a qualquer forma que venha se apresentar a guerra moderna:

- a convencional;
- a nuclear; e
- a revolucionária

Os novos conflitos bélicos têm como tendência, se forem locais, desenvolverem-se num quadro misto de guerra convencional e guerra revolucionária, sucessiva ou paralelamente. Se forem gerais, envolvendo países comprometidos no confronto leste-oeste, Pacto de Varsóvia e OTAN, poderão combi-

nar as três formas de guerra acima citadas, devendo o emprego da arma nuclear realizar-se ou no chamado ambiente tático-operacional, o que será mais provável, ou em caso desesperador, de forma ilimitada provocando a horrível hecatombe que todos procuram evitar.

BIBLIOGRAFIA

- SUN TZU — “The Art of War” Oxford University Press, 1963.
- GRIFFITH, Samuel, General — “Mao Tze Tung on the Guerrilla Warfare” — Praeger Publishers, New York, 1961.
- CLAUSEWITZ, Carl Von — “Da Guerra” (Von Krüge) — Livraria Martins Fontes Editora, tradução da Universidade de Brasília, São Paulo, 1979.
- LIDDELL HART — “History of Second World War” — G. P. Putnam’s Sons, New York, 1970.
- “Strategy” — Faber and Faber, London, 1954.
- DOLY, Guy Coronel — “Estrategie France Europe”, Les Editions Média — Paris, 1977.
- O’NEILL, Robert J. — “General Giap — Politician and Strategist” — Praeger Press, New York, 1969.
- LOWE, James Trapier — “Geopolitics and War — Mackinder’s Philosophy of Power” — University Press of America, 1981.
- SUMMERS JR, Harry J. — “On Strategy, Critical Analysis of Vietnam War”, Presidio Press, California, 1982.
- GOODSPEED D. J. — “Lundendorff” — Bibliex, Brasil, 1968.
- DUVERGER, Maurice — “Ciência Política”, Zahar Editores, 2ª Edição, Rio de Janeiro, 1976.
- ARON, Raymond — “Penser 1ª Guerre, Clausewitz”, Bibliothèque de Sciences Humaines, Editions Gallimard, 1976.
- CAVALCANTI, Themistocles Brandão — “Teoria do Estado”, 3ª Edição, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1977.
- BEAUFRE, General — “Introduction a la Strategie”, Librairie Armond Colin, Paris, 1965.



O General-de-Divisão R/1 Carlos de Meira Mattos é autor de numerosos trabalhos no campo da Geopolítica, destacando-se “A Geopolítica e as Projeções do Poder” e “Projeção Mundial do Brasil”. Ex-Vice-Diretor do Colégio Interamericano de Defesa, com sede em Washington, DC, EUA.

OFICIAL DA RESERVA DA MARINHA: NÃO FIQUE SÓ NA SAUDADE.



Os bons tempos podem voltar há uma promoção esperando você.

Em apenas um mês, sem prejudicar suas atividades atuais, você mergulha num curso de reciclagem e sobe de posto mesmo na reserva.

Escreva para Caixa Postal 828 (CEP 20001), Rio de Janeiro, mandando seu nome e endereço ao Ministério da Marinha.

Escreva hoje mesmo.

A Marinha não vai deixar você na saudade.

**MINISTÉRIO
DA MARINHA**



EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO OU DESENVOLVIMENTO PARA A EDUCAÇÃO

Roberto Misco Filho

Durante muitos anos, os filmes, exibidos no cinema ou na televisão, os romances de espionagem e até mesmo a propaganda oficial nos países do Ocidente vêm predispondo o homem comum contra os regimes comunistas, ressaltando naqueles regimes, os horrores (realmente existentes) da tortura, do fuzilamento sumário e da prisão nos Gulags.

Óbvio, inteiramente óbvio, é o fato de qualquer pessoa normal, isto é, psicologicamente sadia, horrorizar-se, tomar-se de viva repulsa por um regime que tenha institucionalizado a tortura, o "paredón" e o campo de concentração para presos políticos. É fácil conseguir das pessoas comuns essa predisposição que surge mais do sentimento e do impulso instintivo,

quando não obliterados por qualquer doença psíquica.

O problema, entretanto (pelo menos assim nos parece), é que aqueles aspectos horripilantes — a tortura, a pena de morte sem julgamento e a prisão em condições subhumanas — são *acidentais*; não constituem a malignidade *intrínseca* dos regimes totalitários, de direita ou de esquerda. O risco, portanto, é o de que o homem comum se atenha ao acidental e lhe escapem as características *essencialmente* perversas.

No presente artigo, pretendemos analisar a possibilidade de uma educação autêntica; ajudar as pessoas, e a sociedade em consequência, a defender-se melhor contra as insídias do totalitarismo.

O QUE É O HOMEM? — Mais de um pensador (inclusive o genial

Aristóteles) já teria afirmado que a política é um assunto dos *homens*. Pode-se falar, por exemplo, nas "sociedades" das abelhas ou das aves migratórias; um pouco de observação será, entretanto, suficiente para descobrirmos o seguinte fato: por mais engenhoso e organizado que seja o trabalho nas colméias, por mais orientados e sincronizados que sejam os vôos estacionais — eles só fazem cumprir, ao longo dos séculos, a misteriosa lei determinista codificada no soma. Ao contrário, o inquieto, o inesperado e variegado universo das ações humanas, ao longo do tempo e do espaço, permitirá ao observador *atento* adivinhar um outro tipo de "lei" (se couber tal nome ao imprevisível, ao aleatório) que não mais se origina da fixidez telúrica e monótona da matéria.

O homem busca, realmente, a organização e o planejamento, porém, ao contrário das abelhas e das aves migratórias que agem instintivamente, ele o faz através da criatividade e da renovação constantes, deixando em todos os seus empreedimentos a marca da liberdade e da inteligência associadas, à marca do espírito.

Ainda nos referindo às abelhas e às aves, notamos o importante detalhe da exclusiva e permanente servidão ao objetivo do grupo; jamais uma abelha, interrompendo sua tarefa no favo, sairá para contemplar um irisado pôr de sol; jamais uma ave migratória, saindo da formação de suas companheiras, descerá para nadar um pouco nas águas do lago da montanha

que assiste muda e indiferente à passagem do bando alado. Tudo ocorre como se a atividade do inseto ou do pássaro tivesse uma característica de *fim* em si própria, não importando o indivíduo (abelha ou ave) considerado.

Ao contrário, na sociedade humana, um homem pôde escolher uma difícil vida solitária, porém liberta dos poderosos, para melhor compor uma "sonata-quase-uma-fantasia" ou escrever nove sinfonias das quais a última é um belíssimo hino à alegria; um outro homem pôde arrostar a galhofa dos acomodados, para conduzir três frágeis embarcações que trouxeram a um novo Continente o germe civilizador de um mundo já amadurecido; um terceiro, depois de realizar brilhantes descobertas nos domínios da matemática e da física, pôde galgar "o silêncio dos espaços infinitos" para descobrir uma Sabedoria mais alta; ainda um quarto homem pôde despir-se das roupas e das honrarias que o pai carnal havia-lhe doado, e, desprovido assim, procurou servir melhor o Pai de todos nós, pobres ou ricos.

As referências anteriores, a Beethoven, Colombo, Pascal ou São Francisco de Assis, *não* constituem, absolutamente, recurso retórico, não têm pretensão alguma de introduzir "poesia" (no mau sentido da palavra) num texto que se deseja mais reflexivo. Tais exemplos foram intencionalmente lembrados para ressaltar o quanto pode a liberdade humana, além dos limitados esquemas da rotina e do desejo de segurança. Para um adepto do sociologismo, o genial

surdo músico de Bonn, o temerário navegante genovês, o profundo pensador francês e o santo medieval talvez sejam considerados "anormais", porque estão fora da cúpula protetora das curvas gaussianas. Para nós outros (que acreditamos nas virtualidades da liberdade humana) eles foram homens tão normais (ou, quem sabe, até mais) quanto qualquer modesto funcionário público ou simples vendedora de loja!

As considerações anteriores, a nosso ver, são necessárias para configurar-se uma resposta à pergunta que marca o início deste trabalho: *o que é o homem?* Se não admitimos como própria do homem essa integral liberdade *criativa*, não poderemos estabelecer a correta definição do ser que é a origem e o fim dos atos políticos.

Um jardineiro que, havendo plantado várias roseiras em seu jardim, acabe encontrando muitas rosas pouco desenvolvidas, sem perfume e sem viço, se for um bom jardineiro nunca dirá que aquele fato é "normal"; antes irá buscar a *causa* que impediu o pleno desabrochar de cada uma de suas flores. De forma análoga (e com uma dignidade infinitamente maior), cada ser humano, enquanto passa pelo mundo, é como se fosse uma planta especial, trazendo, em embrião, uma existência transitória porém plena de beleza, ainda que este ser humano seja um modesto funcionário público ou uma simples vendedora de loja!

Repetimos: isto não é retórica; é uma colocação que separa violentamente o ponto de vista demo-

crático do modo de ver totalitário!

O SENTIDO DO TRABALHO

— Pedimos vênia ao leitor paciente para citar algumas palavras que o Papa João Paulo II escreveu, com notável perspicácia, sobre o sentido do trabalho humano. Diz ele:

"As fontes da dignidade do trabalho devem ser procuradas sobretudo não na sua dimensão objetiva, mas sim na sua dimensão subjetiva."

Em tal concepção quase desaparece o próprio fundamento da antiga diferenciação dos homens em grupos, segundo o gênero de trabalho que eles faziam. Isto não quer dizer que o trabalho humano não possa e não deva ser de algum modo valorizado e qualificado de um ponto de vista objetivo. Isto quer dizer somente que o primeiro fundamento do valor do trabalho é o mesmo homem, o seu sujeito. Relaciona-se com isto imediatamente uma conclusão muito importante de natureza ética: embora seja verdade que o homem está destinado e é chamado ao trabalho, contudo, antes de mais nada, o trabalho é "para o homem" e não o homem "para o trabalho". E por esta conclusão se chega a reconhecer justamente a preeminência do significado subjetivo do trabalho sobre o seu significado objetivo. Partindo deste modo de entender as coisas e supondo que diversos trabalhos realizados pelos homens podem ter um maior ou menor valor objetivo, procuramos todavia pôr em evidência que cada um deles se mede sobretudo pelo padrão da dignidade do mesmo sujeito do trabalho, isto é, da pessoa,

do homem que executá. Por outro lado, independentemente do trabalho que faz cada um dos homens e supondo que ele constitui uma finalidade — por vezes muito absorvente — do seu agir, tal finalidade não possui por si mesma um significado definitivo. De fato, em última análise, a finalidade do trabalho, de todo e qualquer trabalho realizado pelo homem — ainda que seja o trabalho mais humilde de um “serviço” e o mais monótono na escala do modo comum de apreciação e até o mais marginalizador —, permanece sempre o mesmo homem.”

(Encíclica: “LABOREM EXERCENS”)

Perguntamos: tais palavras, de serena e profunda sabedoria, serão aceitas pelo mundo moderno?

Antes de responder, gostaria-mos de abordar um fato que vem ocorrendo, há algumas décadas, na vibrante área dos esportes. Referimo-nos às Olimpíadas, esse espetáculo grandioso que, de 4 em 4 anos, congrega atletas de quase todos os países numa reedição ecumênica dos clássicos jogos gregos.

É notório que as Olimpíadas vêm se ressentindo da acirrada competição política entre dois grandes blocos adversários: o dos países do Ocidente, liderados pelos Estados Unidos, e o dos países socialistas-marxistas, arrastados pela União Soviética.

No lado oriental, vemos atletas adestrados em rígido, quase brutal, regime disciplinar (incluindo as representantes do sexo feminino . . .), gozando de privilégios

não conhecidos pelo homem comum de seus países; atletas vigiados constantemente, principalmente quando competindo fora da Cortina de Ferro, permanentemente “doutrinados” para vencer pela Causa (reproduz-se em vermelho o que Hitler pintou em cor parda nas Olimpíadas de Berlim, em 1936 . . .). O atleta soviético, cubano ou alemão oriental é, sem dúvida, um funcionário do Estado . . .

No lado ocidental, a comercialização do atleta, do jovem ou da jovem que vende sua própria imagem para a propaganda de sabonete, material esportivo, comestíveis, vitaminas etc — não é mais novidade. Atletas que se tornam milionários. Nas recentes Olimpíadas de 1984, vimos o caso do atleta americano cercado de guarda-costas e que teve sua bela casa de verão na Flórida assaltada enquanto ele se preparava para competir em Los Angeles . . .

De um lado ou do outro da Cortina (que nos deulpem os entusiastas do esporte . . .), vemos a lamentável, a triste deturpação do espírito esportivo, o qual deveria ser marcado pela ingenuidade, pela alegria espontânea, pelo comportamento que os anglosaxões souberam tão bem definir com a bela expressão “fair play”!

Pois bem, no que tange ao trabalho, isto é, ao sentido do trabalho, vem ocorrendo há quase setenta anos fato semelhante ao detectado nos jogos olímpicos. De um lado e do outro, o trabalho não é visto sob aquela perspectiva nobre, com aquela dignidade re-

fletida nas palavras do Papa retro-citadas porquanto, na verdade, de um lado e do outro, prevalece a produção como o fim último do trabalho humano. Uma grande, uma das enormes diferenças (e seria sumamente injusto esquecê-lo) é que, no ocidente *ainda* podemos escrever um artigo como este em que se debatem idéias e se propõem questões, tudo visando o aperfeiçoamento do regime de liberdade no qual, graças a Deus, tocou-nos nascer e crescer no qual, se Deus quiser, esperamos morrer.

As últimas frases do período anterior podem, talvez, revelar alguma emotividade; é difícil, realmente, esconder o quanto é agradável sentirmo-nos ainda livres, embora percebendo sempre a onipresença do Estado no mundo contemporâneo...

O surgimento do socialismo e de seu primo consagüíneo, o comunismo, fez germinar entre patrões e operários a discórdia, a desconfiança mútua permanente, a atmosfera pesada e rancorosa — postura essa *desconhecida* no convívio dos antigos fazendeiros e seus escravos, em que pese à intrínseca injustiça da escravidão. Esta paradoxal afirmativa não é nossa; ela é fruto da atilada análise de JOAQUIM NABUCO que foi, como todos sabemos, convicto *abolicionista*!

Consequência de seu estado de espírito continuamente amargurado e reivindicativo, o trabalhador, o empregado moderno não consegue olhar seu trabalho como um meio de crescimento interior, de enriquecimento moral; ele o vê

pura e simplesmente como um honesto recurso para ganhar a vida. Por outro lado, a voracidade do consumismo e a conseqüente perda do sentido da qualidade que deveriam ter os bens produzidos estimulam uma acelerada e desenfreada produção, sendo os patrões e os empregados colhidos no mesmo torvelinho *irracional* e absurdo.

Perguntamos: fatos que vêm ocorrendo, *no mundo inteiro*, tais como: o desmatamento das florestas, a fabricação de objetos logo ultrapassados ("built-in-obsolescence"), a ação deletéria dos agrotóxicos e a vida agressiva das megalópoles — tudo isso não deveria fazer-nos todos desconfiar da "disparada-pra-frente"? É claro, uma posição sofisticada talvez queira desculpar tudo com a palavra-mágica: EVOLUÇÃO...

Nos países socialistas-comunistas ocorre semelhante alienação, com a tremenda agravante de que os "patrões" são os dirigentes do Partido, burocratas frios empenhados em uma vigilância feroz, muitíssimo mais desumana que a dos antigos donos de fazendas dos tempos coloniais...

Quando se questiona a vigilância exercida pelos comunistas nos países por eles dominados (Rússia, Polónia, Cuba, Hungria, China etc.) os vermelhos retrucam com outra palavra-mágica: DIALÉTICA, afirmando que no futuro (quando?) tudo será diferente e a História (com "H" maiúsculo, pois para os marxistas, teihardistas "et similia" — a História é uma esotérica crença no futuro...) provará que eles tinham razão...

Portanto, com palavras-mágicas, de um lado e de outro, desculpa-se a agressão ao homem concreto, de carne e osso, ou releva-se o esquecimento do ser humano, visível e próximo de nós... E, assim, perde-se de vista aquilo que o Medieval conhecia de perto: a alegria do trabalho bem feito, trabalho que terminava na beleza da "master-piece", da obra-prima do artesão independente e responsável! Nós modernos, gabamos de produzir "X" ou "Y" milhões de carros por ano, porém ainda não nos demos conta de quanto é *absurdo* o fato de um automóvel que, tendo sido adquirido "0" quilômetros, com menos de dois anos de uso (trafegando em ruas normais) esteja corroído pela ferrugem e cheios de defeitos...

O SENTIDO DA EDUCAÇÃO

— No primeiro capítulo da segunda parte do seu penetrante "manual de economia" intitulado "Small is Beautiful" (traduzido entre nós como: O Negócio é Ser Pequeno", editora Zahar — 1981), E. F. SCHUMACHER nos apresenta a educação como o maior dos recursos à disposição do homem.

Entretanto, o inteligente economista inglês (infelizmente já falecido) nos lembra também que a própria educação pode ser utilizada de maneira errônea ou equívoca, apesar de sua potencial capacidade de auxiliar os homens a resolverem seus complexos problemas políticos, sociais e econômicos. Em outras palavras: SCHUMACHER *não* comete a primária ingenuidade de considerar a educação como infalí-

vel panacéia; com aquele senso prático tão peculiar aos filhos de Albion, o economista nos adverte quanto aos riscos do uso deturpado da educação.

Na introdução deste artigo, referimo-nos à malignidade intrínseca dos regimes totalitários, em particular à malignidade dos regimes socialistas-comunistas. Ora, uma das notas da essencial perversidade daqueles regimes é, exatamente, o uso "sistemático" da educação, isto é, a educação "instrumental" a serviço do Estado, em benefício da manutenção da tirania do Partido.

Ora, o Ocidente não sofre a tirania do partido único; entretanto, do lado de cá da Cortina de Ferro deixamo-nos envolver pelo jugo mais sutil da "Produção-em-primeiro-lugar", processo que se torna tanto mais dramático quando, às vezes em um mesmo país, nos defrontamos com áreas tão desigualmente desenvolvidas... além disso, temos de enfrentar o perigo latente da subversão comunista, necessitando, para nos defender desse perigo, uma firme ordem estrutural.

Esse difícil conjunto de circunstâncias enseja o risco de procurarmos direcionar nossa educação para um objetivo político-social. O objetivo é legítimo; muito discutível é o meio imaginado para atingi-lo... Já houve, por exemplo, em nosso país, quem propugnasse por uma "educação-para-o-desenvolvimento", esquecendo-se de que a finalidade *precípua* da educação é formar o homem integral, inteligente e livre, criativo e cons-

ciente de sua dignidade *essencial*, sem compromissos com partidos ou com a produção. Frutos daquela "educação desenvolvimentista", talvez tenham sido a retirada do estudo do latim e a introdução dos chamados "cursos profissionalizantes" no curso secundário...

Se nos pedissem um exemplo dos parâmetros de uma "educação integral", diríamos: uma educação que ensine os jovens (rapazes e moças) a desejarem afirmar-se na vida sem, entretanto, sujeitar-se ao sórdido expediente do tráfico de influência ou sem depender do recurso, não menos aviltante, do ingresso em partido único. É fácil avaliar que semelhante educação só é possível de existir quando as próprias famílias assumem sua responsabilidade, não só ensinando aos seus filhos posturas firmadas sobre a nobreza moral (em termos antigos: ensinando-lhes as clássicas virtudes da Prudência, da Justiça, da Força e da Temperança) como também *exigindo* das escolas idênticas posturas.

Pode-se verificar que o ideal acima proposto será difícil de atingir se as famílias, nos países livres, preferirem apenas exercer o direito de criticar os políticos e órgãos públicos e não se preocuparem em fazer, primeiramente, um honesto exame de consciência. Se fizerem tal exame, poderão descobrir a profunda correlação dos vícios e erros dos políticos com a *mediocridade* de cada um dos outros que não são políticos "stricto sensu"...

As considerações anteriores explicam o motivo pelo qual os Governos nos países democráticos, além de manter a escola pública, devem ainda *estimular* e *apoiar* a escola mantida pela iniciativa privada; a existência desse último tipo de escola pode constituir-se no melhor apoio às famílias que desejem educação adequada aos ideais de liberdade referidos ao longo deste artigo. Os regimes democráticos devem não só admitir como também auxiliar a escola privada.

UMA RESSALVA — Alguns parágrafos acima, referimo-nos ao papel que as famílias devem desempenhar no amplo processo educativo, ensinando aos seus filhos a nobreza moral, as virtudes cardeais etc. Neste ponto, acreditamos ser oportuna uma ressalva.

Formar rapazes e moças dentro de um quadro ético não deve significar prepará-los para serem apenas honestos e bem comportados. Um exemplo do ideal que deve ser proposto aos moços é o respeito integral à Justiça (com maiúscula; não deve ser confundida com a palavra usada pelos juristas e pelos órgãos públicos responsáveis pela justiça punitiva). Expliquemo-nos: um rapaz ou uma jovem que deseje apenas "subir-na-vida", mesmo honestamente (isto é, sem usar meios legais) e que se compraza com o fracasso de um concorrente ou provável concorrente, pode, com tal sentimento, estar ofendendo à Justiça...

Pelo contrário, um *profundo* respeito à Justiça (com maiúscula)

poderá fortalecer os laços da amizade cívica tão necessária à sociedade humana. A solidariedade entre os homens, ao contrário do que ocorre nas "sociedades" das abelhas e das aves migratórias, não pode objetivar a realização eficiente do trabalho a ser feito. Deve ser muito mais: um transbordamento da generosidade essencial do coração humano. Isto também *não* é poesia; o pragmatismo não pára a fim de observar refletindo e, refletindo, intuir a misteriosa intervenção criadora daquela generosidade que impede o universal masacre.

Aliás, um exemplo característico da miopia pragmática é a apresentação de soluções cartesianas, simplistas, quase brutais, para o complexo prolema demográfico, soluções que partem de uma simplória divisão dos grupos humanos em duas partes: uma que *pode* tomar certas iniciativas, outra que *tem* de tomar tais iniciativas, divisão aquela realizada na cabeça de quem analisou apenas o aspecto quantitativo, estatístico, do problema. Reduzido o problema a tais aspectos, onde fica a *pessoa*, o ser humano concreto? A Justiça (com maiúscula) não pode ser fragmentada; não é formada de partes desconexas. Ou ela é respeitada integralmente ou não é respeitável.

EFICIÊNCIA E EFICÁCIA —
Retomando a seqüência deste trabalho, abordamos agora relevante aspecto, também ligado ao sentido da educação, e que gira em torno das duas palavras iniciantes do presente parágrafo. Definidas de ma-

neira singela, pode-se dizer que a eficiência está relacionada com os meios e a eficácia com os fins.

Ora, parece-nos que o magno problema da educação deve estar mais ligado aos fins, conforme pretendemos mostrar a seguir.

Tal como nas Olimpíadas, nas quais periodicamente vêm sendo ultrapassados centenas de "records", numa demonstração evidente do quanto podem a força de vontade e a disciplina conjugadas — também na preparação dos jovens (rapazes e moças) para a vida, podemos conseguir resultados igualmente espantosos no que tange á firmeza de caráter, à honestidade, à capacidade de trabalho, ao espírito de organização etc. Podemos, portanto, "produzir" cidadãos *eficientes*, em qualquer profissão que eles tenham escolhido. O que resta a esclarecer é o ponto principal do problema, a saber: se estamos ou não considerando a *finalidade* das pessoas assim preparadas, isto é, de *cada* pessoa, *independente* de suas habilitações profissionais, *independente* do trabalho específico que ela realiza na sociedade.

Sabemos todos que: a finalidade do relógio é marcar exatamente as horas, a finalidade da mina anticarro é destruir ou pelo menos imobilizar o blindado inimigo, e a do microcomputador é processar os programas de cálculo ou de ordenação nele inseridos etc. Vem, pois, a pergunta:

Qual a finalidade do ser humano?

Para que o leitor possa verificar a que ponto pode conduzir

o menosprezo da correta resposta á pergunta que encerra o parágrafo anterior, pedimos que observe, *com atenção*, o que vem ocorrendo em certo grande país do mundo moderno, país de vantajada extensão territorial, habitado por uma população estimada na classe dos bilhões. Nesse país, um regime *eficiente* tem conseguido, em prazos bastantes curtos, esplêndidos resultados econômicos e/ou sociais, resultados que deixam assombrados milhares e milhares de pessoas que visitam o tal país. Porém há um "pequeno" detalhe que, infelizmente, costuma passar despercebido pela maior parte dos visitantes. Referimo-nos ao seguinte fato: em um certo ano, naquele país, todos os seus filhos *têm* de trajar-se de modo uniforme, mesmo tecido, mesmo talhe, mesma cor; algum tempo depois, o governo baixa um decreto permitindo a qualquer um vestir-se a gosto, livre, como preferir. Em uma certa época, o governo proíbe o comércio baseado no lucro, coisa que aquele país considera "extravagância" dos países capitalistas; tempos depois, o mesmo governo baixa outro decreto permitindo que se instalem empresas e lojas com fins lucrativos...

Obviamente, um espírito latitudinário, mais "esclarecido" (...) talvez nos retruque que o fato acima apontado não têm importância, que é apenas sinal da *evolução* (outra vez a palavra-mágica) do referido país... Quanto a nós, olhamos e vemos uma imensa população vivendo como se esti-

vesse em um grande colégio interno ou num enorme asilo de órfãos, onde cada "interno" ou cada "menor de idade" tem suas aspirações medidas e contadas pelo "diretor" do "colégio" ou do "asilo" ... Aliás, um "diretor" cheio de venetas.

O exemplo dado acima mostra, portanto, o que pode ocorrer quando os meios são escolhidos a partir da ignorância (voluntária ou não? será sempre um mistério) dos fins verdadeiros. Algo análogo ocorre com a maioria dos tiranos e tiranetes, catalogados pela história; eles têm sido homens de vontade muito firme, grande capacidade de trabalho e honestos (pelo menos honestos nos assuntos ligados à manipulação de dinheiro) — em uma só frase: têm sido homens *eficientes*. Entretanto, todos eles têm sido governantes *ineficientes* porque ignorantes do que representa realmente cada pessoa humana, isto é, ignorantes da *finalidade* do ser humano. Incapazes de entender que a finalidade do homem transcende os estreitos limites de uma profissão (qualquer que ela seja), os tiranos e tiranetes sempre desejaram que seus governados fossem apenas eficientes e disciplinados obreiros da produção e da ordem social, semelhantes às abelhas melíferas e às aves migratórias. Em oposição, os melhores governantes têm sido aqueles que se preocupam muito mais em gerar, entre seus súditos, o clima adequado ao pleno desenvolvimento das virtualidades humanas, explicáveis pela transcendência do homem.

Aliás, com respeito às duas (eficiência e eficácia), não existe nenhuma oposição de direito; entretanto, é indiscutível que a pessoa cujas ações sejam pautadas pelo respeito à Justiça, isto é, com maior sensibilidade ética, produzirá *sempre* resultados menos eficientes que uma outra desprovida de idêntico refinamento da consciência. Tal diferença de enfoque pode conduzir a dramáticos efeitos, surpreendendo os menos avisados... (Aliás, um dos pontos típicos da mentalidade burguesa é a valorização das pessoas unicamente pelo sucesso que elas conseguem na vida, ou seja: um critério baseado apenas na avaliação do grau de *eficiência* de quem estiver sendo observado; e, regra geral, semelhante critério é aplicado com tanto maior severidade quanto mais eficiente for o avaliador ou avaliadora. Multiplique-se isso por mil, por um milhão, e teremos toda uma sociedade desorientada quanto ao fim precípua do homem, egoísta e massificada...).

Para os materialistas de todos os tons e intensidades (incluindo aí os socialistas, comunistas, os cínicos etc) as considerações anteriores são "meros devaneios"; o materialismo opera uma retração mental no observador tornando-o inapto a distinguir o que há de *tremendamente* específico na condição humana!

Para ressaltar os desvios resultantes da confusão entre eficiência e eficácia, demos os exemplos de um notório país comunista e dos tiranos registrados pela história; são exemplos de casos extremos.

Nada impede; entretanto, que semelhantes equívocos venham a ser cometidos, em nível menor, porém não muito menos nocivos, por aqueles que sejam responsáveis pela educação dos mais jovens e menos experientes.

UMA RESPONSABILIDADE MAIS CONSCIENTE E MAIS AMADURECIDA — As primeiras noções do Direito ensinam-nos, entre outros conceitos, a diferença entre o crime culposos e o crime doloso, entre culpa e dolo. Assim, por exemplo, ocorre culpa quando, ao cometer o crime, o autor foi levado pela imperícia, pela imprudência ou pela negligência; tais circunstâncias definem a culpa no terreno jurídico.

Ora, pode ocorrer (e muitas vezes ocorre) que, na escola ou família, o jovem receba o que chamaríamos (entre aspas) "uma educação jurídica", isto é, uma educação que simplesmente oriente o moço para desejar apenas *nunca* tornar-se culpado de qualquer crime. Pode-se, dessa forma, conseguir que o moço venha a tornar-se um cidadão profissionalmente capaz e bem inserido dentro da ordem social. Perguntamos: no que concerne à desejável eficácia, será suficiente semelhante tipo de educação?

Antes de responder à pergunta anterior, olhemos alguns fatos que ocorrem em nossa volta, por exemplo: o doloroso sofrimento dos retirantes da seca do Nordeste e o drama não menos pungente das crianças que morrem de fome na Etiópia. Ninguém, repetimos: ninguém, em sã consciência, pode-

rá considerar-nos juridicamente culpados por esses dramas. Seria absurda tal incriminação! Ocorre, entretanto, uma circunstância transparente à observação superficial dos pragmáticos, dos socialistas e dos comunistas: a circunstância de que os problemas sociais, em sua raiz mais profunda, são resultantes de um imenso somatório de pequenas e grandes omissões de generosidade. Muito mais que conseqüências de injustiças conscientes (embora elas existam ...) aqueles problemas constituem a última etapa de uma progressiva e generalizada acomodação, de uma crescente atmosfera de auto-suficiência, honesta e bem-comportada porém inapta para o serviço desinteressado e *incógnito* (principalmente *incógnito*) dos outros. O erro estupidamente grosseiro, o erro trágico do marxismo, consiste, basicamente, em pretender corrigir injustas situações sociais sem levar em conta que tais situações têm origem no coração do homem.

Os comunistas costumam criticar o "sistema", sem perceber que o tão criticado "sistema" é uma abstração intelectual; o que realmente existe é uma sociedade de homens, um conjunto cujos elementos são *pessoas* e, por isso mesmo, o comportamento coletivo desse conjunto reflete *sempre* o que se passa no íntimo de *cada* um dos componentes.

Ora, a nosso ver, o mais grave erro educacional cometido pelo Ocidente tem sido o de admitir tacitamente, em nossas escolas, uma filosofia pragmática, isto é, um modo geral de encarar os proble-

mas humanos bem semelhantes à óptica adotada pelos marxistas, um modo de olhar que faz vista grossa para a dimensão ético-transcendental do ser humano. Ao contrário, nossas escolas (particulares ou públicas) e, com mais forte razão, nossas famílias, deveriam preocupar-se muito mais em criar nos moços o que podemos chamar de "uma responsabilidade mais consciente e mais amadurecida", muito mais além da legítima preocupação com a segurança, com o bem-estar e com o "status" individual.

O problema acima levantado não é de solução fácil porquanto, no Ocidente, as manifestações culturais não parecem, de fato, dar real preeminência aos valores supratemporais mesmo porque, neste Ocidente, vemos sacerdotes (...) ocupando cargos políticos, e pior: em regimes que não estão muito preocupados com os citados valores! ...

CONCLUSÃO — O tema que nos propusemos é dos mais complexos, exigindo análise extensa e profunda. Ao abordarmos este assunto nos estreitos limites de um mero artigo, estamos apenas propondo, à reflexão dos leitores desta revista, pontos de vista para debate mais amplo. Nesse debate, os mais esclarecidos certamente terão as palavras mais judiciosas e de maior sabedoria. Aliás, o próprio debate torna-se difícil de existir pois nós, homens modernos, vivemos no que se pode chamar: "vida-controlada-pelo-relógio", sem tempo de parar para ler, refletir e sentir em profundidade. Exemplo

típico desse estado de coisas é o modo como têm sido comemorados os dias natalinos: correrias, discursos enfáticos, ruidosidade etc — o oposto do espírito do Natal...

Essa incapacidade de parar, em um lado do mundo é, em grande parte, causada pela generalizada competição para conseguir "status" e "segurança"; do outro lado, é fruto da vigilância paternalista do Estado.

Uma apreciação pragmática do assunto em pauta, sem dúvida, continuará achando que é mais urgente e mais necessário cuidar-se do Produto Interno Bruto, de balança de pagamentos e temas quejandos. O pragmatismo parece ignorar que o caminho para o Estado totalitário passa através do imediatismo sem grandeza e do futurismo evolucionista ou dialético.

Uma apreciação mais nobre e mais *estratégica*, ao contrário, poderá vislumbrar que o desenvolvimento genuíno deve levar em conta aquela condição específica que nos diferencia das abelhas e das aves migratórias; deve estimular, desde o início, um processo educativo integral, enriquecedor do espírito humano: desenvolvimento para a educação. Se nos pedissem um exemplo para caracterizar melhor nosso ponto de vista, diríamos: estudar literatura ou latim pode ser extremamente *útil* porque são, na verdade, coisas *inúteis*!

ADENDO — O presente artigo já estava concluído quando julgamos ser necessário fazer um esclari-

recimento. Alguns parágrafos acima, usamos a expressão: "universal massacre"; não se trata, como poderia fazer supor, de uma guerra mundial, do tipo convencional ou nuclear. Expliquemo-nos.

É nossa firme opinião que o mundo contemporâneo vem sendo acuado por quatro concepções agressivas, a saber: o socialismo, o comunismo, o fascismo e o pragmatismo. Colocamos em paralelo com as três primeiras (que são político-sociais) a quarta (que é filosófica) por entendermos que o pragmatismo pode ocorrer (e ocorre) em qualquer tipo de regime, *mesmo entre os mais liberais*.

Ora, um ponto comum àqueles quatro "ismos" que disputam o domínio das sociedades atuais é certo radical pessimismo no que tange à natureza humana. Um pessimismo que supervaloriza a *lei* (no sentido antipático da palavra) em detrimento da *aventura* (no sentido mais nobre da palavra). Em consequência desse pessimismo, os adeptos daquelas concepções acabam chegando sempre, consciente ou inconscientemente, à adoção daquela que denominamos: "educação instrumental".

Ao contrário, um modo mais "realista" de encarar o homem saberá, por certo, exergar suas misérias, porém saberá, também, acreditar em suas potenciais grandezas; procurará, antes de mais nada, desenvolver em *cada* criança, em *cada* adolescente (independente de seu nível social e de seu ambiente geográfico) as energias criativas próprias do ser humano. Semelhante tipo de educação inte-

gral é descrita no livro de MOR-TIMER J. ADLER: "The Paideia Proposal — An Educational Manifesto" (ver: "A Defesa Nacional" nº 705 — Jan-Fev/83).

O modo pessimista de encarar a natureza humana e a educação por ele inspirada gera a atmosfera inamistosa e competitiva que divide os grupos humanos entre "vencidos" e "vencedores", um campo

de batalha muito mais cruel que o de qualquer guerra (convencional ou nuclear). É essa atmosfera inamistosa e competitiva que chamamos de: "universal massacre".

A contrário, a postura "realista" e a educação que ela defende visam obter, simultaneamente, o desenvolvimento pessoal e social sem que haja prejuízo para o bom convívio humano.



O Cel ROBERTO MISCOW FILHO pertence ao Quadro de Engenheiros Militares e possui os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras (Infantaria), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Comunicações) e do Instituto Militar de Engenharia (Engenheiro de Comunicações e Mestre em Ciências em Engenharia Elétrica).

Prestou serviços no 13º Batalhão de Caçadores, Joinville-SC (1953-1956), na Academia Militar das Agulhas Negras (1957-1958) e no Serviço Rádio do Ministério do Exército (1963-1968). Atualmente é o Chefe da Divisão de Alunos do Instituto Militar de Engenharia (IME).

**LIVROS À VENDA NA SEDE DA REVISTA
"A DEFESA NACIONAL"**

ESPAÇOS GEOGRÁFICOS — Cel Tiago Castro de Castro

Sistemáticas de Estudo Cr\$ 20.000,00

HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA — Therezinha de Castro

Edição revista e aumentada. Um estudo, do ponto de vista político, econômico e social, dos três períodos que marcam nossa História: o colonial, o monárquico e o republicano . Cr\$ 5.000,00

ATLAS-TEXTO DE GEOPOLÍTICA DO BRASIL — Therezinha de Castro

Uma combinação de texto e mapas ilustrativos repassando, em termos geopolíticos, as diversas variedades estratégicas que nossa História registra Cr\$ 5.000,00

A ANTÁRTICA E OS DESAFIOS DO FUTURO — Eurípedes Cardoso de Menezes

Uma apresentação do problema da Antártica, com todos os seus desdobramentos e envolvimento. Os direitos do Brasil na repartição futura daquela importante "terra de ninguém" Cr\$ 4.000,00

O DESAFIO DA CRISE ENERGÉTICA — João B. Peixoto

Um panorama do quadro energético mundial, o ciclo do petróleo, a esperança da energia nuclear, a contribuição do carvão e a importância da energia hidrelétrica. Uma síntese da evolução do problema petrolífero no Brasil Cr\$ 4.000,00

Pedidos à

A DEFESA NACIONAL

Palácio Duque de Caxias, Térreo, Fone: 283-3030

Praça Duque de Caxias, 25

20455 Rio de Janeiro, RJ



O QUE É A FOTO INFORMAÇÃO?

Fernando Oliveira de Carvalho

Erivaldo Lima dos Santos

1. INTRODUÇÃO

Embasado num criterioso estudo técnico-profissional, procura-se ressaltar o valor significativo, objetivos e o implemento da Foto Informação no Brasil.

Sem qualquer uso de registro linguístico técnico, situa-se como sendo sua finalidade precípua, a divulgação dessa área do saber tão pouco propagada dentre nossas Organizações Militares e, em particular, junto aos oficiais subalternos e graduados do Exército Brasileiro.

Desta forma, é o propósito do presente trabalho, salientar a inegável importância que possui hoje a interpretação militar das imagens aéreas, cujo desencadeamento, também se processa na ESCOLA

DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA, através de uma das suas Seções de Ensino, que trata especificamente do assunto em evidência.

2. A FOTO INFORMAÇÃO NO BRASIL

A procura incessante a fontes esparsas do aparecimento e utilização da Foto Informação no Brasil, vislumbra-nos em determinado momento desta busca, o surgimento da presença enaltecedora de insígnies patrícios, que outrora se dedicaram com brilhantismo ao estudo das imagens aéreas, quando sofria uma agressão implacável, deflagrada pelos líderes dos regimes totalitários, os quais angariavam o domínio e a soberania das sociedades livres e descompromissadas daqueles ideais espúrios.

A esses brasileiros precursores da Foto Informação no Brasil, dentre os quais se destacaram os então Capitães ALACYR FREDERICO WERNER E EDULO JORGE DE MELO que se desincumbiram naquela oportunidade das mais árduas missões, merecem indelevelmente nosso apreço e admiração, por terem acreditado no real valor da Foto Informação, como elemento preponderante no apoio das decisões de comando, em virtude do cabedal de informações oferecidas.

O embrião que fora introduzido pelos nossos predecessores dessa área do saber técnico-profissional no Brasil, cresceu altaneiro e frutificou de maneira inconteste. Evidência devidamente comprovada durante a participação de destemidos brasileiros, componentes de nossas tropas engajadas em campanha na Itália, quando trabalharam com cartas do Serviço Geográfico Italiano elaboradas em 1933, e atualizadas por fotografias aéreas em 1943/44, tornando-as assim, a representação exata do terreno.

O avanço técnico-científico hoje é indiscutível em todos os setores da sociedade, face à introdução abrangente de uma infinidade de elementos conceituais novos, que levaram, pois, a adoção de uma filosofia ou doutrina apropriada capaz de atender às exigências dessa evolução.

Assim, hoje, a Foto Informação no Brasil, vem mudando também a sua fisionomia estrutural e caminha a passos largos, na afirmação de sua própria doutrina, embora subsidiada por aquelas já precon-



Militares brasileiros confeccionando um mosaico de fotografia aérea.

zadas pelos países mais desenvolvidos.

3. OBJETIVOS DA FOTO INFORMAÇÃO

Desde os primórdios da história, é manifestadamente evidenciada a disputa da supremacia entre os povos, notadamente pela subjugação, através da qual o mais forte ou poderoso exerce o seu domínio sobre o mais fraco ou menos poderoso após uma capitulação incondicional.

Os estratégias empregados pelos vencedores, variavam na proporção em que as sociedades evoluíam tecnicamente e contribuíam decisivamente com os seus inventos, para o aprimoramento de seus exércitos.

Face ao dinamismo social, evidenciado pela busca incansável do homem ao desenvolvimento de novos e imbatíveis engenhos de guerra, concomitantemente procurava conjugá-los a outros meios eficazes a fim de facilitar com periodicidade a obtenção de dados informativos sobre as atividades inimigas, para torná-las cada vez mais vulneráveis, quando de seu eventual emprego.

O homem, assim, a tudo sobrepujava. E em decorrência, realizava também infundáveis descobertas; dentre elas, a fotografia, cujo advento, propiciou uma inimaginável inovação, pois pelo seu intermédio, vários acontecimentos históricos são ainda hoje retratados, ficando desta forma, configurado o seu uso de maneira expressiva e o mais diversificado possível, estando pois, o seu êxito plenamente confirmado, porquanto, até o ano de 1857, as fotografias terrestres eram obtidas inclusive de pontos dominantes do terreno e posteriormente utilizadas em trabalhos fotogramétricos.

Com o fluir do tempo, surge o apoio de balões com os quais se obteve fotografias aerostáticas, que representaram o marco inicial do emprego da fotografia para fins militares.

Na época dos balões, apesar de ter sido bastante usada, a Foto Informação caminhou vagarosamente sem denominação própria, devido às condições deficitárias de dirigibilidade dos aerostatos e do material empregado.

Mas, numa certa ocasião, o céu resplandecia como se fora o pre-

núncio esplendoroso de outra era, surgia o mais pesado que o ar, o avião, que veio sobremodo, dar uma nova dimensão a Foto Informação, ampliando largamente o seu campo de atuação.

Em 24 de abril de 1909, obtinha-se a primeira fotografia aérea a bordo de uma aeronave, ocasião em que era fotografada a cidade de CENTOCELLI, na Itália.

Como a Foto Informação a partir de 1914, entrou em franco desenvolvimento, a sua prática com base essencialmente na fotografia aérea modificou completamente as táticas de guerra, em razão dessa fonte inesgotável de informação que proporcionava a coleta de dados atualizados.

Ressalta-se, pois, que 80% das informações conseguidas durante o último conflito mundial, foram provenientes da Foto Informação.

Hoje, portanto, numa visualização abrangente, a Foto Informação no Brasil, delinea-se como sendo objetivos primordiais a serem implementados pelo nosso Exército, a especialização de Oficiais e Sargentos para o desempenho de atividades de informações pelo reconhecimento aerofotográfico, habilitando-os a:

- confeccionar diversos tipos de mosaicos fotográficos;
- atualizar cartas por intermédio de fotografias aéreas;
- assessorar o E/2 nos assuntos relacionados com propostas e planos de reconhecimento aéreos;
- assessorar o E/2 fornecendo informações relacionadas com o levantamento de áreas e, em particular, relatórios sobre o

terreno, instalação e material inimigo, através dos diversos tipos de imagens;

- exercer a função de Chefe do Grupo de Interpretação Fotográfica ou ainda a função de foto-intérprete.

"A nação que possuir o melhor serviço de reconhecimento aerofotográfico, vencerá a próxima guerra"

(Gen WERNER VON FRITH)

4. EMPREGO DA FOTOGRAFIA AÉREA

Desde a primeira Guerra Mundial, a fotografia aérea tem sido

aplicada a uma variedade de tarefas sempre crescentes. Ao findar a segunda guerra mundial, com a desativação de muitos intérpretes experimentados e, também, de uma grande quantidade de equipamento, aumentou repentinamente o uso da fotografia aérea em aplicações políticas, econômicas e científicas.

a. Emprego militar

- 1) Confecção e atualização de cartas

As primeiras tentativas nesse sentido foram realizadas em 1890, quando DESMARET efetuou o primeiro reconhecimento fotográfico a bordo de um balão.



Vista da Seção de Foto Informação da EsI E — Rio de Janeiro — RJ.

Em 1910 aparece o primeiro método de restituição fotográfica, de autoria dos oficiais italianos RANZA e TARDIVO, autores das fotocartas do TIBRE, POMPEIA e de VENEZA.

A fotografia aérea permite o levantamento de regiões não cartografadas e atualização de cartas existentes. Tem grande vantagem sobre os outros processos de levantamento, pois o avião pode sobrevoar lugares inatingíveis pelo homem.

2) Substituição de cartas

Sendo a fotografia aérea a representação detalhada do terreno no momento em que foi obtida, a sua utilização em operações militares é muito comum nas regiões das quais não se possui cartas ou essas estiverem muito antiquadas, porém mesmo quando se dispõe de boas cartas, a fotografia aérea é de grande utilidade como complemento, de vez que em muitos pontos, é mais vantajosa do que uma carta.

Quando se possui pares estereoscópicos, o estudo do relevo da área fotografada é de grande objetividade, permitindo solucionar com segurança, problemas como o da escolha de posições para arma de infantaria, seleção de bases de fogo ou das diversas linhas do sistema defensivo.

Para a artilharia, ela é de grande utilidade na escolha de posições, postos de observação, na organização topográfica, direção de tiro, e, no que diz respeito à designação de objetivos, resolve o difícil pro-

blema da ligação artilharia/unidade apoiada.

3) Fonte de informações

Tanto na paz como na guerra a fotografia aérea é interpretada com a finalidade de obter informações.

Mesmo em tempo de paz, a busca de informes aerofotográficos se faz com aviões, mísseis e satélites artificiais, tornando os verdadeiros instrumentos revolucionários de espionagem.

As grandes potências contam com satélites de espionagem, bem como com uma vasta rede de radares espalhada por todo o mundo.

4) Contra-informação

É conveniente destacar que como fonte de informações a fotografia aérea contribui eficazmente na tarefa de contra-informação.

As fotografias do território em poder de nossas tropas fornecem o melhor meio de verificarmos o disfarce das nossas organizações e prováveis falhas de nossas linhas de defesa.

b. Emprego civil

Como consequência dos êxitos obtidos durante os conflitos mundiais, o emprego da fotografia aérea teve larga aplicação nos diversos campos de desenvolvimento das nações durante os períodos de paz.

A Era Espacial, desde o lançamento do primeiro satélite artificial, transformou o mundo numa aldeia, principalmente com os satélites espiões utilizados pelas grandes nações.

O Brasil, sensibilizado pela importância do aerolevanteamento, lançou-se na exploração dos seus recursos, dentro de sua política de desenvolvimento. Os resultados não tardaram a surgir, pois a Amazônia já não é um mistério insondável graças ao Projeto RADAM, ou seja, utilização de radar na obtenção de imagens, com o que se expandiu a cartografia através da apresentação de um produto mais preciso e atualizado, além da sua grande aplicação no campo da geologia.

Todos os grandes projetos visando o desenvolvimento de nosso país, usam a fotografia aérea e, como exemplo podemos citar dentre outros:

- estudo de áreas urbanas;
- barragens e usinas hidroelétricas;
- rodovias e ferrovias;
- aerogeofísica;
- hidrologia;
- solos, agricultura, etc.

5. TIPOS DE FOTOGRAFIAS AÉREAS

As Unidades de Reconhecimento Aerofotográfico produzem os seguintes tipos de imagens:

a. *Fotografias Pancromáticas*

É o tipo de fotografia mais usada para reconhecimentos militares.



Parte superior: carros de combate e uma destruição realizada.
Direita: linha de trincheira, posição de arma automática e tropa em posição.

INFORMAÇÕES MILITARES



Mostra uma linha de trincheira, duas posições de canhão, uma posição de arma automática e tropa em posição.

Sua seleção como filme básico para reconhecimentos aéreos é feita por duas razões: — *primeira*, por ela registrar os matizes do cinza comparável à sensibilidade do olho humano — *segunda*, apoia-se no fato de ser ele a mais barata em relação aos outros tipos existentes.

b. Fotografia infravermelho

Usa filme branco e preto, mas não pancromático. A emulsão é sensível às cores azul-violeta de espectro visível e aos raios refletidos infravermelhos. O filme infravermelho é usado para detetar camuflagem e analisar o terreno. É

também utilizado na obtenção de imagens noturnas.

c. Fotografia colorida

Quando corretamente exposta e processada, apresenta as cores visíveis em seus tons naturais. A coloração natural forma uma realística paisagem, o que facilita muito para o foto-intérprete. Apresenta também a vantagem de penetrar bem na água e detetar camuflagem.

A desvantagem é que ela requer um tempo muito longo para o processamento, sendo este complicado e caro.

d. *Imagem infravermelho termal*

As imagens infravermelho termal não podem ser confundidas com fotografias infravermelho. A imagem infravermelho é produzida por um sensor infravermelho, um invento que coleta, focaliza e registra as emissões infravermelho ou reflexões de objetos. Através de um sistema eletrônico, ele registra as emissões ou reflexões infravermelho sobre um filme pancromático.

e. *Imagem de radar de visada lateral*

O radar de visada lateral foi introduzido no Brasil através do Projeto RADAM, destinado a fazer, inicialmente, o levantamento radargramétrico da Amazônia.

É um sensor ativo que opera a bordo de um "CARAVELLE" voando a uma altitude média de 11.000 metros e produz uma imagem normalmente apresentada na escala de 1/250.000.

6. ORTOFOTOGRAFIAS

a. *Generalidades*

O emprego da fotografia aérea tem sido de uma utilidade inestimável na engenharia civil e florestal, na pesquisa de minerais, nos estudos hidrológicos, no mapeamento de solos e em inúmeras atividades ligadas à procura e ao aproveitamento de recursos naturais.

No campo militar, o emprego da mesma é imprescindível em to-



Fotografia pancromática oblíqua da Cidade de Recife, onde aparece um "Hércules RHC-130" do 1º/6º GAv, em voo de aerofotogrametria.

dos os aspectos, pois é sobejamente sabido que nos últimos conflitos a fotografia aérea revelou ser o meio mais importante para a obtenção de informações de combate, apesar de sua utilização se tornar muito limitada quando se necessita de medidas precisas.

Por ser uma perspectiva central a fotografia aérea apresenta os acidentes nas mais variadas escalas, enquanto que a carta é uma construção ortogonal, por isso mesmo apresenta cada detalhe como se observássemos exatamente na vertical.

b. Características

A ortofotografia é um tipo de fotografia aérea em que é feita a retificação diferencial por partes ou zonas, de modo a eliminar os deslocamentos radiais, e trazer todas as imagens para uma mesma escala. Isto se consegue variando a distância da projeção.

A característica principal deste tipo de fotografia aérea é que as curvas de nível, a toponímia e os símbolos podem ser impressos na própria fotografia, a qual passa a denominar-se ortofotocarta.

A ortofotografia veio dar uma nova dimensão à representação topográfica, pela sua precisão semelhante à do mapa topográfico convencional, sendo que, por esta razão, em muitos casos poderá substituir a este com vantagens técnicas e econômicas.

c. Aplicação da ortofotografia no campo militar

Apesar do grande emprego pelas nações desenvolvidas, no Brasil a

ortofotografia somente é utilizada com grande êxito nas atividades civis.

O emprego tático da ortofotografia é de fundamental importância para o combatente, pois a mesma possui grandes vantagens, a saber:

- 1) informações atualizada;
- 2) grande precisão na escala;
- 3) riqueza de detalhes;
- 4) utilização de curvas de nível.

Comparando com a carta topográfica a ortofotografia leva uma grande vantagem, que é a economia de tempo na sua confecção.

O Curso de Foto Informação da Escola de Instrução Especializada, pesquisando a importância desse magnífico desenvolvimento da tecnologia no campo cartográfico, sugere o seu emprego em planejamento e execução de temas táticos para o combatente de todas as armas e serviços.

7. FOTOGRAFIAS E IMAGENS INFRATERMELHO

a. Filmes sensíveis ao infravermelho

No limite pouco definido da faixa infravermelho com a do visível, graças ao emprego de emulsões fotográficas de grande sensibilidade, e com a utilização de filtros e lentes corrigidas, as câmaras aerofotogramétricas podem captar as emissões de infravermelho de comprimento de ondas de até 0,9 do micrômetro.

a. Imagem infravermelha termal

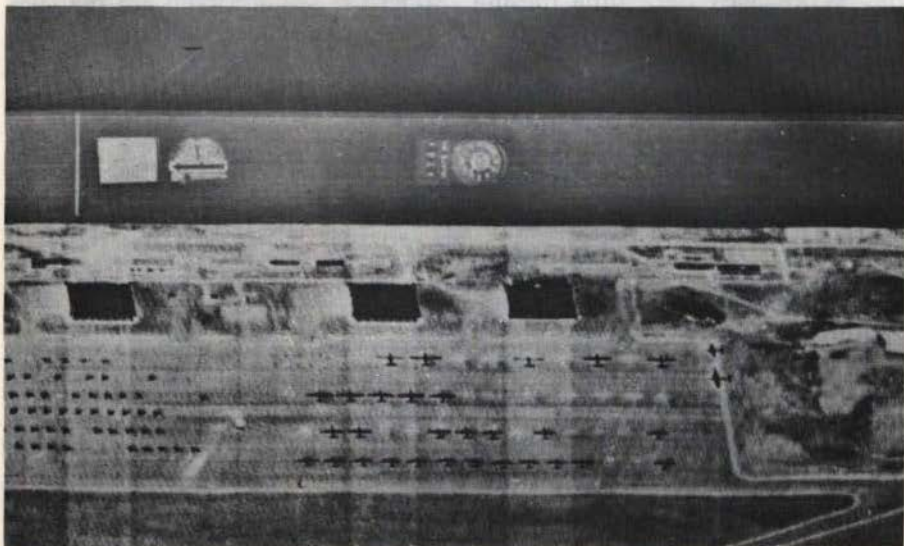


Ortofotocarta da Península de Joanes — BA, executada por "Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S.A."

As massas d'água não refletindo radiações aparecem negras nas fotografias, ao passo que a vegetação viva aparece em tonalidade clara. Estes dados além de permitirem a distinção entre a fotografia infravermelho da convencional proporcionam uma série de aplicações principalmente no campo militar no que tange à camuflagem. Ainda mais ampla se torna a aplicação das radiações infravermelho captadas pelas câmaras aerofotográficas, quando o detetor é uma emulsão a cores, oferecendo ao pesquisador uma gama incalculável de matizes do vermelho, contrastando com inúmeras tonalidades do azul.

b. TERMOGRAMAS — Varredura infravermelho

São imagens produzidas por um sensor imageador de infravermelho



Termograma de um aeroporto, obtido durante a noite, que mostra três hangares, o pátio de estacionamento dos aviões e a pista de taxi.

capaz de captar por varredura as radiações térmicas. O componente essencial desse imageador é um detector que converte potência radiante em sinais elétricos. Assim sendo, todos os objetos que possuem temperatura acima de 0° (zero grau) absoluto emitem radiações e poderão ser detetados a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo em condições atmosféricas adversas e também através da cobertura vegetal, tudo em função da temperatura emitida pelos corpos.

8. IMAGENS DE RADAR

A ampla e importantíssima faixa das micro-ondas é comumente conhecida como ondas de radar. Trata-se de uma categoria de radia-

ções cuja produção artificial não oferece dificuldade, permitindo a construção de sensores ativos mais difundidos que os passivos.

A facilidade com que essas radiações emitidas pela fonte produtora e refletidas na superfície da terra penetram em formações de nuvens, capacita os sensores de radar numa varredura a captarem imagens mesmo através dessas formações a qualquer hora do dia ou da noite.

Sua penetração não respeita sequer as camadas de solo menos compactas, indo atingir os elementos de maior consistência da superfície, produzindo imagens que mostram com mais detalhes as formações geológicas. Com este tipo de sensor, utilizando uma varredura lateral, foi possível o imageamento de toda Amazônia pelo



Imagem de radar produzida pelo Projeto RADAM, onde aparece pequeno trecho do Rio Negro - AM.

Projeto RADAM, permitindo em curto espaço de tempo o aerolevantamento dessa região, até então conhecida como o maior vazio cartográfico do mundo.

9. IMAGENS DE SATÉLITE

O Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) é a principal instituição civil responsável pelo desenvolvimento das atividades espaciais no Brasil e participa do programa americano LANDSAT, anteriormente chamado ERTS. O Instituto, sediado em São José dos Campos SP, possui um sistema de rastreamento, recepção, processamento e distribuição dos dados obtidos e transmitidos pela série de satélites LANDSAT.

O mais novo LANDSAT descreve uma órbita em torno da terra a uma altitude de 814 km.

Além de possuir um explorador multi-espectral comum a todos LANDSATS, possui também um mapeador temático, para a produção dos dados que são enviados para a estação de rastreamento e recepção, localizada em Cuiabá — MT, de onde são posteriormente remetidos para a estação de processamento e centro de disseminação de imagens localizada em Cachoeira Paulista — SP.

O INPE oferece diversos produtos do LANDSAT para seus usuários, tais como imagens MSS com reproduções fotográficas coloridas e em branco e preto, imagens RBV com reproduções fotográficas em preto e branco, assim como fitas compatíveis com computadores.

10. CONCLUSÃO

A importância dos diversos tipos de sensores remotos já foi re-



Imagem de satélite produzida pelo INPE, onde aparece parte do litoral do Estado do Rio de Janeiro.

conhecida como vital pelas nações desenvolvidas, constituindo-se em material indispensável ao Desenvolvimento e Segurança de um País.

Quaisquer que sejam os produtos obtidos por meio de sensores, desde as fotografias convencionais até as sofisticadíssimas imagens obtidas por satélites, originam dado que resultam numa infinidade de informações, permitindo assim um emprego adequado e eficaz tanto no campo militar quando na área civil.

Por tudo isso se faz necessária a formação de especialistas altamente qualificados, ou seja, foto-intérpretes capazes de produzirem o máximo de informações num mínimo de tempo.

BIBLIOGRAFIA

- Nota de aula da EsIE;
- Publicações do Projeto RADAMBRASIL;
- Publicações do Instituto de Pesquisas Espaciais;
- Image Interpretation handbook - Navair.

O Cap Cav Fernando Oliveira de Carvalho tem os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras, de Foto-Informação pela EsIE e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Exerce atualmente as funções de Instrutor Chefe da Seção de Foto Informação da EsIE.

O 1º Sargento Erivaldo Lima dos Santos tem os cursos de Foto Intérprete pela EsIE, de Pára-quedismo e de Auxiliar de Administração. Exerce atualmente as funções de Monitor da Seção de Foto Informação da EsIE, Rio de Janeiro.

Verde-E



A São Paulo Alpargatas é hoje o maior parque de confecções do Brasil, com unidades espalhadas por vários pontos do país. Uma empresa 100% nacional, maior e por esta razão foi convocada para servir o Exército Brasileiro.

Sua missão: fornecer uniformes de qualidade. Graças ao seu alto padrão, a São Paulo Alpargatas cumpriu com mérito a missão recebida.

Produtos SPASA: Calçados Populares - Conga, Conguinha, Bamba, Kichute, Sete Léguas, Havaianas, Artigos Esportivos - Topper, Rainha, Bolas Kichute. Calçados de Couro - US T Colchas e Toalhas de Mesa - Madrigal, Matelassé M

Verde-AI

xército.



Na trama do tecido, na harmonia da cor, no corte perfeito, no caimento, na liberdade de movimentos, na confecção, no rígido controle de qualidade e na pontualidade da entrega.

A São Paulo Alpargatas mantém assim o verde-exército sempre na ordem do dia.



s, Rustic, Comander, Comanche, Sandaletes, Toda Vida, Teng, Calypso, Daytona, Juliet, Sete Vidas.
e. Jeans - US Top, Stravaganza, Jeeneration. Camisas - US Top, Traveller.
e Encerados - Locomotiva, Lonil, Sempre Viva.

argatas.

Cimento, base de desenvolvimento.



Capão Bonito - SP

A ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A. é uma empresa do Grupo Industrial João Santos, tendo como finalidade principal a produção de Cimento, da marca NASSAU.

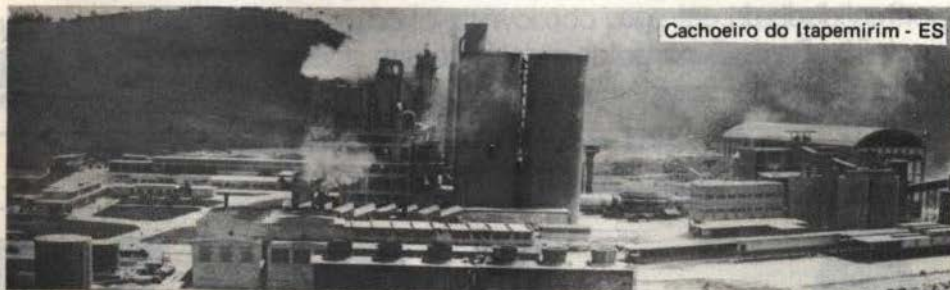
Esta empresa possui duas Fábricas, uma em Cachoeiro de Itapemirim—ES e outra em Capão Bonito—SP., com capacidade de produção conjunta de 6.000 toneladas/dia de cimento NASSAU. A Fábrica de Cachoeiro de Itapemirim é uma das pioneiras no Brasil. Seu moderno laboratório foi o primeiro no Brasil a se equipar com espectômetro de Raio—X. Esta fábrica no decorrer do 1º semestre de 1979 transformou os 2 fornos de produção por via úmida para a via seca, a fim de obter uma sensível redução no consumo de óleo combustível, derivado do petróleo.

As duas unidades contam com os mais eficientes e modernos sistemas anti-polluição e Quadros Eletrônicos de Comando Centralizado, para todas as etapas do processo.

A Empresa proporciona 1.600 empregos diretos e possui serviços social, médico, dentário e Escola de 1º Grau para os dependentes dos funcionários.

Suas Fábricas comercializam o Cimento NASSAU em todos os Estados das regiões Leste e Sul do país, bem como no Estado da Bahia.

Como se apresenta, sua produção é de grande relevância, garantindo parte do abastecimento de cimento, um produto básico para o setor da construção civil e o desenvolvimento do país.



Cachoeiro do Itapemirim - ES



GRUPO INDUSTRIAL JOÃO SANTOS

ITABIRA Agro-Industrial S.A. — Cachoeiro do Itapemirim — ES
ITABIRA Agro-Industrial S.A. — Capão Bonito — SP



PODER NACIONAL E ESTUDO CRÍTICO DA HISTÓRIA MILITAR

Cláudio Moreira Bento

No presente artigo-depoimento, elaborado por orientação de A Defesa Nacional, o autor focaliza aspectos relacionados com a importante dimensão da História Militar para o combatente terrestre.

Dimensão muito exaltada pelos grandes capitães da História da Humanidade, como decisiva ou importante para suas vitórias, a História Militar Crítica emana dos fundamentos da profissão do soldado e das experiências vividas no melhor laboratório de desenvolvimento de uma Doutrina Militar Terrestre — o Campo de Batalha.

Dentro do espírito da Portaria 73-EME de 20 out 82, que orienta as atividades do Exército no Campo da História, para os objetivos de desenvolvimento da Doutrina e formação de seus combatentes — o autor enfatiza a importância da análise crítica da História Militar Terrestre Brasileira, rica de quase cinco séculos de lutas internas e externas predominantemente vitoriosas, com o objetivo de subsidiar o desenvolvimento da Doutrina do Exército, com progressivos índices de nacionalização. É uma análise crítica com reflexos muito positivos no fortalecimento do Poder Nacional.

*A Comissão de Pesquisa Histórica Básica de
A Defesa Nacional*

No ano de 1978 fomos honrados com a nomeação para as funções de instrutor de História Militar das Agulhas Negras. No sentido de dar o melhor de nós aos nossos instruídos e ao Exército, elaboramos, como estudo e preparação para as novas funções, um ensaio sob o título — “Como Estudar e Pesquisar a His-

tória do Exército Brasileiro”. Nosso objetivo central foi o de procurar ajudar a transformar os quase cinco séculos da História Militar Terrestre do Brasil em instrumento auxiliar de construção da Doutrina do Exército do futuro, à altura de seu destino de grande potência e de grande nação.

HISTÓRIA MILITAR E NACIONALIZAÇÃO PROGRESSIVA DA DOUTRINA MILITAR

Até então já estávamos convencidos de que a configuração, definição e manutenção do Brasil com suas dimensões continentais não haviam sido obra do acaso ou do milagre. E, mais, que para isto havia concorrido de forma acentuada o fator militar, traduzido por quase cinco séculos de experiências, em lutas internas e externas, predominantemente vitoriosas e, portanto, ricas em soluções táticas, estratégicas e logísticas. Tais soluções são passíveis de isolamento pela crítica histórica militar, para incorporação numa doutrina militar terrestre brasileira, com índices progressivos de nacionalização e condicionada por um fator da decisão militar — o terreno brasileiro, quase que imutável em seus condicionamentos topotáticos e topoestratégicos. E condicionada também por outro elemento fundamental do fator militar brasileiro e o mais importante e característico — o homem brasileiro.

HISTÓRIA MILITAR E OS GRANDES CAPITÃES DA HISTÓRIA

Sonhávamos igualmente, do ponto de vista de profissional das armas ainda no serviço ativo, que a semelhança das lições da História Militar aprendidas, aplicadas e exaltadas pelos grandes capitães da História da Humanidade na solução de problemas militares fosse

decisiva para as suas vitórias; que lições semelhantes fossem retiradas do estudo crítico de nossa História Militar Terrestre, rica de quase cinco séculos, como me referi.

Avançando nossas pesquisas e reflexões, concluímos que a História Militar, tão exaltada pelos grandes generais da História, era a que classifico no meu ensaio de crítica ou interpretativa. Esta, absolutamente contrária a que classifico de descritiva, ou a senda enganosa, que não conduz ao aprendizado profissional militar, particularmente no campo mais nobre e fascinante o da Arte da Guerra ou Arte do Soldado.

A História descritiva foi condenada por Frederico, O Grande, mais ou menos assim, ao orientar o professor de História Militar de seu filho: "Não ensine História Militar a meu filho fazendo-o repetí-la como papagaio. Mas sim, fazendo-o raciocinar e dela tirar conclusões e lições para o futuro."

Ainda alcancei a História assim ensinada, sob forma de textos e de datas decoradas. Segundo concluí de Pedro Calmon, em abertura recente que fez de Curso de Mestrado de História no Museu Histórico Nacional, foi ele, nosso mestre, um pioneiro do estudo crítico e interpretativo da História do Brasil e um dos primeiros a rebelar-se contra o ensino descritivo e memorativo. Ensino em que os melhores alunos se caracterizavam pela capacidade de decorar. Nosso ensaio em tela pretendia ter uma função alfabetizadora dos futuros Oficiais do Exército, em assuntos de História Militar, para os quais

foi dirigido. Portanto, um ensaio para principiantes e não para profissionais do estudo de História.

O trabalho restante, de aprofundamento, contávamos, ficaria a cargo dos mais capazes em se tornarem chefes, pensadores e planejadores brasileiros do Exército do futuro.

ALGUMAS FERRAMENTAS PARA EXPLORAÇÃO DA HISTÓRIA MILITAR PELOS GRANDES GENERAIS

Assim, abordamos noções de História, fontes, disciplinas auxiliares; História Militar com sentido de Doutrina Militar e de História da Ciência e da Arte de Guerra; conceitos de historiador militar; um pouco da História do Exército; fundamentos para a pesquisa e estudo crítico da História Militar (fundamentos da expressão militar, fundamentos da Arte e da Ciência Militar, conceito de Arte e Ciência Militar, Doutrina Militar, fatores de decisão militar, fator militar, princípios de guerra, manobra e elementos etc.). Enfatizamos temas focalizando o emprego histórico das forças terrestres brasileiras, desde o Descobrimento, visando à pesquisa e análise crítica. Estes para subsidiarem a formação do combatente e a doutrina do Exército com o apoio em suas experiências de cinco séculos. Aliás temas desenvolvidos em grande e exaustiva pesquisa pelo Coronel Francisco Ruas Santos e traduzido, no *Sistema de Classificação de Assuntos de História das Forças Terrestres Brasileiras*, 1972,

editado pelo Estado-Maior do Exército.

Esse sistema relaciona as mais importantes experiências militares brasileiras vividas, as quais, se constituem, ao nosso ver, no verdadeiro laboratório da História da Doutrina do Exército. Laboratório de experiências vividas, do qual, com ferramentas adequadas, terão que ser retirados subsídios para construção do Exército do futuro, com doutrina acentuadamente genuína ou brasílica e que leve em conta as peculiaridades do Homem, da Terra e das Instituições do Brasil desde 1500. Aliás, foi o que concluímos do estudo das grandes potências ou grandes nações. Estágios de grandeza que passaram obrigatoriamente pela condição de grandes potências ou grandes nações no campo militar. E mais, que o status de grande potência ou nação é sustentado por doutrinas militares genuínas ou com elevados índices de nacionalização, e também preocupadas em formar chefes, pensadores e planejadores capazes de modificá-la para adaptá-la a novas circunstâncias, sem terem de limitar-se à absorção pura e simples de doutrinas alienígenas, elaboradas para um momento histórico.

IMPORTÂNCIA DO ESTUDO HISTÓRICO MILITAR NA FORMAÇÃO DO COMBATENTE

E foi deste ideal que ora trato, que a ele se referiram expressamente o Duque de Caxias em 1862, o Marechal Floriano Peixoto em 1895, e o historiador Barão

do Rio Branco em sua ação à frente do Itamarati. Isto para não falar nos dois grandes pensadores militares brasileiros modernos, Castello Branco, J. B. Magalhães e outros.

São pensamentos coerentes como aqueles a que Jomini se referiu na época de Napoleão: *"A pesquisa e o estudo da História Militar, acompanhados de crítica sadia, são, na realidade, a verdadeira escola da guerra"*.

Ferdinando Foch, mais tarde, do alto de sua experiência militar riquíssima e abalizada, afirmou, confirmando Jomini, o que difundiu em nosso ensaio militar: *"Para sustentar em tempo de paz o cérebro de um Exército e prepará-lo para guerra, não há livro mais fecundo em meditações do que o da História Militar"*.

O DEVER DE UM PROFISSIONAL DAS ARMAS DE UM PAÍS QUE AMA A PAZ E REPUDIA A GUERRA DE CONQUISTA

Como profissional militar de um país pacifista, que repudia a guerra de conquista, não podia deixar de preocupar-me com o destino e o futuro da minha instituição, orientado pelo seguinte pensamento: Soldado de um Exército de um país pacifista, que repudia a guerra de conquista, peço a Deus que jamais o Brasil entre em guerra. Mas, por outro lado, almejo que os profissionais do Exército não percam um só minuto em contribuir para que ele esteja sempre o mais bem preparado

possível para enfrentar a hipótese indesejável, mas tão comum na história dos povos — a guerra.

Dentro desse espírito, em nosso ensaio, procuramos oferecer também uma metodologia de pesquisa histórica, ferramenta para extrair subsídios de nossa História Militar para o progresso do Exército.

NACIONALIZAÇÃO DE EXEMPLOS DA HISTÓRIA MILITAR

No capítulo VI apresentamos uma metodologia, fusão das metodologias semelhantes de informações e pesquisa histórica. É a Metodologia de Informações que Arnold Toynbee usou com raro brilho como Chefe do Serviço Secreto da Marinha Inglesa e, até morrer, como um dos maiores, senão o maior historiador do mundo ocidental. Usou-a também Charles Boxer, historiador correspondente do IHGB e antigo membro da Inteligência Inglesa.

Nosso ensaio transcreveu a primeira Diretriz do Estado-Maior do Exército para atividades de História do Exército. Ela nos estimulou a produzir o trabalho. Como apêndices, selecionamos dois exemplos brasileiros originais, de batalhas analisadas criticamente: A batalha de Guararapes, sobre a qual havíamos produzido obra específica em 1971 e, o combate de Monte Castelo. Era um esforço de nacionalizar os exemplos de História Militar até então, em sua maioria, calcados em exemplos europeus, divorciados de nossas realidades operacionais. Abordamos, igualmente, em

apêndice, a participação histórica do Exército no progresso brasileiro, além de suas missões constitucionais, e parte do esforço editorial da BIBLIX, em assuntos de interesse militar operacional.

O nosso ensaio foi aprovado pelo Estado-Maior do Exército e mandado editar com a ressalva — "Para uso interno do Exército", pelo Estabelecimento General Cordeiro de Farias, sob a forma de manual, com o nome do autor na lombada.

A guisa de apresentação, o Estado-Maior do Exército incluiu a seguinte nota, que substituiu a apresentação do autor.

"Este ensaio histórico-militar de autoria do Ten Cel Cláudio Moreira Bento, atualmente instrutor de História Militar da AMAN, foi considerado de interesse profissional pela Seção de Geografia e História do Estado-Maior do Exército, embora não represente necessariamente o pensamento do referido órgão. Qualquer sugestão ou observação, que implique em alterações, supressões ou acréscimos, deve ser encaminhada ao autor, diretamente, ou através de mencionada Seção".

Brasília, DF, 1978

ESTÍMULOS E ACEITAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho, desde então, tem orientado pesquisas de História programadas pelo EME e levadas a cabo na Escola de Comando e Estado-Maior e na Academia Militar das Agulhas Negras.

As reações têm sido positivas e estimulantes no meio militar terrestre brasileiro e, inclusive, na Comissão de História Militar do Exército de Portugal, conforme correspondência em nosso poder. Conhecemos, pelo consócio Arno Welhing, destacado professor universitário de História, que nosso ensaio interessou seus companheiros que o julgaram válido em seu meio.

Dentro de nosso propósito alfabetizador em História Militar de nossos instruendos, introduzimos o capítulo VII com o subtítulo "Onde estudar e pesquisar a História do Exército".

Não pretendíamos então, e seria impossível mencionar tudo o que existia. E isto ficou claro em nossas palavras finais: "Sobre o ensaio apreciaríamos receber sugestões, com vistas ao seu progressivo aperfeiçoamento e atualização, particularmente no que se refere ao capítulo "Onde pesquisar e estudar a História do Exército Brasileiro". A prudência e a honestidade me impuseram estas últimas palavras, pois fazia só oito anos que havíamos iniciado a pesquisa História. E isto quando fomos escalados funcionalmente, em 1970, para orientar o planejamento, construção e inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes e a produzir um estudo técnico militar sobre as Batalhas dos Guararapes, cumulativamente com muitas funções no Estado-Maior do IV Exército no Recife. Meu estudo técnico mereceu, então, de Câmara Cascudo, desvanecedor aval e estímulo, transcrito na con-

tra-capa do livro resultante — *As Batalhas dos Guararapes — Análise e Descrição Militar*.

Recebemos poderosos estímulos, na época, de Gilberto Freire, Pedro Calmon e José Américo, culminâncias da cultura do Brasil, no Nordeste, que nos animaram a prosseguir.

Ao elaborarmos o capítulo — Onde Estudar e Pesquisar a História do Exército, tivemos presente que eram suficientes as obras indicadas como capazes de orientar a alfabetização de nossos instruídos. Aprendendo o conteúdo do ensaio, eles teriam condições de procurar seus próprios caminhos.

Em 1978, como hoje, depois de um aprofundamento na História Militar Mundial, da qual a do Brasil é um apêndice a partir do Descobrimento, mantemos ainda a seguinte convicção:

— Na História da Doutrina Militar existem duas coisas permanentes: sua contínua mudança e o seu agente — o homem.

— O maior e melhor laboratório do desenvolvimento de uma doutrina militar é o estudo crítico das experiências de lutas vividas no passado. Assim, explorar o laboratório de experiências militares, predominantemente vitoriosas vividas pelo Brasil, em quase cinco séculos, é um imperativo de segurança e de fidelidade ao destino de grandeza que sonhamos para o nosso país.

— Que o destino de grande potência ou grande nação do Brasil tramita obrigatoriamente pela condição de potência militar, apoiada por doutrina, com significativos

índices de nacionalização fornecidos pela pesquisa e estudo crítico de sua História Militar. E este será o desafio a ser vencido pelos militares do Exército do presente e do futuro, com o concurso de historiadores civis e outros pesquisadores ligados às disciplinas auxiliares da História, principalmente com o apoio de estadistas brasileiros, sensíveis ao problema.

Finalizando, cabe aqui recordar como o grande estudioso de nosso passado militar e de seus heróis guerreiros — o historiador Barão do Rio Branco, soube transformar estes estudos em ferramentas de fortalecimento da Expressão Militar do Poder Nacional (Terrestre e Marítima) em sua época, ao propugnar para que o Exército e a Marinha atingissem níveis de operacionalidade compatíveis com o progresso do Brasil e seus compromissos internacionais. A gratidão e o reconhecimento foram expressos pelos militares no Clube Militar em homenagem que lhe prestaram, em 15 de outubro de 1911, em histórica reunião presidida pelo Marechal Hermes da Fonseca — Presidente da República, e talvez a derradeira prestação de contas de serviços relevantes ao Brasil feita pelo grande brasileiro, antes de falecer no ano seguinte, menos de quatro meses de seu discurso. Outra homenagem do Exército foi introduzir seu busto, em 1º de março de 1952, no Pavilhão de Comando da Academia Militar das Agulhas Negras, no mesmo nível dos bustos de D. João VI, o criador da Escola Militar, em 1810 e

do Duque de Caxias, o Patrono do Exército e ex-aluno mais famoso do estabelecimento, cuja espada de campanha serviu de modelo

aos espadins cingidos pelos cadetes daquela Academia, desde 1932, como o próprio símbolo da Honra Militar.



O Cel. Cláudio Moreira Bento, além dos cursos da AMAN, EsAO e ECEME, possui o de Analista da EsNI e pesquisador de História das Forças Terrestres Brasileiras pelo EME. Comissões Principais: Adjunto do Estado-Maior dos IV Exército, II Exército, Estado-Maior do Exército e Assessor do DEC. Instrutor de História Militar da AMAN e ex-Comandante do 4º BE de Combate em Itajubá — MG. Adjunto da Comissão de História do Exército Brasileiro. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e congêneres de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do

Sul, Paraná, Mato Grosso, Rio de Janeiro e cidades de São Leopoldo, e Pelotas. Membro da Academia Brasileira de História e Academia Sul-Rio-Grandense de Letras. Serve atualmente no QG da 1ª Região Militar. Preside a Comissão de Pesquisas Básicas de História de A Defesa Nacional. Condecorações: Cavaleiro da OMM, Medalhas de Ouro, do Pacificador, da Inconfidência, Santos-Dumont e do Sesquicentenário da PMSP. Trabalhos Publicados: As Batalhas dos Guararapes, Estrangeiros e Descendentes na História Militar do RGS e o manual Como Estudar e Pesquisar a História do Exército, publicado pelo EME. Participou da pesquisa, elaboração e edição das obras História da Doutrina Militar e Militar do Brasil, editadas pela AMAN em 1979-1980. Seu último trabalho — A História do Brasil através de seus Fortes — foi distribuído como brinde pela GBOEx.



O BLINDADO SOBRE RODAS MAIS VENDIDO DO MUNDO



EE - 9 CASCAVEL COM CANHÃO DE 90 m m

Tecnologia Brasileira a Serviço da Defesa Nacional

**EE-9 CASCAVEL
nas Forças Armadas do Brasil e das nações amigas!**





INFLUÊNCIA ESTRANGEIRA NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Frank D. MacCann

Na primeira metade do século vinte, os sistemas militares: alemães, francês e norte-americano influíram no Exército Brasileiro. Cada um deles teve seu primado: os alemães antes da Primeira Guerra Mundial, os franceses entre os dois grandes conflitos e os norte-americanos durante e após a Segunda Grande Guerra. Embora seja conveniente para os historiadores periodizá-las, as sucessivas fases de influência se interpenetram mais do que se alternaram nitidamente. Estas três influências alienígenas defrontaram resistências, mas cada uma delas se fez sentir sob os aspectos: material, organizacional, tático e psicológico.

O fascínio pela modernização, confundido com europeização, levou o Exército brasileiro a buscar assistência externa. O Brasil não

constituiu exceção neste particular. Os japoneses e turcos procuraram assessores alemães para organizar exércitos modernos no final do século dezenove. Na América do Sul, a década de 1890 presenciou missões alemãs remodelarem o Exército chileno, que chegou mesmo a ter como chefe de estado-maior um oficial germânico. Após a I Guerra Mundial, missões francesas dirigiram ou treinaram os Exércitos polonês e tcheco, assim como a Força Aérea nipônica. As potências européias e depois os Estados Unidos viam as missões militares de instrução como parte da parafernália de sua política de relações exteriores. Logicamente a instrução conduziria à aquisição de equipamentos e armas, bem como ao aumento do comércio exterior em bases mais amplas. As potências estrangeiras valeram-se

das missões militares para atrair as nações hospedeiras às suas esferas de influência. No processo incutiram suas idéias e pontos de vista no âmago dos governos anfitriões e as missões militares constituíram instrumento de penetração das grandes potências.*

O caso brasileiro é interessante por uma série de razões. Muitos dos aspectos fundamentais: modernização, segurança, nacionalismo, organização da sociedade, relações civis-militares e política externa, que envolveram os outros casos, são também encontradas no brasileiro. Assim a experiência brasileira com instrução militar estrangeira constitui fenômeno histórico mais expressivo. Embora a perspectiva historiográfica brasileira procure afirmar que tal busca de assistência militar estrangeira reflète um complexo de inferioridade nacional, analisando-a é evidente que os brasileiros acompanhavam a consagrada e acertada tendência de obter o "know-how" militar que lhes faltava. Se os japoneses e chilenos podiam fazê-lo com tão grande lucro militar, por que não procederem eles da mesma forma?

Na verdade, saíram-se melhor do que os chilenos, turcos, tchecos

ou poloneses, preservando a sua integridade de comando. Enquanto esses quatro Exércitos, em determinadas épocas, estiveram sob as ordens de comandantes alemães e franceses, os brasileiros foram relativamente afortunados, mantendo suas forças sob controle próprio e limitando a ação dos oficiais estrangeiros às funções de instrutores e assessores. Como será observado mais adiante, os franceses procuravam expandir seu campo de ação de modo a controlar o Estado-Maior geral e assuntos delicados, tais como promoções e planos de guerra. Tanto na Polônia como na Tchecoslováquia não supervisionavam apenas a instrução, ocupavam as funções de comando privativas de oficiais superiores, de Estado-Maior e as chefias destes. À semelhança do que ocorria naqueles países, encaravam o Brasil como extensão do sistema de aliança contra a Alemanha, por intermédio da colocação em cheque de outra nação, a Argentina.

Este trabalho revela um aspecto da disputa do Brasil pelas grandes potências. Conquanto se apresente apenas como uma faceta da luta por influência, mercados e recursos naturais, trata-se de um aspecto que os historiadores menosprezaram. Minha intenção, no começo, era apreciar a influência norteamericana sobre o Exército, mas se tornou claro que essa particular experiência integrava um modelo mais amplo cujos contornos mostravam-se imprecisos. Devido à limitada extensão deste, não enfoquei o contexto intelectual das influências estrangeiras, mas tentei

* Frederick M. Nunn, *The Military in Chilean History, Essays on Civil-Military Relations, 1810-1933* (Albuquerque, 1976); Ulrich Trhumpener, *Germany and The Otoman Empire, 1914-1918* (Princeton, 1968); Pictr S. Wandyez, *France and Her Southern Allies, 1919-1925*; *French Czechoslovak - Polish Relations From The Paris Conference to Locarno* (Minneapolis, 1962); Capitão M. D. Kennedy, *The Military Side of Japanese Life* (London, 1924).

reconstruir a manobra à medida que se sucediam, exercendo preponderância. As fontes são inteiramente brasileiras e norte-americanas e as informações transmitidas foram extraídas dos seus respectivos arquivos militares. Teria sido extremamente proveitoso dispor de estudos minuciosos calçados nos arquivos alemães e franceses, assim como dos inúmeros documentos da Missão Militar Francesa conservados no *Arquivo do Exército Brasileiro*.

No campo militar, a Revolução de 1930 provocou um gradual desengajamento da França e maior aproximação com os Estados Unidos. Os revolucionários de 1930 eram hostis à Missão Francesa, mas julgavam que a inércia institucional era tal que não poderiam dispensá-la de imediato. Nem os alemães nem os norte-americanos ofereceram uma alternativa viável até depois de meados da década. Enquanto os franceses monopolizavam os postos consultivos em quase todos os níveis de instrução dos oficiais das armas combatentes (Cavalaria, Infantaria e Artilharia de Campanha), suas deficiências na preparação dos oficiais das armas de apoio ao combate e aos serviços (Engenharia, Artilharia de Costa, Aviação, Intendência, Comunicação e Saúde) e na qualidade de armamentos e equipamentos vendidos abriram caminho para a competição alemã e norte-americana. A experiência francesa em instruir forças militares coloniais nos cenários tropicais e seu conhecimento de operações defensivas pareciam constituir, ao

longo da década de vinte, uma importante vantagem. Todavia, no correr dos anos que se seguiram tornou-se óbvio que a tecnologia e a indústria bélica desempenhariam papel bem maior na próxima guerra mundial do que haviam tido na anterior. A França simplesmente não seria capaz de competir com o poderío industrial da Alemanha e dos Estados Unidos. Os oficiais brasileiros descobriram que, apesar da grande admiração romântica deles pela tradição militar prussiana, não faria muito sentido estreitar os laços com o Exército Alemão, porque a Alemanha não poderia controlar as rotas aéreas e marítimas, ficando consequentemente impossibilitada de assegurar o suprimento de armamento. O caso do navio *Siqueira Campos*, em 1940, constituiria amarga lição que salientava a importância de uma segura linha de suprimento. No final de 1944, os brasileiros estariam combatendo as forças alemães longamente admiradas — nas vertentes montanhosas da Itália.

INFLUÊNCIA ALEMÃ

A história das relações militares Brasil-Alemanha remonta à primeira década do século. A destruição das unidades do Exército Brasileiro em Canudos, no ano de 1897, a desastrosa revisão da ordem de batalha durante a crise do Acre, a ameaça de potências se apoderarem da Amazônia e a desconfiança em relação à Argentina provocaram reivindicações entre líderes militares e alguns civis, como Rio

Branco, de reformas e fortalecimento do Exército. Como parte dos esforços para melhorar a instrução militar, três grupos de oficiais brasileiros passaram dois anos estagiando em regimentos alemães, entre 1905 e 1912. Em 1908, enquanto assistiam às manobras do Exército Alemão, a convite do governo imperial, o Ministro da Guerra, Marechal Hermes da Fonseca e o General Luís Mendes de Moraes negociaram um acordo para que uma missão alemã instruisse o Exército brasileiro.¹ Apesar do acordo jamais se ter efetivado, a influência alemã far-se-ia sentir por algum tempo na tática, organização, costumes e armamento do Exército Brasileiro. O número relativamente pequeno de oficiais treinados na Alemanha influenciaria o pensamento da oficialidade de então e futura, por meio dos artigos publicados na *Revista Militar*, no *Boletim do Estado-Maior*, na *Defesa Nacional* e em jornais, como o *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro). Em 1916, esses oficiais criaram a Missão Indígena para instruir os cadetes da Escola Militar. Também contribuíram decisivamente para que os regulamentos do Exército fossem reformulados segundo os padrões alemães. Como observou Estevão Leitão de Carvalho, a doutrina alemã predominava no Exército brasileiro.²

Deve-se salientar que, dos 34 oficiais que haviam servido no Exército alemão, 15 ainda se encontravam na ativa em 1931 e 5 deles atingiram o generalato (15%) sob o regime de Vargas, enquanto os outros 8 encerravam suas carrei-

ras como coronéis (24%). Estudos pormenorizados seriam necessários para se determinar a natureza e longevidade da influência alemã, mas parece haver suficiente evidência para insinuar que, pelo menos, algumas atitudes favoráveis aos alemães e seu sistema militar nos anos 30 resultaram dos esforços daqueles oficiais e seus discípulos, apesar do trabalho da Missão Francesa ao longo da década de 1920.

Nos anos que precederam à I Guerra Mundial, os interesses militares: norte-americanos, alemães, franceses e ingleses estiveram em choque no Brasil. Disputavam-se os contratos para fornecimento de armas e equipamentos de fortificação. Em 1912, o adido militar norte-americano pressionava o Departamento do Estado para convidar oficiais do Exército e da Marinha do Brasil a estagiarem na Escola de Artilharia de Costa, em Forte Monroe, Virgínia. Os alemães e ingleses levavam vantagem na disputa pelos contratos para estabelecimento do projetado sistema defensivo do litoral brasileiro. A Krupp já havia recebido encomendas de algumas baterias e o adido alertava que se impunha "um trabalho imediato e organizado para deter a influência alemã."³

Entre 1912 e 1914, norte-americanos e alemães procuravam vencer os brasileiros da superioridade de suas armas. Os norte-americanos queixavam-se de que os brasileiros pareciam "receosos de comprar material bélico fora da Alemanha" e que o Presidente Hermes da Fonseca achava-se

"profundamente envolvido pelas promessas alemãs". Pior ainda, corriam rumores de que a Krupp subornara membros da comissão de escolha de armas e obtivera cópias dos projetos das fortificações costeiras brasileiras, antes de firmar o acordo de vendas de armamento. Do ponto de vista norte-americano, a posse desses projetos colocava as defesas do Brasil à mercê da Alemanha. O adido norte-americano fez ver ao Departamento do Estado que os Estados Unidos "poderiam combater melhor a agressão alemã ao Brasil, assegurando a adoção do sistema norte-americano de defesa de costa, com o conseqüente fornecimento de munição e, tornando o Brasil independente da Alemanha, bem como em condições de se defender de ataques provenientes do Atlântico". Tal arranjo possibilitaria melhores relações comerciais e diplomáticas entre os dois países. Além disso, beneficiaria também os interesses defensivos e comerciais norte-americanos, em virtude da "permanente e segura demanda de material bélico e acessórios para a defesa do litoral por muitos anos à frente", o que permitiria aos fabricantes norte-americanos realizar economia de escala, reduzindo o tempo e o dinheiro que as forças dos Estados Unidos precisariam despendar para obter seu próprio material.⁴

As autoridades militares alemãs, francesas e inglesas provavelmente anteviram os benefícios da exportação de armamento sob o mesmo prisma. Para os brasileiros, somente no último quartel do século seu

nível de industrialização permitir-lhes-ia raciocinar dessa forma.

Apesar dos esforços norte-americanos em promover os canhões da Bethlehem Steel, o compromisso do Brasil com a Alemanha se mantinha firme. A ameaça crescente de guerra na Europa não impediu o Exército de encomendar à Alemanha e efetuar alguns pagamentos por 30 baterias de canhões 75mm e um estoque de metralhadoras. Todavia, ficou comprovado ter sido má escolha quando a deflagração das hostilidades impediu o embarque do material em Hamburgo.⁵

A fim de melhorar a postura militar no Brasil, o Ministro da Guerra, General José Caetano de Faria, enviou duas missões ao exterior, durante a guerra: uma à Europa para observar as conseqüências do conflito na "arte da guerra",⁶ e outra aos Estados Unidos "para realizar estudos e procurar adquirir o material que nos falta." No final de 1917, esta última missão instalava-se em Nova Iorque, estabelecia contatos com industriais e visitava fábricas de material bélico e arsenais do Exército. Fora autorizada a contratar um químico metalúrgico e um especialista em projéteis para o Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro e adquirir grande variedade de armas, equipamentos e maquinaria. Alguns oficiais norte-americanos suspeitavam que a missão abrigava um espião alemão, mas nada provou que qualquer brasileiro estivesse coletando informações senão para o seu próprio uso, embora um de seus inte-

grantes houvesse estagiado na Alemanha sete anos antes.

O Departamento de Guerra dos EUA auxiliou a missão, ao mesmo tempo explicando que, devido a indústria bélica mal poder atender aos pedidos das forças norte-americanas e aliadas, poderia fazer muito pouco a fim de assegurar munição ou maquinaria para os brasileiros. Aparentemente o embaixador norte-americano no Rio de Janeiro, Edwin V. Morgan, não via com simpatia a missão, porque avisara ao Departamento do Estado que a maioria daquilo que os brasileiros obtivessem não seria para apoiar o esforço de guerra aliado. A guerra estaria terminada, previa ele, antes que a artilharia de costa, de que precisavam os brasileiros, pudesse ser instalada e, portanto, seria empregada na "defesa geral e não contra a Alemanha". Havia, declarava ele, um "forte preconceito popular" contra o envio de tropas à Europa e a maior contribuição do Brasil seria fornecer produtos alimentícios em bases comerciais.⁷ Como aparentes amigos, os líderes do Exército julgavam que o armamento e a munição dos aliados estavam fora de seu alcance. A lição dessa experiência na I Guerra Mundial pesaria na decisão de tomar parte no conflito de 1939-45.

Ao final da I Guerra Mundial, a política norte-americana não era favorável ao estreitamento de laços entre os dois Exércitos. Como parte da disputa mundial com os ingleses, Washington decidiu que a influência política e o prestígio comercial norte-americanos lucra-

riam com a eliminação da influência britânica na Marinha Brasileira. Enquanto o Departamento do Estado preferia que a instrução dos exércitos latino-americanos "fosse realizada pelos Estados Unidos do que por governos europeus",⁸ prevaleceu a opinião do Embaixador Morgan de que uma missão militar francesa obteria resultados mais depressa do que qualquer outra e não afetaria os interesses norte-americanos.⁹ Assim, tornou-se dogma da política norte-americana, até o final dos anos 20, não tentar atrair o Exército Brasileiro para a esfera de influência dos Estados Unidos. Na verdade, as ações norte-americanas eram ambivalentes. Aparentemente, o Ministro da Guerra, General Alberto Cardoso de Aguiar, expressara sua admiração pela rápida mobilização do Exército Norte-Americano, seu eficaz treinamento e desdobramento de sua enorme força em além-mar. Por isso, salientou que oficiais brasileiros deveriam estudar nos Estados Unidos, onde, segundo ele, adquiririam idéias práticas e aprenderiam algo mais do que táticas teóricas. Em consequência disso, o Departamento do Estado se sentiu compelido a convidar o Brasil a enviar alguns oficiais às escolas do Exército dos Estados Unidos em 1920. Por outro lado, instruções remetidas ao adido militar norte-americano, no Rio de Janeiro, enfatizavam que ele *não* deveria estimular pedidos de inscrição. Assim, os Estados Unidos enviaram u'a missão naval ao Brasil e deixaram o Exército Brasileiro, muito mais influente, para os

franceses. Estes foram menos generosos e espalharam estórias que os apontavam como os responsáveis pela transformação dos inexperientes rapazes oriundos do meio rural norte-americano nos intrépidos vencedores de Chateau Thierry e Bois de Bellieu. Como resultado, um observador norte-americano se queixava de que os brasileiros passavam a "duvidar de que nós pudéssemos ensinar-lhes muito acerca de ciência militar."¹⁰

INFLUÊNCIA FRANCESA

A missão brasileira de observação, enviada à França durante a guerra, resultara na vinda ao Brasil, em 1918, de um grupo de instrutores de aviação e, no ano seguinte, na assinatura de um contrato para remessa de uma grande missão militar. No começo de 1920, cerca de trinta oficiais franceses, chefiados pelo General Gamelin, assumiam o controle efetivo da instrução militar em todos os níveis, exceto da Escola Militar. O Exército Brasileiro reformulava-se segundo o modelo francês, para tristeza dos oficiais mais nacionalistas e daqueles que estavam convencidos da superioridade dos métodos e material alemães. Os franceses valorizavam a experiência direta, supervisionando manobras na carta dos quadros, em situações simuladas de campanha, no Rio Grande do Sul e no Vale do Rio Paraíba.¹¹ Observadores norte-americanos ficaram bem impressionados com a seriedade dos instrutores franceses e os elogiaram por "submeter os oficiais-alunos

brasileiros a um trabalho duro."¹² Porém, os críticos brasileiros objetavam que os franceses mostravam-se por demais exigentes e severos com os oficiais-alunos. Acusavam os franceses de "considerar ruim tudo o que encontravam e procurar, com suas inovações, revolucionar completamente nossos costumes militares."¹³ E, como era de se esperar, embora o contrato rezasse que o governo brasileiro daria preferência aos produtos franceses, os membros da missão insistiam na compra exclusiva de armas e equipamentos franceses, afirmando, compreensivelmente, que teriam melhor rendimento com tal material. Entretanto, foram registrados sucessivos informes acerca de propinas pagas a integrantes da missão que facilitaram as compras. Infelizmente, parte do equipamento não era novo e se achava estragado, como as máscaras contra gases manchadas de sangue e furadas. Um jornal classificou sumariamente o armamento francês de "ferro velho".¹⁴ Os críticos não viam com bons olhos o material de artilharia francês Saint-Chamont e Schneider, que tinham menor alcance do que os fabricantes proclamavam e alguns os julgavam inferiores às velhas peças Krupp do Exército.¹⁵

Os aviões Nieuports e Brequets, bem como a qualidade da instrução francesa ministrada no Campo dos Afonsos, tornaram-se particularmente alvo de críticas à medida que crescia o número de acidentes e mortes de pilotos brasileiros. Provavelmente o moral dos aviadores não se elevou quando o Ministro

da Guerra, Pandiá Calógeras, atribuiu os acidentes ao "denodo", "audácia", "imprudência", "excesso de arrojo" e "injustificada impaciência de suas vítimas."¹⁶

Talvez o problema mais sério fosse a dificuldade de alguns oficiais em trabalhar com os franceses. Em 1921, o respeitado Chefe do Estado-Maior, General Bento Ribeiro Carneiro Monteiro, demitiu-se por se sentir usurpado em sua autoridade pelo General Gamelin. A demissão levou mais de cem oficiais a organizar u'a manifestação de desagravo, mesmo depois de serem ameaçados com punição disciplinar, se a concretizassem.¹⁷ A doença e morte do General Bento Ribeiro, em agosto de 1921, impediram que ele se tornasse o ponto de aglutinação para ulterior oposição, mas a insubordinação em 1921 foi um indicativo da crescente inquietação da oficialidade. A conturbada campanha das eleições presidenciais acabaria por conduzir à declarada rebelião de 1922. Já se vislumbrava no horizonte a Revolução de 1930.

Isto não significa dizer que os franceses provocaram a agitação no seio da oficialidade, mas inconscientemente contribuíram para ela, ajudando a polarizar os espíritos no Exército. "Para um observador imparcial, os ataques pareciam injustificáveis", escreveu o adido militar norte-americano. "A Missão Francesa é constituída de militares muito competentes que estão trabalhando sinceramente para transformar o Exército Brasileiro."¹⁸ Sinceridade à parte, a presença da missão foi um fator decisivo na

política interna do Exército. Talvez os rebeldes de 1922 expressassem mais do que frustração quando lançaram ao mar o novo canhão leve de 75 mm que a Saint Chamond enviara ao Brasil para testes.¹⁹ Em 1927, numa análise sumária do trabalho da Missão Francesa, o adido militar norte-americano observava ser curioso "que o elemento de apoio principal da missão ao tempo de sua instalação fosse o pessoal jovem e *progressista* do Exército, pois os oficiais mais velhos temiam as conseqüências de modernizações em suas carreiras e evidentemente duvidavam de sua capacidade para se adaptar ao modelo francês; considerando que, atualmente, os maiores entusiastas da missão são os oficiais mais antigos, e o elemento jovem começou a se irritar com a tutela, quer parecer que os brasileiros se sintam suficientemente instruídos por estrangeiros e agora estão em condições de prosseguir sob orientação própria."²⁰

Já em junho de 1924, o Chefe do Estado-Maior, General Augusto Tasso Fragoso, embora tecesse generalizados louvores ao trabalho da missão, afirmava que discordava do projeto de Gamelin para a divisão de infantaria brasileira. Era muito pesada para "uma guerra de movimento, como as que teremos de nos engajar com qualquer de nossos prováveis inimigos." Mas, a despeito de querer uma divisão mais leve, pensava que seria melhor deixar a doutrina francesa consolidar-se antes de empreender qualquer mudança, talvez dentro de dois ou três anos. Também julgava

que, dentro de uns poucos anos, seria interessante rever a estrutura do curso de Estado-Maior, dando-lhe "um cunho francamente nacional, isto é, levando em consideração nossas necessidades e a natureza especial da preparação dos oficiais" que desejassem realizar, o curso. Claramente, Tasso Fragoso encarava a missão como uma dose temporária de medicamento e que, uma vez ingerida, os brasileiros poderiam levantar-se com seus próprios remédios.²¹ Os franceses estavam no Brasil para estabelecer padrões, mostrar aos oficiais como era um exército de categoria internacional e não para criar uma dependência permanente. É impossível supor qual teria sido o desfecho das coisas, se os levantes tenenistas não tivessem ocorrido. Entretanto, sem a agitação, provavelmente teria a instituição se tornado bastante diferente.

Em meio a década, um certo descontentamento se fazia evidente. Em fins de 1924, as autoridades paulistas dispensaram a Missão Francesa Independente que vinha instruindo a *Força Pública* estadual desde 1906. Oficiais paulistas deram prosseguimento ao trabalho, à proporção que o Estado aumentou o efetivo da Força para 14.200 homens, criando um "formidável exército" para a "Prússia brasileira". Se São Paulo dera o exemplo ao Exército, contratando os franceses em primeiro lugar, agora indicava o caminho para uma solução mais nacional.²² Até 1925, a Missão Francesa formara 172 oficiais de Estado-Maior. Tasso Fragoso declarou que, sempre que

um desses oficiais aparecia em operações contra os tenentes rebeldes, havia um notável progresso. "Tudo o que aprenderam colocam em prática com as necessárias adaptações," escreveu ele. Se a tropa tivesse sido instruída como seus quadros, lamentava ele, e, devidamente equipada, o resultado teria sido diferente. Mas o fato é que a instrução da tropa fora "muito deficiente e irregular".²³ Embora os oficiais formados pela Escola de Estado-Maior em três anos de curso fossem bastante versados na teoria das doutrinas táticas, não as colocavam em prática ou as transmitiam às praças. No final da década de 20, o principal treinamento dado aos recrutas do Exército Brasileiro era instrução de ordem unida, de modo que fizessem uma boa apresentação nas paradas. Além do mais, os graduados que supervisionavam a instrução pouco mais conhecimentos possuíam do que esses. A despeito de toda a ênfase que os relatórios ministeriais de vinte anos atrás davam à importância da instrução de tiro, os recrutas não haviam sequer completado o treinamento preparatório de tiro com fuzil. Na verdade, a limitada prática tida resultou em pouco mais do que desperdício de munição. A instrução técnica de tiro na artilharia não foi bem montada nem coordenada e se ignora que tenham sido realizadas "escolas de fogo". O treinamento da aviação estava paralisado e os motores enferrujavam no Campo dos Afonsos, porque o governo temia que os pilotos pudessem bombardear o Palá-

cio do Catetel²⁴

O idioma principal de instrução era o Francês e, como as deficiências dos oficiais brasileiros nessa língua fossem tamanhas, em 1926, Tasso Fragoso julgou ser urgente organizar um curso de conversação em Francês.²⁵ Se se entendiam mutuamente ou não, os brasileiros resistiram a algumas idéias francesas e não permitiram que seus instrutores estrangeiros se envolvessem em certos assuntos. No início, os franceses elaboraram um plano para a reorganização do Exército, baseado numa força de paz de 74.524 homens. Embora estivesse pronto no final de 1922, esse plano jamais foi testado, porque o Congresso se recusou a votar verbas suficientes para manter tal efetivo e, durante toda a década de 20, milhares de jovens se negaram a prestar serviço militar. O Exército Brasileiro real era um pálido reflexo da Força Terrestre prevista no papel. Pior ainda, os generais brasileiros não tinham a intenção de colocar em execução o plano, mesmo que as circunstâncias o permitissem, dado que o consideravam totalmente inadequado às condições climáticas e geográficas do Brasil. Especificamente, contestavam o excessivo apoio de artilharia de campanha projetado para a divisão de infantaria. Na França, com as suas rodovias e estradas de ferro, a artilharia de campanha se deslocava com facilidade, mas nas precárias e poeirentas estradas e picadas brasileiras, estas unidades proporcionariam muito pouco apoio e cooperação às operações da infantaria. Os brasileiros

deixaram que o plano ficasse apenas no papel, porque os conselheiros franceses defenderam vigorosamente sua obra, mas mudanças importantes ocorreriam uma vez os franceses tivessem se retirado.²⁶

O General Tasso Fragoso voltou as tentativas dos franceses de se envolverem nos planos de guerra e de operações brasileiros. Em 1926, os franceses quiseram introduzir no Curso de Estado-Maior uma avaliação da situação militar do Brasil em relação a "certos países vizinhos", estudando uma provável forma de ataque e a melhor reação de parte do Brasil. A princípio Tasso Fragoso tentou persuadir o Chefe da Missão, General Frédéric Coffec, de que o planejamento de operações era área da responsabilidade do Estado-Maior, e que o Brasil não tinha contratado a Missão para elaborar seus planos de defesa. Uma vez que os franceses não concordaram, Tasso Fragoso disse-lhes "categoricamente... que esta era uma decisão do governo". Talvez esse incidente tenha levado Tasso Fragoso a preparar seu próprio estudo detalhado sobre a situação estratégica do Brasil.²⁷ Sua irritação com os franceses e seus esforços para melhorar a situação são evidentes em várias partes de seu relatório anual de 1927 (datado de abril de 1928), especialmente aquelas dedicadas aos problemas relacionados com a substituição do General Gamelin, com o currículo do Curso de Estado-Maior e as dificuldades em conseguir que o governo francês enviasse conselheiros com as qualificações especificadas no contrato.²⁸

Em abril de 1928, Tasso Fragoso lembrou ao Ministro da Guerra, General Nestor Sezefredo dos Passos que, quando o governo convidou a Missão Francesa, a idéia era de que ficaria alguns anos, e que depois os brasileiros assumiriam a direção. Com este fim, cada instrutor francês dispunha de um ou mais assistentes brasileiros, que eles próprios escolhiam. Com o tempo, tornou-se claro que alguns oficiais franceses tinham deliberadamente evitado escolher militares altamente talentosos, porque, como Tasso Fragoso comentou, "quanto mais estes assistentes falhassem, maiores as possibilidades de permanência da Missão Francesa". Além disso, a maioria dos escolhidos era jovem, portanto mais submissa e influenciável, enquanto Tasso Fragoso julgava que o interesse brasileiro reclamava oficiais mais antigos, que poderiam, posteriormente, ser colocados em posições mais elevadas. Para acelerar o processo de libertação da Missão, insistiu no envio de oficiais talentosos para as escolas militares francesas.

Seu argumento em favor desse treinamento era notável. "A vinda da Missão", lamentava ele, "isolou-nos um pouco da Europa e, particularmente, da França." Tudo o que os brasileiros sabiam viera através da Missão, a qual, aparentemente, desejava que as coisas permanecessem assim. Inicialmente, Gamelin pediu que o Brasil não mandasse oficiais ao exterior, para reduzir o potencial de visões conflitantes. Mas "nosso interesse impõe

precisamente a orientação oposta", freqüentar escolas estrangeiras era a melhor maneira de saber exatamente como estavam organizadas, seus métodos e processos de ensino. Por exemplo, somente depois que o Capitão Francisco Gil Castello Branco retornou da Escola de Cavalaria de Saumur, o Estado-Maior brasileiro obteve uma noção clara de como funcionava. E a volta do oficial, com um "diploma obtido depois de rigorosos testes e julgamento imparcial" tinha um prestígio que lhe permitiria ensinar o que aprendera. Alguns oficiais como ele permitiriam que o Exército "se emancipasse dos instrutores franceses" e dispensasse a Missão "com maior segurança".²⁹

No relatório do Estado-Maior de 1929, seu novo chefe, General Alexandre Henriques Vieira Leal, fez um retrospecto do trabalho da Missão e sugeriu que seus dias estavam contados. Depois de afirmar que, em seus primeiros anos, os cursos da Escola de Estado-Maior tinham sido ministrados "mais metodicamente" do que no presente, enumerou diversas falhas: Estratégia e História Militar passaram de 24 aulas, em 1920, para uma, em 1928; enquanto a tática de infantaria jamais seguira uma orientação lógica, o currículo mudava todos os anos; Cartografia não era mais ensinada desde 1924; Transporte Militar, Mobilização e Aviação haviam sido abandonados ou tratados em duas ou três sessões por ano. As irregularidades eram tantas que propôs a criação do cargo de inspetor de instrução. Numa nota mais leve, mas obviamente ir-

ritada, discordava do fato de que vários oficiais estendiam demais suas licenças, bi-anuais e remuneradas, na França. Num caso recente, certo oficial permanecera seis meses e meio em licença, em lugar dos quatro meses regulamentares. O General Vieira Leal afirmou que já era tempo de se pensar em terminar o contrato.³⁰ Assim, no final da década de 20, o Estado-Maior estava disposto a uma mudança.

Nesse ínterim, os norte-americanos vinham expandindo seu contato com o Exército. Já que os franceses dominavam o sistema escolar e as armas base e de apoio ao combate, os norte-americanos começaram a se infiltrar dentro da área dos serviços. Em 1925, o Diretor do Serviço de Saúde do Exército, impressionado com a organização hospitalar norte-americana, com a eficiência dos serviços médicos durante a guerra e particularmente com o controle das doenças venéreas na Força Terrestre dos EUA, procurou o adido militar daquele país para arranjar uma visita às instalações militares norte-americanas. Recomendando que Washington enviasse um convite, Harry W. Brown, o funcionário que era o braço direito do adido, disse que "seria uma oportunidade de fortalecer nossa influência e oferecer assistência a uma nação amiga, que nunca deixara de apreciar devidamente tais cortesias".³¹ No ano seguinte, o Exército enviou dois capitães para estudar os métodos norte-americanos de fabricação de pólvora. Embora a viagem não tivesse sido arranjada através dos ca-

nais oficiais, a Diretoria de Material Bélico conseguiu que eles visitassem arsenais, exibiu e forneceu "especificações" para a fabricação de pólvora sem fumaça.³²

Em julho de 1928, o Tenente James Doolittle fez uma demonstração no Campo dos Afonsos, à qual o General Spire, chefe da Missão Francesa, chamou de "a mais fantástica exibição de perícia de vôo" que ele já assistira. Doolittle convenceu os pilotos do Exército Brasileiro de que um avião treinado pelo Exército norte-americano era um avião "par excellence" e que a aeronave "Curtis Hawk" era o avião de caça mais bem projetado e construído do mundo. O adido militar começou a receber pedidos de oficiais que queriam frequentar as escolas de aviação do Exército norte-americano. O Ministro da Guerra recusava os convites norte-americanos anteriores (o último em 1923) porque não desejava introduzir doutrinas que pudessem competir com a francesa, mas agora o adido militar, Major Lester Baker, notava que a influência da Missão Francesa não era mais "tão forte" e pedia instruções ao Departamento da Guerra. Este respondeu que era favorável "à admissão de oficiais de todos os países latino-americanos em nossas escolas e organizações militares". Como o Ministro da Guerra brasileiro tinha recusado os convites anteriores, um convite formal não "seria feito novamente", mas "uma solicitação recebida do governo brasileiro para o envio desses oficiais a nossas escolas e organizações, seria agradavelmente recebida" e influiria

favoravelmente. Mais adiante, as instruções diziam: "Concordamos em que o contato com nossas escolas e nossos oficiais-alunos seria de grande interesse para os oficiais brasileiros e para as relações entre nossos respectivos governos".³³

Os norte-americanos eram sensíveis à importância de ter oficiais estrangeiros estagiando nos Estados Unidos. "De fato", dizia um, "considero um dos melhores métodos de propaganda." Antes da Primeira Guerra Mundial, os oficiais brasileiros que tinham sido enviados à França, Alemanha e Estados Unidos voltaram admiradores ardentes dos países onde estagiaram.³⁴ E agora, quando alguns aviadores do Exército Brasileiro se mostravam insatisfeitos com a Missão Francesa e queriam receber instrução e equipamento norte-americanos, os Estados Unidos se dispuseram a assegurar essa oportunidade. O Major Lester Baker envolveu-se discretamente numa espionagem e conseguiu cópia do contrato secreto franco-brasileiro, para ter informações exatas dos termos de renovação do subcontrato da seção de aviação, renovado a cada dois anos, em vez de quatro, como era a renovação do contrato da Missão. Advertiu o Departamento da Guerra de que o governo brasileiro se sentia na obrigação moral de não contratar qualquer missão militar estrangeira, a não ser técnicos para fábricas de material bélico, arsenais e serviços geográficos.³⁵

O incentivo à criação de elos mais estreitos entre os dois exércitos parece ter partido, de um lado,

dos oficiais brasileiros interessados em treinamento especializado e daqueles oficiais insatisfeitos com o armamento francês e, de outro, de oficiais norte-americanos convencidos da importância do Brasil para a defesa do hemisfério e de seu potencial como mercado para os Estados Unidos. Inicialmente, o Embaixador Morgan não estimulou a substituição dos franceses pelos norte-americanos e os oficiais e os diplomatas norte-americanos compreenderam que "a França se ofenderia mortalmente com a penetração norte-americana no Exército Brasileiro".³⁶

Apesar das declarações contidas nos relatórios oficiais brasileiros citados acima, publicamente os militares brasileiros geralmente exprimiam satisfação com a qualidade da instrução militar francesa. As reclamações permanentes eram sobre o empenho francês em se desfazer de material produzido na França. As críticas afirmavam que os critérios do chefe da Missão eram de que o material fosse francês, não interessando se atendia melhor ou não as necessidades do Exército. Entretanto, em meados de 1930, havia indicações pelos comentários de jornais de que crescia a insatisfação de alguns oficiais também com a qualidade da própria instrução. Um deles, escrevendo em O Jornal (Rio), como "observador militar", considerou antiquados os métodos adotados na Escola Militar do Realengo e inadequado para formar oficiais eficientes. Os franceses haviam planejado o desenvolvimento do curso e supervisionavam o programa de instrução, por-

tanto, essas críticas redundaram na condenação do trabalho da Missão. A crítica esperava que o presidente eleito, Júlio Prestes, tivesse adquirido algumas idéias reformistas durante sua recente visita a West Point.³⁷

A Revolução de 1930 eliminou aquela possibilidade; não obstante, a mudança estava para acontecer. Os tenentes, que vinham lutando contra o Exército orientado pelos franceses desde 1924, desejavam rescindir o contrato da Missão, ao passo que os oficiais do Estado-Maior queriam reduzir seu papel; sua sobrevivência deveu-se às circunstâncias especiais de 1931. A Missão Naval dos Estados Unidos, que estava certa de ter seu contrato renovado em novembro de 1930, caiu repentinamente em desgraça, quando o governo Hoover se recusou a reconhecer a beligerância das forças revolucionárias. Isto forneceu aos opositores dos franceses a oportunidade de pedir a retirada de todos os conselheiros estrangeiros. Mas mesmo os revolucionários freqüentemente consideravam que não eram inteiramente livres para fazer o que desejavam. Puseram fim à Missão Naval Norte-Americana para demonstrar seu descontentamento com os Estados Unidos, mas a Missão Francesa era outro assunto. O contrato não poderia ser desfeito antes de setembro de 1931, a menos que o governo pagasse a uma indenização correspondente a um ano de salários e licença, mais os custos de passagens e transporte marítimo; um dispêndio que o governo provisório, em má situação financeira, decidiu

evitar. Além disso, o Itamarati considerou que a renovação do contrato poderia ser apresentada como um incentivo para que Paris renovasse o tratado comercial entre os dois países, cujo prazo também expiraria em setembro de 1931, que os franceses estavam dispostos a deixar caducar. Aparentemente, o governo Vargas concluiu que a continuação da Missão Militar era o preço que teria que pagar para preservar o acesso competitivo do café brasileiro ao mercado francês. Entretanto, o contrato para 1931 reduziu a Missão, de cerca de 70 homens para seis e extinguiu a seção de aviação, apaziguando, dessa forma, os críticos. O novo chefe da Missão, General Huntzinger, depois de vários meses de dedicação, melhorou suas relações com os brasileiros.³⁸

Em julho de 1932, a tensão resultante da revolução e suas consequências conduziu a uma rebelião de larga escala em São Paulo, com oficiais treinados por alemães e franceses em ambos os lados. A Força Pública, naturalmente tinha sido treinada pelos franceses, enquanto que os comandantes constitucionistas, General Bertoldo Klingher e Coronel Euclides de Figueiredo, haviam estagiado na Alemanha e introduzido métodos alemães no Exército. Sua derrota para as forças comandadas pelo General Pedro de Góis Monteiro, aluno brilhante da Missão Francesa, não pode ser atribuída à força ou fraqueza de cada uma das influências. Mas a revolução paulista revelou as deficiências de combate do Exército. A crítica de Tasso Fra-

goso, de quatro anos antes, de que a divisão de infantaria era pesada demais e impossível de manobrar, demonstrou-se correta. E a companhia de carros de combate, que poderia ter aberto brechas rapidamente nas linhas paulistas, fora extinta em fevereiro de 1932, porque os blindados franceses apresentaram tantos defeitos que estavam todos imprestáveis.³⁹ A precariedade do sistema de suprimento do Exército e a crucial importância da aviação tinham sido amplamente demonstradas.

Durante a luta, o governo Vargas adquirira 137 aeronaves militares e comerciais da "United Aircraft" e da "Waco", na maior compra de material bélico efetuada desde os dois encouraçados, em 1910; a aquisição significava a rejeição do material francês. Em abril de 1933, o governo enviou uma delegação de seis aviadores aos Estados Unidos para que recebessem o indispensável treinamento técnico, a fim de utilizar e conservar adequadamente os aviões. Estavam ansiosos para conhecer a organização de terra norte-americana, o funcionamento dos esquadrões e grupos, além de ver o mais moderno equipamento aéreo militar. O adido militar sentiu a oportunidade "de fortalecer a posição... dos fabricantes de aviões, norte-americanos, cujo longo esforço para quebrar o monopólio francês tinha sido finalmente coroado de êxito". Enfatizou que os brasileiros eram normalmente mais interessados na qualidade do equipamento do que no seu preço. Pensou que se a aviação do Exército adotasse uma po-

lítica de "estimular esses oficiais brasileiros a inspecionarem o equipamento e aprenderem nossos métodos de instrução, isso traria futuros dividendos para o país".⁴⁰

Representantes de homens de negócios norte-americanos foram estimulados e envolvidos numa recepção adequada aos oficiais. Uma carta circular insistia em que o Departamento de Guerra auxiliasse "materialmente na promoção do equipamento da Força Aérea Norte-americana (cic)", argumentando que "mil e uma coisas feitas oficial ou semi-oficialmente impressionariam os brasileiros, a fim de que nenhuma encomenda futura fosse desviada para a Europa.

... Sei o que teria feito a Força Aérea inglesa ou a francesa ou a italiana, se estes homens tivessem ido para aqueles países. Certamente, nosso Exército não faria menos. *Não há outro povo no mundo com quem a cortesia e o tratamento amigável consigam tanto como com os brasileiros.* Nós temos tudo para dar-lhes isto; assim, deixem-nos fazer um bom trabalho enquanto temos oportunidade... Está mais do que na hora de pararmos de andar com cautela, devemos atacar a Europa do mesmo modo que ela nos ataca. Isso mesmo!"⁴¹

A visita teve resultado paradoxais. Os Estados Unidos enfrentavam a depressão. Muitos oficiais aviadores integravam o "Civilian Conservation Corps" (CCC) e assim havia pouca atividade e praticamente nenhum treinamento nas principais bases aéreas. A "Air

Corps Tactical School" encerrara suas atividades escolares, impedindo os brasileiros de a verem em funcionamento. Além disso, suas visitas às instalações da "Curtis-Wright", "Hartin", "Fairchild", "United" e "Waco" restringira-se a poucos dias para cada uma. Isto fez com que vários oficiais retornassem ao Brasil se queixando de que os norte-americanos não lhes tinham dado tempo suficiente para aprender qualquer coisa importante. Muitos deles começaram a fazer propaganda do material europeu. As queixas desorientaram o Estado-Maior do Exército norte-americano, porque seus membros haviam discutido o programa da visita com representantes brasileiros e tinham ficado com a impressão de que os arranjos eram satisfatórios. Ademais, o secretário da Embaixada Brasileira dissera ao oficial de ligação do Exército que o Major Plínio R. de Oliveira expressara seu prazer pela atenção do Exército, declarando que fora tratado "como um rei" em todos os lugares onde estivera.⁴²

Durante os anos de 1932 e 1933 pode ser que os brasileiros se tenham voltado para os Estados Unidos por não terem chegado a um acordo nas transações comerciais com os franceses, ficando estas paralisadas. Uma vez tendo chegado a um acordo, em meados de 1934, os franceses iniciaram uma campanha para reconquistar o mercado brasileiro, convidando o Ministro da Guerra a enviar sete aviadores brasileiros à França para treinamento, e concedendo a "Legião de Honra" a 12 influentes oficiais, in-

clusive ao Ministro da Guerra, General Góis Monteiro, ao Chefe do Estado-Maior do Exército, General Benedito Olímpio da Silveira e ao Comandante da Aviação Militar, General Eurico Gaspar Dutra. O secretário do adido militar norte-americano, Harry W. Brown, comentou que as condecorações "foram concedidas por relevantes serviços prestados à França", não sendo especificado se esses serviços eram passados ou futuros.⁴³

Assim que os sete oficiais embarcaram para a França, e dois outros, inclusive um integrante do grupo enviado aos Estados Unidos, seguiram para a Itália, o Embaixador Morgan expressou a opinião de que o governo dos Estados Unidos deveria estimular visitas de militares. A política norte-americana ainda exigia que a iniciativa partisse do governo dos visitantes, e não concedia verbas especiais para cobrir gastos de passagem ou estada de militares estrangeiros. Enquanto os europeus faziam "um esforço declarado e determinado para monopolizar as encomendas brasileiras", a política norte-americana não "visava auxiliar os exportadores norte-americanos a competir com os europeus". Brown julgava "duvidoso que os aviões norte-americanos pudessem assegurar vantagem apenas por suas próprias características. Sugeriu que pilotos e mecânicos brasileiros fossem convidados a visitar fábricas norte-americanas, para realizar um treinamento intensivo.⁴⁴

Esta tornou-se a política do Departamento de Estado e do Estado-Maior do Exército, mas não foi

prontamente aceita por todos os setores do Exército. Em 1934, por insistência do Departamento do Estado, o "Air Corps Training Center" concordou em receber dois aviadores brasileiros — Capitão Nelson Lavanère-Wanderley e Capitão José Cândido Murici.⁴⁵

Não obstante, as várias escolas de treinamento freqüentemente recusavam estudantes estrangeiros, porque a experiência demonstrara que, na maioria dos casos, "seu inglês era tão insuficiente que acabava por atrasar o resto da turma". O oficial de ligação com os estrangeiros explicou que "a admissão de oficiais estrangeiros em nossas escolas não tem o propósito de educar militares de um governo estrangeiro, mas simplesmente de demonstrar nossa cortesia e amizade à nação em questão".⁴⁶

A documentação arquivada no órgão de informações do Exército revela o tratamento preferencial dado ao Brasil. Em grande parte, isso se deve ao interesse do Departamento do Estado em estreitar relações com o Brasil e, particularmente na área militar, aos brasileiros terem contratado uma pequena missão para treinar seu pessoal de artilharia de costa, em 1934. As "relações atuais, extremamente amigáveis", inspiraram Summer Welles a interceder com sucesso para que dois oficiais brasileiros de comunicações visitassem a Escola de Comunicações do Exército e a fábrica da "General Electric" em Schenectady, Nova Iorque, a fim de auxiliar o projeto do Exército Brasileiro de instalar uma fábrica de material de comunicações.⁴⁷

Até mesmo o comandante da Escola de Artilharia de Costa, em Forte Monroe, teve de ser pressionado antes que concordasse em abrir uma exceção no regulamento, que proibia a admissão de estudantes estrangeiros. Começando em 1934, muitos pedidos estrangeiros foram negados, porque a maior parte dos países estava negando permissão para que militares norte-americanos freqüentassem suas escolas ou visitassem instalações de artilharia de costa. A exceção foi feita "em favor do Brasil... apenas porque temos uma missão de artilharia de costa lá, e a admissão em nossas escolas pode ser entendida como uma continuação do curso ministrado no Brasil".⁴⁸

Uma situação parecida, no caso de um oficial de Engenharia que desejava freqüentar a escola de Engenharia, em Forte Belvoir, Virgínia, e visitar defesas portuárias, mostrou a independência das subdivisões do Exército norte-americano e a dificuldade de se desenvolver uma política unificada. Inicialmente, o Diretor de Engenharia do Exército dos EUA indeferiu os dois pedidos. O adido militar Sackville enviou um veemente pedido de reconsideração, informando que, desde a chegada da missão norte-americana, ele era o único adido estrangeiro que tivera permissão para visitar as defesas de costa e arsenais por todo o Brasil. Esta negativa ajudaria os franceses, com quem os norte-americanos estavam competindo. O chefe do do Serviço de Informações brasileiro, que "pertence, dentro do Exército, ao grupo favorável a re-

lações militares mais estreitas com os Estados Unidos do que com a Europa", estava bastante desapontado. Por causa das conseqüências funestas que adviriam de sua decisão, o Diretor de Engenharia voltou atrás.⁴⁹

Em novembro de 1935, parecia que um consenso estava formado em, pelo menos, algumas seções do Departamento da Guerra e que, "do ponto de vista diplomático, é extremamente desejável que se assegurem todos os privilégios adequados ao governo brasileiro, já que o Brasil é o nosso amigo mais confiável na América Latina". Uma discussão sobre porque os oficiais brasileiros deveriam ser autorizados a freqüentar o curso de artilharia de costa acabou com a seguinte observação:

"A luta entre as nações por prestígio no Brasil é intensa e alguns países europeus estão prontos para assegurar seus privilégios de treinamento tanto quanto outros, que estão fora de nosso alcance. O Brasil é o melhor amigo dos Estados Unidos na América do Sul, e acreditamos que qualquer esforço, não contrário aos nossos próprios interesses, deverá ser feito para conservar esta amizade".⁵⁰

Em 1936, a aviação do Exército Norte-Americano restringira o treinamento de oficiais estrangeiros, devido a escassez de aeronaves, mas, mesmo assim, seu comandante abriu uma exceção no caso do Brasil, "entendendo que esta exceção não seria vista como um precedente, quando fossem considerados os pedidos de outros países

para treinamento de vôo.⁵¹ Um dos fatores que levou a aviação do Exército a tomar essa atitude foi o bom desempenho dos Capitães Lavanère-Wanderley e Murici.

Do ponto de vista brasileiro, a qualidade do equipamento norte-americano e a disposição de auxiliar o desenvolvimento da indústria aeronáutica brasileira eram considerações importantes. O Major Ivan Carpenter Ferreira, que Tasso Fragoso enviara à França para estudar três anos na "École Supérieure de Aeronautica", classificou o equipamento francês vendido ao Brasil de material obsoleto e imprestável. Ele e outros aviadores do Exército Brasileiro aprovaram o equipamento norte-americano, porque gostaram dos hidro-aviões fabricados nos Estados Unidos e do alto grau de padronização da construção de aviões e motores norte-americano. Por exemplo, praticamente todos os motores norte-americanos utilizavam o mesmo tipo de magneto (ímã), enquanto as fuselagens, asas e suportes eram feitos de tubos de duralumínio, o que facilitava a substituição por peças brasileiras. O Major Carpenter Ferreira insistia tanto na importância da qualidade que, depois de conversar com ele, o representante da aviação do Exército na Glen L. Martin Co., em Baltimore, recomendou ao Diretor de Aviação que:

"É extremamente importante, para a defesa nacional, que as fábricas norte-americanas de aviões não cometam os mesmos erros dos franceses; em outras palavras, o material fornecido ao

exterior tem que ser de primeira classe e de um grau comparável àquele fornecido às forças norte-americanas".⁵²

A disposição norte-americana de auxiliar os brasileiros na instalação de uma fábrica de aviões e na obtenção de conhecimentos em engenharia aeronáutica, em instituições como o "Massachusetts Institute of Technology", inclinaram os aviadores brasileiros favoravelmente para os Estados Unidos.

O alto comando brasileiro estava encantado com a missão de artilharia de costa norte-americana. A artilharia de costa brasileira aparentemente recebera uma instrução muito precária ou inexistente dos franceses, mesmo sendo isto crucial para a defesa nacional. Chegando em maio de 1934, a missão de dois homens enfatizou a instrução prática com as baterias de artilharia existentes, levantamento das possibilidades de fabricação local e exercícios de tiro contra alvo móvel. Inacreditavelmente, o Exército nunca tentara realizar um exercício de tiro com alvos móveis, porque não possuía mecanismos de controle de tiro apropriados. O alto preço dos sistemas de direção de tiro supostamente tinham impedido sua aquisição. Entretanto, por que o custo era um fator negativo nesse caso, quando era aparentemente ignorado em outros, é difícil explicar. O Capitão William D. Hohenthal conquistou a admiração dos brasileiros ao projetar e construir um sistema que poderia ser fabricado no Brasil. A realização de "escolas de fogo" tornou-se rotina do treinamento. Ambos os

exércitos estavam satisfeitos com os resultados da missão; o General-de-Brigada José Pessoa Cavalcânti de Albuquerque, Inspetor de Artilharia de Costa, comentou em seu relatório de 1936 que os membros da missão jamais demonstraram outro interesse que não o de transmitir seus conhecimentos. Entenderam, disse ele, que "instruir e armar o Brasil é fortificar um país aliado ao seu pela amizade e pela geografia". Os norte-americanos encaravam a missão como um motivo de glória para o Exército deles, mas admitiam honestamente que, embora a artilharia de costa brasileira tivesse feito "tremendos progressos em eficiência", ainda "levaria um longo tempo antes de atingir satisfatoriamente os padrões dos Estados Unidos".⁵³

Deve ser mencionado também que, em 1936, os oficiais norte-americanos estavam dividindo seu tempo entre o Centro de Instrução de Artilharia de Costa, na Fortaleza de São João, e a Escola Técnica do Exército, cujos diplomados estavam forçando as fundações da indústria bélica brasileira.⁵⁴ Com estes esforços diversificados, os norte-americanos forneceram não apenas transferência de conhecimentos (Know-how), mas também uma transferência fundamental de habilidade para resolver problemas (know-why). Eles não estavam tão preocupados quanto os franceses em convencer os brasileiros a comprar material norte-americano; provavelmente, pressupunham que isto se seguiria com naturalidade.

A disputa franco-americana continuou durante toda a metade da

década de 1930. Habitualmente, as duas missões não se convidavam para exercícios ou demonstrações. Os documentos norte-americanos não indicam a existência de hostilidade, mas de competição com sua velha aliada. Os brasileiros continuavam a prática, iniciada por Tasso Fragoso, de enviar seus melhores oficiais para estudar na França, na "Ecole Supérieure de Guerre". Na verdade, tornou-se hábito premiar dessa forma o oficial diplomado em primeiro lugar na Escola de Estado-Maior. Muitos desses homens atingiram o generalato e poderiam exercer grande influência no Exército. Por exemplo, foram os seguintes os escolhidos em 1936: Major Nestor Penha Brasil, Capitão Humberto de Alencar Castelo Branco, Major Altair Eugênio Rosanyi e Major Henrique B. D. Teixeira Lott.⁵⁵ Dos quatro, apenas Rosanyi não conseguiu as insígnias de general. Por outro lado, em meados da década de 30, a geração de oficiais que amadureceu antes da chegada dos franceses, em 1920, desaparecia rapidamente, e ia sendo substituída por outra, acostumada a encarar a presença dos franceses como um dado normal na vida do Exército Brasileiro. Uma amostra daqueles que foram, instruídos pelos franceses desde tenentes ou capitães, inclui os generais — que atingiram o generalato entre as décadas de 1930 e 1940 — Pedro Aurélio de Góis Monteiro, Eurico Dutra, Canrobert Pereira da Costa, João Batista Mascarenhas de Moraes e Arnaldo de Souza Paes de Andrade. Os três primeiros chega-

ram a Ministro da Guerra, o quarto comandou a FEB, e o último foi Chefe do Estado-Maior.

Por volta de 1937, os franceses não apenas haviam treinado todos os oficiais que serviam no Estado-Maior de então, como aqueles que ali serviriam na maior parte da década seguinte. O mesmo pode ser dito a respeito da maioria dos oficiais de armas que constituíram a FEB. Como vimos acima, a influência norte-americana se iniciou pelos serviços técnicos e se espalhou gradualmente a partir daí. Em muitos aspectos, a influência norte-americana, antes da Segunda Guerra Mundial, pode ser comparada à alemã, porque era de natureza técnica, tinha um enfoque mais individual do que organizacional e deixava aos brasileiros a aplicação das habilidades e conhecimentos adquiridos. Deve-se notar ainda que, antes da guerra, o Exército norte-americano não estava tão ativamente empenhado na exportação de conhecimentos militares quanto o Exército francês. Além de criar exércitos em suas colônias africanas e asiáticas, os franceses possuíam missões militares na Polônia e na Tchecoslováquia. Para o Exército norte-americano, o caso brasileiro era único.

INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA

Embora o Exército Norte-Americano estivesse certamente alertado para a importância diplomática das relações com o Brasil, esta consciência não conduziu, antes de 1939, a um programa em larga es-

cala de tentativas de influenciar os brasileiros. Em lugar disso, durante toda a década de 1930, a iniciativa de solicitar matrículas em cursos, informações e armamento partiu do Brasil. Os documentos do Exército Norte-Americano projetam a imagem de um número relativamente pequeno de oficiais advogando, diante do restante do Exército, o atendimento às solicitações brasileiras e o estreitamento dos vínculos com o Brasil.

É possível que a enorme encomenda de armas que o Exército Brasileiro fez à Alemanha em 1938 e o "flerte" com o "Eixo", de 1938 a 1940, tenham desviado a atenção dos historiadores, inclusive a minha, de tendências mais profundas, menos transitórias. Em março de 1935, Osvaldo Aranha, então embaixador em Washington, escrevia ao Presidente que "nossa situação internacional, Getúlio, não comporta vacilações nem alternativas. . . A Europa é uma ameaça para si mesma e para o mundo. . . Não temos nesse continente um país amigo, capaz de nos ajudar, e sabemos de vários capazes de tudo fazer pelos nossos possíveis inimigos. . . Os países indo-espanhóis são nossos inimigos naturais. . . A simpatia do povo norte-americano por nós decorre da hostilidade indo-espanhola a ele". Mas a renúncia ao imperialismo e o surgimento da Política de Boa Vizinhaça reduziram a necessidade do tradicional apoio do Brasil aos Estados Unidos em seus conflitos com a América espanhola e, conseqüentemente, Washington colocou o Brasil em pé de igualdade com os

outros países de hemisfério. Os argentinos procuravam estreitar os laços através da Marinha e um contrato para uma missão na Marinha argentina parecia possível. Aranha advertiu de que "temos de evitar isso, custe o que custar". Se o Brasil não estava caminhando para uma guerra com a Argentina, "caminharemos para o predomínio arrogante dessa gente. . . A boa vontade conosco aqui ainda é imensa. E, creio, ainda estamos em tempo de conservar esse país ligado a nós". Afirmou que deveriam evitar a vassalagem do passado e procurar um relacionamento no qual "podemos contar com este país em qualquer eventualidade. . ."

Para este fim, Aranha recomendava a solicitação de uma nova missão naval e o envio de um adido militar ou naval para Washington ("Não há país que não tenha aqui Adido Militar."). Dizia ainda que o governo brasileiro deveria parar de enviar "turistas" militares; que não falavam inglês e vagavam inutilmente pelas fábricas, outros que se envolviam em "espionagem disfarçada", ou ainda oficiais que eram repentinamente chamados de volta ao Brasil antes do término de seus cursos — nos quais os brasileiros eram os únicos estrangeiros admitidos. Se não agissem, advertiu a Getúlio, os norte-americanos se voltariam para "países mais organizados e mais sérios".⁵⁶

No final de 1936, Góis Monteiro redigiu uma avaliação da situação estratégica do Brasil, onde previa que, na eventualidade de uma guerra mundial, o país não seria capaz de manter sua neutralidade

e teria que se aliar a um dos grupos em disputa. E, sem material para uma mobilização total, o Brasil perderia sua "liberdade de manobra política e militar" e seria reduzido a uma "lamentável dependência" na qual forneceria potencial humano que somente os Estados Unidos seriam capazes de armar".⁵⁷

Medo da Argentina, necessidade de armamento e um desejo de tratar com os Estados Unidos em bases mais iguais, combinados com a difícil situação financeira conduziram o Exército a encomendar seu equipamento pesado na Alemanha. O assunto já foi estudado em outro lugar e quero apenas enfatizar aqui a decisão de comprar armamento alemão estava muito mais ligada à defesa do interesse nacional do que a um apoio ao nazismo, havendo uma relação estreita entre a sustentação do Estado Novo e a necessidade de armamento.⁵⁸

Da mesma forma que em 1914, a decisão de comprar na Alemanha revelou-se um erro. Embora estivesse preocupado com a fragilidade de uma linha de suprimento para a Europa, o Estado-Maior do Exército subestimou a rapidez com que a guerra eclodiu e a determinação dos aliados de bloquear as exportações alemãs. Isto tudo, combinado com a preocupação estratégica do Exército em relação à Argentina, não deixou alternativa senão confiar nos Estados Unidos. Mesmo se as armas alemãs tivessem chegado, o movimento pró-aliança com os Estados Unidos teria continuado.

Em 1938 e 1940, a diplomacia brasileira procurou obter benefícios máximos para o Brasil. É difícil imaginar Vargas fazendo uma aliança de seu país com Adolf Hitler. Numa mensagem a Roosevelt, de janeiro de 1937, Vargas vinculou "os interesses vitais" do Brasil à segurança dos Estados Unidos e sugeriu a discussão de uma cooperação militar e naval, incluindo a construção de uma base naval.⁵⁹ Vargas se dirigiu à Alemanha para comprar armamento depois que os Estados Unidos deixaram de responder adequadamente e cederem à pressão argentina, não vendendo destróiers ao Brasil. É significativo que, depois que Washington se comprometeu a apoiar o Brasil, em setembro de 1940 (Volta Redonda etc.), Vargas seguiu o exemplo, aprovando secretamente a construção de uma base aérea no Nordeste do Brasil, em janeiro de 1941.

Nesse meio-tempo, as relações entre os dois exércitos se tornaram cada vez mais estreitas, especialmente em áreas altamente técnicas. Embora houvesse, nas palavras do adido militar norte-americano, "duas escolas de pensamento conflitantes dentro da Aviação do Exército Brasileiro uma pró-europeia e outra pró-americana" — o treinamento e a deferência concedidos aos oficiais brasileiros despertaram uma indiscutível simpatia no sentido de se promover a organização da Força Aérea segundo o modelo americano.⁶⁰ O primeiro adido militar brasileiro nos Estados Unidos, Major José Bina Machado, afirmou que um de seus

principais objetivos era trazer oficiais brasileiros para freqüentar as escolas do Exército Norte-Americano.⁶¹ E, mesmo em outros países, oficiais brasileiros procuraram cooperar com oficiais norte-americanos, como no caso do Major José de Lima Figueiredo que, designado como observador militar no Japão, tomou a si a responsabilidade de manter contatos estreitos e cordiais com o adido norte-americano.⁶²

Este tipo de cooperação foi reforçado pela troca de visitas entre os Chefes de Estado-Maior, George Marshall e Góis Monteiro, em meados de 1939. É bastante significativo que, a primeira vez que um Chefe de Estado-Maior norte-americano viajou ao exterior em missão oficial, fora para visitar o Exército Brasileiro. No início de agosto de 1939, Góis Monteiro voltou ao Rio de Janeiro com as bases de um acordo de cooperação militar, que levou quase três anos para ser assinado, principalmente por causa da lentidão norte-americana em fornecer armamento. Góis ficou impressionado com a visita às instalações militares norte-americanas, mas o Exército não lhe pareceu pronto para a guerra. O sentimento isolacionista impediu o Congresso de votar uma legislação que permitisse a assistência militar. Nesse período incerto, Góis considerou que o Brasil não deveria hostilizar a Alemanha.⁶³

Nesse ínterim, os militares norte-americanos empenharam-se na preservação de boas relações. Forneceram especificações de equipamentos programas para treinamen-

to de bombardeadores, projetos e documentos sobre fortificações norte-americanas, além de enviarem "fortalezas voadoras" ao Rio para o cinquentenário da República.⁶⁴ Embora os órgãos de informações norte-americanos se preocupassem com a reputação de pró-nazista do General Dutra e com a tendência germanófila existente no seio da oficialidade, no início de 1940, Dutra compreendeu que a guerra acabara com as possibilidades de se obter armas na Alemanha e que "nós só poderemos contar com a indústria norte-americana" para satisfazer a "velha aspiração" de conseguir armamento suficiente para defender o país. Sondou os principais generais sobre uma política de cooperação militar estreita com os Estados Unidos e descobriu que todos eram favoráveis.⁶⁵

Uma consulta do Diretor de Material Bélico sobre a possibilidade de enviar oficiais aos Estados Unidos, para estudar processos de fabricação nos arsenais e métodos adotados nos campos de prova, levou o chefe da missão norte-americana, Tenente-Coronel Lehman W. Miller, a recomendar ao governo dos Estados Unidos que convidasse o Brasil a enviar alguns oficiais para se aperfeiçoarem naquele país. "Durante vários anos de serviço no Brasil", ele escreveu, "tenho observado que boa parte da antipatia que existe no Exército Brasileiro em relação aos métodos e materiais norte-americanos tem origem no grupo de oficiais que estiveram em serviço na Europa." Notando que havia maior

oposição no Exército que na Marinha ou entre civis, a uma total cooperação militar, e que a atitude favorável da Marinha era devida aos oficiais que tinham servido em navios norte-americanos durante a Primeira Guerra, ele acreditava que "um dos mais eficazes métodos de cultivo de melhores relações entre os exércitos. . . seria permitir que um seletto grupo de oficiais brasileiros servissem um ano ou mais no nosso Exército. . . Os resultados positivos poderiam não ser imediatos, mas seriam de longo alcance". Se essa política fosse adotada, ele chamava a atenção para que "os pormenores fossem estudados com muito cuidado para garantir que esses oficiais retornassem ao Brasil com impressões, pelo menos, tão favoráveis a nós, como são as dos oficiais que voltam da Europa em relação aos métodos totalitários".⁶⁶

Em consequência disso, Marshall modificou a política do Exército — a que os governos estrangeiros tomassem a iniciativa de solicitar matrícula de pessoal em escolas militares norte-americanas — e convidou o Ministro Dutra a enviar oficiais aos Estados Unidos. Afastando-se mais ainda de práticas passadas, a maior parte desse grupo iria freqüentar escolas das armas. Pela primeira vez os norte-americanos se introduziam em áreas antes dominadas pelos franceses. É útil lembrar que isto aconteceu depois da retirada da Missão Francesa do Brasil e depois da queda da França. Os norte-americanos chegaram até mesmo a instalar seções brasileiras especiais em Forte

Benning (Escola de Infantaria), Sill (Escola de Artilharia de Campanha) e Monroe (Escola de Artilharia de Costa).⁶⁷ Além disso, o governo dos Estados Unidos pagou os custos de transporte e concedeu a cada oficial um subsídio mensal de cem dólares para despesas. Depois de freqüentar as escolas, os oficiais deveriam servir num regimento norte-americano durante dois meses e meio. Esta foi uma das principais mudanças na atitude do Exército em relação ao Brasil e se operou a partir da crescente preocupação com a vulnerabilidade do flanco meridional dos Estados Unidos. Um relatório de informações, de janeiro de 1939, resumia a opinião do Exército sobre a situação: "O Brasil está indefeso em face de qualquer tipo de inimigo poderoso. . . e seu litoral apresenta o mais convidativo prêmio do mundo de hoje em dia (sic). . . Se algum dia tivermos problemas por causa da Doutrina Monroe, há 95% de possibilidades de que isto ocorra devido a um Brasil não defendido".⁶⁸

Por seu lado, o Exército brasileiro expandiu e melhorou o nível de sua representação nos Estados Unidos. Dutra enviou seu próprio assistente, o Tenente-Coronel Estênio Caio de Albuquerque Lima, como oficial de ligação para a aquisição de equipamentos e nomeou um general, Amaro Bittencourt, como adido militar. Ao mesmo tempo, Góis Monteiro cuidou de calar o sentimento negativo da oficialidade, declarando diante de um grande grupo de oficiais do Estado-Maior que o Brasil estava e conti-

nuaria a estar do lado dos Estados Unidos. Como relatou o adido norte-americano, Góis enfatizou que "os Estados Unidos são uma potência mundial, enquanto o Brasil é apenas uma potência continental, e assim como os Estados Unidos agem em âmbito mundial, em defesa da Democracia e da segurança das nações menores, o Brasil agirá em âmbito continental — cercando fileiras ao lado dos Estados Unidos".⁶⁹

O primeiro grupo de 16 capitães e tenentes teve um impacto imediato nas relações entre os dois exércitos. Em consequência de sua correspondência, muitos jovens oficiais brasileiros tornaram-se bastante interessados e expressaram o desejo de frequentar um daqueles cursos. É digno de nota que, dos 16, sete tenham finalmente atingido o generalato, e destes, três tenham desempenhado um papel ativo na Revolução de 1964 e na subsequente condução do Exército.⁷⁰

Em "The Brazilian-American Alliance, 1937-1945", tratei da política interna e do processo de tomada de decisões que conduziram à entrada do Brasil na guerra e à formação da FEB. Portanto, aqui vou ater-me apenas às relações entre os exércitos e suas consequências. Os oficiais norte-americanos estavam alertados para as amplas implicações que envolviam o treinamento de militares estrangeiros. Os dados de cada homem foram reunidos em uma ficha de arquivo, para uso geral e para consulta nos anos posteriores, quando "esses oficiais poderiam tornar-se os homens mais importantes de

seus países. . ." A experiência com o primeiro grupo de brasileiros foi tão positiva que o adido militar norte-americano e o chefe da missão militar recomendaram um aumento no número de convites, porque os "conseqüentes dividendos em boa vontade e amizade, entre um grupo que desempenhará importante papel em assuntos pertinentes à defesa do hemisfério, pagarão amplamente seu custo aos Estados Unidos".⁷¹ Os brasileiros receberam tratamento especial nas instalações como Forte Knox, onde algumas etapas do curso de blindados foram dirigidas especialmente para eles. E, repetidamente, em várias oportunidades, informações secretas foram colocadas à disposição deles.⁷²

Havia um consenso entre os observadores aliados de que o Exército Brasileiro necessitava de treinamento e armamentos modernos. O adido militar britânico, Tenente-Coronel Parry-Jones, comentou laconicamente que a longa permanência da Missão Francesa produziu um Exército disciplinado, com um excelente sistema de ensino, "mas o treinamento está 15 anos atrasado". O armamento lhe recordava o Exército Britânico de 1925! Havia necessidade de mais metralhadoras, morteiros, não havia canhões anticarros e existia muito poucas peças de artilharia antiaérea.⁷³

A sensação de estarem desarmados e a incapacidade norte-americana de fornecer rapidamente o armamento desejado tornaram os brasileiros cautelosos quanto às solicitações norte-americanas de co-

locar tropas nas bases aéreas do Nordeste. A confiança brasileira nos norte-americanos estava diretamente relacionada com a quantidade de armas recebidas.⁷⁴ Por outro lado, a confiança norte-americana nos brasileiros estava relacionada com a disposição de defender o Nordeste do Brasil. Os brasileiros estavam tão convencidos de que sua principal ameaça vinha da Argentina, que tinham dificuldades em aceitar os temores norte-americanos em relação ao Nordeste. Na verdade, a demora brasileira em deslocar tropas para a área e o desenrolar da guerra, que piorou bastante no final de 1941 e início de 1942, levaram o Exército norte-americano a planejar de fato uma possível ocupação forçada. O chamado Plano *Lilac* e suas variações foram detalhados a ponto de designar as unidades que participariam da ocupação e suas áreas de desembarque no Brasil.⁷⁵ Os norte-americanos não tencionavam conquistar o Brasil para eles, mas estavam determinados a impedir sua queda nas mãos do Eixo. Evidentemente, a existência do Plano *Lilac* indicava uma falta de confiança no Exército brasileiro. E o Almirante Jones Ingram pôde transmitir a Washington uma amostra do estado de espírito brasileiro em meados de 1942: "Eles estão com medo de nosso Exército. Definitivamente, não estão prontos para receber as tropas do Exército dos Estados Unidos".⁷⁶

O acordo do *Lend-Lease* para a transferência de armamento, a entrada do Brasil na guerra em agosto de 1942 e a decisão de tomar

parte ativa na luta fortaleceram as relações entre os dois exércitos e intensificaram a influência norte-americana. — Em meados de 1943, enquanto planejavam a organização da FEB, um sagaz observador norte-americano comentou que a influência francesa ainda era grande. Em cada batalhão havia pelo menos um oficial que fora instruído pelos franceses. Notou que as idéias táticas francesas de defesa e contra-ataque, mais do que a idéia de tomar a iniciativa, tinham sido incutidas no Exército Brasileiro.⁷⁷ Isto tinha de ser levado em conta no treinamento dos oficiais que serviriam na FEB. Os norte-americanos montaram um curso especial na Escola de Comando e Estado-Maior, em Forte Leavenworth, pelo qual passaram 259 oficiais brasileiros até o final da guerra; foi o maior contingente de oficiais aliados que frequentou a escola. As listas dos oficiais que frequentaram o curso parece um *who's who* do Exército de pós-guerra; por exemplo, Amauri Kruehl, Humberto de A. Castelo Branco, Henrique Lott, Juraci Magalhães, Zenóbio da Costa, Edson Figueiredo, Floriano de Lima Brainer, Aurélio de Lima Tavares e Ernesto Geisel. Esses homens voltaram ao Brasil certos de que, "do ponto de vista militar, não há segredos para nós em treinar lá".⁷⁸

O Exército do qual provinham esses oficiais não estava pronto para o tipo de combate que, em breve, enfrentaria na Itália. Entre as atitudes que teriam que mudar estava a falta de iniciativa de comando normalmente concedida a oficiais su-

balternos e graduados. Os cursos nos Estados Unidos podem ter enfatizado a importância de capitães, tenentes e sargentos nas operações táticas, mas os oficiais que receberam as lições eram então ou estavam para ser promovidos a major e tenente-coronel, portanto dispunham de pouco tempo para reformular a instrução do Exército. As verdadeiras lições viriam, dolorosamente, em combate.⁷⁹

O treinamento da FEB no Brasil foi descuidado, comparado com a preparação das divisões norte-americanas. Muitos de seus homens e unidades foram verdadeiramente instruídos na frente de combate. É irônico que as únicas tropas inteiramente treinadas pelos norte-americanos tenham sido aquelas que chegaram aos últimos escalões e nunca entraram em combate.⁸⁰

O esquadrão de caça brasileiro chegou à Itália "muito verde e inexperiente" e, após dois meses, melhorou tanto que estava se saindo tão bem quanto os esquadrões norte-americanos com experiência de dois anos de combate. O comandante do "350th Fighter Group," a quem o esquadrão brasileiro estava subordinado, comentou que os "pilotos brasileiros são muito inteligentes e bravos, e podem ser comparados favoravelmente com nossos próprios pilotos de experiência semelhante". Todas as suas operações foram baseadas em métodos norte-americanos e os resultados foram "quase iguais aos de um esquadrão dos Estados Unidos". Mais ainda, um dos objetivos primordiais do esquadrão era "dar treinamento de combate ao maior

número possível de pilotos e retornar ao Brasil para o futuro treinamento da Força Aérea Brasileira". Embora faltassem suficientes re-completamentos para seguir esta política, ela indica uma preocupação com o futuro treinamento.⁸¹

Enquanto isso, a FEB foi desmobilizada no retorno ao Brasil, apesar da objeção norte-americana, impedindo a utilização de suas unidades como unidades-escola e perdendo algumas experiências valiosas ao nível de graduados. A FEB foi a única grande-unidade do Exército Brasileiro inteiramente instruída pelos norte-americanos, e seu desaparecimento necessariamente diluiu o treinamento norte-americano pelo Exército como um todo. Depois que a guerra na Europa terminou, o Exército dos Estados Unidos decidiu não estender a aliança com o Exército Brasileiro. Na verdade, o Departamento da Guerra rejeitou sumariamente a sugestão de que os Estados Unidos deveriam ajudar o Brasil a se tornar a potência dominante na América do Sul e, em lugar disso, optou por um enfoque multilateral nas relações militares com a América Latina.⁸²

Embora tenha adotado equipamento norte-americano, feito uso extensivo dos manuais de instrução do Exército Norte-Americano e continuado a enviar pessoal aos Estados Unidos para treinamento, o Exército Brasileiro manteve sua estrutura fundamental de antes da guerra, seu sistema de recrutamento e seus processos de ensino e instrução. Apesar de ser certamente o exército mais americanizado da

América do Sul, os traços e idéias norte-americanos foram somados aos dos alemães e franceses; mais do que um substituindo os outros, os três foram aculturados no Exército Brasileiro do pós-guerra.⁸³

O período de após-guerra fuge ao propósito deste trabalho, mas algumas tendências reveladas nessa fase de nada valem. A rápida desmobilização colocou o Exército de volta à situação que precedeu a guerra, caracterizada por ser uma força de quadros, preponderantemente de oficiais. Os Estados-Maiores inflaram-se à medida que se dava ênfase crescente às suas atividades e que cursaram os estabelecimentos de ensino do Exército. Em termos de requisitos exigidos para promoção, atribuía-se maior à educação militar recebida do que ao serviço na tropa. Apesar de tentativas terem sido feitas para melhorar o sistema de recrutamento, a inexistência de centros de instrução e a exigência continuada de que os corpos de tropa incorporassem e instruísem conscritos oriundos das regiões onde se localizavam impossibilitava o Exército de absorver o número de jovens vertiginosamente crescente em idade de prestação do serviço militar. Além disso, um dos resultados da experiência bélica adquirida era a relutância em continuar a incorporar analfabetos nas fileiras devido aos conhecimentos técnicos que a guerra moderna reclamava. A despeito da propaganda contrária, os quartéis não mais eram "autênticas escolas de alfabetização".⁸³ A disciplina tornou-se menos rígida e os oficiais procuraram estabelecer contatos mais ínti-

mos com os praças, porém se isto resultava das experiências colhidas na Itália, do nível educacional mais elevado dos recrutas ou da necessidade imperiosa de encorajar o reengajamento de pessoal, já treinado é duvidoso.⁸⁴

As façanhas da FEB não despertaram entusiasmo nos brasileiros pela carreira das armas e a crescente profissionalização, aliada aos altos padrões exigidos, afetou o tradicional papel desempenhado pelo Exército de veículo de mobilidade social. O pessoal de baixo índice de escolaridade era dispensado do serviço militar e o detentor do certificado de conclusão do ensino de 2º grau não se sentia atraído pela vida militar, como as estatísticas comprovam no período de 1950 a 1965. A situação brasileira de pós-guerra contrastava enormemente com a das recém-independentes nações e com a do Brasil anterior ao conflito, onde a escassez de alternativas de profissões dera à carreira militar certa projeção.

Dois estabelecimentos de ensino que sofreram grande influência francesa e norte-americana — a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e a Escola Superior de Guerra (ESG) — ajudaram a moldar a auto-imagem do Exército e a percepção de seu papel. A ECEME, a qual preservava, pelo menos, a aura da tradição francesa, era onde a experiência de combate adquirida na Itália incorporou-se no pensamento do corpo de oficiais. Diante da experiência direta e própria, a postura defensiva estática foi rejeitada. Enquanto o

Brasil continuava a encarar a guerra como um último recurso, após a arbitragem e outros meios pacíficos terem fracassado, e a idéia de não travar guerra de conquista, a ECEME ensinava aos oficiais-alunos a raciocinar em termos de uma "defesa agressiva... por meio de ofensiva tática profunda, para destruir e conquistar território inimigos."⁸⁶ A substituição do pensamento e planejamento defensivo por uma ótica ofensiva, representou uma mudança intelectual básica. Cabe assinalar que este processo foi conduzido por Castello Branco, que estivera sujeito tanto a corrente francesa como norte-americana.

A ESG, um instituto de altos estudos nacional, foi criado em 1949, sob a orientação de veteranos da FEB e de assessores norte-americanos (até 1960), tornou-se o veículo de planejamento do futuro desenvolvimento do Brasil e preparo da liderança civil-militar que iria efetuar-lo. Instituída no período de amplo envolvimento da sociedade pelos militares, a ESG começou a reunir uma eficiente equipe de modernizadores.

As duas escolas constituíram a chave do processo de reformulação da doutrina militar brasileira no final dos anos 50. A divisão bipolar do mundo deu aos Estados Unidos da América do Norte responsabilidade pela defesa externa do continente e limitou o possível emprego extra-continental do Exército brasileiro à operação de uma força expedicionária. Da mesma forma, sua missão continental ficou restringida pela atuação de

uma força de pacificação da Organização dos Estados Americanos (OEA), que reduziu os conflitos potenciais com os vizinhos. Com a concepção vigente no Exército, de uma possível guerra futura assim limitada, seus planejadores formularam doutrinas voltadas para a defesa interna.⁸⁷

Assim, o Exército de pós-guerra tornou-se uma instituição inadequada à sua finalidade. O processo de reformulação e tentativa de ganhar a aceitação pública para a missão de defesa interna foi frustrante, o que levou tanto à sociedade como aos oficiais a questionar a razão de ser do Exército.⁸⁸ Afigura-se de mais valia especular se a profissionalização e a internacionalização dos padrões e métodos do Exército possam ter contribuído para seu afastamento da realidade nacional. Tal distanciamento, por sua vez pode ter sido um fator determinante dos oficiais forçarem o Brasil a se enquadrar no modelo teoricamente idealizado pelos militares para o país ao invés de aceitar qualquer outro que lhe fosse ditado pela nação. Talvez seja significativo que nos casos da Polônia, da Tchecoslováquia, da Turquia e até mesmo do Japão, os exércitos moldados em estereótipos alienígenas fracassaram em defender e manter as estruturas sociais e políticas, ou tornaram-se revolucionários, como no exemplo nipônico que levou a nação ao caos. Góes Monteiro estava certo quando declarou em 1935: *"Viver sob modelos estrangeiros não é viver. As idéias dos outros não são as nossas. Precisamos de soluções brasileiras."*⁸⁹

NOTAS

1. Para listas dos dois primeiros grupos, ver Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Marechal Francisco de Paula Argolo, Ministro de Estado da Guerra, em Maio de 1905, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1905, p. 17. Daqui por diante a referência a todos os relatórios será: MG, Relatório... Argolo... 1904 (o nome do ministro — o nome completo será fornecido na primeira referência — e data variarão conforme a referência. MG, Relatório... Hermes R. da Fonseca... 1909, p. 5. Estes tinham seis membros, todos listados em Relatórios, embora Estêvão Leitão de Carvalho, em "Dever Militar e Política Partidária", São Paulo, Editora Nacional, 1959, afirmasse, na página 34, que havia apenas quatro no primeiro grupo. O último grupo compreendia 22 oficiais: nove da infantaria, nove da cavalaria, quatro da artilharia e um da engenharia.
2. Ver seu Dever Militar e Política Partidária", p. 51.
3. Capitão Levert Coleman, Rio, 17 de maio de 1912. Fichário no arquivo "Coastal Defenses — Brasil", War College Division, Navy and Old Army Branch, National Archives. Daqui por diante, citados como WCD, NOAB, NA.
4. Ibid., 4 de janeiro de 1913; 31 de dezembro de 1912; 17 de abril de 1913.
5. A experiência na Primeira Guerra Mundial foi descrita em General João Cândido de Castro Júnior, "Relatório do Anno de 1935", Diretoria do Material Bélico, Rio de Janeiro, 23 de março de 1936, p. 39. Cópia em carbono do documento datilografado encontra-se no Centro de Documentação do Exército em Brasília. Daqui por diante, será citado como CDOC-EX, Brasília.
6. NG, Relatório... Caetano de Faria... 1918, pp. 34-35.
7. Coronel P. D. Lochridge (diretor do War College Division; e.i. Army Intelligence), Memorando ao Chefe do Estado-Maior (Assunto: Visita da Comissão Militar do Brasil), Washington, 22 de novembro de 1917, Arquivo 9971K-2; e Embaixador Edwin V. Morgan, Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1917, 9971K-5, e 6 de novembro de 1917, 9971K-6, todos Record Group (RG) 165, Military Intelligence Division, General Staff, War Department, National Archives. Daqui por diante, citados como MID, GS, WD, NA.
8. Joseph S. Tulchin, "The Aftermath of War, World War I and U. S. Policy Toward Latin America", Nova York, 1971, p. 36. A citação é do Secretário de Estado Charles Evans Hughes em 1924.
9. Morgan, Rio, 3 de novembro de 1917, resumido em Coronel Miller, Memo., 4 de janeiro de 1918, 4392, RG 165, War College Division, WD, NA.
10. Major F. R. McCreery ao Director of Military Intelligence (MI), Rio, 3 de janeiro de 1919, 2006-8; e H; W; Brown (Clerk) na ausência do Coronel R. H. Jordan ao Director MI, Rio, 2 de março de 1920, 2257K-5, RG 165, MID, GS, WD, NA.
11. General Maurice Gamelin e Capitão Souza Reis, "Manobras de Quadros de Exército Executada em 1920...", Rio de Janeiro, Estado-Maior do Exército, 1921. Esses treinamentos de batalha se tornaram parte do programa da Escola de Estado-Maior.
12. Capitão R. H. Jordan ao Director MI, Rio, 9 de agosto de 1920, 2006-41, RG-165, GS, WD, NA.
13. O Paiz, 5 de agosto de 1920.
14. Gabinete do adido militar ao Director MI, Rio, 9 de março de 1921, 2006-44/2, RG-165, WD, GS, NA. As provas de suborno não foram conclusivas, mas as referências nos arquivos dos setores de informação são suficientemente frequentes e apontadas para apoiar a menção dessa possibilidade. Além disso, a qualidade do equipamento francês pode ter sido exagerada por seus opositores.
15. Ibid., Major F. L. Whitley ao Subchefe do Estado-Maior, Rio, 19 de maio de 1924, 2006-77, RG-165, WD, GS, NA. Ele observou comentários de militares brasileiros de que os novos obuses de 155mm eram "pesados demais para as estradas brasileiras. E duvidoso que possam ser transportados nas condições regulamentares".
16. MG, Relatório... Dr. João Pandaiá Calógeras... 1921, pp. 37-38. Em janeiro de 1921 graduaram-se os primeiros 13 pilotos brasileiros. Entre janeiro e dezembro de 1920 houve três acidentes que

- mataram quatro aviadores. Ibid., pp. 77-79.
17. Gabinete do adido militar ao Director MI, Rio, 25 de abril de 1921, 2006-44/5, RG-165, WD, GS, NA.
18. Gabinete do adido militar ao Director MI, Rio, 9 de março de 1921, 2006-44/2, RG-165, WD, GS, NA.
19. Major F. L. Whitley, Memo: "Equipment, Brazilian Army", Rio, 9 de outubro de 1922, 2006-64/2, RG-165, WD, GS, NA.
20. Major Loster Baker, Rio, 8 de novembro de 1927, 2006-44, RG-165, WD, GS, MID, NA.
21. Augusto Tasso Fragoso, "Relatório dos Trabalhos do Estado-Maior durante o ano de 1923. . .", Rio de Janeiro, Estado-Maior do Exército, 1924, pp. 16, 40-42.
22. Os franceses chegaram em 1906, permaneceram até a deflagração da guerra em 1914 e retornaram em 1919. Heloísa Rodrigues Fernandes, Política e Segurança, Força Pública do Estado de São Paulo: "Fundamentos Histórico-Sociais", São Paulo, 1974, pp. 157-163; H. W. Brown (Ckerk), Rio, 12 de dezembro de 1925, 2006-70, RG-165, WD, GS, MID, NA. Em 1924, a Força Pública possuía um total de 14,200 soldados, o que representava quase a metade do Exército nacional, que possuía então cerca de 30 mil soldados.
23. Augusto Tasso Fragoso, "Relatório dos Trabalhos do Estado-Maior durante o ano de 1925. . . Rio de Janeiro", Estado-Maior do Exército, 1926, pp. 27-30.
24. Capitão Hugh Barclay, Memorand: "Combat Training in the Brazilian Army", Rio, 17 de dezembro de 1926, 2006-97, RG-165, WD, GS, NA.
25. Augusto Tasso Fragoso, "Relatório dos Trabalhos do Estado-Maior durante o ano de 1925. . . Rio de Janeiro", Estado-Maior do Exército, 1926, p. 9. Perto do final da década, o Francês e o Espanhol eram idiomas exigidos na Escola de Estado-Maior, e o inglês era optativo.
26. Capitão Hugh Barclay, Rio, 24 de março de 1926, 2006-90, RG-165, WD, GS, MID, NA.
27. Augusto Tasso Fragoso, "Relatório dos Trabalhos do Estado-Maior durante o ano de 1925. . . Rio de Janeiro", Estado-Maior do Exército, 1926, pp. 42-43. O relatório estava datado de setembro de 1926. Seu estudo "Reflexões sobre a situação militar do Brasil", de outubro de 1927 (datilografado, restrito) está no Centro de Documentação do Exército (CDOC-EX), em Brasília.
28. Augusto Tasso Fragoso, "Relatório dos Trabalhos do Estado-Maior durante o ano de 1927. . .", Rio de Janeiro, Estado-Maior do Exército, 1928, pp. 4-5, 17-19.
29. Ibid., pp. 47-52.
30. Alexandre Henrique Vieira Leal, "Relatório dos Trabalhos do Estado-Maior durante o ano de 1929. . .", Rio de Janeiro, Estado-Maior do Exército, 1930, pp. 45-49. Ver gráfico à p. 93 com os dados a respeito dos cursos realizados entre 1920 e 1929.
31. Tenente Júlio Schwenck (ajudante-de-ordens do General Ivo Soares) ao Capitão Hugh Barclay, Rio, 11 de novembro de 1925; Harry W. Brown (Clerk) ao Subchefe do Estado-Maior, G-2, 11 de novembro de 1925, Rio; Capitão Hugh Barclay ao Subchefe do Estado-Maior, G-2; Secretário de Estado ao Dr. Ivo Soares, Washington, N.D., todos 2257K-10, RG-165, WD, GS, MID, NA. O serviço médico brasileiro recebeu aproximadamente 670 mil dólares para a compra de material e, se o general visitasse os Estados Unidos, o dinheiro provavelmente seria gasto lá.
32. Major Aiken Simons (Military Sales Division, E.I. Dupont de Memours & Company) ao Tenente-Coronel N.E. Margetts (Foreign Liaison Officer, General Staff), Wilmington, Delaware, 21 de outubro de 1926, e correspondência do adido, 2257K-12, RG-165, WD, GS, MID, NA.
33. Major Lester Baker ao Tenente-Coronel R. H. Williams (Chief, Military Attache Section, G-2), Rio, 9 de agosto de 1928; e Williams a Baker, Washington, 1º de setembro de 1928, 2257K-15, RG-165, WD, GS, MID, NA.
34. Capitão Hugh Barclay, Memorando: "Instruction with Foreign Armies", Rio, 3 de dezembro de 1926, 2257K-13, RG-165, WD, MID, NA. Dois dos que treinaram nos Estados Unidos eram Alexandre Galvão Bueno e Marcolino Fagundes, que passaram três meses na "Coast Artillery School em Fortress Monroe. Ambos serviram também na comissão de compras

- nos Estados Unidos durante a Primeira Guerra Mundial. Galvão Bueno estava no segundo grupo, que ia à Alemanha com o mesmo fim.
35. Major Lester Baker, Momorando: "Contracts Between Brazilian and French Governments for French Military Mission", Rio, 21 de março de 1929, 2006-44, RG-165, WD, GS, MID, NA.
36. Major Lester Baker, Rio, 29 de maio de 1930, 2006-44/13, RG-165, WD, GS, MID, NA.
37. Major Lester Baker, Rio, 24 de junho de 1930, 2257K-16, RG-165, WD, GS, MID, NA.
38. Major Lester Baker, Rio, 29 de maio de 1930, 2006-44/13, e 11 de fevereiro de 1931, 2006-44/17; H. W. Brown (Clerk), Rio, 24 de agosto de 1931, 2006-44/14 e 3 de setembro de 1931, 2006-44/14; pa-
ra uma cópia do contrato, ver Baker, Rio, 21 de março de 1929, 2006-44, todos RG-165, WD, GS, MID, NA.
39. Harry W. Brown (Clerk), Rio, 1º de março de 1932, 2006-99, RG-165, WD, GS, MID, NA.
40. Major William Sackville, Rio, 28 de abril de 1933, 2257K-17, RG-165, WD, GS, MID, NA. O Exército também comprou um número pequeno, mas desconhecido, de aviões ingleses North.
41. Nicholas E. Bates (representante da DuPont no Rio) ao Major K. K. V. Casey (Director, Smokeless Powder Department, DuPont) Rio, 28 de abril de 1933, 2257K-17, RG-165, WD, GS, MID, NA. O grupo brasileiro era constituído de alguns dos melhores pilotos do país, muitos dos quais continuaram e fizeram carreiras brilhantes. Eram: Major Plínio Raulino de Oliveira (comandante), Capitão Antonio Alves Cabral, Capitão Francisco Correia de Melo, Capitão José Cândido Murici, Tenente Júlio Américo dos Reis, Tenente Nelson Lavanère-Wanderley, Tenente Joelmir de Macedo.
42. Capitão C. M. Savage (Air Liaison Officer) ao Coronel C. Burnett (Foreign Liaison Officer, G-2), Washington, 28 de junho de 1933, 2257K-17/44; Coronel C. Burnett, Memória de conversação com o Sr. Barbosa, secretário da Embaixada Brasileira, Washington, 8 de julho de 1933, 2257K-17/61, RG-165, WD, GS, MID, NA.
43. Harry W. Brown (Clerk), Rio, 7 de agosto de 1934, 2257K-19, RG-165, WD, GS, MID, NA.
44. Ibid.
45. Coronel C. Burnett a Ciro de Freitas Valle (conselheiro da embaixada brasileira), Washington, 10 de outubro de 1934, 2257K-18/24; Coronel F. H. Lincoln (Acting Chief of Division) a Douglas MacArthur (Chefe do Estado-Maior), Washington, 2 de novembro de 1934, 2257K-18/29; D. MacArthur ao secretário de Estado, Washington, 3 de novembro de 1934, 2257K-18/30, RG-165, WD, GS, MID, NA.
46. Coronel C. Burnett ao Tenente-Coronel Rodney H. Smith (Coast Arty Mission - Brasil), Washington, 19 de novembro de 1935, 2257K-20, RG-165, WD, GS, MID, NA.
47. Tenente-Coronel C. K. Nulsen ao "Executive Officer" (Office of Chief of Signal Corps), Washington, 1º de novembro de 1934, 2257K-20, RG-165, WD, GS, MID, NA.
48. Coronel C. Burnett ao Tenente-Coronel Rodney H. Smith, Washington, 19 de novembro de 1935, 2257K-18/109, RG-165, WD, GS, MID, NA.
49. Major William Sackville ao Chefe, MID, Rio, 15 de agosto de 1935, 2257K-18/76; Coronel C. Burnett a Sackville, Washington, 6 de setembro de 1935, 2257K-18/79; Coronel Warren T. Harnum (Chief, Military Division, Corps of Engineers), Washington, 7 de setembro de 1935, 2257K-18/80, RG-165, WD, GS, MID, NA.
50. General-de-Brigada H. E. Knight ao Chefe do Estado-Maior, Washington, 12 de novembro de 1935, 2257K-18/91; Coronel F. H. Lincoln (Acting Chief of MID), Washington, 15 de novembro de 1935, 2257K-18/95, RG-165, WD, GS, MID, NA.
51. Tenente-Coronel M. F. Davis (Executive, Office of Chief of Air Corps) ao Foreign Officer - G-2, Washington, 22 de outubro de 1936, 2257K-18, RG-165, WD, GS, MID, NA.
52. Capitão George W. Polk Jr. (Air Corps Rep. at Martin Co.) ao Chief of Air Corps, Baltimore, 11 de dezembro de 1935, 2257K-22/27; ver também Major William Sackville ao Chief of MID, Rio,

- 4 de setembro de 1935, 2257M-22/1, RG-165, WD, GS, MID, NA. Carpenter Ferreira era um membro de um grupo de três, encarregado de selecionar uma área para a instalação de uma fábrica de aviões. Ele visitou as companhias Curtis-Wright, Martin e Waco e conversou com oficiais no MIT. Parecia que estava cumprindo o desejo de Tasso Fragoso, ao enviá-lo à França anos antes, que era "sobretudo para no emancipar dos instrutores franceses". Augusto Tasso Fragoso, Relatório dos Trabalhos do Estado-Maior durante o ano de 1924, Rio de Janeiro, Estado-Maior do Exército, 1928, p. 50.
53. O General Pessoa foi citado em Relatório... General-de-Divisão João Gomes Ribeiro Filho ... 1936, pp. 38-39; Major Lawrence C. Mitchell (adido militar), Rio, 17 de setembro de 1936, 7600, RG-165, G-2, Arquivos Regionais, Washington Federal Records Center, Suitland, Maryland (daqui por diante, citado como G-2 Regional, WFRS-Suitland). A missão norte-americana começou com dois oficiais em 1934, aumentou para três em 1935 e para cinco em 1940.
 54. Major Lawrence C. Mitchell, Rio, 18 de novembro de 1936, 6700, RG-165, G-2, Regional, WFRS-Suitland.
 55. Major Lawrence C. Mitchell, Rio, 7 de outubro de 1936, 2257K-25/1, RG-165, WD, GS, MID, NA. Pelo menos 11 daqueles que fizeram este curso atingiram o generalato, e muitos deles estavam ainda na ativa em meados da década de 1960.
 56. Osvaldo Aranha a Getúlio Vargas, Washington, março de 1935, GV19-35.03.06/1, Arquivo Getúlio Vargas (AGV, CPDOC, Rio).
 57. Pedro de Góis Monteiro, memorando n.º 1 (sobre a situação do país), Rio, dezembro de 1936, Caixa 1, Correspondência Pessoal, Acervo Pessoal do General Góis, Arquivo do Exército, Rio.
 58. Ver John Wirth, "The Politics of Brazilian Development", Stanford, 1969; Frank D. McCann, "The Brazilian-American Alliance, 1937-1945", Princeton, 1973; Stanley E. Hilton, "Brazil and the Great Powers, 1930-1939", Austin, 1975, Ítalo A. Tronca, "Agentes da Industrialização na República: A Prática Política dos Militares", 1930-1945", tese de doutoramento, Universidade de São Paulo, 1976.
 59. Sumner Welles a Franklin D. Roosevelt, Washington, 26 de janeiro de 1937, Arquivo Pessoal do Presidente, 4473 (Vargas), Franklin D. Roosevelt Library, Hyde Park, N.Y. Contém a mensagem de Vargas.
 60. Major Lawrence D. Mitchell ao Subchefe do Estado-Maior-G-2, Rio, 30 de março de 1938, 2257K-18/141, RG-165, WD, GS, MID, NA. É importante notar que Mitchell e a maior parte dos comentaristas militares americanos se referiam à Europa mais do que à Alemanha. Já em meados de 1938, a Europa em geral — e a França em particular — era vista como o principal competidor militar. Em abril de 1938, uma lista de oficiais brasileiros servindo no exterior apontava sete na França, quatro na Bélgica, quatro na Alemanha, um na Dinamarca, um na Grã-Bretanha, enquanto quatro estavam nos Estados Unidos. Mitchell ao subchefe do Estado-Maior-G-2, Rio, 12 de abril de 1938, 6740, RG-165, G-2 Regional, WFRS-Suitland.
 61. Major José Bina Machado ao Coronel J.A. Crane (G-2 General Staff), Washington, 22 de novembro de 1938, 2257K-18/149, RG-165, WD, GS, MID, NA.
 62. Tenente-Coronel Harry I. T. Creswell ao Subchefe do Estado-Maior-G-2, Tóquio, 25 de janeiro de 1939, 2257K-30/13, RG-165, WD, GS, MID, NA. O Major Figueiredo visitou parte da China como convidado do Exército japonês, e no próprio Japão ele foi tratado como um igual pelos aditos militares do Eixo; esforços não foram poupados para lhe proporcionar gentilezas. Através dele os norte-americanos obtiveram informações sobre as armas e munições japonesas.
 63. Frank D. McCann, "The Brazilian-American Alliance", 1937-1945, Princeton, 1973, pp. 136-143.
 64. Coronel J. A. Crane, Washington, 22 de setembro de 1939, 2257K-32, RG-165, WD, GS, MID, NA.
 65. Eurico Dutra a Getúlio Vargas, Rio, 4 de junho de 1940, Memo: "Situação atual do Exército em junho de 1940 — Suas principais necessidades", anexando a Dutra a Góis Monteiro, Rio, 6 de junho

- de 1940 (nota 121-10), Acervo Pessoal do General Góis, Caixa 9A, Arquivo do Exército, Rio; Embaixador Jefferson Caffery a Sumner Welles, Rio, 26 de junho de 1940, Brasil 5900 RG-165; G-2 Regional, WFRCSuitland.
66. Tenente-Coronel Lehman W. Miller: Memorando para o embaixador, Rio, 24 de setembro de 1940, 2257K-18/181, RG-165, WD, GS, MID, NA.
 67. General-de-Brigada Sherman Miles (subchefe interino do Estado-Maior-G-2) ao adido militar, Washington, 18 de dezembro de 1940, 22 57K-18/214; Major Edwin L. Sibert ao subchefe do Estado-Maior-G-2, Rio, 3 de janeiro de 1941, —/232, e 15 de janeiro de 1945, —/253; Eurico Dutra a Sibert, Rio, 8 de janeiro de 1941, —/247; Miles ao adido militar, Washington, 16 de janeiro de 1940, 2257K-18, RG-165, WD, GS, MID, NA. Há alguma confusão nos documentos com respeito ao idioma de instrução. Em 18 de dezembro, Miles dizia que seria o Inglês e insistia em que aqueles que tinham sido selecionados o conhecessem, mas que haveria "um oficial falando Espanhol na Escola para ajudá-los". Em seu telegrama de 16 de janeiro, referente aos dois indicados para a Escola de Blindados de Forte Knox, dizia: "Nenhuma seção portuguesa poderá ser estabelecida Knox como está sendo ito em Benning, Sill e Monroe". É provável que ele tenha usado a palavra "portuguesa" querendo referir-se muito mais a "brasileira" do que ao idioma Português. Este é um erro comum entre os norte-americanos: referir-se ao povo através de seu grupo idiomático, muito mais do que através da nacionalidade. É interessante notar que as políticas implementadas pelas demandas das relações brasileiras foram freqüentemente estendidas, de bilaterais a multilaterais e aplicadas a outros países latino-americanos e aliados. Nesse caso, 11 países foram convidados a enviar oficiais.
 68. Sem assinatura, "Notes on Coast Artillery Defenses of the Coast of Brazil", n.p., 16 de janeiro de 1939, 2006-164, RG-165, WD, GS, MID, NA.
 69. Tenente-Coronel A. R. Harris: Memorando para o Chefe do Estado-Maior, Washington, 10 de dezembro de 1940, 2257M-39/18; Marshall a Dutra, Washington, 17 de dezembro de 1940, —/43; Coronel Edwin L. Sibert, Rio, 23 de janeiro de 1941, 2052-120/18, RG-165, WD, GS, MID, NA.
 70. General-de-Brigada Miles, Washington, 27 de janeiro de 1941, 22-57K-18/272, WD, GS, MID, NA. Os sete eram: Alfredo Pinheiro Soares Filho, Adalberto Pereira dos Santos, Alcir d'Ávila Melo, Sizen Sarmento, Antonio Henrique Almeida de Moraes, Breno Borges Fortes e Lindolfo Ferraz Filho.
 71. Tenente-Coronel A. R. Harris (Chief, Liaison Branch), Washington, 29 de janeiro de 1941, 2257K-18/278A; Coronel Sibert ao Subchefe do Estado-Maior-G-2, Rio, 29 de abril de 1941, —/338, RG-165, WD, GS, MID, NA.
 72. Isto não quer dizer que não havia problemas. Quatro oficiais de artilharia de costa enviados a Fort Hancock, Nova Iorque, para servir na tropa, queixaram-se amargamente de que eram ignorados e que o comando geral submeteu um capítulo de sobrenome alemão a um interrogatório "vexatório e humilhante". Bina Machado pediu ao Tenente-Coronel Matthew B. Ridgway que fizesse alguma coisa a respeito, assegurando, de sua parte, que "eu farei to do o possível, como empre fiz, para que nada de mal decorra disso. Nada será revelado no Brasil". Tenente-Coronel J. Bina Machado ao Tenente-Coronel Ridgway, s/d, anexado a Ridgway ao Coronel C. B. Moore (G-2 Div.), Washington, 28 de maio de 1941, 2257K-18/344, RG-165, WD, GS, MID, NA.
 73. Coronel Sibert, Rio, 30 de junho de 1941, 2006-175, RG-165, WD, GS, MID, NA.
 74. Ver, por exemplo, Jefferson Caffery, Rio, 24 de setembro de 1941, Brazil 5900, RG-165, G-2 Regional, WFRCSuitland.
 75. Jefferson Caffery, Rio 7 de abril de 1942, Brazil 5900, RG-165, G-2 Regional, WFRCSuitland; U.S. Army, Adjutant General's Office, Administrative Services Division, Operations Branch: Special Projects — War Plans "Color" 1920-1948: Brazil AG 29, "Operations — Plan of Northeast Brazil Theater", Rio de Janeiro Sector, 20 de fevereiro de

1942 (pós-datado 23 de abril de 1942).” RG-407, Modern Military Branch (MMB), NA. O variado projeto estendia o teatro de operação a todo o Brasil. O planejamento começou em outubro de 1941, e foram designadas unidades militares seis dias antes de Pearl Harbor. Aparentemente, entre a data de 23 de abril de 1942 e meados de maio, o governo norte-americano decidiu contra considerações posteriores de ocupação unilateral. Dwight Eisenhower escreveu a Sumner Welles: “A política determinada foi a de que todas as medidas de segurança e defesa que afetem o território brasileiro deverão ser tomadas em conjunto com o governo brasileiro”.

76. Almirante J. Ingram (Comandante da Força-Tarefa 23) ao Chefe das Operações Navais, USS Memphis, 15 de maio de 1942, Operations Plan Division (OPD) 381 Brazil, RG-165, Caixa 1238, MMB, NA.
77. General J. Garesche Ord, Memo: “Observations of Certain Brazilian Forces”, s/1, 16 de junho de 1943, 6670, RG-165, G-2 Regional, Caixa 276, WFRS-Suitland.
78. A citação é de Zenóbio da Costa, “Recife Press Summary”, 4 de novembro de 1943, 6900 BEF, RG-165, G-2 Regional, Caixa 273, WFRS-Suitland.
79. General Ralph H. Wooten ao Subchefe

do Estado-Maior — OPD, Regional, 23 de janeiro de 1945, OPD 336 Latin American Section IV, Cases 80-93, RG-165, MMB, MA. Wooten chamou a atenção de Dutra para o seguinte: “a falta de liderança entre a oficialidade subalterna e os graduados, necessidade de maior descentralização da autoridade, necessidade de maior treinamento de cuidado e manutenção do equipamento, veículos e outros materiais técnicos, posterior treinamento em controle sanitário e a necessidade de estabelecimento de uma inspeção e um sistema de controle mais adequados”.

80. Frank McCann, “The Brazilian American Alliance”, 1937-1945, Princeton, 1973, pp. 428, 431.
81. Notas do Coronel C. H. Calais em visita ao I Esquadrão brasileiro, Campo de Pousa de Pisa; Itália, 17 de janeiro de 1945, OPD 336.2 Brazil (Section IV), RG-165, MMB, NA.
82. General-de-Brigada Hohn Weckerling (Deputy Assistant Chief of Staff G-2), “United States Policy Towards Brazil...”, OPD 336 Brazil (Sec. IV), Cases 74-79, Box 912, RG-165, MMB, NA.
83. Para uma discussão sobre as consequências da guerra no Exército, ver Frank D. McCann Jr., “The Brazilian Army and the Problem of Mission, 1939-1964”, *Journal of Latin American Studies* (Great Britain), 12, 1 (maio de 1980), pp. 107-126.

Tradução do Cel Art QEMA
Luiz Paulo Macedo Carvalho, p.s.c.



Frank D. McCann é professor de História na Universidade de New Hampshire e estudioso do comportamento dos militares brasileiros. Ensinou também na Universidade de Wisconsin e de Nova York, bem como na Academia Militar de West Point. Além de conferencista visitante da Universidade de Princeton, lecionou na Universidade de Brasília em 1976-77. Estudou na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1965 e proferiu conferências na Fundação Getúlio Vargas, na Universidade Federal do Espírito Santo e de Minas Gerais, assim como no Centro de Documentação do Exército. É sócio-correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do

Brasil e ex-presidente do Comitê Internacional sobre Estudos Brasileiros da Conferência sobre História Latino-Americana. Autor de “The Brazilian-American Alliance, 1937-1945”, editado pela Princeton University Press em 1973, conquistou o Prêmio Bernath de 1975 da Sociedade de Historiadores das Relações Exteriores Americanas. Escreveu também “A Nação Armada”, já traduzido para o Português, e inúmeros outros ensaios referentes ao papel desempenhado pelos militares brasileiros ao longo dos tempos nos “Journal of Inter-American and World Affairs”, “Journal of Latin American Studies” (Londres), “The New York Times”, “Foro Internacional” (México) etc.

Voe sempre Boeing 727.



Pela maior frota de Boeing 727 da América do Sul. Todo dia, toda hora, tem sempre um Boeing 727 da Transbrasil voando para algum lugar do País. Por uma razão muito simples: a Transbrasil voa sempre trijato Boeing 727. Basta você escolher o dia, o horário e o destino. Fale com a Transbrasil e seus agentes de viagem. E voe pela maior frota de Boeing 727 da América do Sul.

TRANS  BRASIL
Brasil é com a gente



MALTA, OUTRA "CUBA" NO MEDITERRÂNEO

Therezinha de Castro

INTRODUÇÃO

O Arquipélago de Malta é formado pelas ilhas de Malta (246 km²), Gozo (67 km²), Comino (2,6 km²) e a ilhota desabitada de Fílfia, dominando o canal que divide o Mediterrâneo Oriental do Ocidental, distando 98 km da Sicília e 290 km da costa da Líbia. (Mapa 1)

Caracterizado por formações rochosas, o arquipélago tem 316 km² de área total, abrigando uma população de 319.936 pessoas, segundo estimativa de 1980. Seus principais centros populacionais são: *La Valeta*, capital da República, *Cita Vecchia*, *Zeitun* e *Slie-ma* em Malta e *Vitória* em Gozo.

Seu clima do tipo mediterrâneo, com verões quentes e secos, seguidos de invernos chuvosos e temperados, permite o cultivo de legu-

mes, batata, vinha, cevada em 35.067 acres, empregando apenas 6,1% da população. Em contrapartida, toda a sua força de trabalho se concentra nos 33% de empregados na indústria de reparação e construção naval, com toda a matéria-prima importada. Por isso, a *União Geral dos Trabalhadores* é, na realidade, a segunda força política do país, dominando os estaleiros, de onde as maiores exportações seguem para a Rússia e Líbia.

ASPECTO GEOESTRATÉGICO

Por sua *posição central* Malta teve, desde a antiguidade, papel importante na História do Mediterrâneo, quando o comércio marítimo reservava certas vantagens a alguns povos, vedando-as a outros que não possuíam acesso direto a

MALTA E O MEDITERRÂNEO

CINTURA
MEDITERRÂNEA



espaços marinhos. Esse determinismo geográfico fez com que Malta pertencesse sucessivamente aos *fenícios, gregos, cartagineses e romanos*. Constatou-se, então, a determinante histórica de que quando um desses povos ocupava a ilha, coincidia a época com seu maior desenvolvimento marítimo, e quando a perdia, estava próximo o seu declínio. Conseqüentemente, podemos afirmar que Malta foi *o centro de toda a talassocracia antiga*, ou seja, de toda a dominação mediterrânea.

Em 711 os *árabes* haviam tomado quase toda a África do Norte e a Península Ibérica; faltava-lhes o arquipélago maltês para o controle do Mediterrâneo. Conseguindo ocupar Malta em 870, o arquipélago tornou-se um foco de corsários, já que era daí que os árabes atacavam os litorais mediterrâneos de países cristãos.

Das mãos dos árabes o arquipélago passou para o *domínio nor-mando* (1090), dos *franceses* (1282) e *espanhol*, até Carlos V doá-lo a *Ordem dos Cavaleiros de S. João de Jerusalém* (1530). Como desta Ordem fizesse parte pessoas de várias nacionalidades *a ilha foi dividida em "oito línguas"*, cada qual dirigida por um Prior eleito; os franceses eram os mais numerosos, os espanhóis os mais influentes, seguindo os italianos e ingleses.*

Em 1565 os Cavaleiros resistiram corajosamente à investida dos

turcos, quando era Grão-Mestre *João Parisot de La Valeta*. Este idealizou então a construção de uma *cidade fortificada* para se prevenir contra qualquer outro ataque eventual. Com o envio de donativos por parte de todos os soberanos católicos, nascia *La Valeta* (1566), hoje capital da República de Malta.

A França conseguiria, aos poucos, instalar o seu protetorado em Malta, por intermédio dos Cavaleiros, até sua *ocupação por Napoleão Bonaparte* em 1798; este vira na ilha excelente posicionamento geoestratégico que uma vez nas mãos dos franceses serviria para entrar as atividades inglesas no Mediterrâneo.

Em 1800, com a colaboração dos malteses, *os ingleses expulsam os franceses*, transferindo a ilha para a sua esfera de influência;

Malta se transforma então no *ponto-chave de domínio marítimo para a Inglaterra*, por seu posicionamento na geoestratégica *"Cintura Mediterrânea"*, formada de um lado pelo Estreito de Messina e do outro pela região que separa o Cabo Bom da costa sudoeste da Sicília. (Mapa 2)

Sendo o Estreito de Messina apertado por terras formadas pela Sicília e Península Itálica, a *"Cintura Mediterrânea"* encontra-se aí inteiramente *submetida à dominação terrestre*, envolvendo neste caso unicamente a Itália. Já *a área marítima é bem mais extensa ao sul*, envolvendo a Tunísia, Sicília e Malta; deste modo a *"Cintura Mediterrânea"* encontra-se aí submetida ao *duplo poderio naval e ter-*

* A influência inglesa desapareceu quando Henrique VIII adotou o anglicanismo, fazendo com que essa "língua" perdesse aí os seus domínios.



restre, chegando ao nosso século como ponto-chave também indispensável ao *domínio aéreo* por seu posicionamento em zona de conflito*.

Por outro lado, o Arquipélago de Malta constitui geoestrategicamente uma *posição marítima de relativo isolamento*, estando protegido contra as comunicações terrestres normais, porém *dotado de excelentes possibilidades como escala marítima e aérea*; donde sua função como *centro de irradiação de forças, ponto de defesa ou de ameaça*.

Dentro do contexto, pois, Malta, é sob o ponto de vista geoestratégico a mais importante das bases que servem de escala na Rota da Índia, através do Mediterrâneo, Canal de Suez e Mar Vermelho**;

seu *posicionamento central no Mediterrâneo* garante-lhe tal classificação. Durante a Primeira Guerra Mundial, Malta serviu de base para os aliados que lutavam no Adriático contra a Áustria, até a entrada da Itália no conflito (1915). A aliança da Itália com a Alemanha na Segunda Guerra Mundial realçou o valor geoestratégico de Malta; embora duramente bombardeada pelos "stukas" alemães, não deixou a ilha de ser *arsenal flutuante* para os aliados, cujos navios avariados aí encontravam abrigo e reparos.

* Em 1956 Malta serviu à Inglaterra como cabeça-de-ponte para atacar o Egito, então em luta contra Israel, por causa do Canal de Suez.

** - Aí, misteriosamente, estão aparecendo minas que desde 9 de julho de 1984 vem acidentando navios.

Em princípios de 1943, Malta tornava-se uma *base ofensiva* extremamente perigosa para as forças do Eixo, tornando precárias as comunicações da Itália com a Tripolitânia e Tunísia, o último reduto das tropas italo-germânicas na África.

A posição insular tem, para o poderio político, por igual, inconvenientes e vantagens. A abertura de Suez deu a Malta uma importância maior no tráfego Mediterrâneo-Mar Vermelho, em detrimento das escalas que serviam a Rota do Cabo contornando a África. Em contrapartida, para Fernand Braudel a insularidade de Malta e demais ilhas mediterrâneas não lhes deu liberdade na escolha das relações sobre as quais fundamentavam sua vida. Complementando o pensamento afirma Jean Gottman que as afinidades entre a Geografia e a Política Exterior de uma Ilha-Estado são incontestáveis, porém "muitas vezes instáveis e quase sempre ligeiramente variadas".

Eis, pois, em tese a *geopolítica de Malta*, onde a coabitação não se constituiu num cimento político tão eficaz e sólido. As ocupações sucessivas da ilha trouxeram para a região um *problema lingüístico*, tal como sucedeu em Chipre. Grande parte dos habitantes de Malta fala o maltês, dialeto de origem semítica que ao lado do inglês é língua oficial; é fato, porém, que as classes mais cultas falam o italiano, língua que substituiu o latim depois da Idade Média. No século XVIII o francês começou a se expandir pela ilha, mas os ingleses barraram-lhe os progressos. Em

1838 o Estatuto Fundamental da Universidade reconhecia o italiano como língua de cultura dos malteses, limitando porém o inglês aos órgãos administrativos.

Graças à influência italiana a população maltesa é predominantemente católica (99%); mas, em face da *socialização da ilha*, a Constituição de 1964 foi emendada em dezembro de 1974 para a implantação da *República*, determinando também que *a religião católica romana conservaria apenas o seu direito à liderança moral*, perdendo a autoridade política.

SITUAÇÃO POLÍTICA

As provas de lealdade e heroísmo que os malteses deram à Inglaterra durante a Segunda Guerra Mundial influiriam de modo decisivo na *mudança do status político da ilha*. A Inglaterra concedia-lhe um *governo autônomo* (1947), com estatuto próprio, espécie de meio termo entre o das colônias e o dos membros do Commonwealth. Elegia-se então, por sufrágio universal, 40 membros para a representação proporcional da Assembleia Legislativa.

Dois partidos passaram então a disputar a política local. O *Partido Trabalhista*, liderado por *Dominic Mintoff*, desejando, na época, uma maior aproximação e dependência da Inglaterra; ou seja, uma situação análoga à da Irlanda do Norte, com representantes malteses na Câmara Comum inglesa. Já o *Partido Nacionalista*, chefiado por *Giorgio Borg Olivier*, se opunha à tal integração.

Realizadas as eleições em 1955, coube a vitória ao Partido Trabalhista de Mintoff, com 23 representantes contra 17 do Partido Nacionalista de Olivier. Tornando-se então Primeiro Ministro, Mintoff tentou dar andamento à sua política integracionista, baseado no *Plebiscito de 1956*, através do qual 75% dos malteses se haviam declarado favoráveis ao seu projeto. Resolvendo, porém, a Inglaterra adiar essa integração por mais cinco anos, eclodiu *uma crise interna* no frágil Estado-Ilha, levando Mintoff a renunciar. Era declarado o *estado de emergência* a 30 de abril de 1958, assumindo o Governador-Geral, *Sir Maurice Dorman*, o controle do país.

Apaziguados os ânimos foi promulgada a Constituição de 1961, que transformava o arquipélago no *Estado Soberano de Malta*, ficando a Inglaterra responsável por sua defesa e assuntos externos. Uma posterior Conferência, realizada em Londres, em 1963, concordava em conceder a *independência total* ao arquipélago.

No dia 21 de setembro de 1964, o Príncipe Philip entregava a Olivier, chefe do Partido mais votado, feito Primeiro Ministro, a *Declaração da Independência de Malta*, em nome da Rainha Elizabeth II; por sua vez, Sir Maurice Dorman, Governador Geral e Representante da Rainha neste novo membro da Comunidade Britânica, jurava obediência ao Estado.

Procurando atrair capitais ingleses, Olivier assinava também com a Inglaterra um acordo (1970), concordando com a *continuação da*

base militar inglesa em Malta e recebendo em troca um auxílio financeiro.

Criticando a independência de Malta em tais bases, o Partido Trabalhista de Mintoff afirmava que o ato "não passava de uma farsa, para ocultar o domínio britânico na ilha".

Finalmente, em junho de 1971, Mintoff derrotava nas urnas o líder católico Olivier, quando já o seu programa visava basicamente *a mais completa soberania nacional maltesa*. Como primeiro passo substituiu Dorman pelo *maltês Sir Anthony Mano* no cargo de governador.

No ano seguinte (1972) assinava com a Inglaterra um novo acordo que revia o de 1970, fixando em 14 milhões de dólares a soma a ser paga a Malta para que na ilha funcionasse *a base militar inglesa da OTAN*. No entanto, o novo acordo reduzia consideravelmente o espaço e a liberdade de movimento até então reservados aos ingleses, estipulando que o aparato militar jamais fosse utilizado contra os Estados Árabes; observa-se, assim, *o posicionamento contrário de Malta face a Israel**.

Ao mesmo tempo que o país recusava vantagens alfandegárias

aos países do Pacto de Varsóvia, levava Mintoff a proclamar *a política do não-alinhamento*, determinando porém *a abertura do país para várias nações do leste europeu*. Assinava também *acordos culturais e comerciais com os Estados Unidos, Rússia e China*.

A nova vitória de Mintoff nas eleições de 1976, já com Malta sob a forma de república, animou-o a *levar o país para o socialismo e maior aproximação com a Rússia e Líbia**.

Eleito em 1981, Mintoff assinava com a Rússia um acordo permitindo aos petroleiros soviéticos utilizar suas cisternas subterrâneas com capacidade para estocar 300 barrís de petróleo. Esses depósitos haviam sido construídos em 1950 pela OTAN; daí haverem os ingleses fechado a base que mantinham na ilha, privando os malteses de 60 milhões de dólares anuais.

CONCLUSÃO

No caminho claudicante de se transformar Malta numa "Cuba" do Mediterrâneo, Mintoff assinava, a 14 de maio do mesmo ano de 1981, um *memorando com a Rússia* prevendo em caso de guerra que os dois Estados devem "coordenar suas posições em nome do restabelecimento da paz". Muito embora, em contrapartida o gover-

* Povo essencialmente agricultor, nada indicando suas tendências marítimas, o hebreu procurou, no entanto, durante o governo de Salomão, numa época de prestígio e de expansão, desenvolver seus meios de contacto e de ação sobre o mar; tal atitude se orientou, quer através de uma aliança com Hiram, rei fenício de Tiro, quer pelo estabelecimento de um porto em Eziongabar, no Golfo de Akaba. Tal posição, que Israel quer hoje defender, encontra por parte dos árabes grande oposição.

* Em 1984 o Coronel Kadafi da Líbia investiu 141 milhões de dólares em Malta, firmando acordo de importações no valor de 52 milhões de dólares. A missão diplomática líbia em Malta consta mais ou menos de 100 pessoas, muitas das quais não são de nacionalidade líbia.

no maltês tenha conseguido irritar tanto Washington quanto o Kremlim, recusando-se a assinar em 1983 o acordo final da Conferência sobre Cooperação e Segurança na Europa.

Mesmo claudicando, a *tendência socializante de Mintofo vem preocupando a OTAN*, pois enquanto aumenta o número de soviéticos que procuram Malta, já é fato notório que a frota mercante do Kremlim conta com a vantagem de se poder abastecer livremente nos portos do arquipélago.

O posicionamento geoestratégico de Malta, topônimo que coincidentemente vem de Melita, que significa refúgio em fenício, deve preocupar o Ocidente em geral, já que nessa Ilha-Estado o socialismo vem sendo sustentado por uma milícia militar de cerca de 1.000 jovens, que no dia 6 de abril de 1984 enfrentou a metade da população

de La Valeta revoltada com o governo autocrático de Mintofo.

É fato, por outro lado, que quando um Estado-Insular fica próximo do continente, transmite fatalmente a consciência dos perigos que seu posicionamento implica. E, no confronto leste-oeste, *Malta surge como pivô no âmbito do Mediterrâneo pelo posicionamento geoestratégico central que lhe permite agir nas mais variadas direções.*

BIBLIOGRAFIA

- DERWENT WHITTLESEY — The Earth and the State — N. York, 1944.
- FERNAND BRAUDEL — La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'Époque de Philippe II — Paris, 1949.
- JACQUES GODECHOT — História de Malte — Paris, 1952.
- JEAN GOTTMANN — La Politique des États et leur Géographie — Paris, 1952.
- R. GENET — Malte et son Destin — Paris, 1933.



Therezinha de Castro — Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Especialização: Geopolítica e Relações Internacionais. Além de outras obras, escreveu "Rumo à Antártica", em que defende os direitos do Brasil no Continente Antártico, "História da Civilização Brasileira", "Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil", "África — Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais".



INVERNO NUCLEAR: UM CASO PARA REDUÇÃO DE ARMAS E DEFESA

Jake Garn

O cenário do inverno nuclear — na realidade um pormenorizado relato do devastador impacto ambiental do conflito nuclear transformou-se na nova grande causa de defensores e críticos do congelamento nuclear das políticas de defesa dos EUA. Ainda assim, não há onde encontrar uma causa mais premente para as reduções das armas atômicas e as defesas estratégicas.

Diversos estudos do inverno nuclear concluíram que o uso de uma fração, ainda que pequena, das armas atômicas que hoje existem resultaria nas conseqüências mais destruidoras já concebidas pela mente humana. Em resposta a esse quadro espectral, há quem proponha um congelamento nuclear para os estoques dessas armas norte-americanas e soviéticas existentes.

É difícil encontrar alguma lógi-

ca em uma “solução” para o pesadelo do inverno nuclear que aferrolha os atuais níveis de armamento nuclear, no ponto em que se encontram, rejeitando ainda assim os propostos esforços de redução das armas, fulcro das propostas norte-americanas S.T.A.R.T. e INF para controle de armas.

O que deveria dizer-nos o cenário do inverno nuclear é que não se deve perder tempo, nem poupar esforços para conseguir reduções verificáveis nos arsenais nucleares de ambas as superpotências. Em particular, deveria atentar-se especialmente para a redução dos mais desestabilizadores tipos de armas, de primeiro ataque — especialmente os ICBMS soviéticos — os quais, por si mesmos, são inigualáveis em despertar o espectro da destruição, vislumbrado pelos analistas do inverno nuclear.

Ainda que um congelamento nuclear representasse um objetivo desejável (algo que eu discutiria), exigiria longas e árduas negociações, para terminar em acordo. O debate do ano passado, na Câmara, sobre a resolução de congelamento nuclear, salientou algumas das dificuldades que se apresentam para resolver questões que dizem respeito às forças que deveriam ser congeladas, e relativas à maneira pela qual seria verificada a observância dos termos de um acordo.

Foi grande o desacordo quanto à conveniência de proibir qualquer modernização de nossa força terrestre, submarina, ou aérea. Muitos defensores do congelamento reconhecem as positivas contribuições desses sistemas para a dissuasão e a estabilidade. Assim, o apoio reside dentro dos escalões do Congresso, nos defensores do congelamento para o ICBM de pequeno porte (Midgetman), para o submarino Trident, e o B-1, ou "Stealth", programas de bombardeio estratégico. Igualmente discordante foi o debate sobre os meios efetivos de verificação — questão que adquiriu maior importância à luz das violações soviéticas do tratado de controle de armas.

Se o debate se tornou tão árduo, em uma Câmara controlada pelos democratas, quão mais árdua não seria a tarefa de resolver essas questões com renitentes negociadores soviéticos, de maneira satisfatória para os interesses dos EUA e seus aliados? E depois de sermos bem sucedidos em negociar um congelamento, o que nos restaria

para demonstrá-lo não passaria da codificação dos níveis da força atômica, capazes de tirar o sono dos peritos em inverno nuclear — e certamente o tirariam.

Portanto, as análises do inverno nuclear reforçam de fato a questão de negociações para proporcionar reduções verificáveis nos arsenais nucleares de ambas as superpotências. As propostas S.T.A.R.T. e INF dos EUA apresentam um esquema para alcançar o progresso no campo do controle das armas nucleares. Um acordo baseado nas propostas norte-americanas introduziria substanciais reduções nas armas atômicas (tanto quanto um terço do número de ogivas de míssil balístico no caso das S.T.A.R.T.). O principal obstáculo, hoje, é a falta de disposição da União Soviética a regressar à mesa de negociações; para os EUA é impossível chegar a um acordo, sem a participação ou a cooperação soviética.

Outro elemento fundamental da política nuclear norte-americana, a dissuasão, mais exatamente, também é reafirmado pelas conclusões dos estudos do inverno nuclear. Nas palavras de Michael Quinlan, funcionário civil inglês, a dissuasão implica a transmissão de uma mensagem basicamente simples.

"Diz a mensagem, 'A Quem Interessar Possa: Se me atacares, resistirei; resistirei até que pares, ou que as forças me falhem; e, neste caso, minhas forças não me falharão enquanto eu não te infligir um dano tão sério que te sentirás, ao final, bem pior do que se nunca

houvesse começado; portanto, não comesces," (a ênfase é minha).

Há mais de três décadas, a dissuasão vem representando o tema principal da política nuclear norte-americana. Contudo, as exigências da dissuasão têm sido continuamente revisadas, em conformidade. A iniciativa de defesa estratégica do Presidente Reagan, que visa a revisão de alternativas para a defesa contra um ataque atômico, representa tanto um desenvolvimento desse processo de revisão, quanto uma importante abertura conceitual para a assunção de que se torna necessário pensar à respei-

to do desafio de preservar a paz nuclear ao longo do próximo século. Essa iniciativa deveria ser apoiada com entusiasmo por todos aqueles que consideram seriamente a perspectiva do inverno nuclear.

Portanto, na análise final, os estudos do inverno nuclear demonstram claramente que a política norte-americana de rejeição do congelamento em favor de reduções negociadas nas armas nucleares, ao mesmo tempo em que se revisam as opções defensivas para a proteção contra um ataque, apresenta uma sólida base para a segurança, a estabilidade, e a sensatez na era nuclear.

O Senador Jake Garn é membro da Comissão Especial de Inteligência do Senado dos EUA. Este artigo foi publicado originalmente no "Christian Science Monitor".)

A OUTRA FORÇA DE ITUMBIARA. A FORÇA DA NOSSA GENTE.



Bota força nisso.

Para começar, Itumbiara é a maior usina hidrelétrica do sistema FURNAS, situada na divisa de Minas Gerais e Goiás. Ela soma mais 2 milhões e 100 mil quilowatts de energia para as regiões Sudeste e Centro-Oeste, sobretudo Goiânia e Brasília.

E o melhor é que FURNAS construiu uma usina deste


tamanho com um projeto, técnica e mão-de-obra exclusivamente brasileiros, alcançando um índice de nacionalização de 91%. E fez mais: antecipou prazos e gastou apenas 730 milhões de dólares, incluindo juros durante a construção — o que dá um custo de 370 dólares por quilowatt instalado, um dos mais baixos do mundo em obras do gênero.

É assim que FURNAS mostra a sua força. A força do Brasil.

Ministério das Minas e Energia



FURNAS

Eletrobrás  Centrais Elétricas Brasileiras SA



POLÍTICA ECONÔMICA E PROBLEMAS CONJUNTURAIS

Geraldo José Lins

A crise econômica mundial que se agravou acentuadamente após 1979, com o recrudescimento da inflação e da dívida externa — trouxe privações e angústias mais sérias à população brasileira do que a própria crise política. A alta do custo de vida, o desemprego, a compressão salarial, a elevação de impostos e das prestações da casa própria etc., afetaram profundamente o bem-estar da maioria do povo, enquanto apenas uma minoria em setores privilegiados se beneficiava da inflação e da especulação financeira.

A política econômica do governo — não obstante referências formais ao bem-estar da população — esteve sempre no plano de objetivos macro-econômicos e parâmetros financeiros cuja relação aos problemas cotidianos do cidadão comum tornou-se cada vez mais

distante e de mais difícil compreensão, tanto mais quanto os iniciados, tecnocratas ou acadêmicos, nunca chegavam a um acordo.

Definir a política econômica em termos da solução de problemas diretamente relacionados ao bem-estar da população e ao exercício eficiente das atividades econômicas indispensáveis a esse bem-estar, em termos acessíveis a todos, é o objetivo de uma série de trabalhos que a DEFESA NACIONAL pretende publicar em seus próximos números, com a colaboração de economistas e administradores de empresas.

O benefício desta série não será apenas uma compreensão maior dos problemas econômicos pelos nossos leitores. A expressão em termos correntes de problemas especializados é uma tarefa difícil para o iniciado, porém com-

pensadora. O retorno aos conceitos básicos exigirá uma sedimentação de idéias e teorias em função da realidade nacional que iluminará, para o próprio especialista, aqueles conceitos que mais claramente se adaptam a essa realidade. Por outro lado, a formulação precisa de cada problema e do seu impacto no bem-estar do povo brasileiro, comporão o quadro que uma política econômica realista não poderá ignorar, constituída a partir da solução integrada desses problemas e não de regras arbitrárias, derivadas de teorias econômicas que pouco têm a ver com o momento presente no país.

Esperamos assim, que leitores, colaboradores e autoridades responsáveis pela política econômica se beneficiem com esta série. Se tivermos êxito pretendemos reunir num volume os diferentes trabalhos, antecédidos e seguidos por uma análise e uma síntese da problemática econômica nacional, inclusive quanto aos seus aspectos institucionais.

PROBLEMAS ECONÔMICOS NACIONAIS

Os problemas que aflingem a economia brasileira podem ser discriminados segundo a sua natureza como:

- a) *problemas de ordem interna*, relativos aos fatores que afetam a população e consumo e na acumulação de riqueza;
- b) *problemas de ordem externa*, derivados do comércio internacional e da transferência de

capitais e tecnologia entre as nações;

- c) *problemas de ordem institucional*, decorrentes das atividades regulatórias do governo e de sua intervenção na produção, distribuição e consumo de bens e serviços.

Selecionar entre esses problemas — da economia interna, da economia internacional e da intervenção do setor público na economia — aqueles que estejam mais relacionados à crise econômica atual requer o exame das características mais evidentes dessa crise.

Obviamente, três fatores dominam a crise atual:

- a) a *inflação*, que cresceu de 54% em 1979 para 230% ao ano em princípios de 1984, com todos os seus efeitos perversos sobre o custo de vida e a distribuição de renda;
- b) a *dívida externa*, que hoje atinge bilhões, com uma carga de juros que dificulta o balanço de pagamentos e com o constrangimento nas relações internacionais daí decorrente;
- c) A *recessão*, que entra no seu quarto ano, com uma queda no produto nacional de 4% no período 1981—1983 (e na renda per capita de 11%) acompanhada, para o trabalhador e para a classe média, do desemprego e do achatamento salarial e, para os empresários, da limitação dos investimentos e do crescente endividamento ou insolvência.

Um outro fator, subjacente a esses, causa e ao mesmo tempo consequência deles, de menor impacto popular mas altamente constrangedor para o setor financeiro e o governo, é o *crescimento da dívida externa* pública. Em 1974 a dívida federal era de Cr\$ 47 bilhões para um Produto Interno Bruto (PIB) de Cr\$ 740 bilhões, ou seja 6,4% do PIB. Em DEZ 82 ela atinge Cr\$ 5.465 bilhões, tendo crescido para 10,3% do PIB.

Essa dívida foi sendo construída pela acumulação de déficits públicos, isto é, gastos da administração pública superiores à arrecadação de impostos e rendas, obrigando-o a tomar dinheiro emprestado mediante emissão de títulos de dívida, Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs) e Letras do Tesouro Nacional (LTNs). Esses títulos públicos representavam em 1967 apenas 16% do dinheiro em circulação mais depósitos a vista nos bancos (os chamados meios de pagamento com os quais se realizam as transações entre pessoas, empresas e governo). Em fevereiro de 1984 eles tinham crescido para 360% dos meios de propaganda, isto é, 3,6 vezes mais do que a soma do dinheiro em circulação no país com os depósitos a vista em todos os bancos do país! Esses títulos públicos, rendendo juros que incorporam a correção monetária ou descontados de forma a proporcionar tais rendimentos, compõem uma massa de endividamento que se multiplica a taxas elevadas agravando a inflação.

As considerações acima sobre a dívida interna levantam dúvidas

quanto à argumentação freqüente de que a crise econômica brasileira é devida apenas a fatores externos, ou seja, aos choques do petróleo, ao aumento das taxas internacionais de juros e ao enfraquecimento dos mercados de exportação pela recessão mundial. Sem negar a influência de tais fatores que agiram sobre a economia da maioria dos países, o fato de que muitos deles, bem mais vulneráveis do que o nosso a cada um desses fatores, souberam ajustar-se sem grandes abalos, levanta dúvidas quanto à eficácia da política econômica nacional ou até mesmo quanto à existência de uma política coerente com a realidade interna e externa.

O crescimento da dívida interna e externa, a explosão inflacionária, a continuidade da recessão e do desemprego nos últimos quatro anos, constituem o preço elevadíssimo que o povo brasileiro vem pagando em sacrifícios de todo o tipo.

É indispensável, portanto, que a formulação da política econômica se faça a partir dos problemas efetivamente vividos pelo país considerando o preço que a maioria de sua população está pagando por eles, sem que os ganhos de uma minoria beneficiada pela inflação obscureçam os prejuízos da maioria que ela sacrifica duramente. A identificação de custos e benefícios em cada segmento da população afetado de forma diferente por determinado problema precisa ser ponderada, objetivando a distribuição equitativa dos sacrifícios de acordo com os princípios da

justiça social, o que está muito longe de acontecer, principalmente em relação a assalariados e não-assalariados.

Uma análise preliminar de alguns desses problemas deverá preceder qualquer abordagem mais ampla de política econômica, para que a realidade nacional e o objetivo final de toda a atividade política — o bem-estar do homem comum — não sejam esquecidos no entrechoque de teorias econômicas e opiniões personalistas. Pelo menos os seguintes problemas deveriam ser objeto de atenção:

Problemas de ordem interna

- a) inflação — causas e remédios
- b) distribuição de renda e efeitos perversos da inflação
- c) recessão e desemprego;
- d) endividamento das empresas e sistema financeiro
- e) migrações urbanas e a dívida social
- f) estrutura agrária

Problemas de ordem externa

- a) balanço de pagamentos — exportações e importações
- b) a dívida externa e o sistema financeiro internacional
- c) a tecnologia e a atuação das multinacionais

Problemas de ordem institucional

- a) endividamento interno e equilíbrio orçamentário
- b) carga tributária e descentralização
- c) renda regional e sistema de incentivos — o Nordeste
- d) planejamento econômico no sistema democrático
- e) tecnocracia e intervenção do governo na economia

f) reformulação dos poderes do Conselho Monetário Nacional

A lista acima, evidentemente, não esgota a problemática econômica nacional. Estudos a serem publicados nesta revista sobre cada um desses temas, entretanto, já constituirão um pano de fundo apropriado à abordagem global da política econômica em seus aspectos formais. Somente assim, de baixo para cima, com plena consciência do impacto sobre o bem-estar social dos problemas que se propõe a resolver, terá qualquer sentido o planejamento econômico realizado dentro dos moldes clássicos, isto é:

- a) definição de objetivos e estabelecimento de metas ajustáveis à disponibilidade real de recursos (planejamento adaptativo);
- b) identificação das limitações de ordem social, política, financeira e física que condicionam a atividade econômica;
- c) identificação dos instrumentos apropriados de política econômica que levam aos objetivos desejados sob as restrições acima num sistema onde predominem a economia de mercado e a iniciativa privada;
- d) estruturação do sistema institucional capaz de operar esses instrumentos a custo social mínimo para benefício social máximo.

A falta de contexto entre a realidade social e atuação de agentes do Estado na área econômica — mesmo quando este, abjurando

do planejamento, volta-se para o pragmatismo — é responsável por uma série de confusões e paradoxos que a linguagem abstrusa dos iniciados — o “economês” — não consegue esconder dos “agentes econômicos”, isto é, do povo que vive o dia-a-dia da produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Mencionaremos adiante algumas dessas confusões e paradoxos.

Assim é que, freqüentemente, se têm confundido problemas da economia — isto é, do conjunto real das atividades para produção, distribuição e consumo de bens e serviços — com problemas de economia — isto é — da ciência ainda em desenvolvimento e dividida em escolas divergentes ou mesmo contraditórias que estuda os fatos econômicos. Para a solução dos primeiros, dos quais depende o bem-estar de todos nós, predominam a capacidade administrativa, a experiência política e a experiência empresarial sobre uma duvidosa setária capacitação econômica. A Revolução, pela sua desconfiança com as postulações dos empresários, preferiu entregar a maioria dos postos de direção das atividades econômicas a economistas e técnicos de vários matizes, criando a tecnologia auto-suficiente que tem sido objeto de tantas críticas e apodos. Um paradoxo resultante dessa confusão é que a própria contribuição dos economistas foi minimizada pela tecnocracia, já que os improvisados administradores, do alto de sua sabedoria, deixam marginalizados os demais economistas e os

seus centros institucionais, inclusive os de propriedade do governo, como aconteceu ao IPEA (Instituto de Planejamento Econômico e Social — da Secretaria de Planejamento).

Outro paradoxo é a tendência de tratamento macroeconômico aos problemas, isto é, com medidas que afetam a economia como um todo, sem diferenciar gregos e troianos, especialmente aquelas de caráter monetário. Não obstante as correções eventuais que a atuação dos ministros mais combativos consegue arrancar, é fácil perceber que a diferenciação prévia das medidas conforme o setor da economia afetado, permite obter resultados positivos incomparavelmente maiores. Dois mais um é o triplo de dois menos um.

A falta de diferenciação — “desagregação dos modelos” em puro “economês” — leva a novos paradoxos. Assim é que se permite implicitamente que os benefícios a uns compensem os prejuízos a outros ou que todos os benefícios, uma vez expressos em cruzeiros, sejam medidos por este valor. Entretanto uma nota de 5 mil cruzeiros tem um valor social muito superior para um mendigo do que para um milionário — a “lei da utilidade marginal decrescente”, voltando ao economês. O Banco Mundial já desenvolveu, junto com outras agências internacionais de desenvolvimento, técnicas de “pesos distributivos”, isto é, multiplicadores para os cruzeiros que beneficiem as classes mais pobres, na avaliação dos benefícios reais de cada projeto. O que obriga, nas

análises de política econômica, a identificar que estará pagando os custos e quem estará recebendo os benefícios, isto é, a desagregar o "modelo".

Prevalece também a idéia simplista de que não adianta planejar diante das mudanças que ocorrem a todo momento a nível nacional e internacional, bastando as decisões dia a dia. Entretanto, como bem o sabem os bons empresários, é nessas condições que o planejamento é mais necessário, ajustando-se quase continuamente aos novos fatos (planejamento adaptativo) para compatibilizar compromissos e projetos de longa maturação com as disponibilidades previstas de recursos. Revisões oportunas do planejamento teriam evitado a paralisação de projetos bilionários (como a Ferrovia do Aço, a Açominas, as usinas nucleares etc.) e o desperdício de recursos desesperadamente necessários em setores de alta prioridade social, envolvendo a sobrevivência e condições mínimas de bem-estar para milhões de brasileiros (a chamada "dívida social").

Seria recomendável a obediência a um princípio básico de administração pública que é o da unidade orçamentária. Enquanto o orçamento da União (receita e despesa por ministérios e órgãos de administração indireta) era controlado e equilibrado — o que transmitia ao público e aos detentores do poder a impressão de uma administração financeira austera criou-se, pela distorção do orçamento monetário — que deveria traduzir apenas o fluxo de recursos para cum-

primento do orçamento da União — um orçamento paralelo que atingiu, nos anos anteriores ao confronto com o FMI, valores da mesma ordem de grandeza do orçamento oficial. Por mais meritórios que tenham sido os motivos — subsídios à agricultura, às exportações, ao álcool etc. — a emissão descontrolada de títulos da dívida pública, vem sendo talvez a causadora da inflação de três dígitos e reproduz no setor público a emissão de letras de câmbio sem lastro que vem contribuindo para o fechamento de corretoras financeiras e o afastamento de seus administradores. Critica-se a existência de dois pesos e duas medidas, principalmente quando aplicados ao setor privado pelos próprios responsáveis pelo derrame de títulos públicos.

Nesta cadeia de paradoxos fica relegado, ainda, o objeto fundamental do Sistema Financeiro, que é o de orientar a poupança para investimento no Setor Produtivo, em vez de apenas multiplicar ativos financeiros, seja para defender as poupanças da inflação, seja para servir à especulação financeira. As altas taxas de juros necessárias à colocação de títulos públicos no mercado ou resultantes da restrição de meios de pagamento (num conceito há muito superado pela realidade inflacionária) levaram o endividamento das empresas e a sua descapitalização a níveis insustentáveis. A concepção monetarista da economia, que coloca o dinheiro em vez do trabalho e do investimento — como instrumento de controle e desenvolvimento do

produto nacional, instalou-se em nosso país no anos 70 e refletiu-se na predominância gradual e absoluta do Conselho Monetário Nacional como órgão sancionador da política econômica nacional.

Ao longo da análise de cada um dos problemas internos, externos e institucionais que afligem a economia brasileira — a ser realizada para a DEFESA NACIONAL por especialistas de cada área em arti-

gos a serem publicados nos próximos números — esperamos que a maioria das críticas e paradoxos acima seja esclarecida. Em seu lugar deverão emergir conceitos mais bem ajustados à experiência cotidiana dos fatos econômicos que conduzam a uma política econômica despida de filiações ortodoxas e voltada essencialmente ao bem-estar do povo brasileiro, fonte e objeto de todos os poderes da Nação.



O CMG.RRm Geraldo José Lins (Escola Naval, 1940) é engenheiro naval pelo M.I.T. — Massachusetts Institute of Technology (1950) e passou para a reserva em 1958. Chefiou os projetos de criação da Escola de Administração de Empresas de S. Paulo da FGV (1952) e de criação do Curso de Construção Naval da USP (1955). Fez cursos de Administração de Empresas no M.I.T (1951) e Desenvolvimento Econômico da Universidade de Pittsburgh (1964). Foi Vice-Presidente do Grupo Montreal e Presidente da MONTOR-Montreal Organização e Economia Industrial S.A., companhia de consultoria do Grupo (1958 — 1974). Foi Vice-President para Energia Não-Convencional da CESP (1978—1979). É Consultor em Planejamento, Energia e Estratégia Empresarial e membro da Academia Brasileira de Ciência da Administração.

A MISSÃO DA CPRM É DESCOBRIR RIQUEZAS MINERAIS

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM é uma empresa brasileira, vinculada ao Ministério das Minas e Energia, criada para realizar serviços de pesquisas minerais e hídricas.

Suas atividades estendem-se por todo o território brasileiro, com 8,5 milhões de quilômetros quadrados, destacando-se:

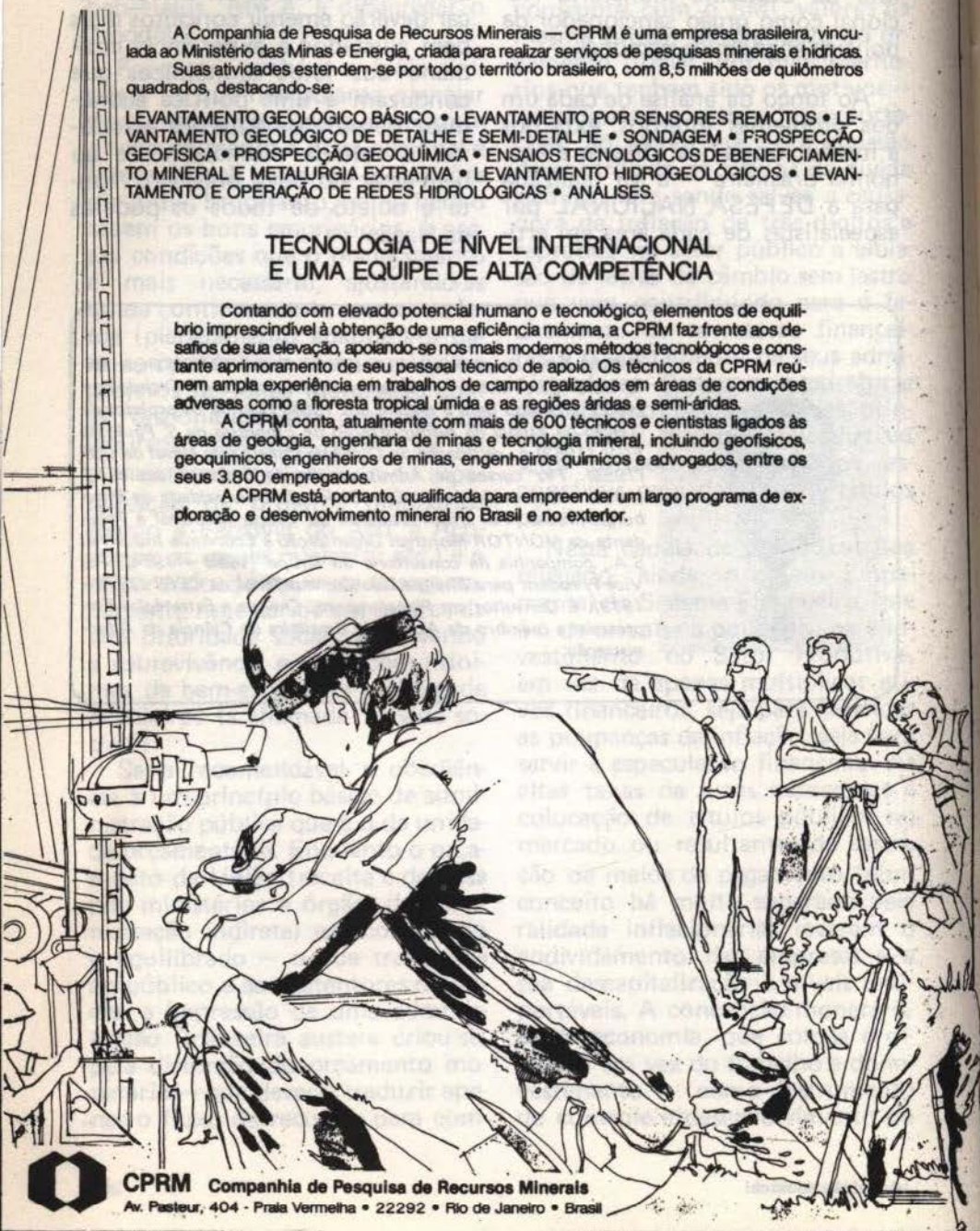
LEVANTAMENTO GEOLÓGICO BÁSICO • LEVANTAMENTO POR SENSORES REMOTOS • LEVANTAMENTO GEOLÓGICO DE DETALHE E SEMI-DETALHE • SONDAGEM • PROSPECÇÃO GEOFÍSICA • PROSPECÇÃO GEOQUÍMICA • ENSAIOS TECNOLÓGICOS DE BENEFICIAMENTO MINERAL E METALURGIA EXTRATIVA • LEVANTAMENTO HIDROGEOLÓGICOS • LEVANTAMENTO E OPERAÇÃO DE REDES HIDROLÓGICAS • ANÁLISES.

TECNOLOGIA DE NÍVEL INTERNACIONAL E UMA EQUIPE DE ALTA COMPETÊNCIA

Contando com elevado potencial humano e tecnológico, elementos de equilíbrio imprescindível à obtenção de uma eficiência máxima, a CPRM faz frente aos desafios de sua elevação, apoiando-se nos mais modernos métodos tecnológicos e constante aprimoramento de seu pessoal técnico de apoio. Os técnicos da CPRM reúnem ampla experiência em trabalhos de campo realizados em áreas de condições adversas como a floresta tropical úmida e as regiões áridas e semi-áridas.

A CPRM conta, atualmente com mais de 600 técnicos e cientistas ligados às áreas de geologia, engenharia de minas e tecnologia mineral, incluindo geofísicos, geoquímicos, engenheiros de minas, engenheiros químicos e advogados, entre os seus 3.800 empregados.

A CPRM está, portanto, qualificada para empreender um largo programa de exploração e desenvolvimento mineral no Brasil e no exterior.



CPRM Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
Av. Pasteur, 404 - Praia Vermelha • 22292 • Rio de Janeiro • Brasil



APOIO LOGÍSTICO INTEGRADO: NECESSIDADE DE PÓS-GRADUAÇÃO

Vicente Luz

No âmbito militar, o Apoio Logístico Integrado (ALI) é o processo pelo qual uma combinação de ações administrativas e de análise asseguram um apoio efetivo e econômico de um sistema de armas durante o seu ciclo de vida, isto é, antes e depois de sua distribuição à tropa que o utilizará. O princípio gerencial básico do processo ALI é que recursos de apoio logístico devem ser desenvolvidas, adquiridos, testados e avaliados, e distribuídos como parte integral do processo de obtenção de um sistema de armas.

O objetivo das ações de análise é garantir a obtenção de sistemas de armas confiáveis, manuteníveis, transportáveis e apoiáveis logisticamente, a um mínimo custo para o usuário, integrando considerações de apoio logístico no sistema de armas desde a fase de formulação conceitual, que resulta na elaboração de projetos de engenharia.

INTRODUÇÃO

No presente trabalho se pretende levantar algumas questões que conduzem a detectar ações para que o Apoio Logístico Integrado possa ser implantado e implementado eficazmente, no Exército Brasileiro.

Para uma melhor compreensão das idéias expostas alguns termos e expressões, considerados fundamentais, se encontram *grifados* e os respectivos conceitos se encontram ao final do trabalho.

As principais questões levantadas se referem à definição e o atendimento de necessidades do Exér-

cito na área de material, às implicações da Ciência & Tecnologia no Poder Militar, à utilização das tecnologias de confiabilidade e de manutenibilidade, ao estudo da relação custo/eficácia de um material face à operacionalidade da Força Terrestre e finalizando aborda-se a necessidade de estudos logísticos em elevados níveis.

As conclusões sugerem, em uma primeira fase, cursos de pós-graduação no exterior para Oficiais do Quadro de Engenheiros Militares (QEM), bem como abordam o respectivo aproveitamento dos Oficiais em seu retorno ao País.

A DEFINIÇÃO E O ATENDIMENTO DE NECESSIDADES DO EXÉRCITO NA ÁREA DE MATERIAL

O Estado-Maior do Exército (EME), vem aperfeiçoando metodologia para definir as necessidades do Exército em material de emprego militar. Esta metodologia resulta no estabelecimento de *Objetivos Básicos Operacionais (OBO)* e *Requisitos Técnicos Básicos (RTB)*, a partir de condicionantes doutrinárias e operacionais.

As condicionantes doutrinárias são descrições das *missões fundamentais do agrupamento* em que o material tem seu emprego doutrinário previsto, destacando-se o *desempenho coletivo* esperado, particularmente decorrente das funções e dos efeitos desejados para o material. Tais condicionantes devem ser extraídas dos manuais de em-

prego ou podem resultar de prospecção da doutrina de emprego da Força Terrestre.

As condicionantes operacionais constituem discriminação seletiva de informações extraídas das formulações das Hipóteses de Guerra (HG) e que se constituem em previsões de *necessidades operacionais futuras*, que não tenham sido objeto de consideração para fins de formulação da doutrina de emprego relativa ao material. Em tais condicionantes, as possibilidades da ameaça e o *ambiente operacional* são da maior relevância na elaboração de OBO.

Os OBO, quando estabelecidos, devem ser capazes de orientar o processo de obtenção do material, através da pesquisa e desenvolvimento experimental (P&D) ou de sua aquisição, sendo utilizado conseqüentemente como base para os estudos de simulação, que se procedem ao final da fase de formulação conceitual, quando necessário, e para as avaliações operacionais, nas fases de P&D e de utilização do material.

Os RTB, em correspondência a cada OBO, estabelecem as características técnicas para um material, decorrente da necessidade de interpretação dos OBO. São utilizados, também, para fins de P&D e aquisição e como base para simulações e avaliações técnicas.

É oportuno ser lembrado que a *modernização* de um material em utilização consiste apenas em uma combinação adequada de atividade suplementar de P&D e/ou aquisição sobre o referido material.

Em resumo, após a definição de uma necessidade do Exército, têm-se três alternativas, não mutuamente excludentes, para o seu atendimento. São as três formas de obtenção:

- modernização;
- P&D; e
- aquisição.

A solução final adotada pode ser um compromisso entre as três formas de obtenção, considerando-se apenas o planejamento normal de obtenção, embora o planejamento de emergência possa incluir a requisição como outra forma de obtenção, o que está fora do escopo do presente trabalho.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E PODER MILITAR

É indiscutível que a Ciência e a Tecnologia (C&T) são capazes de modificar, valorizar ou depreciar o Poder Militar de uma nação.

É, principalmente, no Centro Tecnológico do Exército (CTEx), em fase de implantação, que o Exército Brasileiro busca valorizar, por intermédio da C&T, o Poder Militar Terrestre de nosso País.

Os caminhos para a C&T são abertos pelo CTEx, a partir do funcionamento de seus cursos de pós-graduação (doutorado e mestrado) e de graduação, prolongados, com as atividades de P&D e completados através de interação com o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT) e com o setor industrial

É uma vocação do CTEx, antes ou após a sua implantação, poder centralizar e conduzir o processo de graduação e pós-graduação, em todas as especialidades que se façam necessárias, no País ou no exterior. Porém, como tal situação não ocorre hoje, os demais Órgãos do Exército podem deflagrar aquele processo, em algumas especialidades, de forma a atender as necessidades do Exército, pelos mesmos detectadas.

O EME, em sua atividade coordenadora e orientadora do funcionamento do Modelo Administrativo do Ciclo de Vida dos Materiais do Exército (IG 10-36), vem se deparando com dificuldades decorrentes da deficiência do embasamento científico e tecnológico relativo ao chamado Apoio Logístico Integrado (ALI).

O ALI, conhecido em outros Exércitos que já utilizam modelos administrativos similares ao da IG 10-36, nada mais é do que a preocupação com a Logística, em todas as fases da vida de um material, de forma integrada, para que informações relativas a cada material, ou a seus sucedâneos, fluam periódica e sistematicamente entre as fases de:

- formulação conceitual;
- pesquisa e desenvolvimento experimental;
- produção;
- utilização e alienação do material.

Considera-se dispensável destacar, na presente apreciação, a importância da logística no seu confronto com a tática e a estratégia.

TECNOLOGIAS DE CONFIABILIDADE E DE MANUTENIBILIDADE PARA O APOIO LOGÍSTICO INTEGRADO (ALI)

No estágio atual do setor industrial do País e em qualquer das alternativas de obtenção de material — *modernização*, P&D e aquisição — o desempenho esperado de um material vem, em sua maioria, sendo alcançado com esforços nacionais de P&D e produção. O referido desempenho, exigido em OBO, é, particularmente, aquele decorrente do alcance das funções e dos efeitos desejados para o material.

Ocorre que, para garantir a operacionalidade da Força Terrestre (FT), aquele desempenho deve ser satisfatoriamente garantido durante a vida do material.

Aparece, então, o aspecto temporal relacionável ao ALI.

Todos os materiais, em sua vida, são sujeitos a falhas. As falhas do material em estoque ativo, ou seja, distribuído a uma OM, levam-no a duas categorias de tempo de sua vida:

- tempo operante; e
- tempo inoperante.

Por outro lado, a vida de um material pode ser registrada em várias unidades de medida, tais como: tempo de funcionamento, distância percorrida, tiros dados, etc..., que constituem o tempo operante, pois cada *unidade de vida* pode ser transformável em seu equivalente de tempo.

A suscetibilidade e a expectativa da frequência de falhas de um

material nos conduz a conceituar o termo *confiabilidade*.

Confiabilidade é a probabilidade de que um material desempenhe funções e efeitos que lhe foram destinados, durante determinada *missão* ou intervalo de tempo específico, desde que utilizado sob condições para o qual foi concebido.

A medição da confiabilidade se dá pelo tratamento estatístico das diversas unidades de vida entre falhas (a mais comum é o tempo médio-entre-falhas), registradas durante as fases de P & D, produção e utilização do material.

A inexorável falha de todo e qualquer material nos coloca na expectativa do consequente tempo em reparo e nos conduz ao conceito de *manutenibilidade*.

Manutenibilidade é a probabilidade de que um material seja mantido em, ou restaurado a, condições especificadas, quando a manutenção é realizada por pessoal que tenha nível de habilidade especificado, usando recursos e procedimentos prescritos em cada nível de manutenção e reparo. Analogamente à confiabilidade, a medida de manutenibilidade se dá pelo tratamento estatístico do tempo em reparo, que nos leva sempre ao tempo-médio-em-reparo.

Em princípio, são dois os grandes problemas do Apoio Logístico Integrado que a teoria deve estudar, no âmbito das tecnologias dos parâmetros *confiabilidade* e *manutenibilidade*:

- a predição;
- a avaliação.

A predição consiste na criação de modelos matemáticos que permitem prever ambos os parâmetros, aqui tratados, sugerir métodos para melhorá-los, desenvolver princípios de projetos de materiais e componentes.

A avaliação consiste na utilização de técnicas que permitem medir valores reais dos parâmetros, verificar as predições efetuadas com base nos modelos, controlar a manutenção de um nível exigido de *confiabilidade*.

No primeiro estudo usam-se, fundamentalmente, a Teoria da probabilidade, Processos Estocásticos, etc. . . , os quais dão os elementos básicos para o desenvolvimento dos modelos matemáticos.

As técnicas de avaliação se baseiam nos conceitos da estatística e, particularmente, na Teoria de Estimação, Delineamento de Experimentos, Análise de Variância e Teste de Hipóteses.

Têm ainda importante papel as Teorias de Estoque e de Manutenção, o Controle de Qualidade e o Controle de Produção.

A importância do registro e da utilização dos dados de *confiabilidade* e *manutenibilidade* nas fases de P & D, de produção, de utilização e alienação dos materiais empregados pelo Exército, por intermédio do AVISO nº 116, de 17 Nov 83, ao Sr Ministro da Indústria e do Comércio, a submeter à apreciação do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial — CONMETRO, uma proposta sugerindo o início de "estudos para

a criação de Banco de Dados de Confiabilidade, em âmbito nacional, bem como para a elaboração de normas específicas para tal área.

- a preocupação com a *confiabilidade* conceitual até a fase de utilização dos materiais;

- a integração de outras organizações no contexto da *confiabilidade*, para fins de mobilização militar;

- os reflexos na imagem exportadora de material bélico, pois hoje "os dados de *confiabilidade* são requisitos exigidos corriqueiramente no comércio mundial de armas".

RELAÇÃO CUSTO/EFICÁCIA DE UM MATERIAL E OPERACIONALIDADE DA FORÇA TERRESTRE

O EME é responsável, perante o Ministro do Exército, pela preparação do Exército, para o cumprimento de sua destinação constitucional. Em consequência, compete-lhe proporcionar os elementos necessários às decisões do Ministro do Exército nas questões relativas à estrutura, organização, articulação, aparelhamento e *ades-tamento* da Força Terrestre.

Para tal, nos casos de aparelhamento em material, nos trabalhos de ajustamento às IG 10-36, se resente da deficiência ou inexistência de procedimentos que permitam predições ou avaliações satisfatoriamente precisas, do custo e da eficácia na área de material.

Tem-se a convicção de que só de posse de relações, preditas ou

avaliadas, entre o custo e a eficácia referentes às alternativas de obtenção de material, o EME "proporcionará os elementos necessários às decisões do Ministro do Exército".

As predições ou avaliações de custo devem envolver os custos de aquisição, modernização e P & D e os custos incorridos, ou a incorrer, durante a vida do material. Dependendo diretamente da intensidade da atividade operacional, os últimos custos superam em várias vezes os primeiros. Os custos durante a vida do material são os custos de manutenção, logísticos e administrativos, além dos custos de capacitação de recursos humanos para operação e manutenção e os custos de utilização do material (consumo e munição, combustível, lubrificantes e produtos afins, peças sobressalentes, etc. . .). Estes custos são diretamente proporcionais à *confiabilidade* e à *manutenibilidade* do respectivo material, além de dependerem do grau de esforço exigido na capacitação de recursos humanos e da intensidade de utilização dos mesmos.

Os estudos, visando predizer ou avaliar a *eficácia do material*, devem levar em conta não somente o desempenho esperado do mesmo, mas, também, considerar a *confiabilidade* e a *manutenibilidade*, pois, na realidade, a eficácia depende do desempenho, da *confiabilidade* e da *manutenibilidade* do material.

Portanto, a eficácia e o custo têm a mesma natureza temporal

do Apoio Logístico Integrado, por se relacionarem à vida do material.

Atualmente a denominada operacionalidade da FT, no que concerne ao seu componente material, tem como critérios de apreciação:

— para o equipamento básico de uma Organização Militar (OM)

material disponível x 100

dotação prevista

— para suprimento orgânico da OM

suprimento disponível x 100

nível orgânico

Adotando-se a premissa de que a dotação prevista e o nível orgânico tenham sido atingidos é, relativamente, fácil imaginar-se as elevadas percentagens associadas a um determinado material no início de sua vida, em sua infância, quando a taxa de falhas (percentagem de equipamento com falhas) ainda não cresceu para atingir valores mais estáveis, característicos e inerentes ao material. Com esse natural crescimento da taxa de falhas, diminuem os numeradores de ambas as frações, isto é, diminui o material disponível devido à taxa de falhas e respectivo tempo-médio-em-reparo e diminui o suprimento devido ao seu consumo durante o reparo.

Verifica-se, assim, que deficiências nas predições e avaliações na *confiabilidade*, relacionada com a taxa de falhas, e na *manutenibilidade* de um material podem diminuir a operacionalidade a níveis

aceitáveis pela FT, mesmo antes de um seu eventual emprego, ainda na fase de preparação do Exército.

É importante destacar-se que os estudos e modelos de custo/eficácia apropriados para o material de emprego militar permitem não só prever ou avaliar a operacionalidade relativa -a vida do material mas, principalmente, prever ou avaliar o custo a incorrer ou incorrido durante esta vida. As relações custo/eficácia das alternativas de obtenção de material para atender às exigências dos OBO e RTB, "proporcionam os elementos necessários às decisões do Ministro do Exército".

As predições e avaliações de eficácia e de custo, como foi visto, dependem das tecnologias de *confiabilidade* e *manutenibilidade*. As avaliações tanto de custo quanto de eficácia, se referem aos materiais nas fases de formulação conceitual, P & D e produção, durante o desenrolar do processo de aquisição. Em resumo, prediz-se o que não existe e avalia-se o que existe.

Um mesmo modelo de custo e um mesmo modelo de eficácia podem ser aplicados em todas as fases da vida de um material. Além desta liberdade horizontal dos modelos, as próprias informações sobre *confiabilidade* e *manutenibilidade* de um material em utilização podem, total ou parcialmente, servir para outros materiais em suas fases de formulação conceitual e P & D.

Valer-se da liberdade horizontal, dos modelos e das informações sobre a *confiabilidade* e *manuteni-*

bilidade, é poder executar o Apoio Logístico Integrado (ALI).

O ALI permite o controle sobre as relações custo/eficácia e possibilita a preparação do Exército para uma satisfatória operacionalidade, principalmente decorrente de sua componente material.

NECESSIDADE DE ESTUDOS LOGÍSTICOS PARA O EXÉRCITO, EM ELEVADOS NÍVEIS DE ENSINO

Em virtude dos aspectos já apreciados no presente trabalho, não se pode pensar em comissionar administradores logísticos de alto nível da indústria, quando na emergência de um conflito bélico. Este expediente traria ainda duas sérias desvantagens: desviaria da indústria recursos humanos necessários à expansão industrial causada pelo próprio conflito e introduziria no Exército um grupo altamente qualificado cujo treinamento não estaria sintonizado com as peculiaridades da atividade militar.

Por incorrer em tal erro durante a II Guerra Mundial visando não repeti-lo, nos Estados Unidos da América (EUA), foi instituído em 1954, o Centro de Administração Logística do Exército.

No Exército Brasileiro, o CTEx, na atual fase de implantação, vem se utilizando da pós-graduação no exterior para valer-se de conhecimentos científicos e tecnológicos, basicamente, em apoio ao desempenho do material de emprego militar, visando garantir suas funções

e efeitos, em atendimento às exigências do Exército.

Entretanto, o EME, por intermédio da 3ª Subchefia — de Doutrina, Ciência e Tecnologia, detectou um círculo vicioso que enfraquece a atividade logística na FT e que conduz a outras necessidades de pós-graduação no exterior.

O Exército não tem exigido aplicação de modelos de custo/eficácia por não dispor dos necessários dados de *confiabilidade* e *manutenibilidade*, que alimentem aqueles modelos. Por outro lado, não dispõe de dados de *confiabilidade* e *manutenibilidade* porque não saberia como utilizá-los, pois não possui modelos de custo/eficácia necessários.

Tal situação, eleva os riscos de degradação da operacionalidade da FT e deprecia o Poder Militar Terrestre. Para valorizar este Poder Militar há que se recorrer à Ciência & Tecnologia.

Como Órgão de Direção Geral do Sistema de Pesquisa e Desenvolvimento do Exército, caberá ao EME, que vem convivendo com os problemas decorrentes do ajustamento às IG 10-36, tomar as necessárias medidas para que oficiais do Quadro de Engenheiros Militares (QEM) sejam enviados para frequentar cursos de pós-graduação na área logística militar, visando dar ao CTEx condição de, no futuro, poder desenvolver-se nesta área que, diante das apreciações apresentadas anteriormente, pode ser considerada crítica para o Exército. Os referidos militares, em seu retorno, seriam inicialmente nomeados professores do Insti-

tuto Militar de Engenharia (IME), podendo ser designados para o curso de pós-graduação, de Pesquisa Operacional, onde já se encontra instituída a linha de pesquisa em Análise de Sistema de Armas.

Os oficiais deveriam obter o mais elevado nível de pós-graduação sendo preferencialmente o de doutorado, e, na impossibilidade deste, o de mestrado.

O U.S. Army Logistics Management Center (ALMC) possui, em em conjunto com o Florida Institute of Technology (FIT), programas de pós-graduação cooperativos que atendem a um possível interesse do Exército Brasileiro em suprir deficiências em administradores logísticos de alto nível.

A ALMC recebe alunos estrangeiros e oferece um mestrado tanto em Administração Logística quanto em Administração de Aquisição e Contrato, por possuir pessoal docente associados ao FIT, em níveis de graduação, mestrado e doutorado.

Oportunamente, o próprio Curso de Pesquisa Operacional do IME poderia passar a oferecer programa de mestrado na área de administração logística. Quando tal ocorrer, cessaria a necessidade de frequência ao ALMC e FIT e o CTEx teria condições de se desenvolver com seus próprios recursos humanos.

Os Oficiais do QEM com o referido mestrado, e eventualmente alguns com doutorado, à medida que fossem pós-graduados, poderiam, também, prestar a mais elevada contribuição aos estudos e

planejamentos do EME, nas Subchefias de: Estratégia; Planejamento Operacional; Doutrina, Ciência e Tecnologia; e Planejamento Corrente.

Progressivamente, par da implantação de procedimentos quanto ao Apoio Logístico Integrado (ALI), os demais estabelecimentos de ensino do Exército deveriam, também, se beneficiar, através da atualização ou aprimoramento dos cursos de Altos Estudos, de Aperfeiçoamento e de Especialização.

No Exército Brasileiro, atualmente, a preocupação com o ALI, na forma como aqui foi exposto, se encontra consubstanciada em alguns documentos, entre os quais se pode citar:

- as IG 10-36, através de um de seus quatro objetivos, nos blocos 132, 133 e 134 — Observação dos Usuários e no bloco 142 — Utilização;

- as Diretrizes para a Realização das Avaliações Operacionais na Área de Material, baixadas pelo EME em 1982, que prescreve como atribuição dos Órgãos Proveedores "orientar suas Diretorias para que, na fase de utilização dos materiais, efetuem o levantamento periódico e sistemático de dados de *confiabilidade* e *manutenibilidade* permitindo a busca possível detecção de deficiências que impliquem em realimentação dos Órgãos responsáveis pela pesquisa e desenvolvimento";

- os objetivos Básicos Operacionais, estabelecidos pelo EME, relativos a 17 (dezessete) materiais nos quais têm sido, sistematicamente, feito constar exigências de

confiabilidade e *manutenibilidade*, ou de *disponibilidade* correspondente aos dois parâmetros.

Os documentos supracitados, constituem apenas um primeiro passo na direção do Apoio Logístico Integrado, porém já são suficientes para causar alguma repercussão tanto no sistema de manutenção e suprimento do Exército como no setor industrial. É neste sentido que algumas empresas como a ENGESA e a AVIBRÁS, em parte exigidas pelos OBO e RTB de nosso Exército e em parte pelas exigências "do comércio mundial de armas", realizam investimentos e procuram adequar seus procedimentos, relacionados ao assunto.

CONCLUSÕES

- a. Há necessidade de se acelerar a implementação do Apoio Logístico Integrado, em continuidade aos primeiros passos resultantes da aplicação do Modelo Administrativo do Ciclo de Vida dos Materiais.

- b. A implementação do Apoio Logístico Integrado está intimamente relacionado às tecnologias de *confiabilidade* e *manutenibilidade*.

- c. Embora seja possível fazer constar em OBO e RTB exigências relativas àquelas tecnologias supracitadas, bem como realizar um registro de dados de unidades de vida entre falhas e de tempo em reparo, há carência em administradores logísticos de alto nível que viabilizou o Apoio Logístico Integrado.

d. Se Oficiais do QEM cursarem programas de pós-graduação cooperativos do Florida Institute of Technology, ou de outras universidades em conjunto com o U. S. Army Logistics Management Center, aquela carência poderá progressivamente ser anulada.

e. Os referidos programas cooperativos são a única forma de abrir caminhos para que a Ciência e Tecnologia, voltada para a Logística, valorize o Poder Militar, de forma direta, resultando na implantação do Apoio Logístico Integrado.

f. O AVISO nº 116, de 17 Nov 83 do Sr Ministro do Exército é uma forma, indireta, de valorização do Poder Militar através do Poder Nacional, o que ainda assim, em decorrência da iniciativa, resultará em demanda por Administradores Logísticos de alto nível no âmbito do Exército.

g. Em seu retorno, os Oficiais pós-graduados poderiam direta ou indiretamente contribuir para a área do Ensino Militar, atualizando ou aprimorando os cursos de Altos Estudos, de Aperfeiçoamento e de Especialização nos aspectos relacionados à Logística.

h. Excelente aproveitamento dos referidos pós-graduados poderia se dar em várias Subchefias do próprio EME, aonde, hoje, já se prevê e se solicita pessoal habilitado em Pesquisa Operacional e outros métodos quantitativos, conforme prescrição contida no item 6) do Art 29 de seu Regulamento Interno(RI—R—173).

CONCEITUAÇÕES

a. OBJETIVOS BÁSICOS OPERACIONAIS — documento que estabelece basicamente as *características operacionais* desejadas para um material, podendo eventualmente conter informações técnicas, e capaz de orientar o processo de obtenção desse material, através de pesquisa e desenvolvimento experimental (P & D) ou de sua aquisição, e servir de base para as avaliações operacionais consequentes.

b. CARACTERÍSTICA OPERACIONAL — desempenho esperado (funções, efeitos) e parâmetros fundamentais de um material, necessários às ações militares para execução de missões de natureza estratégica, tática, administrativa ou de instrução.

c. MISSÃO — tarefa ou dever a ser executado ou cumprido por um indivíduo ou *agrupamento*, expresso claramente pela atividade ou ação a realizar e seus objetivos, ou pela finalidade ou efeito desejado.

d. MISSÕES FUNDAMENTAIS — missões de combate ou de apoio, selecionadas entre aquelas que correspondem à destinação do *agrupamento* considerado, de modo a constituírem um elenco reduzido mas suficiente a partir do qual são elaborados os *objetivos Básicos Operacionais*.

e. AGRUPAMENTO — composição de homens e material correspondentes à organização militar operacional, em determinado nível (pequenas frações, frações

subunidades, unidades e grandes unidades).

f. AMBIENTE OPERACIONAL — conjunto de características fisiográficas, circunstâncias e influências de toda a ordem que afetam e condicionam, de forma peculiar, o desenvolvimento das operações militares.

g. EFICÁCIA DE UM MATERIAL — medida do grau e da extensão com que o material atende as exigências, contidas em OBO e RTB, relativa ao desempenho, à operação e à manutenção. É normalmente expressa através de modelos que levam em consideração as características de desempenho e as de *confiabilidade, manutenibilidade e disponibilidade*.

h. CONFIABILIDADE — probabilidade de que um material desempenhe a função que lhe foi destinada, durante uma *missão* determinada ou intervalo de tempo específico, sob certas condições para o qual foi concebido. É normalmente expressa a partir do tempo, distância, nº de ciclos médios para falhas ou entrefalhas.

i. MANUTENIBILIDADE — probabilidade de que um material desempenhe a função que lhe foi destinada, desde que as ações de manutenção se realizem de acordo com procedimentos e recursos previstos. É normalmente expressa a partir do tempo médio de reparo.

j. DISPONIBILIDADE — probabilidade de que um material desempenhe a função que lhe foi destinada, em qualquer instante de

tempo em que venha a ser solicitado. É usualmente expressa pela divisão do tempo médio entre falhas pela soma deste com o tempo médio de reparo.

l. REQUISITOS TÉCNICOS BÁSICOS — documento que estabelece as características técnicas para um material, decorrentes da necessidade de interpretação dos *Objetivos Básicos Operacionais*, para fins de desenvolvimento experimental, aquisição e correspondentes avaliações técnicas.

m. ADESTRAMENTO — atividade final da instrução militar na tropa, que objetiva a formação de diversos *agrupamentos* de homens, com seus equipamentos, armamentos e fardamento, para a eventualidade de emprego como instrumento de combate ou apoio, ao qual estão destinados por organização.

n. DESEMPENHO COLETIVO — é a capacidade técnica e tática de um determinado *agrupamento* para a execução das *missões* de combate ou apoio correspondentes à sua organização.

o. NECESSIDADES CORRENTES — são as necessidades de materiais, já previstos em Quadro de Organização (QO), para distribuição ou consumo, que ainda não estejam sendo produzidos no País ou que precisem ser modernizados ou adquiridos.

p. NECESSIDADES OPERACIONAIS FUTURAS — são as necessidades de materiais, não previstos em QO, e as de *modernização* daqueles já em uso, decorrentes

do planejamento para emprego da Força Terrestre (FT); em operações militares futuras.

q. MODERNIZAÇÃO — incorporação de inovações tecnológicas, aos materiais em fase de utilização, objetivando uma melhor relação custo/eficácia até o final do ci-

clo de vida correspondente.

r. UNIDADE DE VIDA — é uma medida de duração do uso, aplicável a um sistema ou a qualquer uma de suas subdivisões, podendo constar de: tempo de operação, ciclo, distância percorrida, tiros dados, tentativas para operar, etc.



O Maj QEM Vicente Luz tem os cursos de Material Bélico da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Bacharel pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Engenharia Metalúrgica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) e pós-graduação em Estatística e Métodos Quantitativos pela Universidade de Brasília, DF. É atualmente pós-graduando do Curso de Pesquisa Operacional do IME, Rio de Janeiro.



PANTALEÃO PESSOA— A FORÇA BRAVIA DAS CONVICÇÕES

João Leitão de Abreu

Nasceu ainda no período victoriano. Foi envolvido, na mocidade, pela atmosfera vaga, esfumada da "*belle époque*". Onde a sensação de imobilismo acariciava os corações. Ao menos daqueles — imensa maioria — para quem a raiva inconformista, que tomava corpo, era caso de polícia.

Os seus grandes olhos, com o natural espanto das grandes inteligências, interrogava o mundo à procura de respostas que servissem à construção do seu futuro. Este o encaminhou, porém, sem maiores filosofias, para a carreira das armas, na qual o idealista, que nele se aninhava, encontraria lugar privilegiado para devotar-se ao interesse público dos brasileiros.

Num passo descuidado, por onde — segundo feitiçeiro poeta — as coisas geralmente começam, viu-se

em 1904, no esplendor da juventude, em guerra contra a vacina obrigatória. Movido essencialmente pelo espírito de solidariedade não se identificou, no íntimo, com a razão do movimento, pelo qual no entanto se dispunha a sacrifício total. O colorido romântico e sonhador do levante, a sua exaltação temerária da liberdade individual — tudo isso trabalhou certamente o ânimo do jovem soldado.

Esse primeiro e dramático encontro com uma das grandes e prestigiosas idéias que fascina, agitam e enchem o coração do homem de amor e de intolerância, mostrou à sua mente cartesiana que essa idéia, a idéia de liberdade, nem sempre é clara e distinta. Não será idéia confusa, qual a idéia de justiça, entre cujas modalidades distinguia assustado e sapiente

abade de outros tempos — que via o demônio por toda a parte — até a justiça do diabo (*justitia diaboli*). Porém é idéia que as mais das vezes requer determinação, não isenta de polêmica, para a sua aplicação segura e equidosa ao universo do concreto e do individual, universo em que as coisas singulares são infinitas — *singularia sunt infinita* — infinitas e diferentes.

Depois de voltar às fileiras, donde fora excluído pela rebeldia a que se deixara arrastar, exercia o nobre ofício de ensinar, quando explodiu o trovão da Grande Guerra, admirável contribuição da estupidez para a aceleração da história.

Era o novo século que disparava, contraditório, sofrido, trágico, revolucionário, belicoso, criativo, multiplicador de crises, inventor da história, capaz de todo o bem, capaz de todo o mal, até, pela primeira vez, na crônica da humanidade, do mal absoluto.

Os sinais das tempestades que se avizinhavam não eram claramente discerníveis nos anos 20. Notadamente porque o presente não se deixa conhecer com a facilidade e a exatidão que se acredita. Sem conhecimento preciso do presente, pai do futuro, este guarda os segredos, jubilosos ou terríveis, que nos reserva. Somente novos profetas, autênticos e misteriosos, poderiam antecipar o porvir, sem se arrisquem a predizer, como os videntes dos nossos dias, uns que as próximas décadas serão constituídas de anos radiosos, outros que os decê-

nios à vista trarão catástrofes ou sofrimentos horrendos.

A crise imediata do pós-guerra — crise política, crise econômica, crise social — não pouparia o distante Rio Grande. Distante, altaneiro, agarrado ferozmente a princípios constitucionais que brigavam, em pontos capitais, com os que lhe impunha o pacto federativo. Porém não tão altaneiro que não fosse sensível à contestação de famílias doutrinárias de outra obediência filosófica. Nem tão feroz que minimizasse a importância das demonstrações de insatisfação quanto à indiferença acerca de medidas, que a situação econômica e social, criada pela guerra de 14, requeria dos governantes. Mormente quando as demonstrações partiam de classes econômicas poderosas e de correntes populares, que engrossavam ameaçadoramente.

A alteração de surdos, que agitava cidades e vilas, teria que acabar como acabou: numa guerra de surdos, com esbanjamento do panache, próprio do gaúcho. Quiseram os bons fados, porém, que nenhum dos campos tivesse condições de dominar o antagonista. As operações, ágeis e sangrentas, cobriram grande parte do Estado. Promoveu-se dualidade de governos, que não chegou a corporificar-se formalmente. Tentou-se guerra econômica, consistente em estimular o não pagamento de impostos e taxas estaduais. Thoreau, ou não Thoreau, era a desobediência civil que emergia no coração do pampa, como forma de luta contra o poder.

Como sói acontecer em tais circunstâncias, as duas partes voltaram-se para o poder militar da União, em busca de apoio. Esta se manteve, contudo por decisão do Chefe do Governo, em atitude de expectativa e reserva. O Presidente da República cingiu, pois, em face da peleja, a máscara do terceiro imparcial. Quer por falta de autoridade, quer por interesse político, quer por não achar suporte jurídico para intervir na contenda.

Compelida a presenciar, com simpatias divididas, o desenrolar do conflito, a guarnição federal ansiava pela pacificação. A serviço desse objetivo, com o qual se identificava, o Capitão Pessoa, pela habilidade, pelo tino, pela isenção com que se houve, credenciou-se ao reconhecimento do Rio Grande e do País.

Na inteligência política dos próprios beligerantes residiu porém fundamentalmente a força que sufocou o conflito. Intuíram os contendores que não lhes bastava a paz que se estabelece entre inimigos. Viram que era mister a conciliação, que desarma os espíritos e irmana os corações. Donde a conclusão de pacto pelo qual depuseram as armas e lançaram os alicerces da concórdia, que conduziria à formação de Frente Única, em que o Rio Grande todo se reconciliou politicamente.

Esse ato de concórdia constituiu fato político essencial à vitória do movimento de 30. Permanecesse o Rio Grande dividido, a articulação dessa revolta de âmbito nacional se tornaria inviável. Assim como o desmantelamento da

Frente Única determinaria o malogro, em 1932, da revolução paulista.

Pantaleão Pessoa não participou diretamente da Grande Revolução, a Revolução de 30, para a qual contribuiu porém indiretamente, ao servir à causa do apaziguamento dos ânimos, por onde tinha que passar a unidade política do seu Estado natal. Ademais, a comissão de confiança em que se encontrava, como adido militar em Montevideu, lhe tolhia, quando outras razões não existissem, qualquer atividade conspiratória.

Autêntico, verdadeiro fato revolucionário, fonte originária do direito, a Revolução de 30 criou, por sua própria força, ordem jurídica incontestável e soberana. Pela defesa do direito, na sua expressão mais ampla, pela salvaguarda das instituições então vigentes bateu-se Pantaleão Pessoa quando, em 1932, mobilizou com férrea energia unidades da guarnição do Rio de Janeiro para embargar a marcha que se anunciava triunfal, das tropas paulistas sobre a Capital da República. Na Chefia do Estado-Maior do Exército da Frente Leste teve que se defrontar, com natural amargura, com velhos e queridos companheiros, de quem não desejaria jamais separar-se.

A batalha que apenas se esboça em trinta fere-se cruenta em trinta e dois. O apelo às armas, agora, era válvula que se abria para suprir a palavra das urnas. Pode ter sido também simplesmente a segunda batalha da Revolução de 30. Do mesmo modo que se diz haver sido

a segunda grande guerra a segunda batalha da guerra de 14.

A tensão que dominaria o decênio amainou na sua primeira metade, com o advento da Constituição de 1934. Obra que dava resposta às exigências sociais da época, obra que abria novas perspectivas para a solução dos problemas nacionais. Essa Carta Política, por mais perfeita que fosse, por mais que merecesse o voto de perpetuidade (*esto perpetua*) formulado quanto à Constituição do Império, essa Carta Constitucional não conseguiu manter-se em vigor nem quatro anos. Não porque tivesse sido emendada ou revista, mas porque aniquilada, ou implodida, antes disso, pelo golpe de Estado com que o País foi surpreendido no dia 10 de novembro de 1937. No preâmbulo da Constituição, então outorgada, se dizia que a sua decretação se dava com o apoio das forças armadas. Pantaleão Pessoa, então General, então um dos Chefes do Exército, guardião da Constituição, da lei e das instituições, Pantaleão Pessoa, com a responsabilidade dos altos cargos que exercera, entre os quais o de Chefe do Estado-Maior do Exército e o de Chefe da Casa Militar da Presidência da República levantou a voz para, alto e bom som, dizer não à nova ordem que inopinadamente se criava. Conhecia a inutilidade da sua rebeldia, cujas razões, todas e cada uma irrespondíveis, deduziu em documento lapidar encaminhado ao Ministro da Guerra. Porém não queria concorrer com a cumplicidade do silêncio para legitimação da violência prati-

cada contra as instituições que lhe cumpria, dentro da Constituição e da Lei, defender e garantir.

A bravia irredutibilidade de suas convicções faz lembrar a de filósofo escolástico, que em inflamada *disputatio* entre doutores, na qual o argumento de autoridade era geralmente a pedra de toque da verdade, afronta sem meias palavras a opinião comum. Embora todos digam sim — escandaliza, ele, o cenáculo — eu digo não (*Si omnes sic, at ego non sic*) :

Essa atitude — tinha plena consciência — o levaria, como levou, ao truncamento da vida profissional, à condição de pessoa não grata aos devotos do poder, que são legião. À prisão imediata sucedeu incontinenti decreto de aposentadoria por conveniência do regime.

Voltaria com o retorno da nação aos quadros constitucionais, com a restauração da democracia. No entretempo o mundo conheceria juntamente, entre nós, com a privação da liberdade, os horrores da carnificina sem precedentes que abriria as portas à idade nuclear.

O antigo soldado continuara as cogitações a que se habituara, cujo centro de gravidade era a segurança coletiva e a prosperidade comum. Jamais abandonou a idéia da criação de Serviço Nacional Obrigatório, do qual esperava benefícios inestimáveis, pelo que renderia em proveito do País e da qualidade de vida da sua gente.

Desprendido como sempre, rogou o brilhante parlamentar, o Deputado Plínio Barreto, que retiras-se, no que lhe dizia respeito, projeto de lei que lhe concedia

promoção no generalato, para reparação da injúria sofrida pela aposentadoria em que tombara na defesa da legalidade.

Reintegrado, recusou-se a permanecer na ativa. Disposto, no entanto, a prestar serviço ao País em qualquer outro setor, se para isso convocado. Convocação dessa natureza lhe foi dirigida, no Governo Café Filho, para presidir órgão federal, incumbido do abastecimento e controle de preços. A história da sua atuação, no comando dessa terrível tarefa, merece ser estudada pelos que desejam dedicar-se, como ele se devotou, com abnegação e inflexibilidade, à tutela e defesa do povo. Dispensou qualquer remuneração pelo duro ofício em que fora investido. Ofício que exerceu com entusiasmo enquanto não tolhido na liberdade, a que se julgava com direito, de imprimir ao órgão que presidia a orientação que melhor consultava ao interesse do povo.

Cada homem é único. Mas alguns homens, como na frase célebre, são mais únicos. Assim Pantaleão Pessoa. Austero, quase ascético, poderia dizer, à maneira franciscana: *eu preciso pouco e desse pouco muito pouco*. A sociedade de consumo o deixava indiferente. À semelhança do filósofo grego,

sóbrio entre tontos, no que se referia ao comércio das idéias, Pantaleão Pessoa, sóbrio entre incontinentes, contemplava impassível a infinita ganância pelo dilúvio dos supérfluos com que a afluência atormenta a sociedade.

Eu preciso pouco e desse pouco muito pouco. Não precisava de títulos e honrarias. Nem a fome pecuniária o visitava. Tinha direito a ser promovido a marechal. Poderia, se quisesse, gozar o título e o estipêndio resultantes dessa posição jurídica. Mas havia um requisito para isso. Era necessário pedir a promoção. Não pedir pedindo, na fórmula de Vieira, mas pedir exigindo. Pedir pedindo, ou pedir exigindo — tudo era pedir, e nisso não anuiu o general, que ao marechalato e seu viático preferiu, mais uma vez, dizer não à transigência com a postura ditada por sua maneira de ser.

Figura singular pela riqueza das virtudes, pela força da personalidade, pela capacidade de abnegação, pelo amor ao seu povo e à corporação militar a que dedicou a vida, corporação que honrou e engrandeceu, Pantaleão Pessoa, modelo de integridade, bravura moral e independência, soube cumprir como poucos o mais difícil e o mais excelso dos deveres: o dever de ser um homem.



João Leitão de Abreu, Ministro Chefe do Gabinete Civil na Presidência da República e Ministro do Supremo Tribunal Federal, aposentado. Trabalho introdutório ao estudo feito pelo historiador Stanley E. Hilton, Professor da "Louisiana State University", sobre Pantaleão Pessoa, cujo centenário de nascimento transcorrerá a 6 de abril de 1985.

POR QUE ANUNCIAR EM “A DEFESA NACIONAL”?

A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque:

- Ela circula em todos os Estados do Brasil e no Exterior;
- Seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais leitores que o número regular de seus assinantes;
- Depois de lida, ela constitui fonte permanente de informações. Sendo uma revista de estudo de problemas brasileiros e que também focaliza os mais palpitantes temas militares, políticos, econômicos e sociais da atualidade internacional, ela é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas simplesmente noticiosas.
- Circula num meio ponderável de capacidade aquisitiva e de poder decisório.

Anuncie em A DEFESA NACIONAL. São 72 anos de serviços prestados ao Brasil, às Forças Armadas e ao progresso nacional.



**A DEFESA
NACIONAL**

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

Palácio Duque de Caxias - térreo. Praça Duque de Caxias, 25
Tel. 283-3030 - CEP 20.455 - Rio de Janeiro - RJ



INFORMAÇÕES

ZANINI COMEMORA 35 ANOS DE ATIVIDADES

A Zanini S/A Equipamentos Pesados, foi fundada em 1950 por Maurílio Biagi e Ettore Zanini. No início, era uma modesta oficina que prestava serviços às usinas de açúcar de Sertãozinho e região.

Em 1957, com 135 funcionários, a Empresa, então chamada Oficina Zanini, tornou-se Sociedade Anônima. Capitalizando lucros e desenvolvendo tecnologia, a Zanini cresceu continuamente, acumulando uma extraordinária capacidade produtiva, tanto em termos materiais como humanos. Atualmente, a Zanini é uma das maiores indústrias brasileiras de bens de capital sob encomenda e líder um grupo de empresas de atividades diversificadas, como a Renk-Zanini S/A, AKZ Turbinas S/A, Meppam Equipamentos Industriais Ltda., Etelco Eletro Controle Ltda., Zanini International Trading Company Inc., Zanini Engenharia, Pesquisa e Desenvolvimento S/A, ZEPE, Sermatec Indústria e Montagens Ltda. e Destilaria Cachoeira S/A.

Os principais marcos da evolução da Zanini são os seguintes:

1964 — Concretiza seu primeiro plano de expansão;

1965 — Projeta, fabrica e monta, pela primeira vez no Brasil, uma usina de açúcar completa, a Cia, Açucareira Vale do Rosário, em Orlândia — SP;

1971 — Abertura do Capital;

1972 — Inicia seu segundo plano de expansão;

1973 — Projeta, fabrica e monta as novas instalações da Usina Santa Elisa, em Sertão-

zinho — SP, considerada uma das mais completas e atualizadas do país;

Como parte de uma etapa de diversificação de mercado, entrega à Prefeitura de São Paulo a maior usina de industrialização de lixo da América Latina, com capacidade de processar 400 toneladas diárias de lixo;

1974 — Vence a concorrência para instalação da Usina Abrahan Lincoln, pertencente ao Ministério da Agricultura, em Altamira, em plena Amazônia. A usina foi entregue seis meses antes do prazo;

1975 — Fornece ao Estaleiro Mauá, no Rio, o maior guindaste para estaleiros já construído no Brasil, com capacidade para 100 toneladas;

1976 — É contratada pela Aracruz Celulose para o fornecimento do maior forno de cal do mundo, com 116 metros de comprimento e 3,6 metros de diâmetro;

Introduz no mercado as Moendas Zanini-Farrel, que aumentam o rendimento de extração e moagem das usinas açucareiras;

1977 — É inaugurada a Destilaria da Usina Santa Elisa, pioneira dentro do Proálcool e construída em tempo recorde, pelo Consórcio Zanini-Racional;

1978 — Entrega as primeiras destilarias fornecidas pelo sistema "chave-na-mão";

Entrega à Companhia Siderúrgica Nacional, sete pontes rolantes, com capacidade até 80 toneladas;

Exporta para a Argentina as maiores moendas já fabricadas no Brasil;

1979 — Ganha a concorrência para fabricar todos os equipamentos do Terminal de Carvão de Sepetiba, um dos portos mais mo-

deros do Brasil (obra inaugurada em 1982 pelo Presidente da República);

1980 — Entrega à Usina Hidrelétrica de Tucuruí, uma ponte rolante com capacidade de 250 toneladas;

Entrega à Companhia Vale do Rio Doce, um empilhador de minérios ("stacker"), com capacidade para 6000 t/h e um recuperador ("reclaimer") para 4000 t/h;

1981 — Fornece à Valesul Alumínio, uma fábrica completa de anodos e catodos para produção de alumínio;

Começa a operar em Sinop (MT) uma central termelétrica Zanini, que produz vapor e energia elétrica a partir da queima de madeira;

1982 — Ganha a concorrência para fornecer um gigantesco carregador de minério (16.000 t/h) à Companhia Vale do Rio Doce, fazendo parte do Projeto Carajás;

Ganha a concorrência para fornecer a fábrica de anodo verde da Albras em São Luiz do Maranhão;

1983 — Lança uma nova geração de destilarias de álcool — mais eficientes e econômicas;

Entram em operação as caldeiras Zanini para queima de bagaço, fornecidas a indústrias não canavieiras para substituir óleo combustível: Companhia Suzano de Papel e Celulose, Ripasa S/A Celulose e Papel, Cargill Industrial Ltda.;

1984 — Entra em operação a primeira destilaria tipo Zanitec, da nova geração de destilarias;

A Zanini lidera o fornecimento de destilarias autônomas pelo Proálcool em sua fase de concorrências internacionais;

Ganha a concorrência para fornecimento "chave-na-mão" da Destilaria Alexandre Balbo em Iturama (MG), capacidade 360.000 l/d, a maior destilaria já implantada em uma só fase pelo Proálcool.

CAEEB DINAMIZA O SISTEMA DE COMERCIALIZAÇÃO DO CARVÃO

Graças à política energética adotada pelo Governo e à atuação da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras — CAEEB, como intérprete e executora dessa política, pode-se afirmar que houve um crescimento bastante significativo no mercado do carvão mineral nacional. Para acompanhar esse crescimento, a CAEEB resolveu reestruturar o sistema de comercialização de carvão, dando maior amplitude à

organização anterior, o que vai garantir à Empresa maior e melhor conhecimento dos problemas que afetam a comercialização do carvão.

Na atual estrutura, a criação de um organismo para desempenhar os trabalhos de "marketing" trará à CAEEB uma gama elevada de novos consumidores, gerando a possibilidade de se atingir 100 mil toneladas a mais, nos próximos meses.

Com apenas poucos meses de estruturado, o novo Sistema de Comercialização do Carvão já colheu seus primeiros frutos, com a permissão de atacar os segmentos industriais postos acima do paralelo 20: o Entrepósito de Aratu, na Bahia, será, sem dúvida, um pólo de radiação que atingirá, em pouco tempo, o Nordeste brasileiro.

O Porto de Aratu é equipado com descarregador de navios e correias transportadoras ligadas ao pátio de estocagem, o que permite a descarga de 2.000 t/dia. O pátio da CAEEB fica a 11 km de distância do pátio de descarga do Porto.

Com o propósito de proporcionar à Presidência da CAEEB informações atualizadas sobre a movimentação do Carvão Energético pela Empresa, foi criado um Microsistema de Informações do Carvão, utilizando um microcomputador SID-3300, cujo centro de operações se localiza na Administração Central.

A tônica predominante do sistema implantado é a rapidez no fluxo de informações e, também uma alta velocidade na recuperação das informações, centralizando em um ponto focal os múltiplos dados que se encontravam dispersos.

Em síntese, a instalação do microcomputador permitiu a aplicação de filosofia do processamento distribuído, que visa a diminuir a concorrência de utilização no computador central do Departamento de Informática do Rio de Janeiro — DIR. Agora, é possível obter acesso às informações estratégicas sobre a situação do carvão energético, permitindo agilizar decisões rápidas e precisas, tendo como consequência imediata dispensa e consultas a volumosos relatórios na procura dos dados.

Como resultado do trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho do Sistema Gerencial do Carvão — GTSC, encontra-se em desenvolvimento na CAEEB o Sistema de Informações Gerenciais do Carvão — SIGC. Esse Sistema visa estabelecer, mediante o trato de informa-

ções técnicas no âmbito do carvão energético mineral, as bases de um sistema de PED que, além de atender à Empresa, irá porporcionar ao Ministério das Minas e Energia e aos seus Órgãos, informações úteis no estabelecimento, execução e acompanhamento da Política Nacional de Energia.

FRANCESES SIMPLIFICAM CONTINÊNCIA REGULAMENTAR

O Ministro da Defesa da França decidiu simplificar a continência regulamentar, "a fim de permitir, em qualquer circunstância, que se prestem, individualmente, as honras devidas às autoridades hierárquicas e aos símbolos". Doravante, os militares descobertos deverão prestar continência a seus superiores, do mesmo modo como se estivessem cobertos.



Tais disposições em nada modificam os regulamentos concernentes aos lugares e circunstâncias nos quais é obrigatório portar cobertura.

A RECUPERAÇÃO EUROPEIA EM MIKROCHIPS:

Com o "Projeto Mega" a Siemens AG alemã, associada à Philips dos Países Baixos, deseja fazer concorrência aos japoneses e americanos. Em 1987 deverá ser iniciada a produção em série do Megabit-Chip 1, com uma capacidade de armazenamento correspondente a 70 máquinas de escrever. Em 1989 está planejada a entrada no mercado do Megabit-Chip 4.

Em 1989 a Siemens deverá investir um total de 2,2 bilhões de marcos (696 milhões de dólares) no desenvolvimento de seus Megachips. Também com os chips desenvolvidos em comum, as duas empresas, Siemens e

Philips, continuarão sendo concorrentes no mercado. Até agora as empresas europeias estiveram em desvantagem no desenvolvimento das plaquetas de silício. Os EUA e o Japão estiveram sempre à frente. A recuperação europeia, no entanto, já começou. No início de 1985 deverá ser iniciada a produção do chamado Acumulador 256-K. O Ministério Federal de Pesquisa apóia as atividades da Siemens relacionadas ao Megachip com 300 milhões de marcos (95 milhões de dólares) e os Países Baixos contribuem com 170 milhões (53,84 milhões de dólares).

O professor Beckurts, membro da diretoria da Siemens, recentemente fez referência ao grande significado do fomento estatal a pesquisa: a concorrência internacional há muito tempo deixou de ser uma concorrência entre empresas para tornar-se uma concorrência entre economias. A vantagem das empresas japonesas e americanas em relação às alemãs deve-se, sem dúvida, às subvenções estatais mais elevadas. Este quadro, no entanto, deverá alterar-se agora.

M-13 DOBRA CAPACIDADE

A empresa brasileira Moto-Peças concluiu o programa de testes que culminou com a aprovação pelo Centro Tecnológico do Exército, CTE, do "Kit" de potencialização da viatura blindada de transporte de pessoal M-113. O aperfeiçoamento consiste na utilização de novo motor, um Mercedes Benz Diesel, OM-352A (já empregado em outros carros de combate brasileiros), novas engrenagens da caixa de transferência, novo painel de instrumentos além de novos sistemas elétrico, de combustível (inclusive reservatório), de admissão de ar, de escapamento, de arrefecimento e contra incêndios.



As modificações introduzidas, particularmente a substituição de um motor a gasolina de elevada octanagem por um a óleo diesel, reduziram o custo operacional do M-113 e melhoraram-lhe as condições de segurança. Exemplos dessa potencialização: os testes revelaram um consumo de 1,8 km/litro em estrada e a média de 15 litros-hora em QT com uma autonomia de 550 km em estrada e média de 20 horas de operação em QT, o que corresponde ao dobro do que consegue a versão original do carro.

Tal desempenho tornou-se possível em razão das novas condições de arrefecimento do motor e transmissão e de melhores características de armazenamento de combustível, agora por meio de um reservatório de alumínio. A facilidade de manutenção e o baixo custo da transformação do carro teriam contribuído para o êxito do projeto.

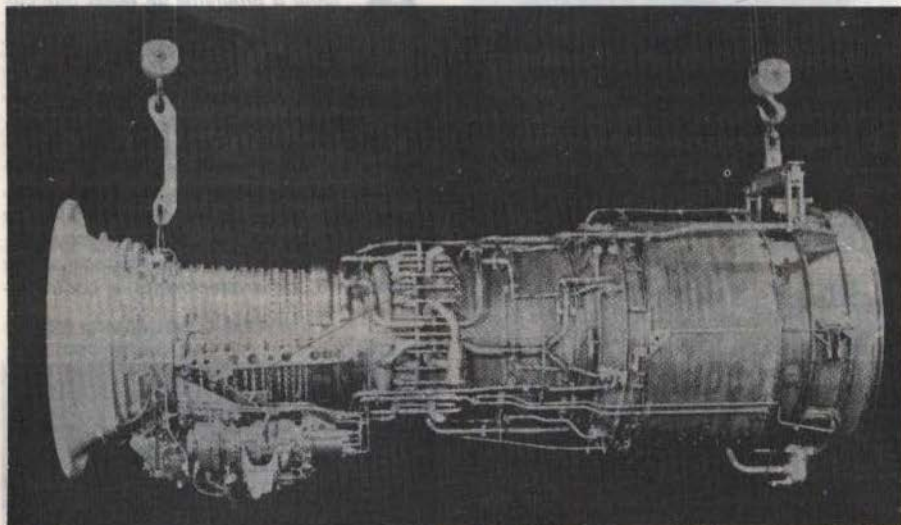
BRASIL CONSTRÓI PRÓPRIAS CORVETAS

A Marinha do Brasil selecionou o motor turbinado à gasolina General Electric LM2500 para propulsar seus novos navios da classe corveta — as pri-

meiras belonaves de grande porte a serem projetadas e construídas em território nacional. A encomenda inicial totalizou quatro motores para alimentar um igual número de belonaves, mas o programa ainda prevê a inclusão de mais de 12 belonaves.

Uma só turbina à gasolina num dispositivo combinado de turbina diesel/gasolina produzirá energia suficiente para propulsar as belonaves da classe corveta, de 2.000 toneladas, por todo o raio de ação operacional dentro das diversas velocidades por elas exigidas. A alimentação da velocidade de cruzeiro será proporcionada por dois motores a diesel. O programa das corvetas torna o Brasil o primeiro país latino-americano a projetar e construir uma belonave moderna em seu próprio território.

A turbina LM2500 à gasolina alimenta cinco classes de navios americanos e foi selecionada para propulsar belonaves de marinhas de 12 outros países. Leve e compacta, a turbina LM 2500 à gasolina demonstrou ser ideal para utilização por uma variedade de navios, inclusive barcos-patrolha, corvetas, fragatas, contratorpedeiros, cruzadores e navios-aeródromo.



O CARRO DE COMBATE DOS ANOS 90

A análises feitas por institutos de previsão independentes indicam que o carro de combate sofrerá grandes e consideráveis transformações em meados da década de 90. Por essa época ter-se-á dado aos carros de combate missões diferentes das de hoje, já que certamente não se continuará acreditando que um carro de combate seja o melhor meio que existe para destruir outro carro. O campo de batalha do futuro fará

indispensáveis os veículos rápidos, de alta manobrabilidade e de enorme poder de fogo.

Como será então o carro de combate dos anos 90? Será muito menor, com uma guarnição de dois a três homens, não terá torre e a carga da munição será totalmente automática. Graças a seu desenho básico futurístico, o carro S da Bofors já cumpre com esses requisitos, será repotenciado em várias etapas e receberá o nome de REMO 103. Sua repotenciação incluirá Telêmetro a Laser, novo motor de êmbolo, nova transmissão, maior poder de fogo e capacidade de combate noturno.



NO PRÓXIMO NÚMERO

"O COMBATE ELETRÔNICO"

Cel Humberto José Corrêa de Oliveira



LIVROS

MARQUÊS DE TAMANDARÉ, PATRONO DA MARINHA (SEU PERFIL HISTÓRICO), José Francisco de Lima, Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro, 678 pág.



É SEMPRE um serviço à cultura brasileira e ao enriquecimento do patrimônio cívico do país estudar a vida dos grandes homens que, com o seu devotamento profissional, contribuíram para a consolidação da nacionalidade.

Sob esse aspecto cabe louvar aqui, antes de mais nada, o enorme

trabalho realizado pelo Ten José Francisco Lima que, deixando as suas atividades na Marinha, quis, como ele próprio afirma, encher as suas horas, o ócio com dignidade, pesquisando para uma larga biografia a imensa participação do Alm Marquês de Tamandaré, hoje patrono da Marinha de Guerra, honraria que lhe foi conferida por seus grandes prestímos como marinheiro e ainda pela percuciência do seu senso político e diplomático, tantas vezes demonstrada nas missões que desempenhou durante as lutas que tivemos de sustentar no Rio da Prata, em defesa da integridade do Império e da segurança e progresso do Brasil.

Já outros pesquisadores de merecimento haviam buscado traçar o perfil humano do Marquês de Tamandaré, pois que em todos os

lances da sua vida memorável, alguns bem difíceis e de alta responsabilidade, ele revelou principalmente uma soma considerável de virtudes pessoais que justificam o apreço com que a posteridade, cheia de gratidão, celebra o seu nome.

Este livro, graças ao trabalho persistente do seu autor, não só restabelece a verdade em episódios nos quais os biógrafos anteriores não se achavam devidamente informados, como ainda ajunta novos fatos, feições diversas da personalidade do Almirante Marquês de Tamandaré que ressaltam, depois da leitura desse trabalho, uma singular posição de prestígio não só em sua classe como em todo o conjunto de ações e esforços que determinaram o curso histórico do segundo reinado.

É extraordinário observar que, tendo ocupado tantos cargos desde o primeiro degrau da sua carreira até o mais alto de todos, na juventude, na idade madura e na velhice, Marques Lisboa não perdeu nunca a medida, o espírito de justiça, a sensibilidade cordial e aquela espontânea liderança que era inerente à sua índole de comando. Sereno nas horas mais graves, oportuno e sincero sempre quando era preciso falar e dizer a verdade, enérgico e persuasivo ao dar as suas ordens e a exigir o seu cumprimento. Ninguém o excedeu na ação de guerra, pela coragem, consciente e extraordinária maneira de conduzir a luta os homens que se encontravam sob a sua autoridade.

Encontram-se neste livro do Ten José Francisco de Lima novos testemunhos das notáveis qualidades de chefe do Marquês de Tamandaré aliadas a uma harmonia de sentimentos que fazia dele um nobre exemplar do seu

povo, resumo da tolerância, da boa vontade, da equanimidade que davam ao seu trato, de homem tão justamente exaltado no apreço de seus contemporâneos, o caráter de legítimo intérprete da formação moral e intelectual da gente brasileira.

Todo esse trabalho de paciente investigação feita à base de documentos preciosos, alguns dos quais não foram antes dados à publicidade, recomenda o livro e o autor, colocando ambos em posição eminente na literatura histórica e biográfica do Brasil.

Sejam pois de merecido louvor as palavras com que, depois de longa leitura, pude ter uma nova visão de alguns episódios políticos do Império, dos quais Tamandaré foi parte decisiva, ressaído deles cheio de glórias, tal a relevância do papel que desempenhou, sempre bem inspirado na justiça e na mais profunda lealdade ao serviço da sua pátria.

Austregésilo de Athayde

DE GAULLE, Bernard Ledwidge, Editions Flammarion, Paris, 1984.



Segundo a tese do Autor, Charles de Gaulle foi o maior dos franceses, não somente dos franceses das atuais gerações como até das gerações futuras. Mas foi também um personagem bastante controverso. A obra desenvolve-se em dois tempos. No primeiro, a parte biográfica fundamenta-se tanto em novos documentos provenientes dos arquivos de Washington, Londres e Paris como em entrevistas que Sir Bernard Ledwidge fez com muitos colaboradores do General. Sua vida constitui uma espantosa aventura onde se sucedem, em contrastes, episódios de glória e de adversidade ao ritmo da história da França que ele tanto amava. No segundo, o livro focaliza a ação política do General de Gaulle, uma ação que, segundo o Autor, "salvou a França duas vezes": em 1945, ele outorgou a seu país o estatuto de grande potência, e em 1958, de volta à cena política, de Gaulle

descartou o perigo da guerra civil ao libertar a França de seu império, tornando-a a força matriz da Comunidade Européia. Se a constituição que ele legou ainda não foi modificada, é sinal que suas idéias permanecem atualizadas. E esta, aliás, a conclusão do livro: o apelo de de Gaulle para que cesse "a política de blocos" que introduziu o predomínio das duas super-potências.

ESPAÇOS GEOGRÁFICOS, Coronel Tiago Castro de Castro, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1985, 127 págs.



O Cel THIAGO CASTRO DE CASTRO há muito vem investigando um método que oriente os estudos para o Concurso de Admissão à Escola de Comando e Estado-

Maior. Entretanto, este esforço não resulta em apoio exclusivo a um grupo de militares que buscam o aperfeiçoamento profissional e sim a público leitor mais amplo.

Contendo excelente reunião de sugestões em forma de conceitos, esquemas desdobrados e procedimentos metodológicos, a obra que apresento, estou certo, será realmente muito utilizada por estudantes e professores neste Brasil afora. Sabemos que o autor não deseja doutrinar nem apresentar fórmulas acabadas para o estudo de Problemas Brasileiros ou de outro país ou área. Na verdade, percebe-se, ele deseja contribuir para ampliar o campo de especulação intelectual, lembrando aos leitores o quanto se pode desdobrar um estudo, realizá-lo e terminá-lo numa síntese conclusiva que às vezes lhe pode fugir durante qualquer estudo. No desejo de se aproximar o mais possível da perfeição — aliás traço marcante de sua conduta — o Cel TIAGO reuniu, com extrema propriedade, através de anexos, outros documentos ilustrativos e sugestivos para enriquecer as idéias que ele mesmo já havia formulado, seja de forma resumida.

Deve-se entrar no espírito do autor quando ele embora indiretamente, sugere que o seu trabalho deva ser usado com cuidado — é o bom remédio cuja oportunidade, dosagem e propriedade exige atenções para ser aplicado. Usá-lo como "bitola" da criatividade, ou co-

mo indiscutível e inflexível esquema, é usá-lo indevidamente. Fazer dele uma sugestão a ser adaptada à profundidade e à amplitude do tema proposto, isto sim é que deve ser feito. Jamais se pode deixar de lado a criatividade, a formulação de idéias próprias e a sugestão à pesquisa interminável. Aliás para produzir o que ora apresento, foi necessário justamente ao autor usar de seu excelente aparelhamento intelectual e cultural.

A BIBLIOTECA DO EXÉRCITO, a meu ver, realiza-se mais uma vez com esta publicação.

E o público leitor, particularmente na área do ensino, muito terá que agradecer a este excelente oficial de estado-maior a utilização desta obra.

A ARTE DE SER CHEFE, Gaston Courtois, tradução do General Job Lorena de Sant'Anna, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro. 1984. 176 pág.



A leitura deste livro me trouxe a convicção de que era ele o que estava faltando à nossa bibliografia de assuntos militares para acordar, no espírito dos que se dedicam à carreira das armas, a consciência de que não bastam, para comandar homens, o preparo profissional e a inteligência posta em

ação, como no jogo de xadrez, em que comandamos peças, cada qual com o seu valor relativo, na execução dos lances que nos ocorrem ao raciocínio para a manobra que conduz à vitória.

Chefiar homens é, bem ao contrário, conduzir vontades e impulsos voluntários, que obedecem ao dever comum, ditado pelo chefe, cuja autoridade repousa na força do exemplo e na sua expressão moral, capaz de inspirar e obter a confiança dos comandados, visando ao objetivo comum, a despeito de todos os sacrifícios, inclusive o da vontade própria de cada um.

É o que se observa, através dos conceitos deste verdadeiro breviário de civismo, escrito como fruto de meditadas reflexões, por esse

grande pensador francês, que é o Padre Gaston Courtois, sobre a arte de ser chefe, dando a devida ênfase à influência dos fatores morais e espirituais na missão de dirigir e comandar homens livres.

Trata-se, por isso mesmo, de um livro destinado a reacender, na formação dos que se educam para ser chefes, a consciência dos valores materiais em que sempre repousou, apesar das tendências para o culto do materialismo pela sociedade dos novos tempos, as virtudes morais em que se alicerça o valor de um verdadeiro chefe, destinado a comandar pela firmeza do caráter e o senso das responsabilidades, que é como se fortalece o espírito da corporação.

Este livro do Padre Gaston Courtois é bem uma lembrança do muito que aprendeu a nossa geração com a leitura dos grandes chefes militares franceses, em cujo espírito ela se formou, particularmente com os que, por se destacarem como escritores, nas lides do pensamento, ascenderam à Academia Francesa, como Lyautey e Foch, entre outros por ele citados, como grandes conhecedores da Arte de Comandar.

O chefe, dizia Lyautey, deve ser "o técnico das idéias gerais". E isto se aplica a todos os escalões de comando, em sentido cada vez mais amplo, à medida que ele ascende na escala hierárquica, passando a arcar com responsabilidades mais complexas perante todos os seus comandados, tanto é sabido que obedecer é mais fácil do que comandar, como reza o aforismo que todos conhecemos como soldados.

O Padre Gaston Courtois nos explica, muito bem, que "ter idéias gerais consiste em prever as relações, por vezes distantes, que ligam dois problemas, o que implica dar à questão presente seu verdadeiro valor, sem diminuí-lo, por não ser ela a única a interessar-nos, já que ela não deve ser bem sucedida à custa de outros assuntos ou interesses, também legítimos.

Assim compreendendo é que o chefe deve ver mais longe que os seus comandados, antes de transformar em ordens as suas decisões, afirmando, assim, a sua autoridade, que não deve provir do autoritarismo — pois com ele não se conquista a obediência consentida — mas da razão, que impõe o respeito e o acatamento de todos os subordinados.

É o que está sintetizado na sábia sentença de De Bonald: "A razão é a primeira autoridade; a autoridade é a última razão".

Ao longo da minha carreira de soldado, quase toda ela orientada através de cursos dirigidos por instrutores franceses, formados com a experiência da Primeira Grande Guerra, éramos induzidos a cultivar a leitura dos livros de memórias e de literatura militar, da autoria de notáveis chefes e escritores franceses, que colocavam a arte de comandar muito acima dos estritos termos do preparo profissional, imprescindíveis, mas não suficientes, além de variáveis no tempo, de acordo com as mudanças da doutrina, das armas de combate, das táticas e da própria natureza da guerra.

O homem é o centro de tudo, no preparo militar e no valor do Exército. O que está sempre em causa, em todos os escalões, é o cumprimento da missão, em obediência à decisão do chefe. Ele deve ter a capacidade profissional e a postura de um verdadeiro líder, para inspirar confiança aos seus homens, impondo-lhes, pela expressão moral, a obediência e o respeito ao dever, como traço de união entre todos os combatentes.

A leitura deste livro nos mostra o papel relevante que desempenha a educação no preparo do espírito do soldado, infundindo-lhe a mística e a consciência do dever, em que se inspira a sua conduta, mesmo diante do sacrifício, pela crença do que ele representa no grau de eficiência, disciplina e coesão de qualquer organização militar, como condições essenciais do seu valor combativo, pelo que o maior de todos os deveres é o dever de crer no dever.

O Padre Gaston Courtois nos mostra que o chefe é, antes de tudo, um educador e um guia, no preparo e na condução dos seus comandados, aos quais deve servir de exemplo, como foi o caso dos nossos grandes chefes do passado, cujos exemplos aprendemos a honrar, pelas lições que nos transmite a nossa História Militar.

A tradução deste livro, para o português, é da maior atualidade, pela riqueza de conceitos válidos e eternos, com que o Autor faz ressurgir um velho gênero de literatura, destinado a

exaltar a força das virtudes morais e espirituais do chefe que comanda pelo exemplo, numa sociedade marcada pelo evidente declínio do culto e da prática do humanismo, como é a dos nossos tempos.

É muito rico de conceitos válidos e permanentes o livro do Padre Gaston Courtois sobre a "A Arte de ser chefe", neste estudo que faz ressurgir um gênero de literatura que adquire maior oportunidade e relevância por exaltar os valores morais numa sociedade que está regredindo no culto e na prática do humanismo.

Foi o que pude verificar, com a minha experiência de velho soldado, ao longo da leitura deste livro, que estuda e analisa a missão do chefe, as qualidades que devem caracterizá-lo, o exercício da chefia e, como fecho muito feliz, o segredo do chefe, inspirado no pensamento de Foch, que exalta os princípios básicos da civilização e a própria essência do cristianismo como bases imprescindíveis para a solução dos problemas da humanidade.

Quero destacar, finalmente, em perfeita comunhão com o julgamento feito sobre este notável livro do Padre Gaston Courtois pelo seu ilustre e fiel tradutor, a validade e o interesse da sua leitura, para quantos, militares e civis, lidam com os problemas da chefia.

Os preceitos e princípios evocados, em hora muito oportuna, sempre prevaleceram, embora pouco lembrados na essência moral que os informa. Eles se aplicam, indistintamente, à liderança de quaisquer grupos de homens livres, desde que obedeçam aos mandamentos da moral, a despeito da crise por que ela passa, principalmente no campo da cultura.

Com a publicação deste livro do Padre Gaston Courtois, em admirável tradução, que ainda mais o valoriza, a Biblioteca do Exército conquista, pelo alcance cultural da sua mensagem e o valor do seu conteúdo, uma nova e marcante vitória na sua já respeitável programação editorial.

Aurelio de Lyra Tavares



REGISTROS

ARQUIVO DO EXÉRCITO TEM NOVO DIRETOR

Em cerimônia presidida pelo Gen Div Hiram Ribeiro Arnt, Secretário Geral do Exército, teve lugar no Palácio Duque de Caxias, 6º andar, às 10:00 horas do dia 28 de fevereiro, a passagem da direção do Arquivo do Exército, do Cel Inf José Américo Gonçalves Barros ao Cel Eng Claudio Moreira Bento. O ato foi prestigiado pela presença do General Aurélio Lyra Tavares, General João Bina Machado, Almirante João Prado Maia, General Haroldo Ericksen da Fonseca, General Athos Cezar Baptista Teixeira, General Celso Azevedo Daltro, General Francisco de Paula de Azevedo Pondé, General Carlos de Meira Mattos, General Edmundo Macedo Soares, General Jonas Correia, General Delio Barbosa Leite, General Clovis Jacy Burman, General Adriano Aulio Pinheiro da Silva, General Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena, General Ney Rocha Machado, General Theodomiro Serra Filho, além dos escritores General Humberto Peregrino, General Morivaldo Calvet Fagundes e General Clímedes Rego Barros.

Dentre as autoridades e personalidades civis cumpre registrar as presenças do Príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança, do escritor e historiador Américo Jacobina Lacombe, de D. Celina Moreira Franco, Direto-

ra do Arquivo Nacional e do Centro de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas.

O Arquivo do Exército é, segundo as palavras de seu novo Diretor, Cel Claudio Moreira Bento, "o guardião do espírito que tem animado o Exército e seus integrantes que ajudaram a construí-lo grande e respeitado, na paz e na guerra, desde antes da Independência". Ainda nas palavras do Cel Bento, "o Arquivo é fundamentalmente o depositário da memória operacional e institucional do Exército, rica em soluções táticas, logísticas, estratégicas e de engenharia humana, capazes de alicerçar o futuro do Exército com doutrina progressivamente nacionalizada, sonho manifestado pelo Duque de Caxias, em 1861, ao adotar Ordenanças de Portugal, com adaptações introduzidas, até que o Brasil possuísse doutrina militar terrestre genuína, condição para o status de grande potência ou grande nação".

"BLINDADOS: PERSPECTIVAS DE NOVA CONCEPÇÃO BRASILEIRA"

Por inadvertência de editoração, as ilustrações do artigo "*Blindados: Perspectivas de Nova Concepção Brasileira*", do Ten Cel Manoel Luiz Valdevez Castro, (A DEFESA NACIONAL, Nº 715 — out/nob-1984, págs. 57 a 84) saíram sem as respectivas legendas. Por se tra-

tar de matéria que integra a informação do texto, impõe-se uma corrigenda, que é feita abaixo com o devido pedido de desculpas ao Autor.

Pág. 64 — M-1 (ABRAMS) — originou-se do projeto MBT-70

Pág. 65 — M-60A3 — Versão mais moderna da série M-60

Pág. 66 — AMX-32 — Moderno carro de combate francês

Pág. 67 — LEOPARDO 2 — Sua munição encontra-se estocada em compartimento separado, o que proporciona um alto grau de segurança para a guarnição do carro.

Pág. 68 — CHALLENGER — Carro de combate inglês com 62 toneladas

Pág. 69 — CC sueco "S" — O motor está instalado na parte dianteira do carro e a munição é esticada na parte traseira.

Pág. 70 — MERKAVA israelense — Uma visão da parte posterior do carro, onde se vê uma porta central para uso da guarnição e duas laterais para o remuniamento.

Pág. 71 — TAM — Uma visão dos depósitos auxiliares de combustível e da escotilha de evacuação rápida.

Pág. 72 — TAMOIO — Com uma silhueta bastante reduzida, adapta-se perfeitamente às operações em áreas operacionais do continente.

Pág. 73 — OSÓRIO — Previsto para atingir uma velocidade de 70 Km/h.

TUDO BEM COM O BANDEIRANTES NOS EUA

As empresas aéreas regionais norte-americanas podem continuar operando normalmente os seus 130 aviões Bandeirantes. A inspeção determinada em janeiro pela F.A.A. (Federal Aviation Administration) e realizada dentro do prazo de 18 horas de voo de cada aeronave não encontrou qualquer falha que pudesse afetar a segurança de voo do Bandeirante.

O acidente ocorrido em dezembro com um Bandeirante da empresa PBA em Jacksonville,

Flórida, continua sendo analisado detalhadamente por equipes de técnicos da N.T.S.B. (National Transportation Safety Board), da F.A.A., do C.T.A. e da própria Embraer, mas até o momento ainda não foram encontrados indícios que pudessem levar a uma explicação da queda da aeronave.

INVESTIGAÇÕES

O Departamento Técnico da Embraer, em conexão com o Centro Técnico Aeroespacial está procedendo a uma série de ensaios na estrutura do Bandeirante nos laboratórios da empresa em São José dos Campos, e examinando através de testes práticos as probabilidades de ocorrência de cada hipótese levantada sobre o acidente em Jacksonville. Até o momento todas as indicações são de que se trata de um problema específico do avião acidentado, não havendo nada que indique a existência de erro de projeto, deficiência estrutural ou fadiga de material. A evidência do fato é que dezenas de outros aviões da frota de hoje quase 500 aviões já ultrapassaram há muito tempo as 5800 horas de voo do avião acidentado.

Todas as empresas aéreas norte-americanas já procederam a nova inspeção determinada pelo F.A.A. em janeiro e os relatórios que chegaram ao órgão não especificam problemas que pudessem afetar a segurança de voo das aeronaves. Essa segunda inspeção foi determinada pela F.A. atendendo a uma recomendação do N.T.S.B. por temer que a investigação realizada uma semana após o acidente de dezembro com a aeronave da PBA pudesse não ter sido realizada com necessário rigor.

A Embraer produziu e vendeu no ano passado 23 aviões Bandeirante, a um preço médio de 1 milhão e 850 mil dólares e a quase totalidade das entregas foram para empresas regionais dos Estados Unidos. No entanto, 84 foi o ano em que o Bandeirante deixou de ser o carro-chefe em unidades vendidas da empresa, posição que ocupava desde 1973, uma vez que o turbohélice para treinamento militar EMB-312 Tucano alcançou um total de 57 unidades produzidas e entregues às forças aéreas do Brasil e Egito.



ATIVIDADES DE 1984

Os trabalhos de 1984 tiveram início em sessão ordinária, no dia 20 de Março, e foram encerrados, em sessão solene, após as eleições para a Diretoria, para o biênio 1985/1986, e preenchimento de vagas de sócios. Reeleita a Diretoria, foram eleitos os seguintes sócios: Transferido da categoria de sócio efetivo para a de Benemérito – o Gen Div Edmundo de Macedo Soares e Silva; eleito Sócio Honorário, pelos serviços prestados ao Instituto, o Ten Brig Valdir de Vasconcellos; para sócios efetivos: CMG Dino Willy Coza e o Cel Virgílio da Veiga; para correspondentes: Osório Santana de Figueredo, de São Gabriel; José Samia, de Itajubá; e Telmo Müller, de São Leopoldo.

Em 1984, para grande pesar do Instituto, faleceram os Sócios Beneméritos Alte Washington Perry de Almeida e o Gen Raul Silveira de Mello, ambos distintos historiadores; e o sócio efetivo Gen Murilo Rodrigues de Souza, que, um mês antes, pedira para tomar posse em sua residência por estar gravemente enfermo e saber que em breve faleceria. Foi uma cerimônia simples e tranqüila, entregando-lhe o diploma seu antigo comandante Gen Ex Aurélio de Lyra Tavares e o colar com a insígnia do Instituto, sua esposa. Em toda a cerimônia, da leitura da Ata e do Compromisso, o nosso prezado consócio manteve-se sereno.

Foi comemorado, em sessão solene, o centenário do nosso sócio fundador General Pedro Cordolina Ferreira de Azevedo; e tomaram posse os sócios efetivos Cel Fernando Ulrich de Almeida; Cel Av Lúiz Pedro Miranda de Corêa, recebido pelo Ten Brig Nelson Freire Lavenère-Wanderley, com grande assistência de oficiais gerais da FAB; Vice-Alte. Armando Amorim Fefferreira Vidigal, Vice-Alte. Mário Cesar Flores e Vice-Alte. Etanislau Façanha Sobrinho, recebidos pelo Vice-Alte. Herick Marques Caminha, com o comparecimento de Oficiais Gerais da Marinha de Guerra; Cel. Aldílio Sarmento Xavier, recebido pelo Gen Div Jonas Corrêa, nosso sócio benemérito e com a assistência de oficiais gerais e convidados; Vice-Alte. Hélio Leônicio Martins, recebido pelo Vice-Alte.

Nas palestras e exposições de vídeo-cassete foram abordados vários temas, como: Guerra das Malvinas – 3; Antártica – 1; Geográficos – 4; Amazônia – 1; FEB – 1; Biográficos – 4; Aspectos históricos ou Geográficos específicos – 7; “A Guerra das Malvinas” pelo Gen Ex Omar Emir Chaves; “A Importância Arqueológica Fluminense”, pelos Prof^{os} Dr. Odemar Ferreira, Dra. Lília Machado e Dra. M. Kmap; “A Segunda Viagem do Barão de Tefé à Antártica”, pelo seu comandante CMG Paulo Cesar de Ayres Adrião; “Comen-

tário sobre a História do Clube Militar" do brasileiro Robert Raye, pelo Cel Elber de Mello Henriques; "O Chefe da Guerra Blindada", pelo Cel Joaquim V. Portella F. Alves; "Diário dos fatos ocorridos na Independência observado por um oficial da Corveta D. Maria da Glória", pelo Cel Fernando U. de Almeida; "É o Sol um bem?", pelo Cel. J.A. Vaz Sampaio; "É a Latitude um Condicionamento Geográfico da História?", idem; "Comentário sobre uma viagem à Europa e ao Oriente", pelo Cel Elber de M. Henriques; "A Vida do Barão de Tefé", pelo Prof. Guilherme A. Frota; "Os Grandes Projetos de Desenvolvimento da Amazônia", pelo Gen Ferdinando de Carvalho.

A última sessão encerrou os nossos trabalhos de palestra com o magnífico áudio-visual: "Alguns Aspectos da Vida de Napoleão Bonaparte", pelo Gen. de Ex. Fernando Guimarães de Cerqueira Lima, Chefe do Dep. de Ensino e Pesquisa com grande assistência de oficiais gerais, oficiais e sócios do Instituto.

A CARTOGRAFIA COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO GLOBAL DA ESTRATÉGIA POLÍTICA

Gen Omar Emir Chaves
do IGHMB

Só recentemente os EUA, pelas idéias de Spykman, compreenderam que o seu isolacionismo foi uma estratégia adotada em consequência de interpretação deformada da perspectiva geográfica mundial. Segundo o entendimento americano, logo após a primeira guerra mundial, os oceanos que circundam o país e as Américas, constituíam áreas passivas, facilmente defensáveis; seja por uma força naval, mediante tática flexível baseada a curta distância no território nacional, seja por um sistema de defesa de costa, por fogos em baragem, colocando o inimigo a uma distância de neutralização pelo alcance. Esta concepção e a consequente visão estratégica e política dos estadistas e dos militares americanos, eram fundadas em falsos conceitos decorrentes da interpretação cartográfica segundo a projeção de Mercator.

A Alemanha, utilizando a guerra submarina desde o primeiro conflito mundial, intentou descartar-se da concepção de uma barreira

naval de superfície, essencialmente possibilista, predominante durante a época da superioridade do poder marítimo inglês.

A vitória gera a confiança e os vencedores de 1918 por muito pouco tempo escaparam da derrota, não fossem as forças americanas em adestramento na área do Chemin des Dames. Na interpretação geográfica deformada pela projeção de Mercator, na finalização do conflito, essa confiança caolha produziu um completo desconhecimento da situação real do mundo, de consequências quase fatais.

No campo político, a geografia não pode ser interpretada em termos regionais, senão que pela avaliação conjunta do "mapa mundi". Sem uma visão global, equilibrada e realista dos cinco continentes, não será possível decidir com acerto em termos de estratégia política e militar. A Coreia e o Vietnã são exemplos frizantes da má interpretação geopolítica, considerada pela cúpula americana. Poucos compreendem as implicações consequentes desta política quando se afirma que se trata de um mundo redondo e já hoje pequeno, rodeado de oceanos navegáveis e de espaço aéreo permeável pelo mais pesado que o ar até para além da atmosfera.

Infelizmente, a representação cartográfica do mundo, redondo e pequeno, em qualquer das projeções adotadas, não indica com precisão o verdadeiro posicionamento das massas terrestres no conjunto do relacionamento geopolítico das nações. Só as duas últimas guerras globais, que ocorreram em 1914 e 1939, permitiram, a um preço alto em vidas, compreender a lição correspondente às destruições e às baixas nos conflitos armados, o que nos viabiliza ver, pela geopolítica, o verdadeiro quadro global de um futuro próximo. Compreendemos então que não temos olhado o mundo nas suas verdadeiras dimensões, o que tem sido responsável por uma visão mfope dos fatos e dos determinantes de conflitos por vezes adiáveis ou superáveis, mediante compensações reequilibrantes do poder, o que quase sempre ocorre, trazendo como consequência a corrida armamentista.

Até hoje o mapa do mundo que domina a imaginação dos estadistas, com vistas específicas ao comércio internacional, é a carta de Mercator. Só agora começamos a compreender que esta projeção cilíndrica do mundo redondo, engendrada por um cartógrafo flamengo há 400 anos, destinava-se, sobretudo, a fazer a história do mundo baseada no estudo

das rotas comerciais e na prevalência do espaço marítimo. Esta concepção, para além do "mare nostrum", apareceu com a navegação do Mar Oceano, com as possibilidades da circunavegação e da pirataria inglesa, desde o século XIV. Os "Vikings" não representaram papel importante na conceituação do poder marítimo, uma vez que as suas incursões transoceânicas foram esporádicas e não traduziam um plano geopolítico, como as portuguesas do século XV, comandadas por D. João II, o Príncipe Perfeito, nem significavam conquista e ocupação territorial.

As imprecisões da projeção Mercator, tão fascinantes e importantes para os políticos ingleses, criaram um conceito que permitiu o domínio e a conquista do mundo desconhecido ou fracamente defendido, pelos marítimos e militares de todas as nacionalidades. Assim sendo, para uma guerra global, a justificação da estratégia do inimigo permite uma compreensão visual do mundo, ocasionada pelas estratégias em confronto. Não se tem olhado o mundo globalmente. Tem sido aceita invariavelmente a imagem que nos proporciona a Projeção de Mercator. Este esquema tem prestado, certamente, admiráveis serviços, sempre que possa interessar às regiões equatoriais que constituem a faixa de tangência do sistema e nela se enfatizam as rotas mantidas pelas loxodrômicas que determinam. Os tropeços começaram quando foi concedido ao sistema Mercator o monopólio da interpretação cartográfica global como instrumento evolutivo de avaliação política. E isto aconteceu ainda quando o espaço terrestre e o espaço aéreo foram considerados fatores vitais de uma geoestratégia pertinente e irreversível, em presença do poderio tentacular das nações continentais. Na Segunda Guerra Mundial, esta concepção resultou num completo desajuste político, na interação dos beligerantes em confronto, porque a projeção Mercator, deformando as áreas tropicais e polares, não permitia expressar as relações entre as esferas de poder e o poderio das potências em oposição. Todas essas coisas fazem parte da história. Tudo indica que os governos, atualmente, estão considerando melhor as interrelações de poder entre as nações e revendo, em tempo, os erros e a ignorância geográfica de cada país como fator determinante da estratégia de guerra, alterando assim os fundamentos da política internacional em termos de equilíbrio de poder, única solução

compatível com o progresso da tecnologia da guerra. Temos que, pela informática e pela propaganda, apreciar, com flexibilidade necessária, a imagem exata e suficiente da potencialidade de cada nação. As distâncias e os obstáculos naturais, diante do possibilismo humano, não representam mais linhas naturais de defesa e de segurança, intransponíveis. As distâncias não são mais medidas pelas derrotas marítimas, senão que, e principalmente, pelo tempo de voo nas rotas aéreas. Isto constitui uma expressão dinâmica do movimento estratégico em face de uma geopolítica de guerra. O dinamismo que se deve aplicar à imagem geográfica, decorre de uma constante mobilidade imaginativa com vistas a facilitar a consideração do mundo, apreciada de um centro permanente de tomada de decisões como Washington ou Moscou, ou qualquer outro que, em dado momento, estrategicamente, detenha tal privilégio como um centro de poder militar. Somente a avaliação política da terra como um globo, permite uma rápida mudança de perspectiva. Daí porque a consideração de uma única projeção cartográfica, como a de Mercator, impede a justa estimativa dos problemas geopolíticos vistos como centros de poder que representam em dado instante potencialidades efetivas, para a tomada de decisões ponderáveis. Para cada centro de poder como Washington, Londres, Paris, Bonn, Moscou, Nova Delhi, Pequim, Tóquio e Rio de Janeiro, a visualização no campo político apresenta conotações típicas do ponto de vista das possibilidades de cada um. Daí a necessidade de uma representação cartográfica que indique as correlações políticas consideradas a partir de cada centro, exigindo, portanto, ampla diversificação nos sistemas de projeção, de acordo com a posição geográfica de cada país. Precisamos ver o nosso mundo, mas, também, avaliar adequadamente o mundo do inimigo. A verdade importante consiste em que os grandes líderes políticos, embora possam ter uma inata compreensão da tática militar, pelo conhecimento do equipamento em uso e dos processos de combate, não têm, nem facilmente adquirem, como dizia Napoleão, o requisito principal da estratégia — o sentido geográfico. Normalmente, quando se apercebem das condições geoestratégicas como fator de decisão, já é tarde demais e então sobrevem a derrota. A derrota de Napoleão em Waterloo não foi por falta de visão geoestratégica, senão que pela inobservância de princípios táticos

que prescreviam a perseguição como ato final da batalha, para destruir o inimigo, desativando-o. Ocorreu também que pela desmobilização da Grande Armée, por motivo do seu exílio na Ilha de Elba, os quadros intermediários recrutados não possuíam a competência necessária para o desempenho das funções de comando das unidades combatentes. Este é o nosso ver.

Hausshofer, desenvolvendo o pensamento de Mackinder sobre a "terra coração", formulou um sistema geopolítico que devia permitir à Alemanha dominar do Atlântico aos Urais e do Mediterrâneo ao Báltico, a partir do Lebensraum, a despeito da Royal Navy e do poder marítimo das nações aliadas, excluídos os EUA que persistiam na sua política isolacionista. A sua visão ampliada encorrou o poder dominador de um bloco transcontinental em alianças com a Rússia e o Japão que felizmente desfez-se quando Hitler atacou a URSS. A evidência das nossas afirmações reportam-se aos mapas e propagandas que concordam plenamente com os do Zeitschmt que informou o planejamento da Geopolítica Alemã. Ainda desta vez a projeção Mercator serviu de fundamento às concepções de Hausshofer. Pelo exame do tal documento, ficou patente o interesse que podia despertar a América do Sul, em convergência, para a avaliação da cobiça de cada um, olhada de Berlim, Tóquio, Moscou e Washington. Dessas concepções poderíamos concluir certas evidências que denunciam os possíveis interesses dos centros de poder situados no hemisfério norte pela América do Sul e conseqüentemente pelo Brasil.

Numa primeira regra para o uso de uma cartografia adequada, impõe-se a adoção de um sistema de projeções condizentes com a temática na qual deve predominar o proble-

ma político a resolver. Para a solução de situações de estratégia de guerra, se faz necessário que todas as áreas estratégicas sejam representadas, em conjunto, por valores equivalentes de superfície e população. Não há, pois, como confundir a estratégia com a tática e, para cada situação, a cartografia requerida deve representar, em escala conveniente, as áreas, as distâncias, os rumos e os aspectos culturais do espaço em estudo.

A estratégia do Japão, país que considerava o espaço marítimo como capital para o desenvolvimento da sua estratégia global, conforme se verifica no Plano Tanaka, tinha para o Pacífico Central um programa de operações que deu certo por causa dos efeitos da surpresa e do perfeito adestramento das suas forças armadas. Ainda mais, sendo uma área equatorial, a projeção Mercator atendeu satisfatoriamente à interpretação dos aspectos geoestratégicos e políticos. O erro maior da estratégia política japonesa, em relação aos EUA, foi considerar a política isolacionista americana como uma consequência geográfica e não como uma atitude de pura política interna, decorrente de uma errada interpretação do espaço marítimo como fator preponderante nas possibilidades de um conflito global. Aliás, a estratégia americana foi muito influenciada pela teoria de A. T. Mahan que considerava uma estratégia global naval e que colocava as ilhas Hawai como fundamentais para a defesa da costa oeste americana. Mahan não recomendava igual prioridade para o Alasca. Foi, sem dúvida, mais uma influência errônea da interpretação do quadro geográfico, segundo o visual da projeção Mercator.

Nenhum país pode possuir ou impor o monopólio geográfico da interpretação política. O sentido geográfico e a visão estratégica de um conflito global são armas importantes nas decisões da guerra.



DOCUMENTOS

**ESCOLA MILITAR
DE
REZENDE**

SAUDAÇÃO AOS ASPIRANTES A OFICIAL DA TURMA DE 1949 PELO SEU PARANINHO

Meus Jovens Aspirantes !

Com redobrada confiança nas novas gerações, volto ao aconchego da Escola da Mocidade, que irradia alegria e excita o amor à Pátria, para apresentar as minhas despedidas e formular os votos de felicidade aos queridos paraninfados. No Tribunal de julgamento da História registam-se, ora gerações benéficas, de espírito construtor, ora gerações maléficas, ora ainda as que, pelas suas qualidades, constituem radiosa esperança. Entre as primeiras, podemos situar, como exemplo, os heróis da epopéia bandeirante, desbravadores que operaram o reconhecimento e a penetração do nosso "hinterland", os fundadores da nacionalidade — Raposo, Fernão Dias, Bartholomeu Bueno, Borba Gato, Cabral Leme e tantos outros sertanistas que, durante cerca de dois séculos, descendo os rios que conduzem ao interior ou embrenhando-se pelo mato a dentro à caça do índio ou à conquista do ouro e das pedras preciosas, abriram caminho pelas asperezas dos sertões desconhecidos e, do movimento de expansão geográfica, fizeram recuar o meridiano de Tordesilhas, dilatando as fronteiras e triplicando a área territorial do Brasil. Quem contemplar hoje o mapa do Brasil, com seus contornos caprichosos e sua linha de fronteiras, fixada de maneira definitiva, poderá avaliar o grande esforço e a pertinácia da plêiade de estadistas, militares e diplomatas que, durante séculos, escreveram os tratados e desenharam com todos os seus detalhes a carta que serve de roteiro à nossa grandeza. Como geração mediocre, e mesmo prejudicial, temos, para exemplo, a atual, dobrada ao peso da intolerância, da voracidade e da ambição, hipócrita à religião católica, desamorosa aos próprios destinos do país. Afinal, resta-nos a confiança nas novas gerações, na vossa geração, que, selecionada e educada por outros métodos e em outra Escola, há certamente de firmar, como as gerações heróicas de que falamos, marco glorioso em nossa formação histórica. Aos moços de hoje, de cujo entusiasmo e idealismo tanto espera a Nação, confiamos o aperfeiçoamento dos nossos costumes, a solução dos nossos problemas econômicos e políticos, entre os quais a exploração definitiva do nosso petróleo, o aproveitamento sempre crescente da força hidráulica e o amparo à nossa riqueza carbonífera, a renovação e aparelhamento das Forças Armadas, o fomento à produção e o consequente combate à miséria e à fome, a construção de eixos rodoviários pavimentados, ligando as regiões geográficas do país, além de outros, como o da construção da nova capital política do Brasil no Planalto Central, que marcada influência exerce nos destinos da nacionalidade. Da solução deste último problema, útil para a grandeza e salvaguarda da nossa coletividade, reais vantagens nos advirão: aproximar todos os Estados da ação radial e pronta do Governo Central; acelerar, na direção do altiplano dos sertões brasileiros, a marcha lenta da nossa civilização, encastelada no litoral há mais de 400 anos; resguardar a nossa capital, hoje tão exposta, à borda do oceano, para ponto mais abrigado, no coração do país, sem falar nas vantagens econômico-financeiras altamente compensadoras. Por outro lado, a nova localização da capital facilitaria também a complexa solução de outro magno problema, qual seja a conquista do rio Amazonas pois estenderíamos os braços aos irmãos que vivem naquelas paragens, quasi sempre com a maior parte das suas terras encharcadas pelas avalanches das torrentes desencadeadas pelo degelo dos Andes, engrossando o canal imenso. De fato, tanto a cultura do famoso vale quanto a presença dos seus rebanhos sobre a planície aluvional são intermitentes, pois, embora cortada por uma rede de grandes rios profundos, margeados de campos e vegetações, a semeadura só é possível no momento fugitivo da vassante; a terra, quase inacessível, parece sem dono, pela distância que a separa dos centros civilizados e pela pequena densidade demográfica, e não seria exagero compará-la aos escassos grupos humanos das zonas desérticas. Para que uma geração de homens fortes seja capaz de dominar o Amazonas como outros fizeram com a Niagara os quais a subjugaram e hoje a fazem trabalhar submissa a serviço da humani-

dade, muitos anos de espera se fazem necessários. Não há dúvida de que a nossa grande conquista virá também um dia. Ante, porém, as enormes dificuldades, a solução, como alguém já disse, depende, inicialmente, do desenvolvimento de uma população densa no Planalto Central e as vizinhas terras firmes do baixo amazônico, a fim de que seja garantida com segurança a marcha dominadora sobre a vastidão da terra anfibia. Estou certo de que vós seres o intérprete da cruzada que há de construir a nova capital, como primeiro fator da solução do ciclópico problema do rio Amazonas.

Meus camaradas: Não tenhamos dúvidas de que estamos diante de um novo conflito ideológico entre duas mentalidades opostas, o que poderá resultar numa 3.ª Guerra Mundial. O Brasil precisa despertar e agir com previdência: as suas fronteiras necessitam, com urgência, de meios de defesa e o Exército, de reformas fundamentais, pois, apesar dos grandes dispêndios e modificações militares operadas nesses últimos anos, isso não foi bastante para concretizar os problemas fundamentais da defesa nacional. É fato que o perigo da guerra diminuiu recentemente; contudo, os chefes dos Estados-Maiores das nações signatárias do Pacto do Atlântico já receberam e estudam as suas missões em torno do plano conjunto da defesa da Europa Ocidental. No nosso Continente, os 150 milhões de latino-americanos, que, da vez passada, sofreram as consequências do bloqueio e estiveram às portas da invasão, se quiserem ter o direito de opinar sobre a sua vida e o seu futuro, devem, desde já, organizar a defesa comum, de acordo com a segurança das Américas. A força está na União. No caso particular do nosso país, a nossa riqueza de matérias primas básicas nada nos ajudará se formos pobres de armas para nos defender. Hoje, o nosso Exército é a mocidade viril toda inteira. Não há só este chefe, este corpo de oficiais: são todos os brasileiros irmãos, prontos a defender a Pátria e dar a sua inteligência e o seu sangue pela sua sobrevivência. Nada de militarismo latente, de sombra de sabre a se projetar ameaçadoramente sobre a nação; todos confiam na energia invencível da gente moça e a vossa turma, certamente, conduzirá o Exército ao pináculo dos seus destinos e da sua glória e deverá se inspirar na conduta dos nossos chefes do passado, nas suas lições e nos seus exemplos, pois foi sob a proteção tutelar daquela legião de grandes chefes do Exército do segundo Império, a começar pelo maior de todos — o Duque de Caxias — e seguindo-se com os legendários Osório, Porto Alegre, Câmara e outros, que salvamos a nossa unidade e o nosso destino. Aqueles valentes e inolvidáveis soldados, que palpitam imortais na consagração de nosso povo, cidadãos que tinham no coração o sentimento das nobres ações e o amor apaixonado ao país, todos deram suas energias e seu sangue pela defesa e o bem-estar da coletividade brasileira e encheram de exemplos fulgurantes as páginas da história política e militar da nossa Pátria. Daí, serem apontados como padrão de honradez e civismo. Eles não tinham outra paixão na vida, senão a de servir à Pátria, dizer a verdade e praticar a Justiça; por isso, foram grandes, venerados e respeitados por todos. Não me furto ainda em vos relembrar a sublime apoteose da conduta dos generais da Farroupilha, quando, lutando quase dez anos por um ideal de liberdade, cobertos de louros em réfguas memoráveis, espontaneamente depuseram as armas e concertaram a paz numa união sagrada entre brasileiros, dizendo ao estrangeiro, que espreitava e ameaçava os nossos confins: "O primeiro soldado de vossas tropas que atravessar a fronteira fornecerá o sangue com que será assinada a paz de Piratini com os imperiais". E assim sucedeu... Ao Exército, estas lições e esses exemplos não podem ser esquecidos e devem ser relembrados aos moços como palavras de aviso e de um sagrado testamento que deverá estar sempre vivo no coração e na memória para "servir à juventude como um incitador de bravuras, quando a Pátria em orgulho, e como um estimulador de brios, quando a Pátria em desalento". A vós, que sonhais vencer o inimigo, tornar mais brilhantes os feitos dos nossos antepassados, pensar constantemente no Brasil, cabe escolher hora e meios de assegurar-lhe o triunfo, se quiserdes ver a vossa geração também acatada e coberta com as bênçãos dos nossos compatriotas, pois só assim manterei o brilho da vossa espada, a honra da vossa farda, as glórias da nossa "Bandeira". Agora, com a vossa mocidade idealista e cheia de desprendimentos, sentindo bater no peito os corações ardentes, parti para vossas guarnições, para vossas casernas, percorrendo os reluzentes itinerários de marcha dos nossos ancestrais, levando o espírito encorajado pela fé nos destinos da Pátria. Meus jovens irmãos: sede fiel ao vosso ideal e ide para a glória!"

José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque

GENERAL DE EXÉRCITO



BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

AS MELHORES OBRAS DOS MEI HORES AUTORES

A BIBLIEX OBTEVE EM 1984 MUITO SUCESSO EM SUA PROGRAMAÇÃO EDITORIAL, PUBLICANDO AS SEGUINTE OBRAS:



"OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA NA GUERRA DO PARAGUAI"

Vol. 2 - Tomo III

General Paulo de Queiroz Duarte



"UMA VISÃO DA ANTÁRTICA"

Coronel Elber de Mello Henriques



"GEOPOLÍTICA E TRÓPICOS"

General Carlos de Mera Mattos



"A ARTE DE SER CHEFE"

Gaston Courtois



"BRASILEIROS NO SINISTRO TRIÂNGULO DAS BERMUDAS?"

Vice-Almirante Arthur Oscar Saldanha da Gama



"J. B. MASCARENHAS DE MORAES MEMÓRIAS"

Vol. 1 e Vol. 2

Marechal J. B. Mascarenhas de Moraes



"JOSÉ BONIFÁCIO E A UNIDADE NACIONAL"

Therezinha de Castro



"O INCRÍVEL PADRE LANDELL DE MOURA"

Ernani Fornari

PREVENDO O SUCESSO DESTA PROGRAMAÇÃO, A BIBLIEX IMPRIMIU ALGUMAS COLEÇÕES ALÉM DO NÚMERO NECESSÁRIO À DISTRIBUIÇÃO AOS ASSINANTES E AS COLOCA À DISPOSIÇÃO DO PÚBLICO.



"TEORIAS GEOPOLÍTICAS"

Coronel Octavio Tosta

PARA ADQUIRI-LAS BASTA PREENCHER O PEDIDO NA PÁGINA AO LADO E REMETÊ-LO PARA **BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA**

SEGUINDO A NOSSA LINHA DE SUCESSOS EDITORIAIS, APRESENTAMOS A PROGRAMAÇÃO 85.

OBRAS JÁ SELECIONADAS

"OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA NA GUERRA DO PARAGUAI"

Vol. 2 - Tomo IV

General Paulo de Queiroz Duarte

"HIPÓLITO DA COSTA - Idéias e Ideais"

Professora Therezinha de Castro

"A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO NAVAL BRASILEIRO"

Vice-Almirante Armando Amorim Ferreira Vidgal

"EXPEDIÇÕES MILITARES CONTRA CANUDOS - Seu aspecto marcial"

General Tristão de Alencar Araripe

"NOSSO EXÉRCITO, ESSA GRANDE ESCOLA"

General Aurélio de Lyra Tavares

"TERCEIRO BATALHÃO, O LAPA AZUL"

Agostinho José Rodrigues

OBRAS EM APRECIÇÃO PARA SELEÇÃO DE MAIS QUATRO "BEST-SELLERS".

"DEUS SÓ RECEBE AOS DOMINGOS"

C. Virgil Gheorghiu

"A ESPADA E A PENA"

Liddell Hart

"A BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO"

General Augusto Tasso Fragoso

"DIALOGUES SUR LE COMMANDEMENT"

André Maurois

"A MISSÃO MILITAR FRANCESA"

General Alfredo Souto Malen

"O ICARO BRASILEIRO"

Adelpho Poli Morjardim

"SEGUNDO PELOTÃO, 8ª COMPANHIA"

Agostinho José Rodrigues

"DO IBIRAPUITÃ AO RENO"

Zolt Pozzobon



**BIBLIOTECA
DO EXÉRCITO
EDITORA**

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25
Ala Marçílio Dias — 3º andar — CEP 20455 — Rio (RJ)
Tels.: 253-4637 — 253-7934 — 233-0261



**PROGRAMAÇÃO 84
VALOR — Cr\$ 23.000**



**PROGRAMAÇÃO 85
VALOR — Cr\$ 24.300**

(A PARTIR DE 01/JUL/85 ESTE
VALOR SERÁ REAJUSTADO)

PEDIDO DE ASSINATURA

NOME (em letra de forma)

ENDEREÇO (para remessa do livro)

Bairro

Cidade

Est.

CEP

Data

Assinatura



— VALE POSTAL-AGÊNCIA 520641 CORREIO QG I Ex



— CHEQUE NOMINAL N° _____ BANCO _____



— ORDEM DE PAGAMENTO - BANCO DO BRASIL -
AG. TIRADENTES/RJ — CONTA 396000-5



Assinatura do NE

Os militares, particularmente da reserva, que desejarem fazer uma assinatura semestral do "Noticiário do Exército", deverão enviar o pedido para:

Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias — Quartel-General do Exército — Setor de garagens — SMU — CEP 70.630 — Brasília—DF — Tel.: (061) 225-0260 Ramal 2939.

O valor da assinatura semestral será de Cr\$ 24.300,00 (vinte e quatro mil e trezentos cruzeiros) e a quantia deverá ser remetida através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para a Agência QGEx — BSB, por Vale Postal, em nome do Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias.

O pedido deverá conter os seguintes dados: Nome completo, Endereço, Bairro, Cidade, Estado, CEP e número do Vale Postal.

O NE será remetido diariamente.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

PEDIDO DE ASSINATURA

.....
Nome (em letra de imprensa)

.....
Identidade

.....
Posto, graduação ou profissão

.....
Endereço (rua, número e bairro)

.....
Cidade

.....
Estado

.....
CEP

Assinatura de 1985: Cr\$ 21.000,00

— PAGAMENTO:

Em cheque ☐ Emitido em nome de "A DEFESA NACIONAL", podendo ser da praça de origem do assinante.

Em vale postal ☐ A favor de "A DEFESA NACIONAL", pagável na Agência Postal Telegráfica "QUARTEL-GENERAL" — Rio de Janeiro.

A DEFESA NACIONAL

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25
20455 — Rio de Janeiro — RJ

Tel.: 283-3030



FALE COM QUEM TEM MAIS DE 40 ANOS DE TRADIÇÃO EM REPRESENTAÇÃO DE EQUIPAMENTO MILITAR

contraves

DIRETORES
DE TIRO



MBB

"AMBRUST"
ARMA
ANTI-TANQUE



euromissile



MISSEIS
"ROLAND" E "MILAN"

SELENIA



RADARES, MISSEIS, LASER,
GUERRA ELETRÔNICA

GRETAG



CRIPTOGRAFOS

BORLETTI



ESPOLETAS

MIAR




MINAS SUBMARINAS

HARRIS



EQUIPTO. COMUNICAÇÃO

missile



MISSIL "EXOCET"

FIAR



RADARES

SCHERMULY



PIROTÉCNICOS

bowas



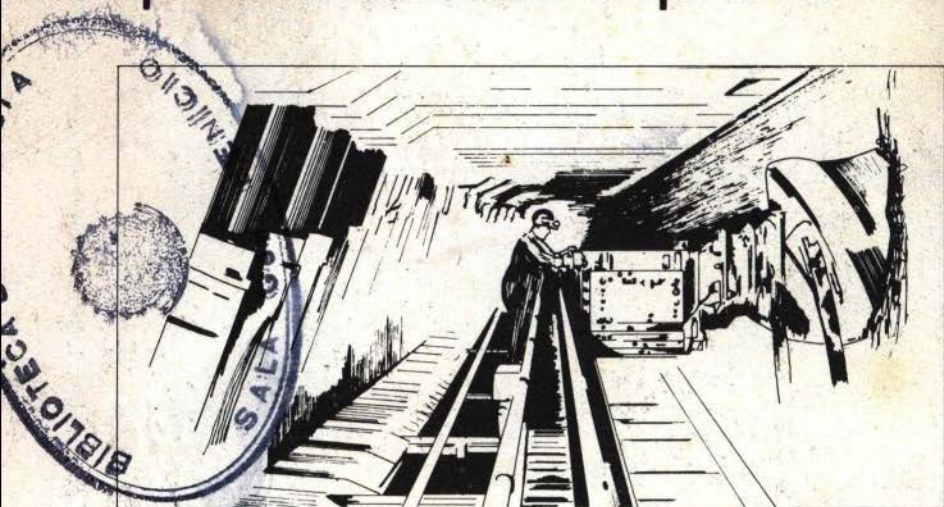
PRODUTOS EXPLOSIVOS,
CONSULTORIA

REPRESENTANTE
EXCLUSIVO

Haegler
sa

AV. ERASMO BRAGA, 227 - 99 - RIO DE JANEIRO - Tel. 252-4020 - TELEX: (021)21818

Quando a sua indústria queima óleo combustível, está queimando muito mais do que o seu dinheiro...



São divisas que não mais retornam ao Brasil, causando dificuldade ao padrão de vida do nosso povo. Já tão afetado pelos sucessivos reajustes cambiais, com reflexos contínuos nos preços de combustíveis.

Mas o governo tem a receita: fazer uso, ao máximo, de fontes alternativas de energia, amplamente encontradas em nosso País.

O Modelo Energético Brasileiro, proposta vitoriosa do Ministério das Minas e Energia, elegeu para cada derivado do petróleo um sucedâneo.

E o substituto eficaz para o óleo combustível é o Carvão Energético — o Carvão Mineral do qual, em reservas medidas, inferidas e indicadas, temos cerca de 23 bilhões de toneladas, só na região sul.

Com o firme e decidido apoio do Governo do Presidente João Figueiredo, a utilização do Carvão Energético toma corpo e avança célere, substituindo o óleo combustível nos segmentos industriais catalogados como prioritários pelo MME, quais sejam:

— as indústrias cimenteiras — as que mais consomem

óleo combustível —, siderúrgicas, petroquímicas, têxteis, papel, celulose, cerâmica, secagem de grãos, não ferrosos e usinas termoeletricas.

Mas em que pese o aumento do consumo de carvão nos últimos dois anos, é necessário que o empresariado nacional prestigie mais largamente essa fonte energética, 100% brasileira, proporcionando assim maior economia e mais empregos à mão-de-obra nacional.

Em 1981, a CAEEB — Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras, responsável pela comercialização do carvão, por determinação do Ministério das Minas e Energia, forneceu 5,2 milhões de toneladas de carvão energético a mais 950 consumidores. E, em 1987, de acordo com as metas estabelecidas pelo Ministro das Minas e Energia, Cesar Cals, a produção nacional de carvão energético será de 11,5 milhões de toneladas, o equivalente a 80 mil barris/dia de petróleo.

A CAEEB dispõe de uma eficiente rede de Entrepósitos, estrategicamente localizados, para um adequado atendimento aos consumidores de Carvão Mineral.

Agora explique por que sua indústria prefere continuar queimando óleo?



CAEEB

COMPANHIA AUXILIAR DE EMPRESAS ELÉTRICAS BRASILEIRAS
MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA